



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
ARQUITETURA E URBANISMO

**PARA ALÉM  
DA VILA DE  
GENERAL RONDON**

**PADRÕES DE CRESCIMENTO URBANO EM  
CIDADES NOVAS DE FRENTES COLONIZADORAS:**

**O CASO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**MARIANA PIZZO DINIZ**

**ORIENTADOR: PROF. DR. ADSON C. B. RAMATIS LIMA**

**MARINGÁ, PR  
DEZEMBRO 2019**

**PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E  
URBANISMO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**

**MARIANA PIZZO DINIZ**

**PARA ALÉM DA VILA DE GENERAL RONDON:  
PADRÕES DE CRESCIMENTO URBANO EM CIDADES NOVAS DE FRENTE  
COLONIZADORAS: O CASO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**MARINGÁ  
DEZEMBRO | 2019**

**MARIANA PIZZO DINIZ**

**PARA ALÉM DA VILA DE GENERAL RONDON:  
PADRÕES DE CRESCIMENTO URBANO EM CIDADES NOVAS DE FRENTE  
COLONIZADORAS: O CASO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

Dissertação apresentada como parte das exigências para a obtenção do título de MESTRE EM ARQUITETURA E URBANISMO, no Programa Associado de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPU) da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina. Linha de pesquisa 1: Historiografia e metodologia de organização de dados para o projeto.

Orientador: Prof. Dr. Adson Cristiano Bozzi Ramatis Lima

**MARINGÁ  
DEZEMBRO | 2019**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

D585p

Diniz, Mariana Pizzo

Para além da Vila de General Rondon : padrões de crescimento urbano em cidades novas de frentes colonizadoras : o caso de Marechal Cândido Rondon / Mariana Pizzo Diniz. -- Maringá, PR, 2019.

145 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Adson Cristiano Bozzi Ramatis Lima.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa Associado de Pós-Graduação em Metodologia de Projeto de Arquitetura e Urbanismo (UEM e UEL), 2019.

1. Marechal Cândido Rondon (PR) - Urbanização. 2. Marechal Cândido Rondon (PR) - Morfologia urbana. 3. Cidades Novas - Oeste do Paraná. I. Lima, Adson Cristiano Bozzi Ramatis, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa Associado de Pós-Graduação em Metodologia de Projeto de Arquitetura e Urbanismo (UEM e UEL). III. Título.

CDD 23.ed. 711.4



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE TECNOLOGIA

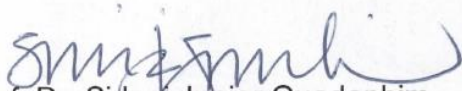
**PARA ALÉM DA VILA DE GENERAL RONDON:  
PADRÕES DE CRESCIMENTO URBANO EM CIDADES NOVAS  
DE FRENTES COLONIZADORAS: O CASO DE MARECHAL  
CÂNDIDO RONDON**

Autor: Mariana Pizzo Diniz

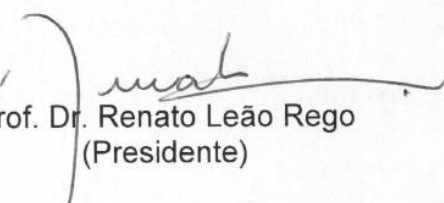
Orientador: Prof. Dr. Adson Cristiano Bozzi Ramatis Lima

TITULAÇÃO: Mestre em Arquitetura e Urbanismo

APROVADA em 12 de dezembro de 2019.

  
Prof. Dr. Sidnei Junior Guadanhim

  
Prof. Dr. Eugênio Fernandes Queiroga

  
Prof. Dr. Renato Leão Rego  
(Presidente)

Prof. Dr. Adson Cristiano Bozzi Ramatis Lima  
(Orientador)

## Dedicatória

A *Élio* e *Doralice*, meus pais, que com amor, sabedoria e ternura, me guiaram rumo a conquista dos meus sonhos.

Aos meus *médicos* e *Zeca*, que através do profissionalismo e dedicação, me possibilitaram um novo recomeço.

A *Rafael*, por seu amor, companheirismo e amizade, sempre acreditando na minha capacidade e apoiando minhas escolhas, independente das dificuldades.

À Ana Kelmer e família, pelo apoio e suporte.

À *Fabiana*, por ter me mostrado o universo da arquitetura e por seu profissionalismo, no qual sempre me espelharei.

Aos amigos, em especial, *Sabrina*, *Suellen*, *Débora*, *Alexcia*, *Queren*, *Carol*, *Maysa* e *Vítor*, que perante as vicissitudes da vida, foram amparo e motivação.

Aos *mestres*, que me ensinaram como ler os textos e os contextos, as linhas e as entrelinhas e a escrever minha história de vida por meus próprios punhos:

Aos meus *Teachers*, *Maestras* e *Professeurs*, pela capacidade de explorar novas línguas e culturas.

Aos *professores* do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG, pelos ensinamentos, dedicação e auxílio. Em especial os Professores *Marvelo*, *Sirlei* e *Solange*, por terem me ensinado que a verdade maior é a que provém da integridade do ser humano naquilo que é e faz.

A meu orientador, *Prof. Adson*, por acreditar na minha capacidade e me mostrar que sempre é possível nos superarmos, aprender e reaprender, dependendo apenas da nossa dedicação.

Aos *docentes* do Programa Associado de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPU) da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina, agradeço pelos ensinamentos e aprendizado durante estes dois anos.

## Agradecimentos

Sem ordem, nem preferência, porque devo a *todos* a mesma consideração:

Aos *meus pais*, pelo apoio incondicional na busca dos meus sonhos. Ser pai e mãe talvez sejam as tarefas mais difíceis da qual um homem e uma mulher sejam encarregados, porém, vocês os cumpriram com perfeição e excelência. A vocês, agradeço, pelo amor, carinho e por estarem sempre presentes nesta caminhada.

A *Rafael*, pelo amor, saudade, companheirismo e incentivo. Mesmo pela distância, você sempre se fez presente.

À Ana Kelmer e família.

À minha *família*, *Dindos e Dindas*.

Aos *professores* do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG, pelos ensinamentos.

Ao *Professor Adson*, orientador da pesquisa, que além do apoio, foi presente e perseverante durante esta caminhada, em especial, Sirlei e Marcelo.

Aos *Professores Eugênio e Sidnei*, agradeço imensamente pelo tempo despendido na correção deste trabalho e por suas riquíssimas contribuições.

Aos *funcionários do Museu Willy Barth*, na figura do Professor Anésio José Vitto, pelas discussões e disponibilização de informações vitais para a realização desta pesquisa.

Aos *funcionários da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon* na figura do Secretário de Planejamento Urbano Reinar Seyboth, do *Núcleo de Pesquisas e Documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL)* da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon, agradeço pela rapidez, comprometimento e disponibilização das informações necessárias para a conclusão deste trabalho.

A *Angelo Costamilan, Valdir Formighieri, Paulo Gbur e Loris Silva Gbur, Cassandra Campos e Harto Viteck*, pelas entrevistas que contribuíram para o entendimento da formação histórica de Marechal Cândido Rondon.

A Jhony Ferry Mendonça da Silva, pelo auxílio na elaboração dos mapas da pesquisa.

Aos *docentes e funcionários* do Programa Associado de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPU), pelas contribuições. Em especial, aos professores *Marieli e Renato* pelo profissionalismo e apoio.

À *Rose*, pela dedicação, carinho e ajuda.

À Capes, pelos meses de bolsa.

A *todos* que contribuíram direta ou indiretamente para a produção deste trabalho.

E de maneira especial, a *Deus*, princípio e fim de tudo.

*If*

*If you can keep your head when all about you  
Are losing theirs and blaming it on you,  
If you can trust yourself when all men doubt you,  
But make allowance for their doubting too;  
If you can wait and not be tired by waiting,  
Or being lied about, don't deal in lies,  
Or being hated, don't give way to hating,  
And yet don't look too good, nor talk too wise:*

*If you can dream—and not make dreams your master;  
If you can think—and not make thoughts your aim;  
If you can meet with Triumph and Disaster  
And treat those two impostors just the same;  
If you can bear to hear the truth you've spoken  
Twisted by knaves to make a trap for fools,  
Or watch the things you gave your life to, broken,  
And stoop and build 'em up with worn-out tools:*

*If you can make one heap of all your winnings  
And risk it on one turn of pitch-and-toss,  
And lose, and start again at your beginnings  
And never breathe a word about your loss;  
If you can force your heart and nerve and sinew  
To serve your turn long after they are gone,  
And so hold on when there is nothing in you  
Except the Will which says to them: 'Hold on!'*

*If you can talk with crowds and keep your virtue,  
Or walk with Kings—nor lose the common touch,  
If neither foes nor loving friends can hurt you,  
If all men count with you, but none too much;  
If you can fill the unforgiving minute  
With sixty seconds' worth of distance run,  
Yours is the Earth and everything that's in it,  
And—which is more—you'll be a Man, my son!*

*Rudyard Kipling,  
1895*



## | Resumo

Marechal Cândido Rondon, no Oeste Paranaense, é fruto de um projeto de colonização levado a cabo pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná, MARIPÁ. Trata-se de uma empresa de capital privado que atuou em um período específico da história do Brasil do século XX, no qual almejava-se a nacionalização da fronteira oeste do país. Nas décadas seguintes, 1970, 1980 e 1990, as taxas de crescimento populacional dos núcleos urbanos no Oeste do Paraná superaram os índices estaduais e nacionais, e em vista disso, investiga-se o acelerado processo de crescimento urbano desta Cidade Nova, originalmente projetada para ser a sede da Companhia Colonizadora. O presente trabalho teve como objetivo verificar as características e padrões de crescimento urbano de Marechal Cândido Rondon. Em resposta para este questionamento e pautando-se nos princípios da Morfologia Urbana para uma análise explicativa e cognitiva da cidade, efetuou-se uma análise morfológica, urbana e espacial de Marechal Cândido Rondon. Por meio da pesquisa de campo e a coleta de fontes primárias, elaborou-se um panorama longitudinal do processo de crescimento urbano da cidade, desde a sua fundação em 1951 até a década de 2010. Além de critérios como o modo de crescimento, a lógica da forma urbana, as linhas de crescimento e os padrões do tecido urbano, foram considerados antecedentes históricos, contextos econômicos e sociais a fim de preencher as lacunas do processo evolutivo. Conclui-se que o crescimento urbano M. C. Rondon se delineou de maneira contínua, e que apesar dos novos padrões de ocupação se diferirem da proposta original, outros elementos mantiveram-se constantes. Ao final desta trajetória, ficou claro que não há um único padrão de crescimento, uma vez que a cidade é constante, mutável e a sua configuração é apenas um produto das necessidades atuais.

**Palavras-chave:** História das Cidades - Morfologia e Crescimento Urbano - Cidades Novas - Oeste do Paraná - Marechal Cândido Rondon.

## | Abstract

Marechal Cândido Rondon, in the West of Paraná, is the result of a colonization project carried out by the Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná, MARIPÁ. It was a privately owned company that operated in a specific period in the history of the twentieth-century in Brazil, in which the nationalization of the country's western border was sought. In the following decades, 1970, 1980 and 1990, the population growth rates of the urban center in western Paraná surpassed the state and national indices, and in view of this, the accelerated urban growth process of this New City, originally designed for be the headquarters of the Colonizing Company. The present work aimed to verify the characteristics and patterns of urban growth of Marechal Cândido Rondon. In response to this question and based on the principles of Urban Morphology for an explanatory and cognitive analysis of the city, a morphological, urban and spatial analysis of Marechal Cândido Rondon was performed. Through field research and the collection of primary sources, a longitudinal panorama of the urban growth process of the city was elaborated, since its foundation in 1951 until the decade of 2010. In addition to criteria such as the mode of growth, the logic in the urban form, the growth lines and patterns of the urban fabric were considered historical antecedents, economic and social contexts in order to fill the gaps in the evolutionary process. It is concluded that urban growth M. C. Rondon was continuously outlined, and that despite the new occupation patterns differing from the original proposal, other elements remained constant. By the end of this trajectory, it became clear that there is not a single growth pattern, as the city is constant, changing and its configuration is just a product of today's needs.

**Keywords:** History of the cities - Morphology and Urban Growth - New Cities - West of Paraná - Marechal Cândido Rondon.

## | Résumé

Marechal Cândido Rondon, à West Paranaense, est le résultat d'un projet de colonisation mené par l'Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná, MARIPÁ. Il s'agit d'une société privée opérant à une époque particulière de l'histoire du Brésil du XXe siècle, durant laquelle la nationalisation de la frontière occidentale du pays était recherchée. Au cours des décennies suivantes (1970, 1980 et 1990), les taux de croissance démographique des noyaux urbains de l'ouest du Paraná ont dépassé les indices nationaux, ce qui a accéléré le processus de croissance urbaine de cette Nouvelle Ville conçue être le siège de la société colonisatrice. Le présent travail visait à vérifier les caractéristiques et les schémas de croissance urbaine de Marechal Cândido Rondon. En réponse à cette question et sur la base des principes de la morphologie urbaine pour une analyse explicative et cognitive de la ville, une analyse morphologique, urbaine et spatiale de Marechal Cândido Rondon a été réalisée. Des recherches sur le terrain et la collecte de sources primaires ont permis d'élaborer un panorama longitudinal du processus de croissance urbaine de la ville, depuis sa fondation en 1951 jusqu'à la décennie de 2010. Outre des critères tels que le mode de croissance, la logique Dans la forme urbaine, les lignes et les modèles de croissance du tissu urbain ont été considérés comme des antécédents historiques, des contextes économiques et sociaux afin de combler les lacunes du processus d'évolution. Nous concluons que la croissance urbaine de M. C. Rondon a été décrite de façon continue et que, malgré les nouveaux modèles d'occupation différents de la proposition initiale, les autres éléments sont restés constants. À la fin de cette trajectoire, il est apparu clairement qu'il n'y avait pas un seul modèle de croissance, la ville étant en constante évolution, sa configuration ne reflétant que les besoins actuels.

**Mots – clés:** Histoire des villes - Morphologie et Croissance urbaine - Nouvelles villes - Ouest du Paraná - Marechal Cândido Rondon.

## | Lista de figuras

<b>Figura 1:</b> Mapa do Estado do Paraná com as divisões regionais do Brasil em Região Geográfica Imediata e Região Geográfica Intermediária. Detalhe dos núcleos urbanos de Toledo e Marechal Cândido Rondon inseridos no perímetro da área colonizada pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ)...	16
<b>Figura 2:</b> Croqui explicativo: a conformação e expansão da forma urbana de Marechal Cândido Rondon 1960-2010 .....	23
<b>Figura 3:</b> Mapa com configuração das glebas do Oeste do Paraná no início do século XX.....	49
<b>Figura 4:</b> Mapa da Faixa de Fronteira do Território Federal do Iguaçu. Detalhe dos núcleos urbanos de Toledo e Marechal Cândido Rondon inseridos no perímetro da área colonizada pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ) .....	53
<b>Figura 5:</b> Mapa com as glebas de terra do Oeste do Paraná colonizadas por empresas de capital privado nas décadas de 1940/50 .....	56
<b>Figura 6:</b> Panfleto de divulgação das terras Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÁ	59
<b>Figura 7:</b> Mapa com a demarcação dos perímetros da Fazenda Britânia em relação a venda e ocupação das glebas, 1950 .....	62
<b>Figura 8:</b> Mapa com a rede de cidades implantadas pela Maripá no Oeste do Paranaense, 1950 .....	64
<b>Figura 9:</b> Mapa com a planta urbana de Toledo (1946) .....	65
<b>Figura 10:</b> Mapa da Fazenda Britânia - perímetros 11, 12 e 19 pertencentes a Vila de General Rondon, 1951 .....	74
<b>Figura 11:</b> Planta urbana da Vila de General Rondon, 1951 .....	76
<b>Figura 12:</b> Planta urbana da Vila de General Rondon, 1951. Em detalhe praça central e quadras do entorno	80
<b>Figura 13:</b> Atuais distritos do Município de Marechal Cândido Rondon .....	90
<b>Figura 14:</b> Croqui explicativo: a conformação e expansão da forma urbana de Marechal Cândido Rondon 1960-2010 .....	91
<b>Figura 15:</b> Avenida Rio Grande do Sul, antiga estrada Tronco do Norte. Marechal Cândido Rondon, 1960	92
<b>Figura 16:</b> Foto aérea de Marechal Cândido Rondon, 1978. À esquerda, Avenida Rio Grande do Sul .....	94
<b>Figura 17:</b> Mapa com a expansão dos loteamentos de Marechal Cândido Rondon nas décadas de 1960 e 1970 .....	95
<b>Figura 18:</b> Crescimento urbano de Marechal Cândido Rondon nas décadas de 1960 e 1970 .....	97
<b>Figura 19:</b> Fotografia aérea de Marechal Cândido Rondon, 1975. Ao centro, Avenida Rio Grande do Sul	98
<b>Figura 20:</b> Mapa com a expansão dos loteamentos de Marechal Cândido Rondon nas décadas de 1980, 1990 e 2000 .....	106
<b>Figura 21:</b> Crescimento urbano de Marechal Cândido Rondon nas décadas de 1980, 1990 e 2000 .....	108
<b>Figura 22:</b> Mapa com a expansão dos loteamentos de Marechal Cândido Rondon entre 2010 e 2019 .....	114
<b>Figura 23:</b> Crescimento urbano de Marechal Cândido Rondon na década de 2010 .....	117
<b>Figura 24:</b> Tendências de crescimento urbano de Marechal Cândido Rondon para a década de 2020 .....	120

## | Lista de tabelas

<b>Tabela 1:</b> Protocolo de Pesquisa .....	43
<b>Tabela 2:</b> Companhias Colonizadoras influentes no Oeste do Paraná entre os anos de 1946 e 1957 .....	55
<b>Tabela 3:</b> Subscritores do capital da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÀ .....	57
<b>Tabela 4:</b> Relação dos 15 núcleos urbanos implantados pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A.– MARIPÀ .....	65
<b>Tabela 5:</b> Relação da origem dos cônjuges de Marechal Cândido Rondon entre 1955 – 1965 e 1975-1985 .....	69
<b>Tabela 6:</b> Data de criação e população do município de Marechal Cândido Rondon com separação entre sede e distritos .....	71
<b>Tabela 7:</b> Aspectos de análise do tecido urbano da Vila de General Rondon, 1951 .....	81

## | Lista de gráficos

<b>Gráfico 1:</b> Dinâmica populacional de Marechal Cândido Rondon 1956-2030 .....	87
--	----

## | Lista de siglas

AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

ANIPES - Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística

CEPEDAL - Núcleo de Pesquisas e Documentação sobre o Oeste do Paraná

COPAGRIL - Cooperativa Mista Rondon Ltda.

COPAGRIL - Unidade Agroindustrial Avícola

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Regional

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISUF – International Seminar on Urban Form

ITCG - Instituto de Terra, Cartografia e Geociência do Paraná

MARIPÁ – Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A.

PIN - Plano de Integração Nacional

PPU - Programa associado de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

SESC - Serviço Social de Comércio

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## | Sumário

INTRODUÇÃO .....	15
1   MORFOLOGIA E CRESCIMENTO URBANO .....	25
1.1 Estudo sobre a forma das cidades: os elementos urbanos .....	29
1.2 Ferramentas de análise do crescimento urbano .....	36
1.3 Método .....	42
2   OESTE DO PARANÁ: FRENTES COLONIZADORAS E CIDADES NOVAS .....	46
2.1 Migrantes e a Maripá: a criação da Industrial Colonizadora Rio Paraná .....	47
2.2 O redesenho da paisagem do Oeste Paranaense: vilas e povoados .....	55
2.3 A Vila de General Rondon .....	66
2.4 A configuração inicial: traçado e implantação da Vila de General Rondon .....	72
3   FORMA E EXPANSÃO URBANA: OS PADRÕES DE CRESCIMENTO URBANO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON.....	84
3.1 Os períodos de transformação morfológica: crescimento e dinâmica populacional .....	86
3.2 Da vila à cidade: os padrões de crescimento das décadas de 1960 e 1970 .....	91
3.3 Os padrões de crescimento das décadas de 1980, 1990 e 2000 .....	100
3.4 Padrões de crescimento: prognósticos e perspectivas .....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	124
REFERÊNCIAS .....	129
ANEXOS .....	137
Anexo A: Parte do Plano de Colonização .....	138
Anexo B: Mapa Geral da Fazenda Britânia .....	139
Anexo C: Informações referentes aos distritos de Marechal Cândido Rondon e suas respectivas datas de criação .....	140
Anexo D: Fotos originais dos mapas das figuras 8 e 9 .....	141
Anexo E: Histórico de loteamentos aprovados na Sede de Marechal Cândido Rondon entre 1960 e 2019 .....	142
Anexo E: Mapa de Zoneamento Urbano para as áreas não ocupadas da cidade. Apresentado nas audiências públicas para a revisão do Plano Diretor de 2020 .....	143
APÊNDICES .....	144
Apêndice A: Mapa da declividade do Estado do Paraná .....	145



---

## | INTRODUÇÃO

---

Imagens da capa Introdução: Aerofotos do centro de Marechal Cândido Rondon nas décadas 1980, 2000 e 2010 respectivamente (de cima para baixo).

Fonte: Instituto de Terra, Cartografia e Geociência do Paraná –ITCG (1980); Google Earth (2018).



## | INTRODUÇÃO

Conhecer uma cidade e o seu processo evolutivo não é simples, sobretudo por sua vastidão e pelas diferentes marcas depositadas pelas gerações antecedentes. Indiscutivelmente, a cidade em sua totalidade – inserção no sítio, características geográficas do território, forma e tecido urbano - é um produto dos grupos sociais que a ocupam, vivenciam e transformam conforme descrito por Aymonino (1975, p. 3) e Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 7).

Sob esta perspectiva, diversas pesquisas no âmbito da morfologia urbana são fundamentadas por uma base teórica comum na qual, de acordo com Moudon (1997, p. 7), entende-se que “a cidade pode ser lida e analisada através de sua forma física”, se tratando de uma composição histórica, que está em constante transformação. Corroboram para esta constatação Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 54), ao afirmarem que “*l'état actuel [de la ville] n'est qu'un instant précaire de l'évolution*”<sup>1</sup>. Deste modo, a presente pesquisa insere-se na temática da morfologia urbana, propondo uma análise do padrão de crescimento da forma destas cidades e também de seu tecido urbano.

Neste sentido, a fenômeno tratado por esta dissertação é o padrão de crescimento urbano de Cidades Novas. Ressalta-se que o conceito de “Cidades Novas” aqui empregado refere-se ao tipo urbanístico apresentado por Trevisan em sua tese (2009, p. 282), que fundamentalmente possui seis elementos definidores: o desejo, a função, o lugar, o profissional, o projeto e o tempo. Estes elementos, por sua vez, estão conectados a uma linha temporal da história, cuja influência advém de contextos políticos, sociais, econômicos e culturais variados.

Entretanto, além das características acima apresentadas, ainda de acordo com Trevisan (2009, p. 282), a gênese das Cidades Novas é reconhecidamente o desejo e a vontade de um empreendedor ou um grupo deles, cujas motivações, políticas ou particulares, somadas ao capital são traduzidos na efetiva construção de uma cidade. É sob esta perspectiva que a delimitação conceitual “Cidades Novas de frentes colonizadoras” foi utilizada na apresentação da pesquisa, visto que se trata de um tipo urbanístico com características específicas.

Diante disso, a proposta aqui defendida de análise do padrão de expansão urbana em Cidades Novas possui relevância e justifica-se quando observado o crescimento populacional do Oeste do Paraná entre as décadas de 1940 e 1980. No período retratado, o índice da região foi

---

<sup>1</sup> Tradução e acréscimo da autora: “o estado atual de uma cidade é apenas um instante precário e transitório em sua evolução”.

superior às próprias taxas estaduais e nacional, conforme exposto por Rippel (2005, p. 86) e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Regional – IPARDES (2008, p. 17-19).

Segundo os Censos do Brasil realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE (CIDADES, 2018), e o Portal da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (2018) – AMOP –, entre os anos de 1940 e 2000 foram criadas 50 novas cidades na região Oeste do Estado, uma área que, originalmente, foi urbanizada por frentes colonizadoras. Assim, ao investigar o padrão de crescimento de Cidades Novas, amplia-se a compreensão histórica e urbana destes núcleos, indicando os fatores e elementos dos processos urbanos que, para Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 54) “*éclaircent les enjeux des aménagements actuels*”<sup>2</sup>. Além disso, evidencia-se que o número de cidades de porte pequeno e médio representam mais de 50% dos 5 570 municípios do cenário nacional, fato este que demonstra a sua pertinência e relevância para a investigação (ANDRADE; SERRA, 2001).

Para fins de localização da área de estudo, na Figura 1 apresenta-se o mapa do Estado do Paraná, o qual foi subdividido em seis novas Regiões Geográficas Imediatas.

**Figura 1:** Mapa do Estado do Paraná com as divisões regionais do Brasil em Região Geográfica Imediata e Região Geográfica Intermediária. Detalhe dos núcleos urbanos de Toledo e Marechal Cândido Rondon inseridos no perímetro da área colonizada pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, 2017. Organizado pela autora.

<sup>2</sup> Tradução e acréscimo da autora: “esclarece as razões para a configuração dos assentamentos atuais”.

Evidencia-se na figura a Região Geográfica Imediata<sup>3</sup> de Cascavel e as Regiões Geográficas Intermediárias de Toledo e Marechal Cândido Rondon, sendo esta última o objeto de estudo da presente dissertação.

Demarcado no mapa em vermelho consta também a área colonizada pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ), a companhia responsável por implantar os dois núcleos urbanos supracitados – Toledo e Marechal Cândido Rondon - e cuja contextualização histórica será apresentada no segundo capítulo desta dissertação.

O Oeste Paranaense, recorte geográfico definido por esta pesquisa, permaneceu sob o domínio econômico estrangeiro até meados de 1930. De acordo com Wachowicz (2010, p.275) e Silva, Bragagnollo e Maciel (1988, p. 33), no período anterior a esta década, a ocupação brasileira mais significativa da região ocorreu em 1888, quando a Vila Iguazu, às margens do Rio Paraná, elevou-se à condição de colônia militar sob o comando do governo imperial brasileiro, cujo intuito era até então fortalecer a fronteira guarani<sup>4</sup> e extinguir a exploração ilegal das terras por argentinos e paraguaios.

O Oeste do Paraná<sup>5</sup> atraiu o olhar da política nacional, pois a abundância em riquezas naturais da região revelava-se a partir de duas matérias primas altamente valorizadas no mercado internacional: a madeira e a erva mate. O interesse político brasileiro pelo domínio da área constatou, para tanto, que a fronteira Oeste do Paraná já era ocupada por inúmeras vanguardas argentinas de extração ilegal da erva mate e da madeira, um sistema de trabalho denominado *obrage* conforme descreve Colodel (1988, p.43)

Segundo Wachowicz (1987, p.44-48), a *obrage* faz referência a um tipo de exploração típico de regiões da mata subtropical argentina e paraguaia, e expressa uma terminologia regional do Paraná que significa uma área próxima ao rio na qual se corta a madeira que será destinada a descer pela água. A mão de obra braçal destas *obrages*, ou simplesmente os peões, eram denominados *mensus*, palavra de origem espanhola que pode ser traduzida como mensalista.

---

<sup>3</sup> Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - em 2017 propôs uma revisão das unidades mesorregionais e microrregionais publicadas na década de 1980. Com o intuito de integrar o território nacional e as análises promovidas por órgãos de planejamento estaduais, o IBGE utilizou-se de uma metodologia em parceria com a Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística – ANIPES (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017, p. 2-3, introdução).

<sup>4</sup> Define-se como fronteira guarani de acordo com Wachowicz (2010, p.275), a região de fronteira brasileira com o mundo espanhol do século XIX. Nesta perspectiva, o Oeste paranaense é o território delimitado pelos rios Guarani, Iguazu, Paraná e Piquiri, e, portanto, compreende parte da fronteira guarani.

<sup>5</sup> A região geográfica em que hoje se localiza a cidade de Foz do Iguazu sempre foi um ponto estratégico, tanto econômica quanto militarmente para o governo brasileiro, como descreve Wachowicz (1987, p. 21).

Nota-se, assim, que o cenário do Oeste paranaense nas três primeiras décadas do século XX, de acordo com Wachowicz (2010, p.285), é marcado pela existência de uma fronteira desnacionalizada e pelo funcionamento das *obrages*, cuja finalidade não é colonizar ou povoar vastas terras, mas sim, fundamentalmente, extrair a erva mate nativa deste espaço e a madeira em toras, encontrada em abundância na região.

Diante desta situação, segundo Wachowicz (1987, p.58), o governo brasileiro promoveu, inicialmente, a fixação de colonos com o intuito de povoar a fronteira Oeste nacional, em uma tentativa de extinguir a exploração estrangeira. No entanto, tais políticas não obtiveram êxito, visto que os comerciantes do ciclo do mate, e aqui se citam os “*obrageros*” Allica e Mate Laranjeira à exemplo, passaram a explorar os colonos que ali se fixaram.

Na data de 06 de abril de 1905, conforme apontam Silva, Bragagnollo e Maciel (1988, p. 33), a região que atualmente abrange os municípios de Toledo e Cascavel além de terras à margem do Rio Paraná foram compradas do governo brasileiro por colonizadores ingleses, através da lei nº. 610/1905<sup>6</sup>. Um ano após a compra destas extensas áreas, surge a Companhia de *Maderas del Alto Paraná*, uma empresa com sede em Buenos Aires, porém sustentada com capital inglês, cuja área de domínio passa a denominar-se Fazenda Britânia<sup>7</sup>. Desta forma, inicia-se o período de colonização desta extensa área de terras sob domínio inglês, cuja mão de obra braçal continuava a ser os *mensus* e o sistema de trabalho a *obrage*.

A partir deste cenário, no entanto, vários acontecimentos nacionais e internacionais impulsionam a ocupação da região em vista de sua grande potencialidade econômica e estratégica do Oeste Paranaense. No âmbito nacional, destacam-se a Coluna Prestes em 1925<sup>8</sup> e as políticas nacionalistas de Getúlio Vargas sob a propaganda da “Marcha para o Oeste”, que tinham intuito de ocupar as fronteiras brasileiras e firmá-las perante as ameaças vizinhas, como expresso por Lopes (2002, p. 43).

---

<sup>6</sup>A importante parceria econômica entre Brasil e Inglaterra datada desde 1808 com a chegada da família real portuguesa em terras brasileiras, repercutiu em diversos acontecimentos da história nacional. Cita-se a exemplo o decreto intitulado Abertura dos Portos às Nações Amigas promulgado por Dom João VI, que delineava o fim do pacto colonial. Além disso, outra parceria econômica entre brasileiros e ingleses foi o projeto da construção da *Brazil Railway* que corroborou para a Guerra do Contestado em 1912. No caso da compra de terras no Oeste do Paraná, uma promessa semelhante foi feita para a construção de uma estrada de ferro, que, no entanto, nunca se concretizou conforme apontam Silva, Bragagnollo e Maciel (1988, p. 34).

<sup>7</sup> O nome Fazenda Britânia, como descrito por Silva, Bragagnollo e Maciel (1988, p. 33), possui justamente um cunho nacionalista da colonização inglesa no Oeste do Paraná.

<sup>8</sup> Com a passagem da Coluna Prestes e das Tropas Federalistas no Oeste do Paraná a situação da região foi exposta a opinião pública, constatando-se o domínio e a exploração ilegal por parte dos estrangeiros. A partir disso, o governo brasileiro se viu na obrigação de elaborar políticas de ocupação das fronteiras do país. Dentre estas políticas estava a Marcha para o Oeste (MACCARI, 1999, p.31).

Como resultado, segundo Gregory (2002, p. 91), houve a criação dos Territórios Federais objetivando a segurança nacional e a integração econômica, política, social e geográfica das regiões brasileiras. Além disso, como afirmam Sperança (1992, p. 56) e Wachowicz (2010, p.287), a criação destes Territórios propunha a colonização gaúcha destas áreas a oeste do país, pois, considerando a grande produção agrícola sulina, intencionava-se a expansão agrícola e do capital a partir da ocupação destas regiões de fronteira. No caso do Estado do Paraná, foi denominado como Território Federal do Iguaçu.

Considerando o exposto, a *Companhia de Maderas del Alto Paraná*, cuja área de domínio era intitulada de Fazenda Britânia, é comprada, em 1946, por empresários gaúchos, que passam a atuar sob o nome da recém fundada Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ), cujo projeto de iniciativa privada propunha um rearranjo do parcelamento agrário e a ocupação do território paranaense, como apontam Muller (1967, p.90) e Piaia (2013, p. 105; 2004, 73).

Segundo Silva, Bragagnollo e Maciel (1988, p. 58), na área de 274.752,08 hectares adquirida e, posteriormente, colonizada pela Maripá no oeste do Paraná, foram implantados quinze núcleos urbanos, sendo eles: Marechal Cândido Rondon, Toledo, Quatro Pontes, Maripá, Margarida, Pato Bragado, Mercedes, Nova Santa Rosa, Vila Nova, Iporã, Entre Rios do Oeste, Pérola, São Roque, Novo Três Passos, Vila Santa Fé.

Destes quinze núcleos urbanos, é o objeto de interesse da presente dissertação a cidade de Marechal Cândido Rondon. Projetada para ser a sede da Colonizadora Maripá, *status* que posteriormente foi transferido para Toledo, a formação do núcleo urbano de Marechal Cândido Rondon ocorreu em período concomitante com os demais núcleos urbanos criados pela Colonizadora Maripá. Nos anos de 1949 e 1950 foram vendidas as primeiras terras aos colonos gaúchos e catarinenses que iniciaram então, efetivamente, o processo de ocupação das áreas (MARIPÁ, 1955, p.2).

Os pioneiros colonizadores trazidos pela Maripá que chegaram à atual cidade de Marechal Cândido Rondon em 7 de março de 1950 e, como afirma Saatkamp (1985, p. 52), estes foram Antônio Rockenback, Erich Ritscher, Oswaldo Heinrich e Beno Weirich. Quanto aos demais imigrantes que se instalaram na região, é comumente acordado um direcionamento de alemães luteranos ao núcleo de General Rondon, como foi inicialmente nomeado, conforme apontam Muller (1986, p. 93) e Gregory (2002, p. 153).

Considerando o breve histórico exposto, a presente dissertação surgiu a partir dos questionamentos sobre o processo de crescimento urbano acelerado destes núcleos entre as

décadas de 1950 e 2010 na perspectiva da Arquitetura e do Urbanismo. Apesar de muitas pesquisas retratarem o processo de colonização e migração no Oeste do Paraná, ainda há carência de trabalhos que tratem do crescimento sob uma ótica morfológica e urbana.

Como resposta, a partir de um objeto de estudo, a cidade de Marechal Cândido Rondon, esta dissertação investiga quais são os padrões de crescimento urbano em Cidades Novas de frentes colonizadoras. São firmadas as seguintes questões: quais são as características da expansão urbana desta Cidade Nova? Os padrões de ocupação dos novos loteamentos são semelhantes ao plano originalmente proposto pela colonizadora? E, quais foram as forças propulsoras da expansão urbana no contexto rondonense?

Como ponto de partida do trabalho, formulou-se a hipótese referente a aplicabilidade dos conceitos de crescimento urbano apresentados por Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 75) no contexto específico da Cidade Nova de Marechal Cândido Rondon.

Por conseguinte, objetiva-se com a presente pesquisa compreender as características do padrão de crescimento urbano de Marechal Cândido Rondon, além de: 1) caracterizar a configuração inicial dos planos urbano e rural desta Cidade Nova; 2) identificar as forças e elementos reguladores de sua expansão urbana; 3) identificar se os padrões de ocupação dos novos loteamentos assemelham-se aos do plano original proposto pela Maripá e por fim, 4) caracterizar seus padrões de crescimento urbano entre as décadas de 1960-2010.

Quanto à escolha da Cidade Nova de Marechal Cândido Rondon como estudo de caso, esta foi influenciada não só pela disponibilidade de informações sobre a cidade, mas também devido à dimensão urbana do núcleo estudado, que é adequada à análise pretendida e ao tempo disposto para a conclusão da dissertação - 1950 e 2010, fundação de Marechal Cândido Rondon e encerramento do prazo da presente pesquisa, respectivamente. Além disso, fundamentalmente a decisão por este estudo de caso deu-se quando analisadas as taxas de crescimento do município nas décadas de 1980, 1990 e 2000. Comparadas a Toledo, os índices de Rondon superam os da cidade vizinha em cerca de 20% segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (BRASIL, 2010).

Considerando que a temática desta dissertação faz referência a uma análise evolutiva do crescimento urbano, a escolha da Cidade de Marechal Cândido Rondon justifica-se não só pela sua importância histórica para a Companhia Maripá, mas também devido às suas altas taxas de crescimento anuais nestas três décadas citadas.

Assim, o estudo em questão pretende, ao final, contribuir com o conhecimento sobre o processo de crescimento urbano em Cidades Novas de frentes colonizadoras a partir dos conceitos

de análise urbana em Panerai e Mangin (2009), Panerai *et al* (2004) e Panerai, Depaule e Demorgon (1999), de modo a expor uma teoria sobre os padrões de crescimento destes núcleos urbanos.

Para a efetivação da presente proposta de pesquisa, a questão investigada será abordada a partir de um enfoque qualitativo e fenomenológico. Por conseguinte, o método adequado para realização deste estudo insere-se nas Pesquisas Históricas conforme exposto por Groat e Wang (2013, p.173), uma vez que o fenômeno será analisado a partir da narrativa do seu processo evolutivo, sob uma perspectiva longitudinal.

Mais além, a estratégia utilizada para responder à questão de pesquisa será o estudo de caso de caráter descritivo, que segundo Triviños (1987, p. 133) “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente” e com poucas variáveis conforme complementa Yin (2001, p.19). Quanto à tática, esta se configurará como a histórica- interpretativa, na qual a investigação do fenômeno parte da interpretação e abstração do pesquisador, considerando o comportamento do mesmo em determinado recorte temporal e contextual (GROAT; WANG, 2013, p.179).

Com relação às ferramentas complementares à estratégia e à tática supracitadas, serão utilizadas a revisão bibliográfica apresentada por Triviños (1987, p. 98) e Santos (2000, p.37) para a fundamentação teórica do trabalho, a pesquisa documental - cartográfica e iconográfica- exposta por Cintra, *et al.* (2002, p.46) visto se tratar de uma análise evolutiva da cidade que compreende o meio urbano como “*layers*” sobrepostos, e também a pesquisa de campo descrita por Lüdke e André (1986, p. 99) dado que será necessária a investigação *in loco* para a coleta de informações.

Em se tratando da estrutura da dissertação, o texto está organizado em três capítulos, que compreendem a fundamentação teórica dos conceitos de análise, a revisão de literatura quanto à ocupação do Oeste do Paraná e fundação da cidade de Marechal Cândido Rondon e a análise do crescimento urbano rondonense entre as décadas de 1960 e 2019 respectivamente.

Desta maneira, o capítulo 1: **Morfologia e Crescimento Urbano** reúne um corpo teórico de autores que fundamentam importantes conceitos e definições atreladas à desta dissertação. Buscou-se neste capítulo elucidar os conceitos sobre a morfologia urbana, viés de análise utilizado por esta pesquisa, além de apresentar aspectos teóricos e conceituais sobre o crescimento das cidades que auxiliarão na compreensão dos instrumentos de análise. Assim, este capítulo fundamenta-se principalmente nos seguintes autores: Moudon (1997); Panerai, Depaule e Demorgon (1999); Gauthiez (2004); Panerai *et al* (2004); Rego e Meneguetti (2011); Panerai e Mangin (2009); Scheer (2015); Costa e Netto (2015); Carlos Dias Coelho (2015) e Oliveira (2016).

O capítulo 2: **Oeste do Paraná: Frentes Colonizadoras e Cidades Novas** trata da contextualização histórica e urbana do Oeste do Paraná, com enfoque na a área adquirida pela Colonizadora Maripá e principalmente no o núcleo urbano da Vila General Rondon, posteriormente nomeada Marechal Cândido Rondon. Este capítulo atenta para a compreensão dos aspectos sociais e econômicos que permearam as práticas da colonizadora na região, em especial para o entendimento da configuração inicial do objeto de estudo da presente dissertação. Para cumprir com a fundamentação de tal proposta, selecionou-se os seguintes autores: Plano de Colonização, Maripá (1955); Oberg e Jabine (1960); Muller (1967); Saatkamp (1985); Wachowicz (1987; 2010) e Gregory (2002).

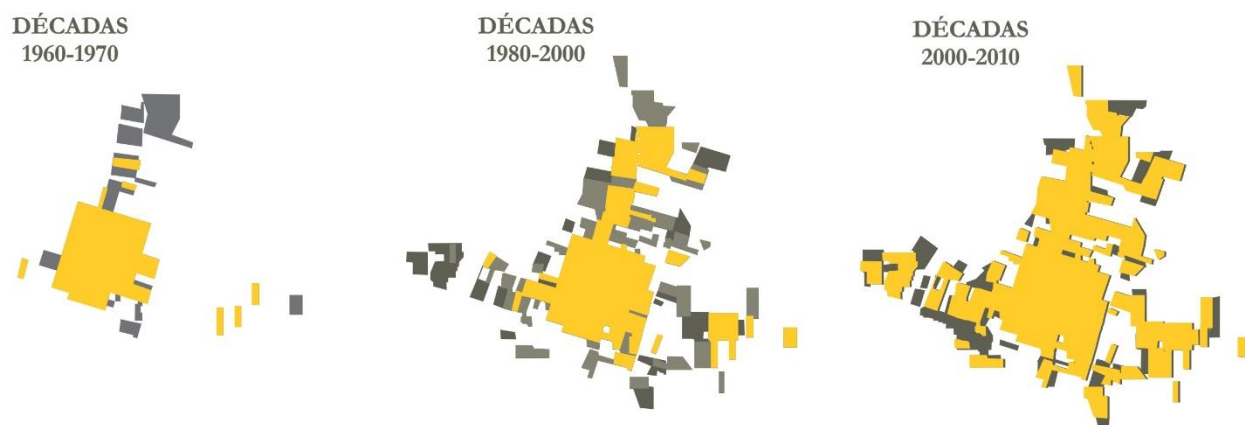
Por fim, no capítulo 3: **Os Padrões de Crescimento Urbano de Marechal Cândido Rondon**, são aplicados os instrumentos teóricos para a análise do crescimento urbano da Cidade Nova de Marechal Cândido Rondon. Assim, analisa-se quais as características de sua expansão urbana a partir do modo de crescimento, das linhas e polos de crescimento, da lógica geométrica da forma urbana e do padrão de ocupação dos novos loteamentos em relação ao plano originalmente proposto pela colonizadora. Neste capítulo, as análises foram conduzidas pela autora, sendo as fontes primárias coletadas por meio da pesquisa de campo nos seguintes locais: Escritório da Colonizadora Maripá, Prefeitura de Municipal de Marechal Cândido Rondon, Museu Histórico Willy Barth de Toledo, Núcleo de Pesquisas e Documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE) além do levantamento online de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O trabalho aqui desenvolvido leva em consideração a pesquisa de Ferrari (2009), o qual analisa a expansão urbana de M. C. Rondon sob um viés econômico e político a partir da sua ligação com a atividade rural. Desta maneira, o avanço aqui proposto vai além do recorte temporal, mas também trata sob um viés morfológico do crescimento, investigando o impacto de decisões de ordem socioeconômicas, políticas e históricas na transformação da forma urbana.

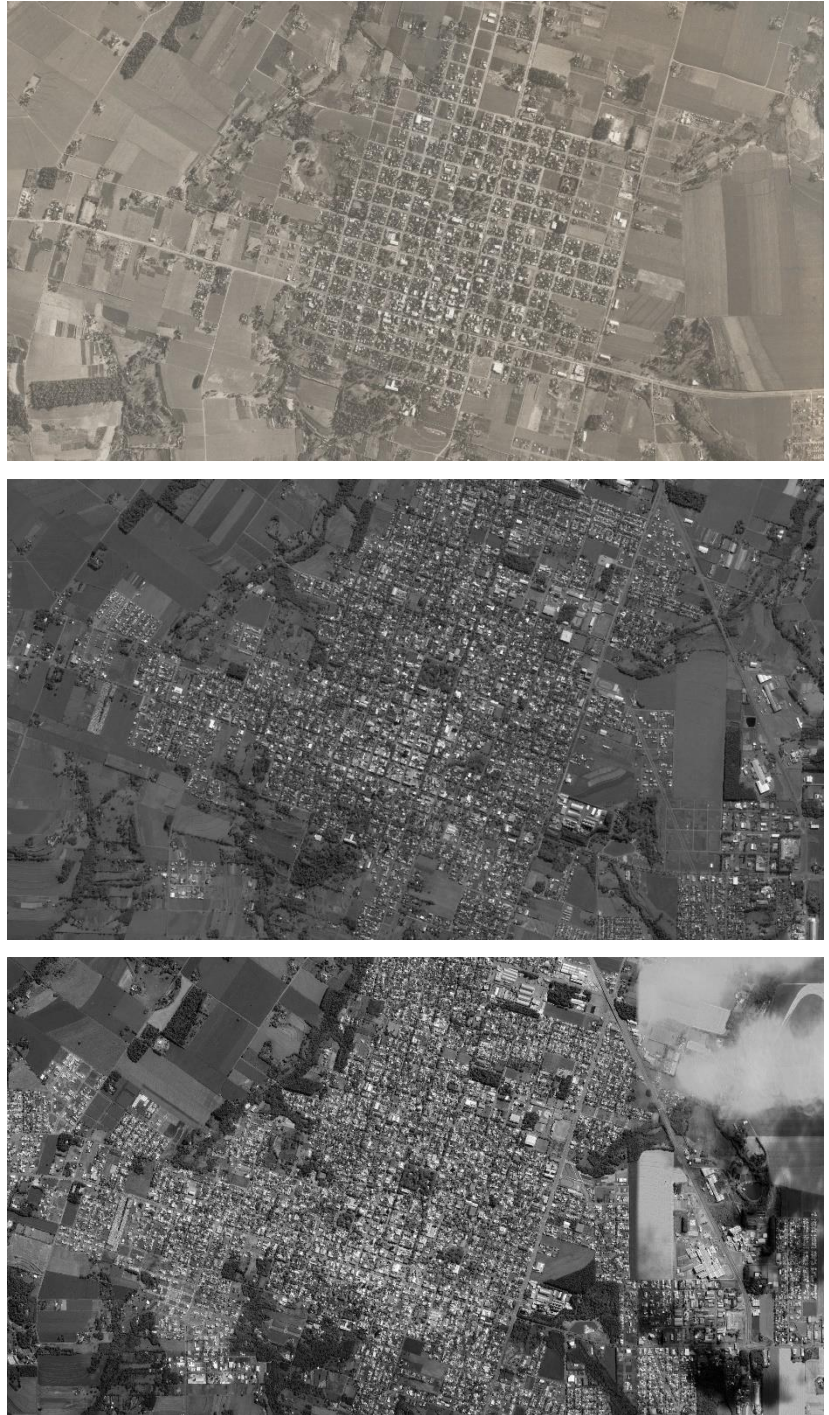
Diante do exposto, como resultado da presente dissertação, buscou-se compreender quais são os padrões de crescimento urbano da Cidade Nova de Marechal Cândido Rondon implantada por uma Frente Colonizadora no Oeste Paranaense no início da década de 1950. No croqui esquemático apresentado na Figura 2, elucida-se a conformação da forma urbana de Rondon nestes sessenta anos, indicando algum de seus vetores de expansão.



**Figura 2:** Croqui explicativo: a conformação e expansão da forma urbana de Marechal Cândido Rondon 1960-2010.



**Fonte:** Prefeitura de Municipal de Marechal Cândido Rondon. Em amarelo, a forma urbana mais recente na divisão entre as décadas. Organizado pela autora.



## 1 | MORFOLOGIA E CRESCIMENTO URBANO

---

Imagens da capa Capítulo 1: Aerofotos do centro de Marechal Cândido Rondon nas décadas 1980, 2000 e 2010 respectivamente (de cima para baixo).

Fonte: Instituto de Terra, Cartografia e Geociência do Paraná –ITCG (1980); Google Earth (2018).

## 1 | MORFOLOGIA E CRESCIMENTO URBANO

*“Time present and time past  
Are both perhaps present in time future,  
And time future contained in time past.  
If all time is eternally present,  
All time is unredeemable”<sup>9</sup>.  
T. S. Eliot*

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a base teórico conceitual de análise desta dissertação. Assim, à luz da morfologia urbana, definem-se quais são os instrumentos para o estudo da forma urbana, bem como do processo de crescimento das cidades. Ademais, não é intenção deste capítulo abordar uma extensiva revisão teórica sobre os trabalhos de investigação morfológica, mas sim esclarecer conceitos específicos e pertinentes à esta pesquisa.

A palavra Morfologia tem origem em dois termos gregos, *morpho*, que significa forma ou aparência; e *logos*, cuja ideia expressa um estudo ou tratado. Comumente empregada em diversas áreas do conhecimento, quando aplicada no urbanismo, tem-se a definição de Morfologia Urbana, conforme apontam Costa e Netto (2015, p. 31) e Rego e Meneguetti (2011, p. 124). Trata-se do estudo da forma dos centros urbanos, um produto físico das relações sociais e econômicas, cujo caráter é interdisciplinar.

Na perspectiva morfológica, para Moudon (1997, p. 3) e Lévi Strauss (1954, p. 137-138) a cidade é entendida como um habitat humano, a mais complexa intervenção humana e uma conjunção entre natureza e artefato.

Considerando tais pressupostos, de acordo com Costa e Netto (2015, p.31) é importante ressaltar a intrínseca relação entre morfologia urbana e a ocupação do solo, pois a edificação, o parcelamento e o sistema viário de uma cidade revelam a intenção humana e as demandas de diferentes sociedades em períodos específicos.

Diante disto, o passado e o presente, conforme descreve Kostof (2009, p. 9), estão materializados fisicamente nos centros urbanos. Portanto, se a questão da temporalidade é

---

<sup>9</sup> T.S. Elliot, *Burnt Norton in four Quartets* (2009).

apresentada pela ação do tempo sobre o espaço urbano, existem instrumentos que podem fornecer ao homem o entendimento e percepção desta sobreposição de camadas ou *layers* da cidade.

Em resposta à esta investigação, a morfologia urbana atua como uma ferramenta cujos métodos separam estas camadas que compõem a cidade e para isso, alguns pressupostos são estabelecidos por Scheer (2015, p. 2) e Moudon (1997, p. 7). Segundo ambas as autoras, primeiramente, a forma urbana é definida por três elementos físicos fundamentais: os edifícios, as parcelas ou lotes e o sistema viário. Depois, considera-se que a forma urbana pode ser estudada em diferentes escalas, e por último, reafirma-se que a forma das cidades só pode ser compreendida por um viés histórico e evolutivo.

Além destas proposições, ao estudar a cidade, diferentes abordagens podem ser utilizadas pelos pesquisadores, e com o intuito de esclarecer possíveis ambiguidades conceituais, Gauthier e Gilliland (2006, p. 46) classificam os trabalhos de cunho morfológico em estudos cognitivos, normativos, internalistas e externalistas, conforme os autores e obras utilizadas para análise. Nesta dissertação, já se afirma que as análises conduzidas pela autora terão caráter cognitivo e internalista, na qual compreende-se que há uma lógica interna da forma urbana e busca-se uma explicação para a conexão entre os fenômenos que moldam a cidade.

Devido ao seu caráter interdisciplinar, para Moudon (1997, p.4), Gauthier (2004, p.76) e Oliveira (2018) a ênfase em certos elementos específicos para estudo e as diferentes abordagens da análise da forma física das cidades originaram três correntes analíticas ou linhas de estudo da morfologia urbana: a Escola Italiana, Escola Inglesa e a Escola Francesa.

Primeiramente, com relação dos estudos da Escola Italiana, conforme apontam Cataldi, Maffei e Vaccaro (2002, p.4) e Marzot (2002, p.61), estes tiveram como precursor o arquiteto e urbanista italiano Saverio Muratori<sup>10</sup> (1910-1973). A abordagem utilizada por esta escola traduz-se como tipológica projetual, pois busca compreender a morfologia urbana a partir tipologia do edificado (OLIVEIRA, 2016, p. 70). Seu caráter também é cognitivo e internalista visto que almeja a “teoria do desenho da cidade”, prescrevendo como deve ser o planejamento de uma cidade conforme os tipos edificados presentes em sua paisagem. (COSTA, NETTO, 2015, p. 135-152).

---

<sup>10</sup>A primeira obra escrita por Muratori intitula-se “*Studi per una operante Storia Urbana di Venezia*”, em 1960, e à luz da morfologia, analisa o tecido urbano apropriando-se do tipo, enquanto estrutura formal, como elemento básico para o estudo da evolução da forma urbana de Veneza. Considera-se que este trabalho foi o precursor das pesquisas morfológicas italianas (PEREIRA, 2012, p. 1).

Quanto à escola inglesa de morfologia urbana, de acordo com Moudon (1997, p.4), Whitehand (2001, p. 103) e Heineberg (2006, p.6), seu surgimento se deu a partir dos estudos do geógrafo alemão Michael Robert Gunter Conzen (1907-2000), cuja pesquisa morfológica de maior relevância foi resultante da análise da pequena cidade comercial de Alnwick, na Inglaterra em 1960<sup>11</sup>. Utiliza-se de uma abordagem histórico-geográfica segundo Oliveira, 2016, p. 65, e estabelece estudos voltados à propósitos descritivos explicativos, com objetivo de desenvolver uma “teoria da construção da cidade” e entender as razões que levaram as cidades a serem como são.

Por último, centrada na avaliação da ação do movimento modernista sobre a forma urbana, surge a Escola Francesa de Morfologia Urbana na década de 1960, também nominada Escola de Versalhes, e apoia-se nos estudos inicialmente desenvolvidos pelos arquitetos Philippe Panerai e Jean Castex, além do sociólogo Jean-Charles Depaule<sup>12</sup>. Conforme afirma Darin (1998, p.66), neste período havia um campo de discussões bastante prolífico, visto que o também sociólogo Henri Lefebvre juntamente com os historiadores de arquitetura Françoise Boudon e André Chastel expuseram suas críticas à condição urbana do período.

Apesar de possuir estreitas ligações com a Escola Italiana de Morfologia Urbana e por consequência basear-se extensivamente em conceitos propostos por Saverio Muratori conforme descreve Moudon (1997, p.5), os pesquisadores de Versalhes possuem como foco de análise a urbanização ocorrida a partir da segunda metade do século XX, cuja mudança radical da paisagem escapa à lógica das cidades tradicionais e torna-se extremamente complexa. Em termos epistemológicos, a abordagem destes pesquisadores franceses perante a análise física das cidades configura-se como cognitiva e internalista para Gauthier e Gilliland (2006, p. 46).

Considerando os estudos clássicos apresentados acima é possível visualizar que mesmo com a diversidade de metodologias de análise e abordagens entre as escolas e seus respectivos pesquisadores, fica estabelecido que o objeto de estudo é invariavelmente o mesmo: a forma física das cidades. Por esta razão e utilizando-se do parecer filosófico sobre a epistemologia do conhecimento, Scheer (2015) esclarece sobre como é o processo de coleta de dados e a formação do conhecimento no campo morfológico.

---

<sup>11</sup> Alnwick, Northumberland: A Study in Town-Plan Analysis, 1960.

<sup>12</sup> Os primeiros estudos na área da morfologia urbana na França surgiram a partir das pesquisas de Panerai, Castex e Depaule sobre extensões urbanas ou transformações. Posteriormente os dois primeiros pesquisadores levaram a cabo uma investigação sobre a cidade de Versalhes, que posteriormente foi considerada umas das melhores pesquisas francesas de cunho tipo-morfológico (DARIN, 1998, p. 66).

Toda pesquisa que envolva uma análise sobre a forma física dos centros urbanos, inicia-se com coleta de dados, na qual o pesquisador reúne informações sobre a forma urbana – mapas, fotografias, medidas. Neste tipo de investigação, a maioria das evidências são matematicamente comprovadas, e, portanto, tornam-se objetivas. Entretanto, ressalta-se que o tipo de material coletado para análise varia conforme a abordagem de cada escola (SCHEER, 2015, p.3; KROPF, 2009, p. 109).

A próxima etapa condiz com o reconhecimento de padrões em diferentes épocas e lugares, para então serem classificados em uma categoria ou unidade. Os padrões podem ser exclusivos para um lugar em particular, mas identificar, comparar e numerar aqueles que se repetem em diferentes lugares é um dos pontos-chaves da pesquisa morfológica. Ressalta-se que os padrões podem ser visíveis apenas em uma escala específica. Assim, considerando qual é o objeto de estudo, e isto dependerá de qual abordagem é escolhida, o pesquisador observa e identifica os padrões, para então compartilhar as suas análises. Depois, em um terceiro momento, é requerida a formulação de teorias da mudança: entender como os padrões mudam e quais são as forças que geraram a sua modificação (SCHEER, 2015, p.7).

Por fim, Scheer (2015, p. 8) afirma que toda a informação deve ser validada por meio da ligação as condicionantes não-formais. Em outras palavras, todos os dados físicos - padrões de ruas, quadras, por exemplo- são relacionados a eventos históricos, sociológicos, políticos e econômicos (não físicos). Consequentemente, compreende-se o porquê da transformação dos componentes físicos da cidade e por extensão, de sua forma urbana.

Tendo em vista tudo o que foi exposto, para a presente dissertação interessa uma abordagem cognitiva e internalista, visto que o objetivo geral da pesquisa é compreender quais são os padrões de crescimento urbano de Cidades Novas de frentes colonizadoras a partir do estudo de caso de Marechal Cândido Rondon. Seguindo um escopo descritivo e explicativo, ao final da dissertação espera-se esclarecer quais as características de sua expansão urbana, justificando assim a configuração de seu traçado atual. De antemão, entende-se por crescimento de uma aglomeração conforme descrito por Panerai (1999, p. 51) o “*l’ensemble des phénomènes d’extension et de densification des agglomérations saisis d’un point de vue morphologique*”<sup>13</sup>. Além disso, para fins de análise do crescimento

---

<sup>13</sup> Tradução e acréscimo da autora: “conjunto de fenômenos de extensão e adensamento apreendidos do ponto de vista morfológico”.

urbano do objeto de estudo serão consideradas as etapas da pesquisa morfológica mencionadas por Scheer (2015).

Considerando tais objetivos, na sequência, serão apresentados os elementos morfológicos que compõem a forma urbana, a fim de discutir e compreender um plano evolutivo da expansão da forma física das cidades.

## | 1.1 Estudo sobre a forma das cidades: os elementos urbanos

Por princípio, no campo de estudo da morfologia urbana a cidade é entendida como um organismo vivo e mutável, que evolui e se transforma ao longo do tempo. Por esta razão, de acordo com Costa e Netto (2015, p.31) e Oliveira (2016, p.31) as diferentes imagens produzidas pelo espaço urbano representam importantes vestígios que contém informações sobre o caráter das transformações e também revelam quais elementos da cidade que foram reconfigurados. Tudo isso corrobora para a construção de uma lógica e possível interpretação a respeito da evolução do meio urbano nos diferentes recortes temporais de estudo de uma cidade.

Sob esta perspectiva e em se tratando dos elementos que constituem as cidades e as suas respectivas transformações, para Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 75) o estudo da forma urbana aborda invariavelmente “*plus ou moins la question du tissu urbain [...] est rassembler les éléments qui en permettent l’analyse*”<sup>14</sup>.

O termo “tecido urbano” é uma metáfora cuja referência é a tecelagem - produção têxtil - ou também a área das ciências biológicas. Neste contexto, para Merlin e Choay (1988, p. 87) o uso da expressão “tecido” denota tanto o interesse por algo particular que compõem um sistema quanto uma visão de organização, cujos elementos estão intimamente conectados e são capazes de se adaptar e se transformar em conjunto.

Corroboram para esta discussão Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 75) ao afirmarem que, quando aplicado à cidade, o “tecido” explica a constituição de uma área urbana e as relações de complementariedade, adaptação, modificação e transformação de seus elementos constituintes. Além disso, cada cidade cria seus tecidos urbanos, a fim de melhor organizar suas práticas e

---

<sup>14</sup> Tradução e acréscimo da autora: “mais ou menos a questão do tecido urbano e reúne os elementos que possibilitam a análise da cidade”.

necessidades, expressando assim seu caráter orgânico e que pode ser visualizado em diferentes escalas na cidade conforme apontam Oliveira (2016, p. 8) e Kropf (1996, p.250).

Mais além, Kropf (1996, p.249), propõe uma análise do tecido urbano segundo a identificação de seus padrões, que são por sua vez, extremamente complexos. Ressalta-se que a complexidade aqui expressa aborda justamente a análise de inúmeras particularidades de um único objeto, que ao ser investigado, se subdivide novamente em outros componentes interdependentes, e por esta razão:

A town therefore need not be seen as a heterogeneous pile of things, but can be seen to have a distinct structure. There are patterns of patterns. When we respond to a place, we respond to all those patterns [...]. This conception of urban form can be used as a basis for specific and explicit definitions of the various patterns of elements (KROPF, 1996, p. 251)<sup>15</sup>.

E quais são estes elementos que permitem estabelecer uma lógica ou padrão de evolução de uma cidade? Segundo Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 75), o tecido urbano tem origem na superposição de três conjuntos elementares à cidade: as redes de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações.

O primeiro elemento, a rede de vias, compreende essencialmente os espaços públicos das cidades – ruas, vielas, avenidas, bulevares, largos, praças, passeios, esplanadas, etc. Trata-se de uma rede hierarquizada que comporta um sistema local, na qual normalmente há uma avenida principal que direciona e organiza espacialmente o território urbano. Neste sentido, Panerai e Mangin (2009, p. 57) afirmam que *“la rue et le découpage parcellaire que s'instaure de part et d'autre forment donc la base de l'édification de la ville”*<sup>16</sup>.

Inser-se neste primeiro elemento como fator agregador os chamados espaços livres, isto é, porções da área urbana livre de edificações, e que conforme discorre Queiroga (2014, p.105; 2012), integram e conectam todas as extensões da estrutura urbana.

Por esta razão, Coelho (2015, p.24) acrescenta que o estudo do espaço das cidades deve prever uma visão em conjunto da forma urbana e não apenas de um fenômeno em particular, com

---

<sup>15</sup> Tradução da autora: Uma cidade, portanto, não precisa ser vista como um acúmulo de dados heterogêneos, mas deve ser vista como uma estrutura que possui uma estrutura distinta. Há uma regra para os padrões. Quando nós compreendemos um lugar, nós compreendemos todos estes padrões. [...]. Esta concepção de forma urbana pode ser usada como base para definições e explicações dos diferentes padrões de elementos.

<sup>16</sup> Tradução da autora: A rua e a divisão parcelária que é estabelecida de ambos os lados conformando a base da edificação da cidade.



o intuito de compreender a inserção do núcleo urbano no território e as ligações regionais estabelecidas.

Vale ressaltar também que, utilizando-se desta visão em conjunto é perceptível que tecido urbano se organiza sobre um desenho de figuras geométricas, às vezes regulares, que obedecem certa lógica ou que se repetem ao longo do plano urbano. À vista disso, segundo Trindade (2015, p.59), ao observar o sistema viário é perceptível que os centros urbanos mais antigos possuem irregularidades geométricas que os distinguem das áreas mais recentes cuja trama de vias é marcada pela regularidade e repetição.

A partir do exposto, o sistema viário é um dos elementos que compõem a forma urbana e pode ser investigado por meio de uma comparação com os períodos anteriores registrados em mapas, fotografias, plantas ou outras fontes históricas. Pois, de acordo com Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 86) sempre é estabelecida uma conexão com o estágio atual de uma cidade, e a comparação é estabelecida por critérios como a hierarquia, dimensão, posicionamento em relação ao sítio, largura das vias, distância entre cruzamentos, entre outros parâmetros.

O segundo elemento constituinte da forma urbana de acordo com Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 83) são os recortes fundiários e parcelares. A relação do conjunto de parcelas com o sistema de vias é um elemento condicionante para a existência do tecido urbano, pois a rua, que conecta um ponto ao outro da cidade e também dá acesso a outras vias, é o elemento no qual estão agregadas as parcelas fundiárias.

Os lotes, por sua vez, são usualmente dispostos perpendicularmente às vias, salvo aqueles que são formados por condicionantes particulares, por exemplo um produto de edificações antigas ou resquícios do traçado urbano anterior. O parcelamento para Panerai *et al* (2004, p. 124) e Leite (2015, p.149) de uma cidade conserva os antigos usos do solo, e, portanto, a análise parcelar pode fornecer uma resposta para a compreensão das regularidades, agrupamentos homogêneos, fragmentações e singularidades da organização espacial de uma cidade.

Por fim, Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 87) apresentam como último elemento constituinte do tecido urbano as edificações, que representam a terceira dimensão de análise do tecido urbano das cidades: a verticalidade. Aqui, relaciona-se não apenas a altura dos edifícios, mas também o relevo natural do sítio. Neste sentido, na perspectiva de uma análise urbana, deve-se interpretar e representar esta terceira dimensão juntamente com o sistema de vias e as unidades de

parcela afim de se compreender a indissociabilidade destes três elementos que promovem o crescimento e a evolução das cidades e ao mesmo tempo mantêm um sistema coeso e estruturado.

Considerando o que foi apresentado, sabe-se que a cidade existente é o seu próprio modelo de reprodução, e por esta razão, a sua forma física materializa certos valores estéticos e vivenciais. Neste sentido, Coelho (2015, p. 17) afirma que os diferentes tecidos urbanos possuem qualidades e características que dispõem certa riqueza formal e, em vista disto, podem ser qualificados segundo a sua complexidade, diversidade e identidade.

Quanto à sua complexidade, o tecido urbano é capaz de condensar e sobrepor acontecimentos de períodos e lógicas distintas, e, portanto, não é resultante da sucessão de uma única intenção, um projeto-ação. Por consequência, Coelho (2002, p.78) discorre que este grau de sedimentação das diferentes propostas determina o quão complexo é o tecido de uma cidade. Sob esta perspectiva, é surpreendente o processo de renovação e criação de Cidades Novas, além da permanência de estruturas urbanas muitas vezes seculares.

Com relação à diversidade, sabe-se que a cidade é produzida por diversos atores, cujos interesses, vontades e princípios são fisicamente reproduzidos no espaço urbano. Desta maneira, para Coelho (2015, p. 20; 2002, p.85) ao se debruçar sobre a cidade é possível reconhecer como um único elemento urbano deu origem a diversas materializações.

A terceira e última qualidade é de certa maneira, uma resultante do caráter complexo e múltiplo do tecido urbano. Por assim dizer, a riqueza das variadas materializações físicas no espaço das cidades, a configuração de seus elementos e componentes, que mesmo em suas particularidades contribuem para a homogeneidade formal do tecido, acabam por configurar a identidade do traçado de uma cidade. Portanto, Coelho (2015, p. 21) e Leite (2015, p.149) compreendem que a identidade do tecido urbano parte do entendimento das relações e articulações de seus elementos constituintes.

A partir disto, constata-se que a leitura do tecido urbano não pode ser feita segundo uma ótica simplista, mas que a compreensão do objeto urbano se presta à experiência e as vicissitudes de seus acontecimentos históricos e, por esta razão, seu estudo deve partir da decomposição destas “camadas” de evolução segmentadas “*à continuité de vie*”<sup>17</sup> (LAVEDAN, 1926, p. 58).

---

<sup>17</sup> Pierre Lavedan em seu livro “*Qu’est ce que l’urbanisme? Introduction à l’histoire de l’urbanisme*” (1926), utiliza o termo “*à continuité de vie*” para designar as cidades que possuem um uso e ocupação permanente ao longo do tempo.

À face do que foi exposto, é possível afirmar que a cidade construída e por extensão a sua forma, são composições complexas e que demandam minuciosas interpretações. Entretanto, Panerai e Mangin (2009, p. 54), Proença (2014, p. 36) e Fernandes (2015, p. 38) descrevem a existência de um elemento comum que influencia não apenas a configuração do tecido urbano, mas todos os demais fenômenos que produzem o espaço das cidades: este elemento é o sítio natural.

Em consonância Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 85) discorrem que a forma primordial de uma cidade é essencialmente a forma de seu sítio de implantação. Quando considerados a modelação dos traçados urbanos, a distribuição dos elementos e todas as demais atividades que envolvam a produção do espaço das cidades, a condicionante de maior expressão invariavelmente, é o perfil natural do território.

Da mesma maneira, se o sítio é o gerador da forma dos lugares, o relevo também atua como um fator de deformação do tecido urbano. Por meio da leitura do traçado das cidades, conforme exposto anteriormente, além de compreender a evolução da forma urbana, também é possível estabelecer uma relação dos acidentes topográficos que abruptamente marcaram e deformaram a malha das cidades conforme afirma Kostof (2009, p. 53).

Neste sentido, Fernandes (2015, p. 41) acrescenta que a deformação do tecido urbano pode ocorrer de três maneiras: pela torção, pela ruptura ou devido a convergência dos traçados. No primeiro caso, os diferentes traçados implantados nas cidades acabam por se complementar parcialmente e por extensão determinar direções divergentes entre si. Como resultado, são produzidas ruas tortuosas e com vários pontos de inflexão caracterizando assim uma deformação por torção do tecido.

Quanto à ruptura do traçado urbano, Fernandes (2014, p.134) afirma que se trata de um processo de caráter particular. Neste tipo de deformação, o protagonista é o relevo que atua como obstáculo na aplicação da malha das cidades. Por consequência, são criados elementos urbanos singulares em torno destes acidentes geográficos, cujas características formais são exceções no próprio sistema de composição da cidade.

Quanto ao fenômeno de deformação por convergência dos traçados urbanos, este também é, em geral, um produto da ação do relevo sobre o tecido urbano. Usualmente, apresenta-se nas

---

áreas de maior altitude do relevo, quando o traçado converge para um único ponto. Entretanto, Fernandes (2015, p. 44; 2014; p.145) ressalta que este processo não ocorre exclusivamente no topo de elevações, mas também é desencadeado pela ação intencional de um objeto arquitetônico particular, e muitas vezes simbólico.

Considerando o exposto, é perceptível que cada vez se tornam mais complexas as relações urbanas em vista da quantidade de elementos e fatores que atuam no processo de transformação do tecido das cidades. Assim, mesmo que a escolha do sítio seja o primeiro passo para a concepção de um assentamento urbano, outro elemento que também é relevante para o estudo do tecido urbano são as vias de comunicação territoriais, já citadas anteriormente. Conforme afirma Rossi (2001, p. 64)<sup>18</sup>, “o caminho e a acessibilidade são um requisito para a existência da cidade”, portanto, os caminhos ou vias, também são elementos primordiais e delimitadores no traçado urbano.

A via, que segundo Fernandes (2014, p. 74) é “um eixo abstrato, constitui-se como ligação preferencial entre locais distintos e simultaneamente como suporte para a edificação”. Ademais, conforme a cidade se expande, pode ser agregada ao tecido urbano ou também pode ser planejada como uma ligação estratégica entre o núcleo e as novas áreas de expansão urbana conforme afirmam Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 61).

Sob o viés morfológico, considera-se que o processo pelo qual a cidade se expande é também um fenômeno de sedimentação, no qual a leitura do tecido urbano investigará as possíveis razões para as cidades terem as suas respectivas configurações. Assim, para Coelho (2014, p.14) a cidade física é construída a partir da dimensão do tempo, e a leitura do estado atual de seus tecidos só é fidedigna caso considere a expressão do tempo.

E como refletir sobre os tempos que atuam de maneira concomitante nas cidades e são responsáveis pelas transformações do tecido urbano? Para isso aplicam-se as terminologias definidas pelo historiador francês Fernand Braudel (1958, p.725) no contexto urbano conforme descreve Coelho (2014, p.19). Os três tempos distintos, o tempo curto, o tempo médio e o tempo longo, quando trazidos para a cidade, podem auxiliar na leitura do tecido e na experimentação urbana.

Em conformidade com o autor supracitado, o primeiro retrata o tempo do indivíduo, é certamente o mais breve, e é nele que se transmitem as práticas e normativas do uso e produção

---

<sup>18</sup> Obra publicada originalmente em 1966.

do espaço edificado das cidades. Quanto ao segundo tempo, este trata das funções e usos dos espaços urbanos que invariavelmente se transformam com a passagem de diversas gerações de indivíduos. Por último, o terceiro tempo compreende a dimensão da cidade como objeto físico, que evolui, se transforma e possui a capacidade de ser reinterpretada.

Compreendidos estes parâmetros do tempo como dimensão da forma das cidades, a interrogação permanece sobre quais são os tipos de evolução dos tecidos. Neste sentido, com as ações do tempo, de que maneira a cidade agrega seus novos modelos de traçado? Utilizando-se da concepção de Coelho (2014, p. 24-27), os modelos de evolução dos tecidos urbanos são três: a adição, a sobreposição e a sedimentação.

O primeiro tipo ou modelo de evolução, a adição de tecidos, constitui um processo modesto e que acontece quase naturalmente dentro da dinâmica espacial urbana. Para Coelho (2014, p.24) e Santos (2014, p. 95) o núcleo urbano existente cujo tecido possui uma lógica homogênea justapõe-se a outros elementos urbanos de configurações distintas do seu original. Assim, como resultado, a adição dos tecidos representa o processo de expansão territorial da cidade.

Com a relação à sobreposição, diferentemente da adição, trata-se de um processo menos frequente e cuja concretização depende inteiramente de um projeto de intervenção urbana deliberado pelo coletivo. Para Amado (2014, p. 117) e Coelho (2014, p.25) a intenção primordial da sobreposição é justamente reconfigurar, remodelar e propor uma releitura do tecido existente, sobrepondo-o com uma nova ordem urbana. Logo, a efetivação deste modelo de evolução do tecido apenas se concretiza às custas de demolições, realocações e uma profunda intervenção na cidade.

Por fim, a sedimentação, conforme já citado anteriormente, é o fenômeno de evolução mais usual nas cidades, ocorrendo em todos os tipos de tecido urbano, estando ou não vinculado aos processos de adição e sobreposição de acordo com Proença (2014, p. 33). Resultante das atividades sociais, econômica e políticas do meio urbana, as parcelas e os elementos do espaço público são reconfigurados conforme os incentivos e ações particulares ou públicas.

Considerando tudo o que foi apresentado neste subcapítulo, depreende-se que a cidade aqui estudada, conforme descreve Justo (2014, p. 51):

Não é mais do que uma condensação histórica, das diferentes e sucessivas fases de crescimento do tecido num processo que é lento, mas permanente. Basta pensarmos que a formação inicial da cidade decorre da evolução de uma estrutura rural para uma

configuração urbana e que o seu crescimento surge de uma forma progressiva e segue uma tendência gradual de transformação.

Assim, o intermitente processo de evolução e crescimento da forma das cidades revela-se na própria organização do tecido urbano que constantemente adequa-se, transforma-se e também permanece. A apresentação destes conteúdos teóricos referentes ao tecido urbano – definição, seus respectivos componentes, relação sítio e traçado, modelos de evolução do tecido das cidades – tem por finalidade fundamentar as análises propostas nesta dissertação, visto que compreender os padrões de crescimento urbano em Cidades Novas de frentes colonizadoras é primordialmente compreender a evolução seus tecidos urbanos.

No próximo subcapítulo, portanto, apresenta-se quais são as ferramentas e critérios, segundo a ótica da Morfologia Urbana, para a análise do crescimento das cidades.

## | 1.2 Ferramentas de análise do crescimento urbano

O presente subcapítulo tem por objetivo apresentar as ferramentas de análise do crescimento das cidades sob a ótica da Morfologia Urbana, afim de estabelecer um suporte teórico para as análises levadas a cabo por esta dissertação. Para isso faz-se necessário, primeiramente, retomar qual é a definição de crescimento urbano.

Em uma busca no dicionário, conforme descrito por Ferreira (1999, p. 577), o termo “crescimento” tem origem no latim “*crescere*”, e por esta razão expressa o ato de “aumentar em volume, grandeza ou extensão”. Mais além, a aplicação do termo “crescimento” normalmente está vinculada ao viés econômico, de produção do capital conforme expressa o autor.

Para tanto, quando trazido para campo do urbanismo e aplicado no contexto das cidades, é comum haver certa ambiguidade entre os termos crescimento e desenvolvimento. Por assim dizer, de acordo com o glossário online formatado pelo *International Seminar on Urban Form* (ISUF), o conceito de crescimento está inserido na própria definição de desenvolvimento, referindo-se assim ao desdobramento e evolução de um sistema por completo.

Apesar das várias definições e às vezes concepções dúbias, o conceito de crescimento urbano que embasa a presente dissertação e fundamenta análises posteriores, apoia-se nas pesquisas referentes ao crescimento das cidades de Panerai, Depaule e Demorgon apresentadas originalmente no livro *Analyse Urbaine* (1999).

Por conseguinte, as teorias referentes ao crescimento urbano formuladas por estes pesquisadores franceses objetivam, segundo Panerai *et al* (2004, p. 7) entender os estados sucessivos da forma urbana, assemelhando-se ao estudo da morfogênese. Além disso, a noção de crescimento urbano aqui apresentada está vinculada à tradicional compreensão orgânica ou biológica já discutida nos textos de Patrick Geddes<sup>19</sup> ou Raymond Unwin<sup>20</sup>.

Em contínuo, entende-se por crescimento de uma aglomeração conforme descrito em Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 51) o “*l’ensemble des phénomènes d’extension et de densification des agglomérations saisis d’un point de vue morphologique, c’est-à-dire à partir de leur inscription matérielle dans le territoire*”;<sup>21</sup> ou seja, a partir da configuração física do território. Evidencia-se aqui, no entanto, a distinção para com o conceito de “desenvolvimento” uma vez que este é reservado apenas as potencialidades econômicas ou institucionais da aglomeração.

Com a definição de crescimento urbano já estabelecida, somam-se agora as ferramentas de análise também apresentadas por Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 52): os modos de crescimento - o crescimento espontâneo e o crescimento dirigido -, e os elementos reguladores - o polo, as linhas de crescimento, as barreiras e os limites.

Estas ferramentas segundo Justo (2014, p.51) e os autores supracitados devem, fundamentalmente, auxiliar no estabelecimento de uma lógica urbana visto que, apesar das peculiaridades de cada cidade, ressalta-se que em todas devem existir fenômenos semelhantes e repetidos. Assim, trata-se de princípios de análise independentes e, portanto, aplicáveis igualmente em cidades médias nas quais observaram-se os mesmos fenômenos com escalas e proporções diferentes.

Nesta perspectiva, a aplicação destas ferramentas para a análise dos padrões de crescimento urbano da Cidade Nova de Marechal Cândido Rondon no Oeste do Paraná representa uma das possíveis maneiras para a compreensão do processo evolutivo destas aglomerações, considerando toda a sua dinamicidade. Desta maneira, recusa-se a ideia de uma cidade estática e acabada, mas evidencia-se a proposta de uma cidade em transição conforme descreve Panerai, Depaule e

---

<sup>19</sup> Livro *Cities in Evolution* publicado em 1915 por Patrick Geddes.

<sup>20</sup> Livro *Town planning in practice: an introduction to the art of designing cities and suburbs*, publicado em 1909 por Raymond Unwin.

<sup>21</sup> “Conjunto de fenômenos de extensão e adensamento apreendidos do ponto de vista morfológico, isto é, a partir de sua inscrição material no território (PANERAI, 2014, p.51) ”.

Demorgon (1999, p. 54): “*ensuite parce qu’en révélant les points fixes des transformations antérieures, elle désigne des logiques profondément inscrites dans les territoires qui éclairent les enjeux des aménagements actuels.*”<sup>22</sup>

Considerando o exposto, na sequência apresenta-se a conceituação teórica destas ferramentas de análise do crescimento urbano. Conforme citado anteriormente e, partindo de uma dimensão territorial<sup>23</sup>, isto é, a escala da cidade (LAMAS, 2014, p.74), o primeiro elemento de análise é o modo de crescimento. Este subdivide-se segundo dois critérios: o crescimento contínuo e o crescimento descontínuo.

Estas duas categorias podem assumir outras terminologias também, como “urbanização em mancha de óleo” ou então “em cacho” conforme cita Ojima, Monteiro e Nascimento (2015, p. 12). No entanto, por via de regra, trata-se essencialmente de dois tipos de expansão: a contínua, com prolongamentos diretos de porções urbanas já construídas, ou descontínua, cuja ocupação do território é mais aberta e possui rupturas naturais com as partes antigas da cidade.

Panerai *et al* (2004, p. 47) afirmam que a existência física destes dois tipos de crescimento é exemplificada, por exemplo, na ideia de cidade satélite teorizadas por Ebenezer Howard e Raymond Unwin como solução à expansão contínua dos subúrbios ingleses em meados do século XIX.

Retomando novamente o contexto de pesquisa desta dissertação, é válido ressaltar o recorte temporal estabelecido para a aplicação deste critério sobre o modo de crescimento do objeto de estudo. Para Amado (2014, p.117), o fenômeno de produção da cidade deve ser entendido “como uma prática de reconstrução, ou seja, que remeta para uma fase posterior à fundação e consequente período de evolução”. Assim, considerando se tratar de uma análise evolutiva do crescimento urbano de uma cidade, foi estipulado um recorte de análise entre as décadas de 1950 e 2010, fundação de Marechal Cândido Rondon e encerramento do prazo da presente pesquisa, respectivamente.

Em contínuo, outro critério significativo para a análise do crescimento urbano de acordo com Paiva (2015, p.5) são os elementos reguladores, outra ferramenta que trata principalmente da

---

<sup>22</sup> Tradução e acréscimo da autora: “quando revelado os pontos fixos das transformações anteriores, ele [o estudo do crescimento urbano] designa as lógicas inscritas profundamente no território que esclarecem as questões dos assentamentos atuais”.

<sup>23</sup> “Nesta dimensão a forma da cidade é entendida a partir de seus elementos primários ou estruturantes, como o macrossistema viário, bairros, zonas habitacionais, centrais ou produtivas, que se articulam entre si e com o suporte geográfico (LAMAS, 2014, p.74) ”.



influência das disposições físicas como guias para o processo de expansão das cidades. Por assim dizer, são duas as categorias de elementos capazes de regular fisicamente este crescimento: os responsáveis por regular a expansão – as linhas e pólos – e aqueles que a retêm – as barreiras e limites.

Com relação às linhas, segundo Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 60), “trata-se do suporte do crescimento que se efetua segundo uma direção”. De maneira prática, muitas cidades tiveram a sua gênese a partir de uma estrada ou rua na qual as habitações se aglomeraram ao longo. Neste exemplo, a estrada atuou como uma linha de crescimento, guiando a expansão urbana, e da mesma maneira, outros elementos podem desempenhar a mesma função: uma ferrovia, uma picada, um córrego, etc. Ademais, é necessário considerar que as linhas de crescimento podem ter origem na própria geografia local, e, portanto, serem naturais, como por exemplo as linhas topográficas, a orientação das bacias hidrográficas, que invariavelmente norteiam a ocupação do sítio pelo homem.

Entretanto, além de demarcar a expansão do traçado das cidades, as linhas de crescimento, também desempenham o papel fundamental no arranjo do tecido urbano, regulando as áreas de adensamento e expansões secundárias conforme complementa Fernandes (2014, p. 74). Por esta razão, trata-se de uma ferramenta de análise primordial para a investigação sobre o crescimento urbano.

Em se tratando da expansão das cidades, é preciso considerar a origem da aglomeração e também a sua referência, isto é, o pólo de crescimento. Ao refletir sobre a evolução de uma aglomeração o seu pólo é, invariavelmente, um centro inicial que está demarcado no tecido urbano, seja pela sua carga histórica e simbólica ou então por um traçado singular que o difere das demais áreas expandidas tal qual expressam Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 64).

A partir destas duas ferramentas, as linhas e os pólos, é possível explicar o fenômeno de extensão do tecido urbano, o qual se faz a partir do parcelamento de lote após lote, criando uma continuação do tecido. No entanto, é necessário observar que não se trata de um processo homogêneo. O crescimento em extensão quase sempre é resultante da atuação de inúmeras linhas em diversas direções, com expansões secundárias e hierarquizadas, e, portanto, manifesta complexas tensões e redes internas do tecido urbano conforme expressa Panerai *et al* (2004, p.158-159).

Entretanto, segundo Paiva (2015, p.5), ao tratar do processo de crescimento de uma cidade faz-se necessário relatar também os elementos do território, sejam estes naturais ou artificiais, que de certa maneira refreiam a expansão das cidades e impedem o crescimento do tecido urbano.

Considerando que a presente pesquisa pretende identificar os padrões de crescimento urbano em Cidades Novas, é essencial a compreensão de como se deu a formação dos polos de crescimento, isto é a origem destas aglomerações, e bem como de suas linhas de crescimento, sendo estes naturais ou artificiais. Em contrapartida, para Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 67-68) as barreiras e limites revelam obstáculos geográficos do sítio, apresentando as características físicas do território que detiveram o crescimento das cidades. Na prática, podem existir obstáculos geográficos – o relevo, rios, a fauna, entre outras – e também obstáculos edificados pelo homem, como por exemplo uma estrada, ferrovia, latifúndios, muralhas, etc.

Uma consequência da atuação destas barreiras no espaço urbano é, segundo Paiva (2015, p.6) e Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 68) o adensamento do tecido, pois a transposição dos obstáculos e a ocupação de novas áreas nos arredores, isto é, a expansão horizontal, apenas ocorre após a eventual saturação do tecido primariamente ocupado.

A partir do exposto, a terceira ferramenta de análise do crescimento urbano é justamente o tecido das cidades, já extensivamente abordado no subcapítulo anterior. Evidencia-se apenas, que de acordo com Oliveira (2016, p. 8) e Kropf (1996, p.4), o tecido urbano é expresso essencialmente por seu caráter de organicidade, podendo ser investigado segundo as diferentes escalas da cidade<sup>24</sup>. Em complemento, Panerai (1999, p. 78) afirma que quando aplicado à cidade, o “tecido” explica a constituição de uma área urbana e as relações de complementariedade, adaptação, modificação e transformação de seus elementos constituintes.

Além disso, Panerai e Mangin (2009, p. 9) identificam que cada cidade cria seus tecidos urbanos, a fim de melhor organizar suas práticas e necessidades, e por assim dizer o tecido urbano tem origem na superposição de três conjuntos elementares à cidade: as redes de vias, os parcelamentos fundiários e as edificações.

Em vista de tudo o que foi apresentado, por meio da análise dos elementos reguladores da expansão das cidades e do tecido urbano é possível a identificação da lógica de crescimento de uma

---

<sup>24</sup> Nesta dissertação utiliza-se a dimensão urbana, ou escala do bairro, para fins de análise do tecido urbano. De acordo com Lamas (2014, p.74), a esta dimensão os elementos morfológicos pressupõem uma estrutura de vias, espaços livres e outras formas visualmente identificáveis.

cidade. A diversidade deste conjunto traduz essencialmente a complexa dinâmica espacial das cidades e por consequência, de sua forma urbana, temática que é abordada por muitos pesquisadores brasileiros e estrangeiros na atualidade (PANERAI, DEPAULE e DEMORGON 1999; QUEIROGA, 2012; LIMA, 2010; REGO e MENEGUETTI, 2011; COSTA e NETTO, 2015; OLIVEIRA, 2016).

A partir desta fundamentação, e tendo por base os conceitos e definições aqui apresentados, no capítulo seguinte será introduzida a contextualização histórica e urbana do Oeste do Paraná, com ênfase nas práticas da Colonizadora Maripá e principalmente na configuração inicial do núcleo urbano da Vila General Rondon.

### | 1.3 Método

A presente dissertação pauta-se na perspectiva da Morfologia Urbana para uma análise descritiva e explicativa dos padrões de crescimento urbano de Marechal Cândido Rondon no Oeste do Paraná, uma Cidade Nova planejada e implantada pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – MARIPÁ. Objetiva-se compreender quais são as características de sua expansão urbana.

Ademais, convém esclarecer que as teorias referentes ao crescimento urbano formuladas por Panerai, Depaule e Demorgon (1999) fundamentam o arcabouço teórico de análise da pesquisa afim de buscar o entendimento dos estados sucessivos de crescimento da forma urbana. Ressalta-se, entretanto, quanto ao recorte temporal da pesquisa, que ao invés de ser realizada uma análise por décadas – 1950 a 2010 -, serão considerados os períodos de transformação morfológica, isto é, as décadas em que a cidade apresentou as maiores expansões da forma urbana.

Neste sentido, resgata-se a conceituação de crescimento urbano em Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 51) e também as respectivas ferramentas de análise do crescimento urbano sob a óptica morfológica. Propõe-se assim, o estabelecimento de uma lógica urbana para a expansão do tecido de Cidades Novas, visto que, apesar das peculiaridades de cada cidade, em todas devem existir fenômenos semelhantes e repetidos. Evidencia-se, no entanto, que o contexto original no qual foram aplicados estes princípios de análise pelos pesquisadores franceses foi distinto daquele proposto nesta dissertação, visto que o objeto de estudo se tratava de cidades europeias históricas.

Portanto, a presente dissertação utiliza-se destas mesmas ferramentas de análise, porém, as adapta ao contexto das Cidades Novas de frentes colonizadoras no Oeste do Paraná, com o intuito de compreender os padrões de crescimento urbano do estudo de caso.

Considerando o exposto, as ferramentas aplicadas como critérios e variáveis de análise desta pesquisa foram definidas a partir da fundamentação teórica já apresentada e adaptadas ao contexto da pesquisa. Assim, utilizando-se de uma *escala territorial*, analisa-se:

**Modo de crescimento:** crescimento contínuo, crescimento descontínuo.

**Forma urbana:** lógica geométrica, transição entre urbano e rural, a relação com o parcelamento original e dimensão da área urbana.

**Linhas de Crescimento:** linhas de crescimento naturais, linhas de crescimento artificiais, barreiras de crescimento.

Evidencia-se que todos estes elementos, invariavelmente em maior ou menor grau, compõem o tecido urbano, e em conjunto, transmitem uma ideia de continuidade e renovação, permanência e transformação. Portanto, em uma dimensão urbana, verifica-se:

**Padrão do Tecido Urbano:** Rede de vias: relação com o sítio, hierarquia e dimensão;

Parcelamento fundiário: dimensão e formato do lote e da quadra, homogeneidade/heterogeneidade quanto a distribuição no tecido.

Vale ressaltar que as ferramentas e critérios de análise selecionados provêm de um corpo teórico de autores essencialmente europeus (Cap.1 Morfologia e Crescimento Urbano), e, portanto, o elemento da vegetação urbana não é discutido em detrimento dos demais critérios morfológicos. Além disso, quando analisada a proposta de parcelamento da Companhia Maripá, o Plano de Colonização não possui um direcionamento claro e específico para com a vegetação nativa conforme afirma Piaia (2004, p. 186) ao relatar que “a gleba de terra era vendida com uma mata rala, já que o principal havia sido derrubado e transportado, porém a vegetação básica ainda existia”.

Diferentemente de algumas Cidades Novas cuja a vegetação urbana ocupa papel central na conformação da forma urbana, a exemplo Maringá, os centros implantados pela Colonizadora Maripá, em especial a Cidade de Marechal Cândido Rondon, não possuem a vegetação urbana nativa como elemento preponderante de sua forma. Assim, pelas razões acima apresentadas, este estudo não engloba como elemento de análise a vegetação urbana.

Apresenta-se na sequência um quadro do protocolo de pesquisa aplicado nesta dissertação, detalhando os critérios, variáveis, fontes de evidência e os instrumentos de aplicação.

**Tabela 1:** Protocolo de Pesquisa.

	<b>Crítérios</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Fontes de Evidência e Instrumentos de Aplicação</b>
Escala Territorial	Modo de Crescimento	Crescimento Contínuo	Comparação dos mapas urbanos das décadas de 1960,1970,1980,1990,2000 e 2010 coletados no Museu Histórico Willy Barth, Escritório Técnico da Colonizadora Maripá e na Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon
		Crescimento Descontínuo	
		Lógica geométrica <sup>25</sup>	

<sup>25</sup> É importante ressaltar que a lógica geométrica da forma urbana faz referência ao formato do perímetro urbano, sendo este regular ou irregular, e, portanto, neste critério não é analisado o espaço intra-urbano, quadras, lotes e vias.

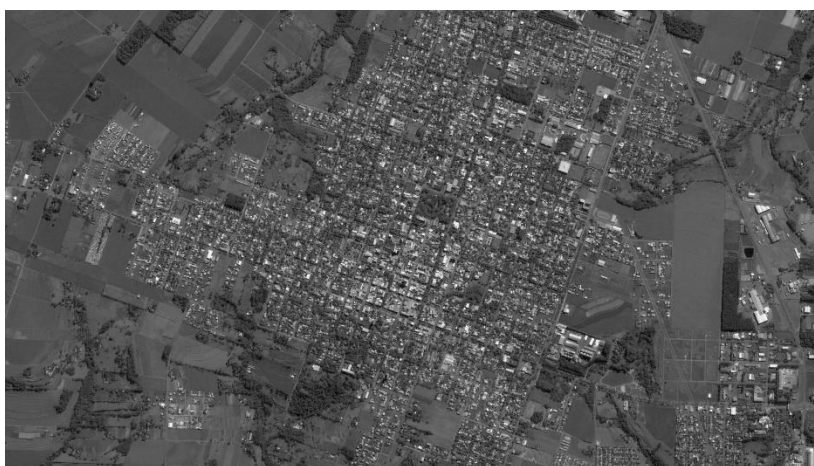
Escala Territorial	Forma Urbana	Transição entre urbano e rural	Comparação dos mapas urbanos das décadas de 1960,1970,1980,1990,2000 e 2010 coletados no Museu Histórico Willy Barth, Escritório Técnico da Colonizadora Maripá e na Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon
		Relação com o parcelamento original	
		Dimensão da área urbana	Dados fornecidos pelo Setor de planejamento urbano da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon referentes a dimensão do perímetro urbano.
Linhas de Crescimento	Linhas de crescimento naturais, artificiais e barreiras de crescimento.	Comparação dos mapas urbanos das décadas de 1960,1970,1980,1990,2000 e 2010 coletados no Museu Histórico Willy Barth, Escritório Técnico da Colonizadora Maripá, na Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon e imagens de Satélite (Google Earth).	
Dimensão Urbana	Padrão do Tecido Urbano	Rede de vias: relação com o sítio, hierarquia e dimensão.	Comparação dos mapas urbanos das décadas de 1960,1970,1980,1990,2000 e 2010 coletados no Museu Histórico Willy Barth, Escritório Técnico da Colonizadora Maripá, na Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon e imagens de Satélite (Google Earth).
		Parcelamento fundiário: Dimensão e formato do lote/ quadra Homogeneidade/heterogeneidade no tecido.	

**Fonte:** Organizado pela autora.

Considerando o exposto, os itens de análise acima apresentados serão aplicados no terceiro capítulo desta dissertação como critérios de análise do crescimento urbano sob a óptica da Morfologia Urbana. No que tange a produção dos mapas com a espacialização geográfica dos dados coletados, nesta dissertação utilizou-se o software gratuito *QGIS* na versão 2.18.

Quanto aos mapas produzidos no segundo capítulo, foram obtidos a partir do redesenho dos mapas assinados pelo Escritório Técnico da Colonizadora Maripá nas décadas de 1940 e 1950, sendo a hidrografia o principal elemento de referência no processo.

Vale salientar ainda que no terceiro capítulo, utilizando-se das informações coletadas, serão apresentados os resultados e considerações da autora, além da proposição de trabalhos futuros seguindo a mesma linha de investigação.



## 2 | OESTE DO PARANÁ: FRENTES COLONIZADORAS E CIDADES NOVAS

---

Imagens da capa Capítulo 2: Aerofotos do centro de Marechal Cândido Rondon nas décadas 1980, 2000 e 2010 respectivamente (de cima para baixo).

Fonte: Instituto de Terra, Cartografia e Geociência do Paraná –ITCG (1980); Google Earth (2018).

## 2 | OESTE DO PARANÁ: FRENTES COLONIZADORAS E CIDADES NOVAS

*“Urban design is of course an art, and like all design it does have to consider, or at least pay lip service to, human behavior [...]. What concerns me has to do with how and why cities took the shape they did”<sup>26</sup>.*  
Spiro Kostof

Neste capítulo apresenta-se uma análise da área ocupada pela Colonizadora Maripá no Oeste do Paraná, atentando as práticas de organização espacial e políticas de atuação da Companhia responsável pelo empreendimento. Além disso, o foco de estudo é a área de implantação da Vila de General Rondon, cujos antecedentes históricos à iniciativa serão retomados brevemente durante o texto.

Desta forma, este capítulo se inicia com a contextualização histórica do Oeste paranaense a partir da primeira década do século XX, revelando quais eram as configurações originais da região antes dos empreendimentos de colonização.

Para tanto, vale ressaltar que muitos pesquisadores já se dedicaram ao estudo do Oeste do Paraná segundo um viés de abordagem sociológica, histórica, política e econômica. E, de fato, esta não é a proposta da presente dissertação, cuja investigação fundamenta-se no viés cognitivo e explicativo da morfologia urbana, que vislumbra a cidade como uma composição histórica, que está em constante transformação. Por esta razão, muitos destes estudos de caráter histórico, sociológico e político serão o alicerce para o avanço desta pesquisa. A exemplo, Wachovicz (2010, p.275) que construiu uma narrativa sobre o processo de formação do Estado do Paraná, partindo desde a ocupação indígena do século XVI e relatando minuciosamente os acontecimentos que transformaram o território paranaense.

Ademais, Emer (1991) também retrata a consolidação do Oeste do Estado, narrando a história da região sob uma perspectiva educacional. Em complemento, Piaia (2004), aborda em detalhes a ocupação do Oeste segundo suas três fases de ocupação, os nativos, as *obrages* e as frentes colonizadoras.

---

<sup>26</sup> *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings through history* (2009, p.9).



Neste mesmo contexto, os trabalhos de Gregory (1988) partem de um viés de análise sobre os fluxos migratórios oriundos do Rio Grande do Sul para o Oeste do Paraná. Em sua tese (GREGORY, 2002), apresenta a continuação aos seus estudos, construindo um arcabouço teórico sobre as novas cidades implantadas na região Oeste paranaense, explicando a origem dos povos que ali migraram e as políticas de atração populacional por parte das frentes colonizadoras de capital privado que ali se instalaram.

Retomando a estrutura do capítulo, após a breve apresentação do cenário do Oeste do Estado no período anterior a década de 1940, analisa-se a ocupação levada a cabo pela Colonizadora Maripá, a responsável por implantar quinze novos núcleos urbanos e reconfigurar a paisagem desta região.

Por fim, sendo a Vila de general Rondon o foco de investigação desta dissertação, neste capítulo já serão respondidos os questionamentos sobre a sua configuração morfológica inicial. Assim, valendo-se da fundação teórica construída no primeiro capítulo e dos critérios e variáveis de análise já apresentadas, investiga-se as características do primeiro período de transformação morfológica, isto é, a primeira planta urbana da Vila de General Rondon.

## | 2.1 Migrantes e a Maripá: a criação da Industrial Colonizadora Rio Paraná

O cenário do Oeste do Paraná que precedeu o início do século XX foi marcado por seu parcial esquecimento perante as lideranças políticas brasileiras. Tais afirmações de Wachowicz (2010, p. p.275) e Gregory (2002, p. 88) retratam a falta de investimentos, o desinteresse pela colonização e a ausência de controle e fiscalização da fronteira brasileira com o mundo hispânico.

Neste sentido, retomando brevemente a formação histórica do Oeste do Paraná que também se assemelha à narrativa de outras regiões brasileiras, trata-se de uma área que teve como povos autóctones uma população ameríndia, conforme descrevem Wachowicz (2010, p. 13-14), Silva, Bragagnollo e Maciel (1988, p. 33), e Schallenberger (1997, p. 16), destacando-se as nações Tupi-Guarani e Caingangues.

O primeiro contato destes povos indígenas com o “homem branco”, de acordo com Silva, Bragagnollo e Maciel (1988, p. 29), ocorreu no século XVI por parte dos espanhóis e posteriormente pelos jesuítas portugueses, que colocaram em prática o sistema de reduções jesuíticas. Pode-se afirmar que o Oeste do Paraná sempre foi uma região alvo de disputas entre os

povos ibéricos conforme complementa Wachowicz (1987, p. 13), sendo que a fronteira entre as possessões espanholas e portuguesas na região do atual território paranaense só foi de fato concretizada a partir do tratado de Santo Ildefonso em meados do século XVIII<sup>27</sup>.

No entanto, a presença efetiva dos colonizadores no Oeste do Paraná ocorreu de fato apenas em 1881<sup>28</sup>, quando, segundo Wachowicz (1987, p. 21), Silva, Bragagnollo e Maciel (1988, p. 33) e Colodel (1988, p.40), dois exploradores, um brasileiro e outro espanhol<sup>29</sup>, declaram-se pioneiros da recém-formada Vila Iguazu às margens do Rio Paraná. Trata-se de uma das primeiras estratégias do Ministério da Guerra para ocupar as terras próximas a foz do Iguazu. Mais tarde, em 1889, esta vila, que havia prosperado, elevou-se à condição de Colônia Militar de Foz do Iguazu sob o comando do governo brasileiro, e atraiu novamente os olhares para a região Oeste do Paraná<sup>30</sup>.

Se por um lado a implantação da Colônia Militar trouxe certa prosperidade para a vila, por outro se constatou a existência de inúmeras vanguardas estrangeiras de extração ilegal de erva mate e madeira na região Oeste. Estas frentes extrativas paraguaias e argentinas acompanharam as margens do Rio Paraná, e ultrapassando as fronteiras internacionais definidas séculos antes por tratados, penetraram na faixa Oeste do território brasileiro conforme descreve Gregory (2002, p. 89).

Em resposta, a ordem por parte do governo brasileiro foi fortalecer a fronteira guarani, assim, partindo de Guarapuava, o núcleo urbano mais próximo da Vila de Foz do Iguazu, foram coordenadas as operações para a abertura de novas picadas em direção ao Oeste. Como resultado desta empreitada, Niederauer (2011, p. 15) descreve que o governo brasileiro foi surpreendido ao encontrar no caminho novas frentes ilegais de exploração estrangeira da madeira e erva-mate, novas picadas e pousos, configurando o cenário apresentado no mapa da Figura 3.

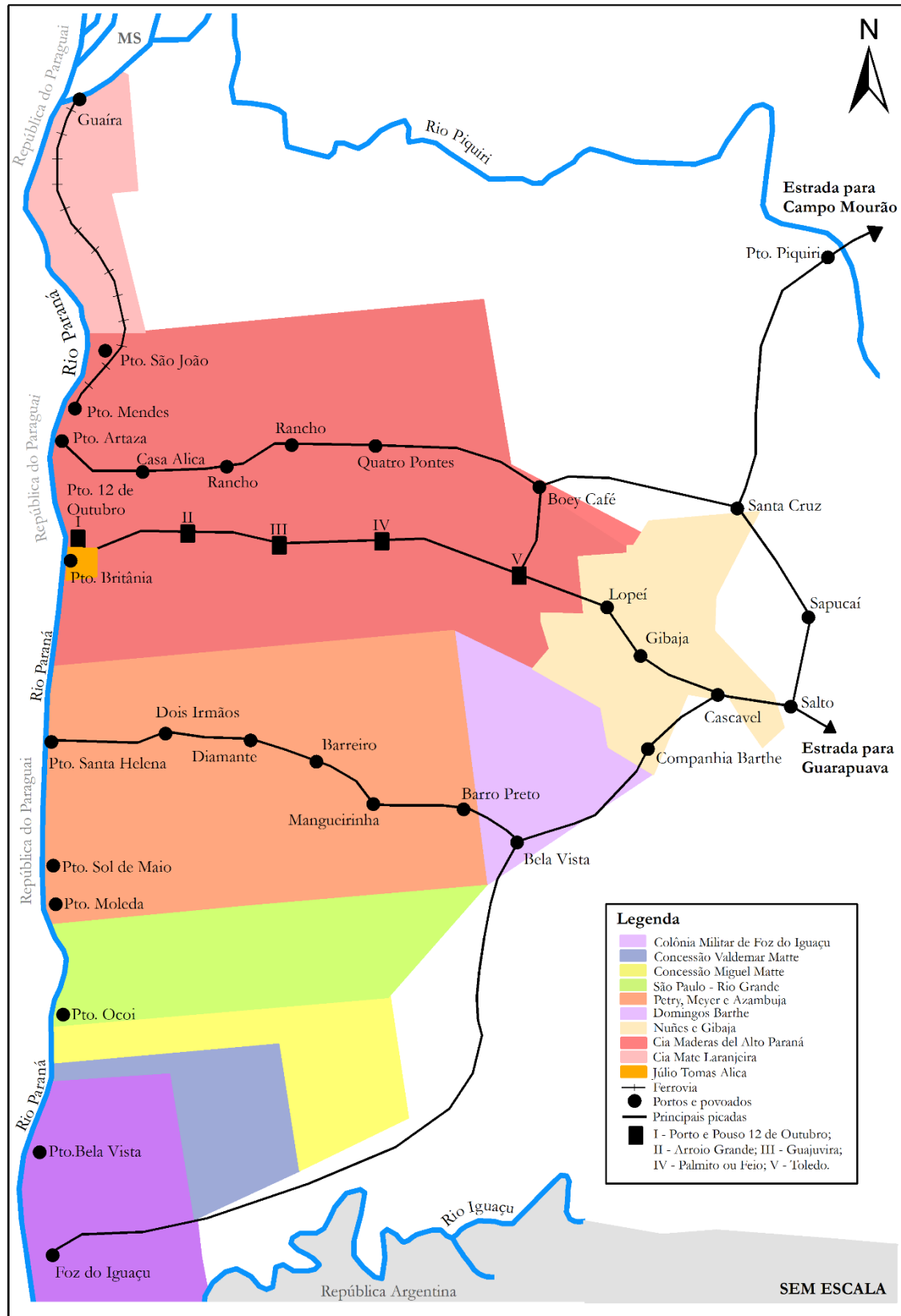
<sup>27</sup> No Tratado de Santo Ildefonso, a delimitação da fronteira física entre as possessões portuguesas e espanholas foi “desenhada” a partir dos rios Paraná e Iguazu segundo Emer (1991, p. 28). Anteriormente, o Tratado de Tordesilhas assinado em 1494 entre portugueses e espanhóis conferia a atual região do Oeste do Paraná como uma propriedade ultramarina espanhola.

<sup>28</sup> Ressalta-se que dois acontecimentos internacionais atraíram o interesse do governo imperial e provincial do Paraná em sua fronteira oeste: primeiramente a Guerra do Paraguai (1864), e na sequência a Guerra do Contestado, já no início do século XX (WACHOVWICZ, 2010).

<sup>29</sup> Cita-se o brasileiro Pedro Martins da Silva e o espanhol Manuel Gonzalez (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988, p.33)

<sup>30</sup> A região geográfica em que hoje se localiza a cidade de Foz do Iguazu sempre foi um ponto estratégico, tanto economicamente, quanto militarmente para o governo brasileiro, como descreve Wachowicz (1988). Em 1888, instalou-se no local uma colônia militar, com o intuito de fortalecer a “fronteira guarani”, isto é, uma fronteira de domínio brasileiro, visto que as *obrages* argentinas e paraguaias extraíam erva mate e madeira sem a cobrança devida dos impostos.

**Figura 3:** Mapa com configuração das glebas do Oeste do Paraná no início do século XX.



**Fonte:** Adaptado de Wachowicz (1988, p. 228) e do Relatório do Plano de Colonização empregado pela Pinho e Terras Ltda., 1961. Organizado pela autora.

Diante desta situação, segundo Wachowicz (1987, p. 24), o governo brasileiro promoveu a fixação de colonos com o intuito de povoar as fronteiras nacionais, em uma tentativa de extinguir a exploração estrangeira. No entanto, tais políticas não obtiveram êxito, visto que os comerciantes *obrageros* do ciclo do mate passaram a explorar os colonos que ali se fixaram. Desse modo, em meados do século XIX, segundo Wachowicz (2010, p.276), a região ainda era ocupada por inúmeras empresas estrangeiras, em sua maioria argentinas, voltadas à extração da erva mate e da madeira no oeste paranaense.

Segundo Piaia (2004, p. 120), Colodel (1988, p.53), a *obraje* faz referência a um tipo de exploração típico de regiões da mata subtropical argentina e paraguaia. O termo *obraje* conforme definição de Ferreira (1999, p. 1428), expressa uma terminologia regional do Paraná que significa uma área próxima ao rio na qual se corta a madeira que será destinada a descer pela água.

A partir dos portos demarcados no mapa da Figura 3, eram abertas as picadas no interior das matas paranaenses, sendo que quando esgotada a matéria prima novas picadas vicinais eram abertas para o deslocamento das frentes de exploração, reiniciando um ciclo. Ademais para Yokoo (2002, p. 2002) e Niederauer (2011, p. 18), nas picadas principais encontravam-se em quilômetros equivalentes os chamados *pousos* ou *postos de monta*, isto é, paradas de descanso para os *mensus*<sup>31</sup> e animais que deslocavam-se entre os pontos de exploração com carroças de erva mate. Nota-se que na maioria destes *pousos* havia moradores e casas de comércio.

Vislumbra-se assim que o cenário do Oeste paranaense no início do século XX, de acordo com Wachowicz (1987, p. 21), possui a seguinte perspectiva: a existência das *obrages*, cuja finalidade não é colonizar ou povoar vastas terras, mas sim, fundamentalmente, extrair a erva mate, nativa deste espaço, e a madeira em toras, encontrada em abundância na região. E, se por um lado havia os senhores que lucravam com este comércio, no outro extremo tem-se os *mensus*. Este sistema de exploração adentrou ao Brasil pelos vales navegáveis dos rios Paraná e Paraguai, estendendo-se até Estado do Mato Grosso do Sul.

Dentre as *obrages* atuantes de maior destaque apresentadas no mapa da figura 3, estão presentes as firmas *Cia de Maderas del Alto Paraná, Domingos Barthe, Nuñez y Gibaja, Martinez y Co., Juan B. Molla y Co.* e outras de menor porte que também exploravam o mercado ervateiro e

---

<sup>31</sup> Os trabalhadores braçais do sistema obrageros, viam-se presos ao padrão através de uma *conta corrente* interminável. Ao chegar nas obras, segundo Wachowicz (1988, p. 49-50)), os *mensus* adquiriam uma *conta corrente*, isto é, um empréstimo inicial concedido pelos patrões com a finalidade de suprir suas necessidades básicas de alimentação, vestimenta e, também, para a compra de ferramentas para trabalho.

madeireiro. Das *obrages* citadas, segundo Wachowicz (1987, p. 45) todas tiveram origem nas regiões de *Corrientes* e *Misiones*, o extremo nordeste argentino, o que significava que se por um lado havia uma situação de isolamento com restante do mercado nacional, por outro facilitava a penetração nas reservas de erva mate nativa no Oeste do Paraná.

Retomando o recorte geográfico de pesquisa desta dissertação, a região que atualmente compreende a cidade de Marechal Cândido Rondon, no início do século XX pertencia a *obraje Compañia de Maderas del Alto Parana*, cuja propriedade era conhecida como Fazenda Britânia segundo relata Niederauer (2011, p. 43).

Em complemento, para Wachowicz (1987, p. 164) a utilização do gentílico Britânia já indicava uma posse inglesa em terras paranaenses, visto que a *Compañia de Maderas del Alto Parana*, representada por Hilary Howard Lang e com sede em Buenos Aires era na verdade uma das ramificações de outra importante firma inglesa: a *The Alto Paraná Development Company Ltd.* Jorge Schimmelpfeng foi o responsável por administrar a compra dos 251.438 mil hectares de terras devolutas do Estado à margem do Rio Paraná segundo a lei nº. 610 em 6 de abril de 1905.

Autorizado pelo Estado do Paraná, em 1909 mais 23.314 mil hectares contíguos foram anexados à propriedade inglesa, totalizando uma gigantesca gleba de 274.752 mil hectares conforme aponta Wachowicz (1987, p. 164-165). Apesar da grande extensão, é perceptível no mapa da figura 3 que a Fazenda Britânia estava impossibilitada de qualquer nova expansão devido as outras propriedades *obrageiras* no seu entorno.

Além disso, os títulos fornecidos pelo governo brasileiro não repassavam ao domínio inglês os pousos e picadas no interior da Fazenda Britânia pertencentes as firmas Júlio Alica<sup>32</sup> – ao norte - e Nuñez e Gibaja – ao sul, com cinco pousos de 200 hectares cada-, cuja função primordial era a ligação das terras produtoras de mate com os portos à margem do Rio Paraná de acordo com Silva, Bragagnollo e Maciel (1988, p. 36). Estes cinco pousos se distanciavam cerca de 15 a 20 quilômetros conforme descreve Niederauer (2011, p. 92).

O ciclo áureo da erva-mate e da madeira, e por extensão o sucesso do sistema *obragero*, adentraram a segunda década do século XX. Os portos se tornaram autossuficientes e os povoados alcançaram certa organização. No entanto, para Oldoni (2016, p. 33-34), Gregory (2002, p. 90-91)

---

<sup>32</sup> A picada Alica como ficou conhecida, cortava o território da Fazenda Britânia ao norte. Em sua extensão estabeleceram-se cinco povoados, conforme demarcado no mapa da figura 03. Da mesma maneira, a Picada Nuñez y Gibaja possuía cinco pousos numerados a partir das margens do Paraná em direção ao interior da *obraje*. Tanto os povoados quanto as picadas não foram adquiridas pelos ingleses em 1909 (YOKOO, 2002, p. 76).

e Emer (1991, p. 81-82), a partir de 1923, o cenário brasileiro passou por transformações que colaboraram para o declínio das atividades *obrageiras* no Oeste do Paraná.

No contexto internacional, para Wachowicz (1987, p. 157) com o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) as nações europeias vitoriosas passaram por turbulências econômicas devido aos pesados investimentos no conflito bélico, o que implicou diretamente uma queda na eficiência da administração das *obrages* no Oeste paranaense. Lembrando que a *Compañia de Maderas del Alto Parana* possuía investimento predominantemente inglês, e, portanto, houve dificuldade para a manutenção das atividades extrativas. Ademais, o governo argentino, em uma tentativa de evitar a importação da erva-mate cultivada no Brasil, financiou diretamente ervateiros para produção de mudas, cultivo e processamento da erva-mate, libertando-se do pagamento dos altos impostos ao governo brasileiro. Se em 1928 eram exportadas mais de 10 mil toneladas, em 1932 houve um decréscimo de 2 mil toneladas ao ano.

Na conjuntura nacional, segundo Silva, Bragagnollo e Maciel (1988, p. 51), Gregory (2002, p. 90-91) e Colodel (1988, p. 103) foram dois os acontecimentos que impulsionaram o declínio do sistema de *obrages*: a Coluna Prestes em 1925 e as políticas nacionalistas de Getúlio Vargas sob a propaganda da “Marcha para o Oeste”.

Segundo descrito por Emer (1991), a Coluna Prestes<sup>33</sup>, de certa forma, desarticulou e interrompeu as atividades de exploração das *obrages* estrangeiras, pois com a presença de oficiais militares na região, os políticos e autoridades brasileiras foram informadas das péssimas condições da região em termos de infraestrutura, além, é claro, das inúmeras empresas estrangeiras que exploravam ilegalmente as terras no oeste paranaense.

Com relação à “Marcha para o Oeste”, conforme descrito por Sperança (1992, p. 120-121) e Lopes (2002, p. 50), sabe-se que esta foi uma das primeiras iniciativas do governo nacionalista de Getúlio Vargas iniciado em 1930<sup>34</sup> a partir da assinatura do Decreto 19.842 em 12 de dezembro de 1930. A preocupação com os vazios demográficos em regiões fronteiriças foi a questão geradora

---

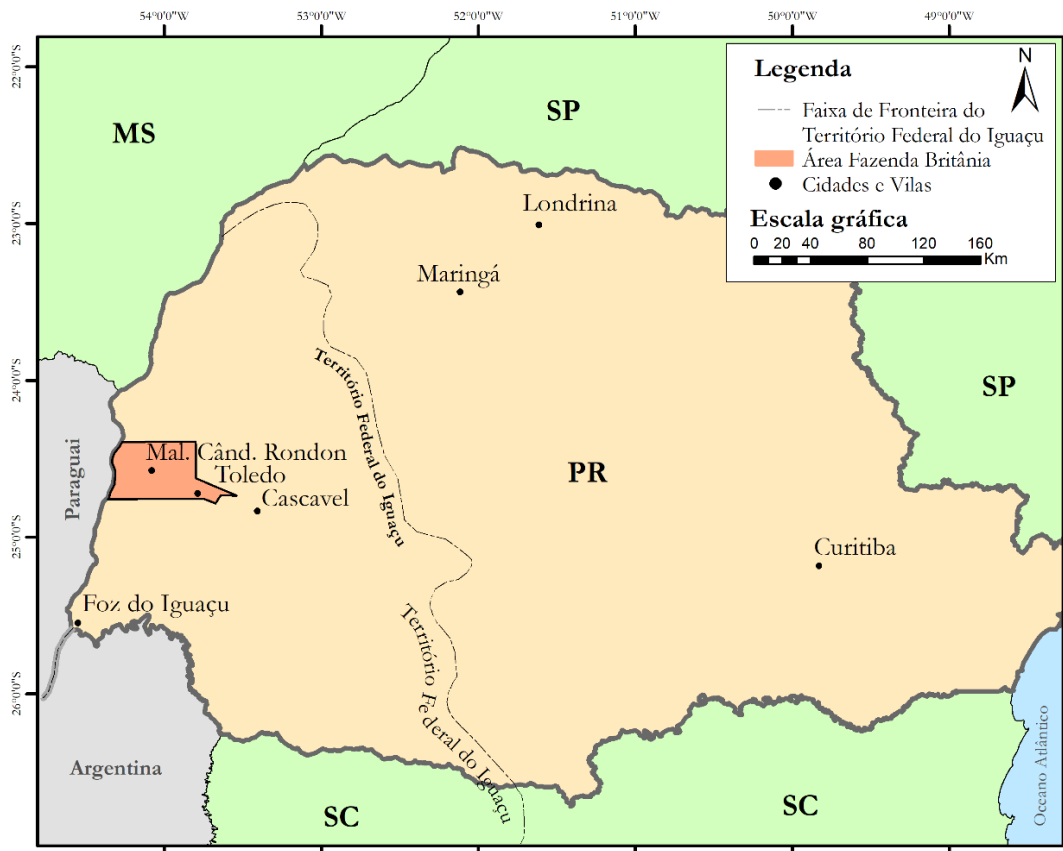
<sup>33</sup> A Coluna Prestes foi um movimento de cunho político ocorrido entre os anos de 1925 e 1927. Seus líderes compunham-se de militares contrários ao governo da República Velha e às elites agrárias de São Paulo e Minas Gerais. O principal líder da coluna foi capitão Luís Carlos Prestes, originando assim o nome do movimento. Os integrantes da Coluna Prestes percorreram 25 mil quilômetros pelo interior do território brasileiro, incluindo o Estado do Paraná, e ao discursarem com os moradores locais pregavam ideais contrários aos do governo federal, mostrando as injustiças sociais do período, além da necessidade de reformas políticas e sociais (LOPES, 2002).

<sup>34</sup> Getúlio Vargas foi um presidente brasileiro que assumiu o poder no ano de 1930, após a Revolução de 1930, que derrubou o governo de Washington Luís e as elites agrárias de São Paulo e Minas Gerais. Em seus quinze anos de governo, as políticas nacionalistas e populistas orientaram as suas decisões (LOPES, 2002).

deste grande projeto de nacionalização implementado por Vargas, que potencializou o povoamento da região oeste do país, aniquilando assim o funcionamento e a existência das *obrages* estrangeiras.

Concomitantemente a estas medidas, de acordo com Zago (2004 p. 46-47) o governo do Estado do Paraná, utilizando-se de decretos promoveu a nacionalização de sua fronteira Oeste a partir da exigência do uso da língua materna brasileira<sup>35</sup> para correspondências, documentos oficiais, anúncios, entre outros, recolhimento de impostos em moeda nacional e a distribuição gratuita de informativos diretamente da capital curitibana.

**Figura 4:** Mapa da Faixa de Fronteira do Território Federal do Iguaçu. Detalhe dos núcleos urbanos de Toledo e Marechal Cândido Rondon inseridos no perímetro da área colonizada pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ).



**Fonte:** Adaptado de Lopes (2002, p. 120). Organizado pela autora.

O golpe final que extinguiu o sistema de *obrages* no Oeste do Paraná foi a criação do Território Federal do Iguaçu<sup>36</sup> - figura acima-, que se pautando nos princípios do projeto da “Marcha para o

<sup>35</sup> Neste período já era oficializado o português como língua materna brasileira.

<sup>36</sup> No total foram criados cinco territórios federais: Território Federal do Amapá, Território Federal de Rio Branco, Território Federal Guaporé, Território Federal de Ponta Porã e Território Federal do Iguaçu, todos localizados em áreas de fronteira nacional (LOPES, p. 2002, p. 112). O Território Federal do Iguaçu apresentava limites com os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e também com países vizinhos, Paraguai e Argentina.

Oeste” do governo varguista, objetivava a segurança nacional e a integração econômica, política e social das fronteiras nacionais, além é claro, a eliminação dos vazios demográficos. Segundo Joanoni Neto (2013, p. 7) a proposta era aglutinar as terras do Oeste de Santa Catarina, Sudoeste e Oeste do Paraná, conformando uma nova unidade federativa conforme exposto na figura 3 abaixo.

Na Constituição outorgada em 1937 durante a regência do Estado Novo (BRASIL, 1937), em seu artigo 165, há a seguinte menção sobre a criação dos Territórios Federais:

Dentro de uma faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderá efetivar-se sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional, e a lei providenciará para que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional.

Assim, para atingir os objetivos acima elencados o governo de Getúlio Vargas lançou mão juntamente com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de um projeto para a abertura da rodovia BR-35, atualmente BR-277, conectando o Oeste do Paraná com a capital do Estado. Soma-se a isso, a necessidade de intensificação da colonização da região, e para isto criou-se a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração com o intuito de aproveitar “as riquezas naturais e a expansão econômica do Estado por meio da colonização de suas terras devolutas ou não, em áreas a serem, oportunamente, situadas e demarcadas” (SPERANÇA, 1992, p. 128).

A proposta de colonização apoiava-se em uma estrutura de parcelamento em pequenas propriedades, e a conjuntura nacional foi propícia a partir da emigração de colonos sulinos em busca da expansão das fronteiras agrícolas, conforme descreve Gregory (2002, p. 92):

As velhas colônias de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina já tinham excedentes populacionais suficientes dispostos a tentar reproduzir suas condições de colonos. Nos primeiros anos da década de 1930, num processo de ocupação de terras, aqui chegaram os primeiros colonos desse período intermediário entre a ocupação esporádica e a colonização propriamente dita.

Roche (1969, p. 319) complementa que a migração dos colonos de origem teuto e ítalo-brasileira do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e Paraná ocorreu primordialmente devido ao esgotamento das terras e o excedente populacional, além, é claro, da técnica incompatível com a estrutura agrária rio-grandense, pois, com altas taxas de natalidade, tornou-se inviável a subdivisão das propriedades familiares entre herdeiros.

Nesta perspectiva, a partir da década de 1940, Roche (1969, p. 354) afirma que “a onda de migração rio-grandense se dirige para o Paraná, que qualificam de ‘Nova Canaã’ por causa de suas terras do café” e também devido aos incentivos econômicos do governo nacional para a ocupação



e colonização da região. Tal fenômeno ficou conhecido como a “febre do Paraná”. Assim, em termos numéricos, no ano de 1940 cerca de 76.394 mil brasileiros nascidos no Estado do Rio Grande do Sul possuíam moradia em Santa Catarina e 14.800 mil no Paraná.

Diante do exposto, as razões que acarretaram no declínio do sistema *obagero*, em especial da *Companhia de Maderas del Alto Paraná*, possibilitaram o início de um novo ciclo na ocupação das terras do Oeste Paranaense. Nesta perspectiva, a área de aproximadamente 275 mil hectares pertencente a Fazenda Britânia foi comprada, em 1946, por empresários gaúchos que usufruindo de incentivos governamentais, passaram a atuar sob o nome da recém fundada Madeireira Colonizadora Rio Paraná (Maripá). Trata-se da companhia responsável pela maior área de colonização na região, e cuja organização espacial foi inicialmente condicionada pelas picadas, pousos e povoados já existentes do período *obragero*, conforme descrevem Muller (1967), Grondin (2007), Piaia (2013, p. 105) e Oberg (1960). Na tabela a seguir, encontram-se as Companhias Colonizadoras atuantes no Oeste do Paraná entre os anos de 1946 e 1957.

**Tabela 2:** Companhias Colonizadoras influentes no Oeste do Paraná entre os anos de 1946 e 1957.

Nome da Colonizadora	Ano	Área	Proprietário anterior
Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A - Maripá	1946	274.752,08	<i>Obrage Companhia de Maderas del Alto Paraná</i>
Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltd.	1949	29.292,14	<i>Obrage Miguel Matte</i>
Colonizadora Gaúcha	1950	23.292,14	<i>Obrage Miguel Matte</i>
Colonizadora Matelândia Ltd.	1951	19.360,00	<i>Obrage Miguel Matte</i>
Colonizadora Criciúma Ltd.	1954	15.730,00	<i>Obrage Miguel Matte</i>
Pinho & Terras Ltd.	1954		BRAVIACO
Seção Piquiri	1954	74.001,32	BRAVIACO
Seção Céu Azul	1950	15.298,59	Miguel Matte
Seção Lopeí	1957	54.266,05	Obrage Nuñes y Gibaja
Seção Porto Mendes	1957	9.210,52	Maripá

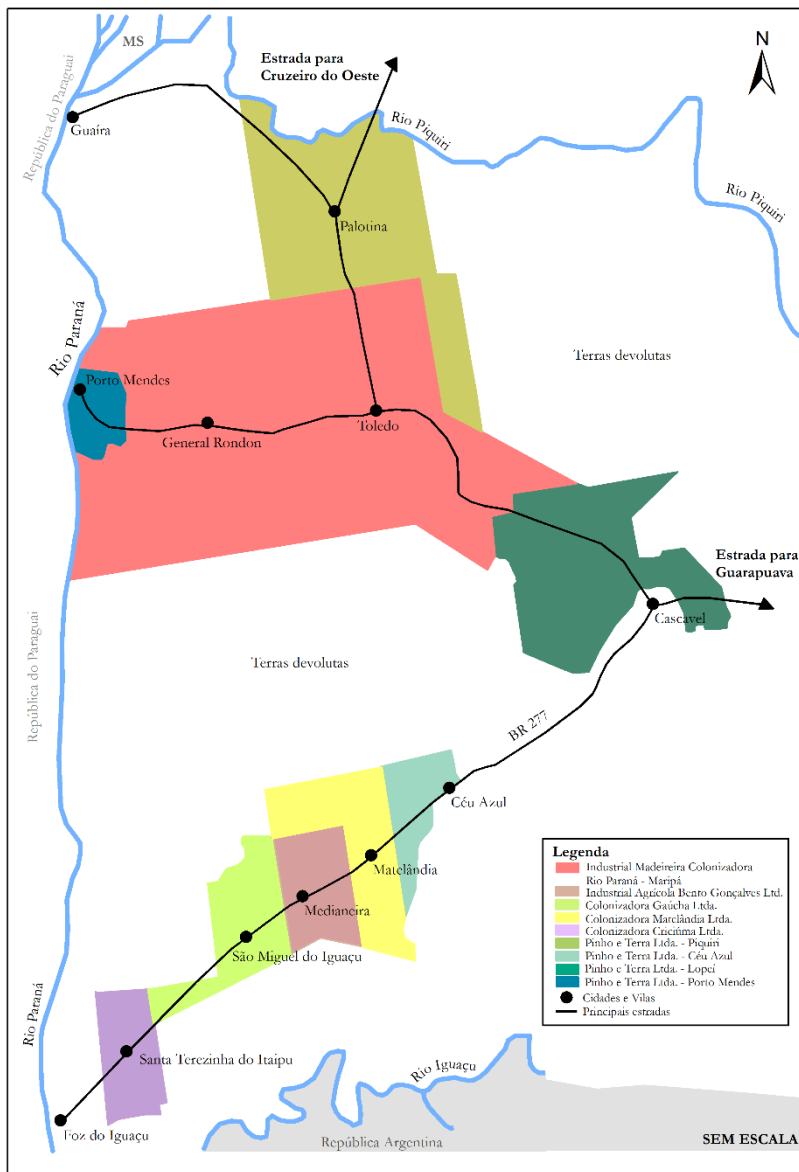
**Fonte:** Gregory (2002, p. 41), Wachowicz (2010, p. 228), Wachowicz (1987, p. 161-163) e Relatório do Plano de Colonização da Pinho e Terras Ltda. (1961). Adaptado e organizado pela autora.

## | 2.2 O redesenho da paisagem do Oeste Paranaense: vilas e povoados

Em abril do ano de 1946, ainda sob a vigência do Território Federal do Iguazu (1943-1946), a área denominada Fazenda Britânia, antiga propriedade de 274.752 mil hectares da *obrage Companhia de Maderas del Alto Paraná* foi comprada pela firma gaúcha Industrial Madeireira

Colonizadora Rio Paraná S.A.<sup>37</sup> conforme afirmam Gregory (2002, p. 94) e Silva, Bragagnollo e Maciel (1988, p. 59). A atuação da Maripá na colonização da região Oeste do Paraná foi de extrema relevância, não só pela extensão de sua área, mas também devido ao seu projeto agrário. Na figura abaixo observam-se as companhias de colonização atuantes no Oeste Paranaense na década de 1940, e dentre elas, demarcada na cor rosa, a Maripá.

**Figura 5:** Mapa com as glebas de terra do Oeste do Paraná colonizadas por empresas de capital privado nas décadas de 1940/50.



**Fonte:** Oldoni (2016, p. 43); Adaptado do Relatório do Plano de Colonização da Companhia Pinho e Terras Ltda., 1961. Organizado pela autora.

<sup>37</sup> Empresa de colonização cadastrada em 13 de abril de 1946 na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, sob o nº 39, do Primeiro Cartório de Notas de Porto Alegre. A cópia do estatuto da Companhia pode ser encontrada no Museu Histórico Willy Barth em Toledo, Paraná (WACHOWICZ 1987, p. 167).

Com sede em Porto Alegre, uma filial do escritório da Maripá foi implantada em Toledo, um antigo pouso remanescente do sistema *obragero* segundo Muller (1986, p. 89). Voltada a exploração, mercantilização das terras, ao comércio e a industrialização, a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná foi fundada por um grupo de pessoas físicas subscritoras do capital da recém fundada companhia conforme complementa Oberg e Jabine (1960, p. 23). Na tabela 3, encontram-se os nomes e a cidade de origem de todos os sócios da Maripá no ano de 1946.

**Tabela 3:** Subscritores do capital da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÀ.

<b>Nome do subscritores</b>	<b>Localidade</b>	<b>Estado</b>	<b>Nº de ações</b>
Adolpho Barth	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	15
Alberto Dalcanale	Curitiba	Paraná	100
Albino Egon Dietrich	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Alcides Heck	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Alfredi Paschoal Ruaro	Farroupilha	Rio Grande do Sul	150
Amando de Mattos Miler	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Ângelo Pedro Cassol	Santa Maria	Rio Grande do Sul	25
Arthur Fischer, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	05
Augusto Bauer	Curitiba	Paraná	25
Caetano Célia	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Carlos Frederico Walther	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Carlos Oscar Ritter	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Cid Marcondes de Albuquerque, Dr.	Curitiba	Paraná	95
Curt Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	120
Edgar Hugo Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	30
Edgar Ritter	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Egon Werner Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	60
Erich Walter Bueckmann, Dr.	Brusque	Santa Catarina	20
Ewaldo Henrique Ritter	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	15
Felice Salvatore Cella	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Fernando de Azevedo Moura, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	50
Guilherme João Fabbrin	Santa Maria	Rio Grande do Sul	10
Guilherme Leopoldo Müller	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Guilherme Renaux, Dr.	Brusque	Santa Catarina	10
Gustavo Walter Bueckmann	Brusque	Santa Catarina	30
Henrique Pacini	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	25
Herbert Müller	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Hugo Beno Haase, Dr.	Tuparendi	Rio Grande do Sul	20
Iony Roehe Bercht	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Ivo José Renaux	Brusque	Santa Catarina	10
João Wallig	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Jorge Carlos Augusto Fayet, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Jorge Guilherme Schilling	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
José Célia	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Júlio Cezar de Souza Araújo, Dr.	Curitiba	Paraná	10
Júlio Gertum Azevedo Bastian, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	40
Karl Linder	Brusque	Santa Catarina	10
Leonardo Júlio Perna	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	50
Luiz Dalcanale Filho	Joaçaba	Paraná	50

Mauricio Starosta	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Otto Reginaldo Renaux	Brusque	Santa Catarina	100
Paulo Fayet, Dr.	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	25
Saul Bés, Dr.	Buenos Aires	Argentina	25
Sebastião Penteadó Barcanchy	Curitiba	Paraná	70
Toledo Roberto Borne	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Victor Adalberto Kessler	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Werner Diehl	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	05
Werner Erich Gros	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Werner Hunsche	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Willy Barth	Carazinho	Rio Grande do Sul	100
<b>Total:</b>			<b>1600</b>

**Fonte:** Relação anexa aos Estatutos da industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A., certificado em Porto Alegre, em 13 de abril de 1946. Disponível no Escritório da Maripá em Toledo, Paraná.

Considerando o exposto, Gregory (2002, p.104) afirma que:

[...] na colonização da Região Oeste do Paraná, seguindo os passos da região Norte do mesmo Estado, o melhor exemplo de racionalidade e de articulação teria sido o trabalho desenvolvido pela Maripá, tornando-se a mais importante empresa colonizadora na época, considerando os resultados obtidos.

A partir desta constatação, Colodel (1988, p.215) complementa que o empreendimento de colonização da Maripá obteve êxito, pois muitos dos diretores da companhia já tinham certa experiência na administração de suas fronteiras agrícolas, visto que eram responsáveis por gerir o capital em sua localidade de origem.

Assim, na tabela 3 com subscritores do capital da Maripá é possível observar que a maioria dos sócios da Maripá eram de origem rio-grandense ou catarinense, regiões cujo processo de colonização devido à expansão da fronteira agrícola já havia se concretizado décadas antes.

Evidencia-se, no entanto, que além do caráter da experiência administrativa, a ocupação pretendida pela Maripá dispunha de uma preferência por imigrantes advindos do Rio Grande do Sul. Isto, segundo Gregory (2002, p.152), se deveu a três fatores. Primeiramente, as exigências de conotação econômica, depois, a própria preferência dos “eurobrasileiros”<sup>38</sup> que colonizaram o Oeste paranaense de acordo com seus valores culturais, e por fim, o próprio tratamento e instinto de união que os colonos de etnias semelhantes apresentavam.

De acordo com Keith Derald Muller (1986, p.93), pressupõe-se que esta propensão para com os povos sulinos da Colonizadora Maripá tinha a finalidade de atrair colonos, fazendeiros

<sup>38</sup> O termo “eurobrasileiros” é utilizado por Gregory (2002) em seu livro “Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná, e caracteriza o imigrante europeu que manteve suas características e tradições europeias. Entretanto, inevitavelmente houve um processo de adaptação segundo a nova realidade vivenciada no Brasil.

eminentes e pequenos comerciantes para o estabelecimento de um núcleo sólido na colônia, evitando assim especuladores e aventureiros, pois:

[...] o plano da Companhia era de que os bons pioneiros recrutassem outros, seguindo a teoria de que qualidade atrai qualidade [...]. O fato de que a MARIPÁ ter restringido a escolha de seus colonos seus colonos a grupos culturalmente homogêneos é altamente significativo [...] o progresso é muito mais rápido em zonas pioneiras onde as pessoas são culturalmente homogêneas do que em locais de grupos mistos. Isso é compreensível, pois as pessoas da mesma origem têm confiança entre si e trabalham juntas mais facilmente. Inicialmente, a cooperação acelera a construção de casas, estradas, escolas e hospitais [...].

Tal perspectiva também é expressa no Relatório do Plano de Colonização publicado pela Maripá em 1955 e também no panfleto de divulgação das terras à venda pela Colonizadora que circulou na década de 1940. Apresentado na Figura 6, o panfleto objetivava a propaganda da comercialização das colônias, além do convite a um perfil específico de emigrantes: o colono agricultor.

**Figura 6:** Panfleto de divulgação das terras Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. - MARIPÁ

**O maior desejo de cada Agricultor é:  
que seu filho deve ter uma vida melhor.**

Por isso devem procurar comprar terra de cultura livre de MORROS, PEDRAS, FORMIGAS e rica em águas, clima saudável, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos.

**Todos estes desejos o Senhor encontra reunidos em TOLEDO, na Fazenda Britânia no Estado do Paraná.**

O sítio da Fazenda Britânia tem mais de 45 anos, oferecendo portanto todas as garantias de uma terra legal e que proporciona ao comprador escritura imediata.

TOLEDO com apenas 3 anos de existência, é paróquia, tem colégio de freiras com 170 alunos, médicos, hospital, farmácia, indústrias, profissionais, bom comércio e cinema.

Há na Fazenda 205 quilômetros de estradas de rodagem cercadas por pinhais e tucuzes, oferecendo ao comprador o máximo acesso à sua colônia.

As terras são planas e são apropriadas para lavouras mecanizadas.

O sítio é formado de todas as espécies de madeira de lei, que prova a fertilidade das terras. PORTO MENDES com seus grandes armazéns e moderna instalação maquinária para carregamento de navios, construídos pelo Governo Federal, está aguardando tua produção.

Os preços das terras são os seguintes: de Cr\$ 10.000,00 até Cr\$ 13.000,00 a colônia de 10 alqueires, com condições de venda 1/3 à vista, 1/3 em 6 meses e 1/3 em 12 meses, gozando o comprador para pagamento a vista um desconto de 10% ao ano pelo tempo que faltar dos vencimentos das prestações.

A passagem de Concedida a Toledo, ida e volta custa Cr\$ 500,00; quem comprar uma colônia tem 50% de abatimento, comprando duas ou mais, tem a passagem grátis.

A passagem será devolvida ao comprador, uma vez que o mesmo pague a Colônia integralmente.

É proprietária da Fazenda Britânia:  
**A Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A.**  
com sede em PORTO ALEGRE, à Rua Sigheira de Campos 1240 - Edifício Brasília - 7.ª Pavão - Sala 3  
com Filial em Toledo

Para maiores informações dirigem-se ao AGENTE AUTORIZADO de  
IJUI, SANTO ANGELO e CRUZ ALTA - sr. GUILHERME SCHMITT - Ajuricaba  
Na Cidade de Ijuí com o Sub-Agente sr. OSWALDO SCHMITT - Hotel Familiar  
Também o Sr. Julio Kocourek, Fabricante de Alambique em Ijuí, Avenida Col. Dico,  
está apto a prestar toda e qualquer informação, sobre viagens, condições, etc.

Procure adquirir tua colônia na Fazenda Britânia, que hoje é o paraíso dos  
cucadores e amanhã uma flor da Agricultura Brasileira.

1979

**Fonte:** Museu Histórico Willy Barth, Toledo Paraná. Fotografia da autora.

Considerando o exposto, para Muller (1986, p. 92) e Oberg (1960, p. 24) o Projeto de Colonização levado a cabo pela Maripá na década de 1940 no Oeste do Paraná foi minuciosamente planejado segundo consta no relatório dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia publicado em

2 | Oeste do Paraná: Frentes Colonizadoras e Cidades Novas 59

1955. Tal documento recebeu o nome de Plano de Colonização, visto que tratava das diretrizes e princípios básicos da colonizadora.

Neste sentido, as primeiras ações da organização de um território da Fazenda Britânia são descritos por meio do Plano de Colonização<sup>39</sup> elaborado pela Maripá sob a direção de Willy Barth<sup>40</sup> e Alfredo Paschoal Ruaro<sup>41</sup>. Neste Plano, constam, substancialmente, as primeiras diretrizes, um modelo de colonização, normativas e perspectivas futuras do planejamento de todos os núcleos urbanos dentro do recorte geográfico da Fazenda Britânia (MARIPÁ, 1955). Abaixo, transcreve-se os objetivos apresentados na introdução do Plano de Colonização:

O presente relatório é a projeção, em resumo, do plano de colonização empregado pela Maripá, sua aplicação prática e seu desenvolvimento até a data de hoje. A aplicação dos princípios básicos constantes desta explanação é que tornou possível o extraordinário progresso verificado em Toledo, progresso este que acaba de superar as previsões dos próprios administradores da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A. (MARIPÁ, 1955, p. 2).

Descrito na primeira parte do texto, constam informações importantes como a situação geográfica e econômica da Fazenda Britânia e suas potencialidades. Porém, de vasta significância para a presente pesquisa constam cinco pontos que delimitam o Plano de Ação, isto é, regras, estudos e combinações elaboradas pelos dirigentes da Maripá e que foram decisivas para a organização espacial da Fazenda e do objeto de estudo desta dissertação, a cidade de Marechal Cândido Rondon.

Abaixo, elencam-se os cinco elementos dispostos no Plano de Ação segundo Maripá (1955, p. 4-5):

- I. Elemento Humano
- II. Pequena Propriedade
- III. Policultura
- IV. Escoamento da Produção
- V. Industrialização

O primeiro elemento, conforme descrito pelo Plano (MARIPÁ, 1955, p.3), tem-se o fator humano, isto é, a necessidade de povoar o espaço colonial da Fazenda Britânia com agricultores e colonos, pois a obtenção de capital e rendimento requeria mão de obra. Nos primeiros anos de

<sup>39</sup> Ver Anexo A: Plano de Colonização (MARIPÁ, 1955). O Plano de Ação, um dos componentes do Plano de Colonização, foi proposto inicialmente em 1950, porém a autora não teve acesso ao documento original, apenas ao material anexado no Plano de Colonização de 1955 que pode ser visualizado no Anexo A.

<sup>40</sup> Willy Barth tornou-se um personagem de referência da colonização. Nascido no Rio Grande do Sul chegou à direção da Maripá e liderou a colonização de Toledo (TOLEDO, 2015; SILVA, BRAGAGNOLLO, MACIEL, 1988).

<sup>41</sup> Dirigiu a Maripá em seus anos iniciais. É um dos maiores colonizadores da região Oeste do Paraná. Para mais informações, consultar “Alfredo Paschoal Ruaro: fundador de cidades” (GRONDIN, 2007).

atuação da Companhia, entre 1946 e 1949, a colonizadora se dedicou as atividades extrativistas, na qual o papel dos colonos emigrantes foi primordial para o sucesso do projeto.

Já o segundo elemento faz referência à pequena propriedade, e é, certamente, peculiar, pois enquanto as outras empresas colonizadoras optavam pelos grandes latifúndios, a Maripá se decidiu pela divisão da gleba da Fazenda Britânia em pequenos lotes rurais, denominadas colônias, com cerca de 10 alqueires cada.

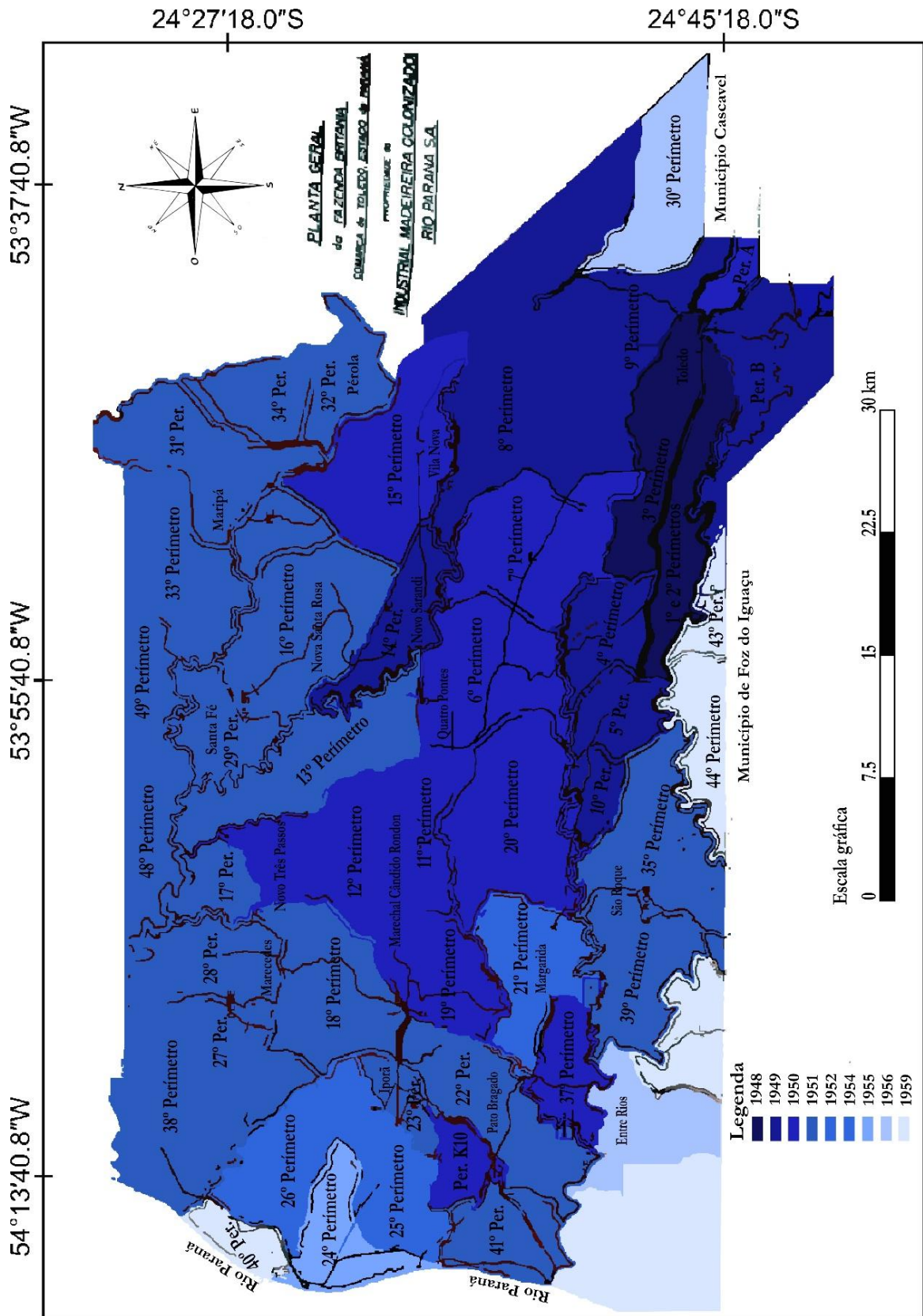
O período de implantação destas colônias aconteceu em uma segunda fase entre os anos de 1947 e 1949 e é ilustrado por fotografias no Plano de Colonização de 1955. Assim, os 274.752 mil hectares foram divididos em 50 novos perímetros conforme se observa no Anexo B, o Mapa Geral da Fazenda Britânia em 1950. Assemelhando-se ao sistema de colonização rio-grandense segundo Gregory (2002, p. 110-111), Niederauer (2011, p. 125), Silva, Bragagnollo e Maciel (1988, p. 87) e Muller (1986, p. 88) e demais experiências no Oeste de Santa Catarina, os diretores da Maripá contrataram agrimensores, cartógrafos e topógrafos para a correta divisão das glebas, na sequência subdivididos em 10.000 colônias rurais, também chamadas de chácaras.

Sistematicamente, o fator delimitador destes perímetros foram os cursos d'água. Nesta disposição, ressaltando que se tratava de uma ocupação em áreas de fundo de vale, os lotes rurais estavam posicionados com a parte mais alta do sítio conectada à estrada. Ou seja, a testada do lote sobrepunha-se à linha de cumeada, enquanto que sua parte mais baixa era limitada por um córrego ou rio. A área total destes lotes era de cerca de 2,5 hectares (NIEDERAUER, 2011, p. 204).

Conforme já exposto, este modelo de divisão das glebas no Oeste Paranaense é proveniente da difusão de experiências colonizadoras no sul do país, no qual este tipo de parcelamento rural já havia sido empregado. Conforme discorrem Niederauer (2011, p. 132), Muller (1986, p.88) e Kohlhepp (2014, p. 58-59) este tipo de parcelamento foi tradicionalmente um elemento da estrutura fundiária alemã, e era originalmente denominado *Waldhufen*. Jean Roche (1969, p. 320-321) corrobora com tal declaração ao afirmar que os imigrantes alemães que se estabeleceram no sul do Brasil em meados do século XIX aplicaram efetivamente seu tradicional parcelamento fundiário.

Quanto a comercialização destes lotes pela Colonizadora Maripá, no mapa a seguir ilustra-se a relação da venda destas terras por perímetro entre as décadas de 1940 e 1950.

**Figura 7:** Mapa com a demarcação dos perímetros da Fazenda Britânia em relação a venda e ocupação das glebas, 1950.



**Fonte:** Museu Histórico Willy Barth e Escritório da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá. Organizado pela autora.



As vantagens do parcelamento por lotes longos, conceito apresentado por Muller (1986, p. 88), vai além da drenagem natural do terreno e o acesso igualitário as fontes de água e as estradas. Este tipo de divisão considerava a paisagem natural existente e possibilitava a subdivisão em pequenas propriedades, elemento que ia ao encontro dos interesses do governo varguista pois atraía um maior número de colonos para a região e também atendia ao comércio e lucro de terras da Colonizadora. Além disso, vale ressaltar que a Fazenda Britânia estava localizada em uma região cuja declividade é baixa, inferior a 10%, segundo ilustra o mapa de declividade do Estado do Paraná produzido pelo Instituto de Terra, Cartografia e Geociência do Paraná – ITCG, encontrado no Apêndice A desta dissertação.

É importante ressaltar que esta mesma técnica de parcelamento em lotes longos já havia sido implantada no Norte do Estado décadas antes. Segundo Colodel (1988, p. 214-15), a Companhia Maripá elaborou um projeto racional e articulado, espelhando-se no florescente projeto colonizador implantado pela Companhia Melhoramentos no Norte do Paraná. Ocupada desde meados da década de 1920, a região Norte foi impulsionada pela cultura cafeeira, expandindo rapidamente a rede de cidades implantadas pela colonizadora inglesa (REGO, 2009).

Em continuidade, conforme apresentado no Plano de Colonização pela Maripá (1955) e primariamente apoiado pelas políticas de ocupação fronteiriças do Governo Federal no Estado Novo, evitou-se a formação de grandes latifúndios, para que um número maior de pessoas interessadas pudesse se fixar nas colônias.

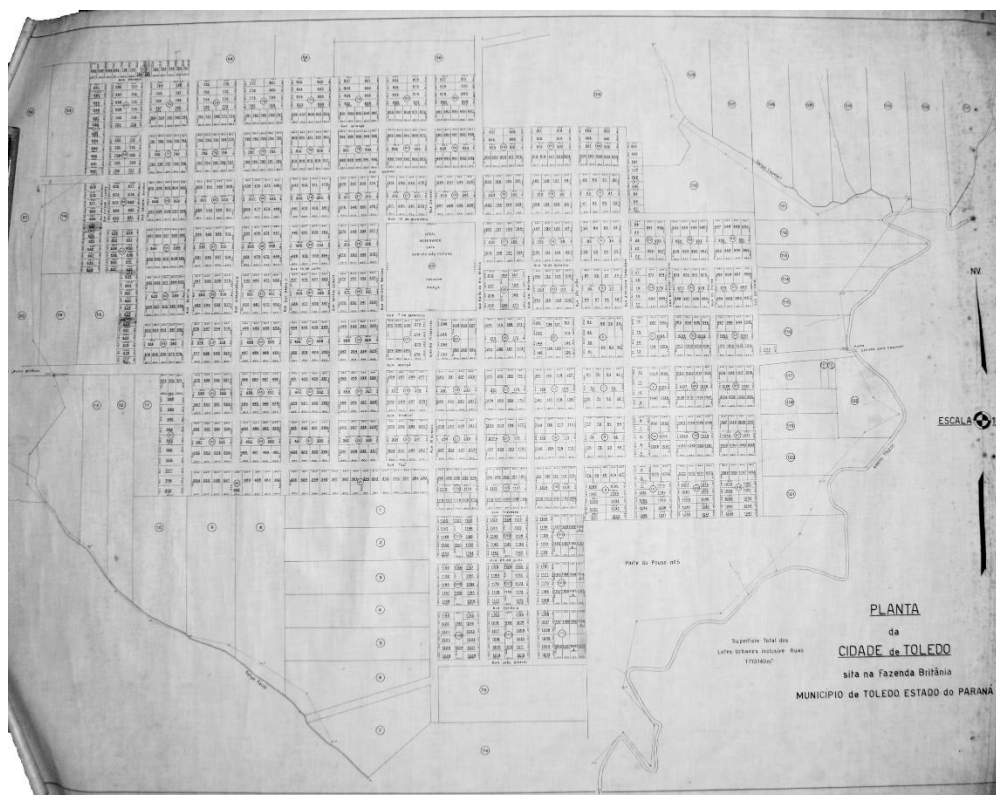
Os quinze núcleos urbanos implantados pela Colonizadora Maripá foram distribuídos uniformemente entre os perímetros favorecendo não só a sua interconexão, mas a criação de uma rede de cidades conforme observado na Figura 8 (OLDONI, 2016, p. 65). Para garantir que cada um dos quinze núcleos urbanos se desenvolvesse de forma plena, certas ações foram necessárias. Quanto à infraestrutura, a colonizadora garantiu a abertura de estradas, a implantação de igrejas, hospitais, casas comerciais, aeroportos, etc. (MARIPA, 1955). Além disso, como descrito por Piaia (2004, p. 34) e Oberg (1960, p.26), a MARIPÁ assumiu certas funções estatais, visto que capacitou o território com estradas, edifícios públicos e infraestrutura.

Retomando o Plano de Colonização, quanto aos três últimos itens, a policultura, o escoamento da produção e a industrialização, todos discorrem sobre a necessidade de haver uma produção equilibrada, cujo acesso aos centros consumidores fosse fácil. Em consequência disso, a industrialização local evitaria desperdício de tempo e proporcionaria economia nas despesas de transporte, visto que as áreas de industrialização se limitavam apenas ao litoral (MARIPÁ, 1955).



poiso<sup>42</sup>. Toledo fora escolhida como a sede da companhia por, primeiramente estar posicionada em local estratégico entre Curitiba e Cascavel e a rota da migração sulina, entretanto, o fator determinante para a escolha da cidade de Toledo foi a presença abundante de água.

**Figura 9:** Mapa com a planta urbana de Toledo (1946).



**Fonte:** Escritório da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá. Editado pela autora.

Quando observadas as áreas urbanas dos núcleos de Toledo e da Vila de General Rondon na tabela abaixo e a planta urbana de Toledo (1946), para tanto, constata-se que a área da segunda é praticamente o dobro da primeira o que confirma a intenção de tornar a Vila de General Rondon a sede da Companhia originalmente.

**Tabela 4:** Relação dos 15 núcleos urbanos implantados pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A.–MARIPÁ.

Cia Colonizadora	Nome do Núcleo urbano	Data de implantação	Área Urbana m <sup>2</sup>
	Toledo (sede)	1946	1.170.140
	Marechal Cândido Rondon	1951	2.265.100
	Quatro Pontes	1951	896.100
	Vila Margarida	1952	794.550
	Vila Mercedes	1952	606.282

<sup>42</sup> Para esclarecimento, a denominação “poiso” indicava um lote ou propriedade de terra, e, além disso, os pousos eram pontos nos quais se armazenava as produções das obras para serem então, exportadas (SILVA; BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988).

Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A - Maripá	Vila Nova Santa Rosa	1952	470.400
	Vila Nova	1952	431.472
	Vila Novo Três Passos	1952	230.000
	Maripá	1953	912.925
	Vila Pato Bragado	1954	616.100
	São Roque	1954	235.600
	Vila Pérola	1955	245.200
	Iporã	1956	310.000
	Vila Entre Rios	1959	250.000
	Vila Santa Fé	1961	129.200

**Fonte:** Escritório da Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá, Museu Histórico Willy Barth Toledo e Relatório do Plano de Colonização da Pinho e Terras Ltda. (1961). Organizado pela autora.

Considerando o que foi exposto no presente subcapítulo, o Projeto de Colonização implantado pela Maripá redesenhou a paisagem do Oeste Paranaense a partir de 1946. Assim, de uma região quase esquecida pelas autoridades brasileiras no início da década de 1940, em poucos anos constituíram-se cidades, houve aumento demográfico nas áreas urbanas e rurais e a região recebeu a infraestrutura necessária, conectando-se ao restante do Estado.

Nos subcapítulos a seguir, a presente dissertação terá como foco de estudo o núcleo urbano da Vila de General Rondon, a segunda principal cidade implantada pela Colonizadora Maripá. Apesar de não ser a sede da Companhia, Rondon possui algumas características peculiares que a difere dos demais núcleos. Sendo assim, tendo como ponto de partida a sua formação em 1950, analisa-se sob o viés morfológico o seu crescimento urbano.

### | 2.3 A Vila de General Rondon

Conforme expresso no capítulo anterior, os 274.752 mil hectares pertencentes à Fazenda Britânia foram subdivididos em 50 perímetros, originando cerca de 10.000 colônias, no sistema de parcelamento em “espinha de peixe”, também denominada lotes longos, amplamente empregado na colonização do Rio Grande do Sul. Além disso, com distâncias equivalentes e em pontos estratégicos a companhia colonizadora projetou e implantou 15 núcleos urbanos. Dentre estes, é objeto de estudo desta dissertação a cidade de Marechal Cândido Rondon, inicialmente intitulada Vila de General Rondon, um agrupamento urbano que se localizava a cerca de 48 quilômetros de Toledo, sede da Colonizadora Maripá, implantada no 11º e 12º perímetros (OBERG E JABINE 1960, p. 27; NIEDERAUER, 2011, p. 125; OLDONI, 2016, p. 65).

De maneira geral, a proposta de colonização e ocupação do Oeste do Paraná levada a cabo pela Companhia supracitada demandou certo planejamento, ainda que não institucionalizado,

pautando-se em planos regionais e na composição de mapas. O período da década de 1950 no Brasil é de fato entendida como um marco para o planejamento regional, pois, segundo Feldman (2014, p.16- 17), trata-se de:

“[...] um momento de formulação e de proposição de caminhos para o planejamento no Brasil, a partir de desafios que vinham sendo colocados pelos urbanistas desde a década de 1930 [...]. O planejamento regional introduz um conjunto de novas questões: a superação do limite político administrativo para a demarcação de áreas de planejamento; e a necessidade de considerar determinantes geográficos, econômicos, as potencialidades de recursos regionais, assim como os avanços da técnica no processo de planejamento. A introdução da dimensão regional não se dá apenas como uma ampliação de escala territorial”.

Assim, respeitando a configuração espacial existente conforme complementa Gregory (2002, p. 106-107), os planejadores da Maripá consideraram a implantação dos 15 núcleos urbanos a partir das picadas abertas ainda durante a atuação das *obrages*. As picadas foram transformadas em estradas pela Colonizadora - Tronco do Meio, Tronco Norte e Tronco Sul, conectando a Fazenda de leste a oeste e possibilitando a formação de um eixo estruturador que conectava por inteiro todo o território pertencente à Maripá.

Onze núcleos urbanos foram estabelecidos nas estradas principais, sendo Toledo, ponto de origem das três estradas. No Tronco Sul foram implantados dois núcleos - Pato Bragado e Margarida-; quatro núcleos no Tronco do Meio – Vila Nova, Quatro Pontes, Mal. Cândido Rondon e Iporã – e mais cinco no Tronco do Norte – Maripá, Santa Fé, Nova Santa Rosa, Novo Três Passos e Mercedes. Os demais núcleos, São Roque, Entre Rios e Pérola foram implantados fora das três estradas principais, próximos ao perímetro da Fazenda Britânia segundo Niederauer (2011, p. 195-196).

Retomando o objeto de pesquisa desta dissertação, o processo de formação do núcleo urbano de Marechal Cândido Rondon ocorreu em período concomitante aos demais núcleos urbanos criados pela Colonizadora MARIPÁ (MARIPÁ, 1955). Assim, partindo de Toledo (1946), conforme observado no mapa acima, na estrada chamada de Tronco do Meio a Companhia fundou os núcleos urbanos de Marechal Cândido Rondon (1951), Quatro Pontes (1951), Novo Sarandi (1951), Vila Nova (1951) e Iporã (1956).

Quando analisado o mapa do Oeste do Paraná no início do século XX no período em que as *obrages* ainda eram atuantes, constata-se, no entanto que nas proximidades da Vila de General Rondon configurou-se um povoado, isto é, um tipo de parada de trabalhadores e animais para descanso, intitulado de Pouso Rosa segundo afirmam Wachowicz (1987, p.64-65) e Oldoni (2016, p. 60). Da mesma maneira, os pousos Rancho e Quatro Pontes estendiam-se pelo território que

atualmente pertencem aos núcleos de Vila Nova e Quatro Pontes, respectivamente. É possível aferir, portanto, que a Maripá se utilizou de parte da organização espacial existente das *obrages* para a consolidação de seu projeto, mantendo a distância de 10 e 15 quilômetros entre os núcleos.

Em contrapartida a esta constatação, faz-se necessário ressaltar que nos trabalhos de Gregory (2002) e os arquivos disponibilizados pelo Instituto de Terra, Cartografia e Geociência do Paraná – ITCG, não há nenhuma menção específica sobre o Pouso Rosa, não sendo possível inferir com plena certeza sobre a existência deste pouso.

Entre os anos de 1949 e 1950 foram vendidas as primeiras terras aos colonos gaúchos e catarinenses – conforme mapa da página 58, Figura 7 - que iniciaram então, efetivamente, o processo de ocupação das áreas conforme planejamento da Colonizadora Maripá. Dentre os primeiros colonizadores que chegaram à região da atual cidade de Marechal Cândido Rondon, Saatkamp (1985, p. 52) destaca Alfredo Nied, Antônio Rockenback, Edvino Reinhold Von Borstel, Erich Ritscher, Friedrich Rupprecht Seyboth, Oswaldo Heinrich, Benno Weirich, Família Saatkamp e Família Schroeder.

Saatkamp (1985, p. 63) complementa que no quesito religião, houve a presença Batista e Católica, esta última, porém, em menor incidência. No início da colonização, entretanto, o elemento religioso não foi causa de segmentação social, visto que a presença de pastores e sacerdotes era rara e os colonos participavam das celebrações independentemente. Tais implicações religiosas, no entanto, estão presentes na planta urbana desenvolvida pela Colonizadora em 1951, conforme será observado no próximo subcapítulo.

Conforme descrevem Oberg (1960, p.48) e Saatkamp (1985, p.85) no ano de 1956, 95% das famílias que residiam na Vila de General Rondon eram de origem alemã, e os 5% restantes eram famílias de origem luso brasileiras e italianas, totalizando aproximadamente 587 habitantes. A distribuição geográfica da população entre as zonas urbana e rural na mesma data era quase equivalente, sendo que 62,0% dos habitantes residiam na zona urbana e 38,0% eram habitantes da zona rural.

Além desta proporção de descendência majoritariamente alemã, havia certa propensão à escolha de imigrantes sulinos visto que estes já haviam vivenciado em seus locais de origem um sistema e condições de trabalho semelhantes. Tal propensão é confirmada na tabela abaixo, na qual são sistematizados os dados coletados sobre a origem dos cônjuges no Cartório Nardelo em Marechal Cândido Rondon entre as décadas de 1955 e 1985.

**Tabela 5:** Relação da origem dos cônjuges de Marechal Cândido Rondon entre 1955 – 1965 e 1975-1985.

<b>Estado</b>	<b>1955-1965</b>	<b>1975-1985</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Paraná	87	404	491	14,5
Santa Catarina	504	206	710	20,9
São Paulo	18	43	61	1,8
Rio Grande do Sul	1419	453	1872	55,2
Bahia		23	23	0,7
Minas Gerais		77	77	2,3
Outros	84	72	156	4,6
<b>Total</b>	<b>2112</b>	<b>1278</b>	<b>3390</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Gregory (2002, p. 157). Registro de casamento do Cartório Nardelo de Marechal Candido Rondon. Adaptado pela autora.

Apesar de não indicar a nacionalidade dos consortes, é possível afirmar que a maioria dos cônjuges registrados no cartório entre 1955 e 1965 e entre 1975 e 1985 são oriundos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, totalizando uma porcentagem de mais de 76%. Além disso, conforme discorre Gregory (2002, 157), quando considerados os cerca de 14,5% nascidos no Paraná entre 1975 e 1985, estes muito provavelmente são filhos de imigrantes, o que certamente esclarece este caráter de seleção de colonos da Maripá.

O processo de ocupação da Vila de General Rondon, como afirma Silva, Bragagnollo e Maciel (1988, p. 102), efetivou-se rapidamente assim como nos demais núcleos, sendo o progresso urbano alavancado pelo setor agropecuário. Ressalta-se que o sucesso obtido na ocupação territorial da Vila deveu-se ao plano e diretrizes traçadas pela MARIPÁ sob a direção de Willy Barth e Alfredo Paschoal Ruaro, cujos preceitos de urbanização, colonização e ocupação do solo foram expostos no Plano de Colonização, datado de 1955 (MARIPA, 1955).

Para Kohlsdorf (1985, p. 27), define-se como gênese do planejamento urbano as primeiras ações e medidas para a organização de um território. No caso da Vila de General Rondon, que até 1960 configurava-se como um distrito do núcleo urbano de Toledo, o planejamento inicial do núcleo pode ser exemplificado por meio do Plano de Colonização elaborado pela MARIPÁ, supracitado.

A efetivação do processo de ocupação e urbanização da Vila de General Rondon, ocorreu, de maneira estratégica nas proximidades do Arroio Borboleta. Foi a principal fonte de abastecimento de água dos primeiros moradores cujas residências construídas em madeira

localizavam-se na porção oeste da cidade segundo apontam Güths (1999, p. 60) e matéria publicada<sup>43</sup> no jornal local “O Presente”.

Quanto à economia deste período, segundo os modelos implantados pela MARIPÁ (1955), a produção de hortifrutigranjeiros e a agropecuária promoviam a subsistência daquelas famílias que ali se instalaram, justificando assim a importância das propriedades rurais para a economia local. A população que era residente em lotes, chácaras e colônias exercia funções comerciais e industriais na cidade e a exploração agrícola das terras no campo.

A importância da política de seleção de etnias mencionada anteriormente revela-se como elemento chave na adaptação e êxito da proposta de colonização e ocupação da Vila de General Rondon, visto que alemães e italianos possuíam os métodos de trabalho agrícola, fato que contribuía diretamente para uma afinidade nos relacionamentos sociais ressalta Saatkamp (1985, p. 63).

Já nos primeiros anos da década de 1950, havia entre as cidades paranaenses o desejo emancipacionista. Os núcleos urbanos de Toledo e Cascavel, por exemplo, requisitaram perante o governo estadual a emancipação de suas respectivas cidades. Marechal Cândido Rondon não estava entre os possíveis centros a serem emancipados devido a sua posição secundária, conforme descrito por Silva, Bragagnollo e Maciel (1988, p. 107). A partir da Lei Municipal nº 17 de 06 de julho de 1953, é oficialmente instituído como distrito de Toledo o núcleo de General Rondon, garantindo certa independência ao núcleo rondonense.

A emancipação de fato efetivou-se em 25 de julho de 1960 segundo Saatkamp (1985, p. 75), quando a Vila General Rondon se elevou à categoria de município recebendo a denominação de Marechal Cândido Rondon, pela lei estadual nº 4245, sendo então, desmembrada de Toledo. No ano de 1961 os eleitores rondonenses elegem seus primeiros representantes, sendo o primeiro prefeito Arlindo Alberto Lamb.

Nas décadas seguintes, que serão tratadas com maior profundidade no capítulo 3 “Da vila à cidade: o padrão de crescimento urbano em Marechal Cândido Rondon”, houve um grande aumento demográfico. Na década de 1970, segundo fontes do IBGE a população total, urbana e rural do Município de Marechal Cândido Rondon já era de aproximadamente 43.696 mil habitantes.

---

<sup>43</sup> Matéria publicada em 9 de março de 2018 no jornal rondonense “O Presente”. Para acessar a reportagem online: < <https://www.opresente.com.br/marechal-candido-rondon/apidemar-busca-manter-acesa-a-chama-do-pioneirismo-rondonense/>>.



Uma década depois, soma-se cerca de 56.210 habitantes, considerando a sede e os 10 distritos de Marechal Cândido Rondon<sup>44</sup>.

A década de 1980 é relevante para a história do município, visto que neste período foi estruturado o chamado Plano Desenvolventista, que segundo Saatkamp (1985, p. 94), visava “a organização do espaço físico da cidade, dirigindo o crescimento físico territorial através de leis e regulamentos tanto na delimitação do perímetro urbano, como zoneamento, loteamentos, códigos de edificações e código de posturas”. Com a criação do Plano Desenvolventista, de acordo com dados da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, são criados 10 distritos anexos à cidade, a saber: Nova Mercedes, Quatro Pontes, Margarida, Pato Bragado, Porto Mendes, Novo Horizonte, Novo Três Passos, Iguiporã, Entre Rios e São Roque.

Atualmente, no entanto, segundo o último Caderno Demográfico publicado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2019) – *IPARDES* -, a população estimada de Marechal Cândido Rondon é de 52.379 mil habitantes, cuja base econômica é a extração e transformação de recursos naturais. No entanto, apesar de ser uma economia especializada no agronegócio, o setor primário do município aumentou sua produtividade nos últimos anos, ampliando o setor econômico do município. Quanto à organização política administrativa, em sua configuração atual há 7 distritos pertencentes a comarca de Marechal Cândido Rondon: Margarida, Porto Mendes, Novo Horizonte, Nova Três Passos, Iguiporã, Bom Jardim e São Roque. Na tabela 6 encontra-se a população e a data de criação da sede e demais distritos segundo o último censo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Tabela 6:** Data de criação e população do município de Marechal Cândido Rondon com separação entre sede e distritos.

<b>Cidade e Distritos</b>	<b>População</b>	<b>Data de criação</b>
Marechal Cândido Rondon	52.379	1962
Bom Jardim	490	1993
Iguiporã	1.276	1964
Margarida	2.464	1962
Novo Horizonte	913	1970
Nova Três Passos	1.072	1967
Porto Mendes	1647	1960
São Roque	659	1968

**Fonte:** Instituto Paranaense de Desenvolvimento econômico e social – IPARDES (2019) e Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon<sup>45</sup>. Organizado pela autora.

<sup>44</sup> População da Sede de Marechal Cândido Rondon em 1980: 24.948 habitantes.

<sup>45</sup> No Anexo C encontra-se o protocolo com as informações fornecidas pela Prefeitura de Marechal Cândido Rondon.

## | 2.4 A configuração inicial: traçado e implantação da Vila de General Rondon

Apesar do êxito da proposta de colonização idealizada pela Maripá, até 1950 a imigração dos colonos para o Município de Toledo e seus distritos, aqui incluída a Vila de General Rondon, apresentou um crescimento lento. As dificuldades encontradas desde o princípio da colonização, como os insetos, a mata densa e quase impenetrável, entre outros fatores acabou por serem as responsáveis pela evasão de colonos que migraram durante a chamada “febre do Paraná” conforme já mencionado (ROCHE, 1969, p. 366; GÜTHS, 1999, p. 58).

No entanto, o ano de 1951, a mesma data inscrita na primeira planta urbana da Vila de General Rondon, é marcado pela chegada de uma segunda leva de colonos na Fazenda Britânia compreendendo um acréscimo de mais de 58% sobre a população já existente na região segundo Oberg e Jabine (1960, p. 51). Em uma breve análise destes dados, Güths (1999, p. 44) constata que a população praticamente triplicou, o que garantiu o sucesso do empreendimento proposto pela Colonizadora.

Conforme expresso por Maripá (1955, p. 30), General Rondon, além de Toledo, foi o núcleo urbano que apresentou maior desenvolvimento, cuja prosperidade superou a dos demais núcleos criados pela Colonizadora Maripá durante as décadas de 1940 e 1950.

É importante ressaltar, no entanto, que no período inicial de implantação e organização da Vila de General Rondon, quem ocupava o cargo de diretor da Companhia era Willy Barth<sup>46</sup>. De acordo com Saatkamp (1985, p. 52), ele foi o responsável por receber os novos colonos e administrar a comercialização das terras entre os mesmos.

A escolha do local para a implantação do núcleo urbano da Vila de General Rondon foi idealizada pelo agrimensor Nicolau Heinrich e pelo próprio Willy Barth<sup>47</sup> que levaram em conta três variáveis primordiais para a definição da vila: a topografia plana, a proximidade de água

---

<sup>46</sup> Nascido aos 20 de junho de 1906 em Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul, Willy Barth foi eleito o segundo diretor da Firma Maripá em 1949, após Alfredo Ruaro, fixando residência em Toledo no mesmo ano. Willy teve um papel de destaque na diretoria da Companhia, e dada a sua experiência de colonização com a firma Barth & Anoni no sudoeste do Paraná além de outras atividades como comerciante, Willy Barth estabeleceu uma infraestrutura comercial, médica e de lazer nos núcleos urbanos implantados pela Colonizadora Maripá (NIEDERAUER, 2011, p. 128-129; SAATKAMP, 1985, p. 52-53).

<sup>47</sup> A entrevista cedida a Lia Dorotéa Güths em 27 de agosto de 1988, Oswald Heinrich, filho de Nicolau, relata que Willy Barth levava o agrimensor para a escolha do “*stadtsplatz*”, isto é, um lugar para a Zona Bonita, uma designação para a Vila de General Rondon. A escolha do local deu-se. A escolha do local foi favorecido pela existência de uma área plana do terreno, abastecida com nascentes e a uma distância favorável da sede Toledo.

corrente e o entroncamento das picadas.. No final de 1949, iniciaram-se as medições e estudos do traçado inicial do distrito. A planta concebida em 1951 não possui assinatura de um profissional específico, porém é de comum acordo para Güths (1999, p. 46-47), Oldoni (2016, p. 53), Grondin (2007, p. 90-93), Saatkamp (1985, p. 44) e Jabine e Oberg (1960, p. 30-31) que os profissionais envolvidos na consecução do Plano de Ação para a colonização da Fazenda Britânia foram os seguintes: o agrimensor Ricardo Otto Schmidt – CREA 1.123 – 7ª região, responsável pelo Escritório Técnico da Maripá<sup>48</sup>-, Paulo Vargas, Gustavo Isernhagen, Henrique Isernhagen, Horts Leo Isernhagen, Vitório Piovesan, Roberto Randazzo, Henrique Scheid, Reger Roger, Albino Schmidt e outros profissionais.

Na sequência, a figura 8 apresenta os perímetros 11, 12 e 19 pertencentes à área da Vila de General Rondon com as respectivas divisões dos lotes rurais, denominadas colônias, e a configuração do núcleo urbano concebida inicialmente em 1951 pelo Escritório Técnico da Colonizadora<sup>49</sup>.

Em aspectos gerais, observou-se no acervo do Escritório da Companhia Colonizadora que diferentemente dos demais núcleos urbanos implantados pela Maripá, General Rondon e Toledo foram os únicos que receberam em seu projeto o título de Cidade, o que de certa forma, implica na importância e destaque destas duas cidades no projeto de colonização.

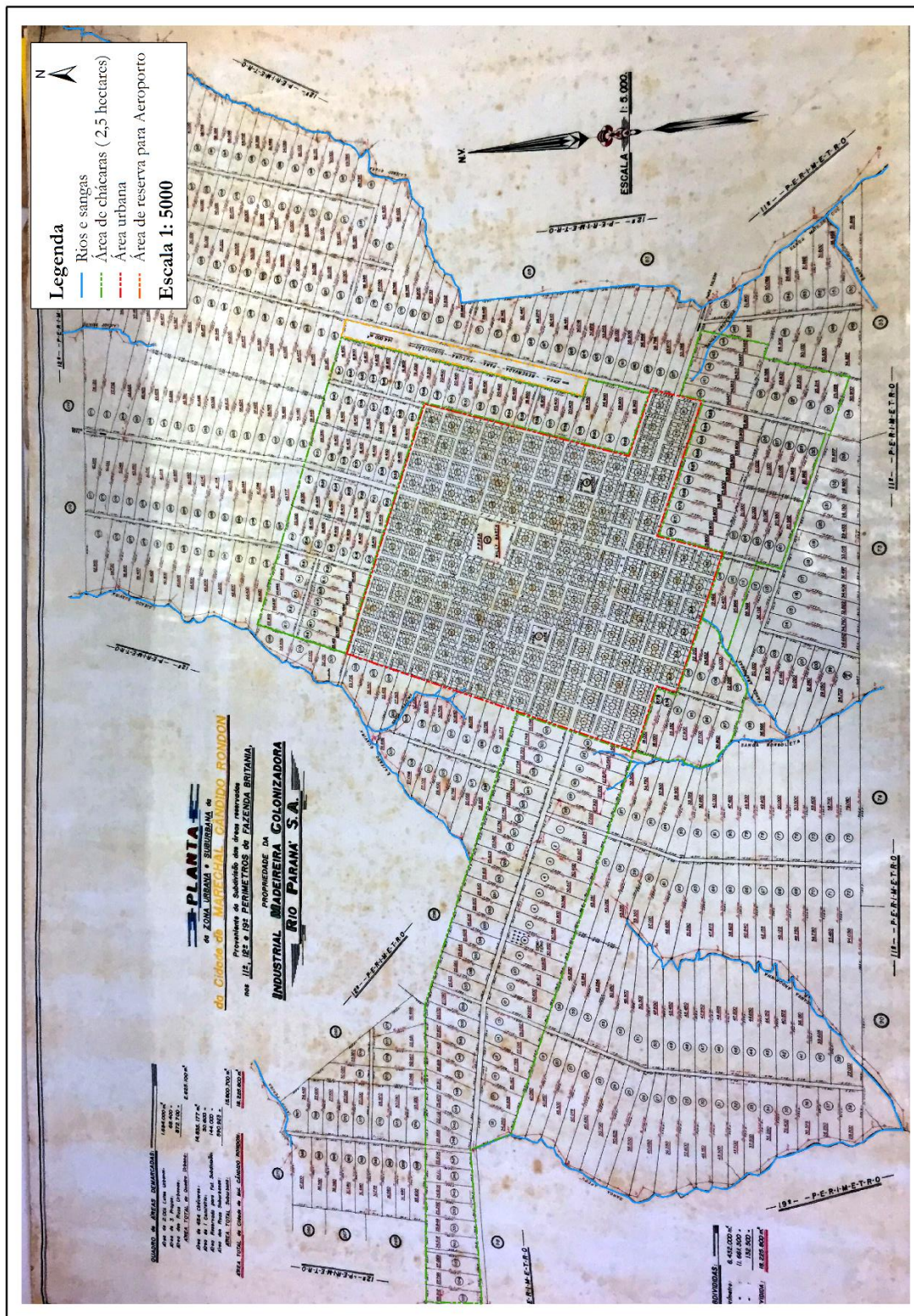
Além disso, conforme já mencionado anteriormente, os colonos que ocuparam a Fazenda Britânia já possuíam experiências de colonização no Oeste de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, na qual o sistema de parcelamento em lotes longos era primordialmente utilizado nas áreas rurais (ROCHE, 1960; MULLER, 1986, p. 106).

---

<sup>48</sup> Evidencia-se que Otto Schmidt trabalhou como agrimensor para a Colonizadora Barth & Anoni na cidade de São Miguel do Oeste em Santa Catarina juntamente com Willy Barth. De maneira semelhante a todos os núcleos implantados pela Maripá, o agrimensor utilizou-se da mesma técnica aplicada em Santa Catarina, que por sua vez teve origem na colonização rio-grandense por imigrantes europeus (ROCHE, 1960; GRONDIN, 2007, p. 92).

<sup>49</sup> Os mapas e plantas urbanas originais foram fotografadas pela autora e encontram-se no Anexo D desta dissertação.

Figura 10: Mapa da Fazenda Britânia - perímetros 11, 12 e 19 pertencentes a Vila de General Rondon, 1951.



Fonte: Acervo do Escritório da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá. Adaptado pela autora.

De acordo com o Plano de Colonização (MARIPÁ, 1955), os 50 perímetros foram delimitados segundo a conformação dos cursos d’água. Na parte alta do terreno foram construídas

as estradas para a conexão entre os núcleos urbanos, assim a porção do sítio entre os rios e as estradas foi parcelado em colônias de 10 alqueires aproximadamente, garantindo acesso à água e ao transporte para todos os colonos que ali se fixaram. As colônias, ou lotes longos conforme descreve Muller (1986, p. 106):

[...] sobem o rio para a parte mais alta da região em alinhamento com a drenagem natural, pode dar a cada propriedade acesso imediato a ambos, rio e estrada. Mais além, um Sistema de Longos Lotes possibilita uma distribuição equivalente de vários tipos de solo e declives para cada propriedade. Essas são as razões principais para a escolha do Sistema de Longos Lotes pelos planejadores da Maripá.

Na figura apresentada na página anterior e no Mapa Geral da Fazenda Britânia encontrado no Anexo B é perceptível a adoção deste tipo de parcelamento em toda a extensão da Fazenda. No caso dos perímetros circundantes da Vila de General Rondon, 11, 12 e 19, somam-se cerca de 566 colônias, aproximadamente 15053 hectares. Além disso, na figura 8, cuja organização é de autoria do Escritório Técnico da Maripá em 1951, revela-se que no entorno da área urbana da Vila de General Rondon foi demarcada uma faixa intermediária com chácaras de 2,5 hectares cada, uma área propícia à expansão urbana da sede segundo descreve Muller (1986, p. 111), Güths (1999, p. 54), Gregory (2002, p. 102) e Niederauer (2011, p. 204). Além disso, no mapa também é possível visualizar a existência de uma reserva de lotes para a construção de um aeroporto, elemento este que é encontrado apenas na planta de General Rondon.

Portanto, considerando o exposto, no que tange a questão do parcelamento rural, a pequena propriedade foi privilegiada perante os grandes latifúndios visando a ocupação de um maior número de colonos (MARIPÁ, 1955) e um alinhamento com as políticas estaduais do período, sendo a Maripá a responsável por orientar a distribuição, a venda e a ocupação das terras.

No que se refere a configuração da área urbana da Vila de General Rondon sob uma perspectiva morfológica, há de se ressaltar que a sua colonização não foi espontânea, mas sim planejada, assim como os demais núcleos implantados pela Maripá. Entretanto, chama a atenção a seguinte descrição da Vila de General Rondon feita por Ruy Wachowicz (1987, p.179):

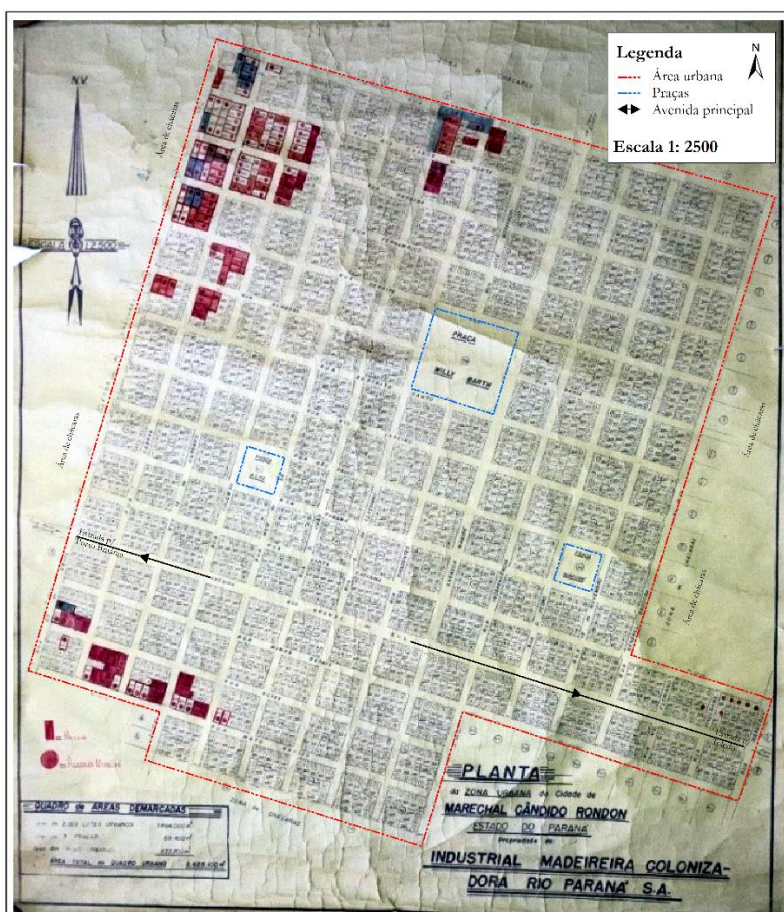
Willy Barth elegeu o núcleo de Marechal Cândido Rondon para rivalizar e concorrer com Toledo. Rondon deveria tornar-se o grande centro urbano, de origem alemã, com características da religião evangélica e luterana. Muitas vezes quando alguém chegava a Toledo e ali queria estabelecer-se com casa comercial ou com alguma pequena indústria, recebia estímulos por parte de Willy Barth, para que transferisse sua casa comercial ou sua indústria para Rondon. Explicava que ali havia mais chance, que a concorrência era menor e que a Maripá ali iria investir muito dinheiro.

A passagem acima descrita do livro de Wachowicz (1987) talvez seja capaz de elucidar as razões pelas quais a Vila de General Rondon possui certos elementos urbanos não encontrados nas demais cidades e vilas conforme apresentado anteriormente<sup>50</sup>.

A planta urbana da Cidade de General Rondon data de 1951, e de acordo com Güths (1999, p. 60) que obteve informações em entrevistas com Oswald Heinrich, um dos pioneiros da cidade, afirma que o responsável pelo desenho do núcleo urbano foi Otto Schmidt:

“De Otto Schmidt [...] de ware já landmessher [...] de hat dann die plânta gemacht von die stadtsplatz, alles vis das alles jest is mit ‘lotes’ und ‘quadras’ [...] dann im 7 mertz in 50, wie die ‘planta’ fedichwar sin mir iher rin und honn ankevank aufserauer”.<sup>51</sup>

**Figura 11:** Planta urbana da Vila de General Rondon, 1951.



**Fonte:** Acervo do Escritório da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá. Adaptado pela autora.

A planta urbana da Vila de General Rondon, apresentada acima, foi implantada na antiga “Picada do Alica”, isto é a estrada Tronco do Meio, a qual também conectava outros núcleos como,

<sup>50</sup> A praça central intitulada como Praça Willy Barth possui a seguinte dimensão: 200mX200m. As outras duas praças menores, Guaporé e Acre, possuem a mesma dimensão que as demais quadras: 100mX100m.

<sup>51</sup> Tradução: “Otto Schmidt [...] ele era agrimensor [...] ele fez a planta do lugar da cidade, tudo assim como é hoje, com lotes e quadras [...] então, em 7 de março de 1950, quando a planta estava pronta, nós entramos aqui (Vila de General Rondon), e começamos a desmatar” (GÜTHS, 1999, p. 60, em entrevista com Oswald Heinrich).

Toledo, Via Nova, Novo Sarandi, Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon e Iporã. Empregou-se o método planimétrico de levantamento para a determinação da posição dos primeiros núcleos, sendo o de Rondon situado sobre o divisor de águas do arroio Fundo e do arroio Guaçu.

De acordo com os critérios de análise selecionados no primeiro capítulo desta dissertação, na sequência é apresentada a análise da planta urbana de General Rondon conforme os critérios já estabelecidos anteriormente.

Vale relembrar que a proposta aqui defendida por esta dissertação é compreender os padrões de crescimento de urbano da Cidade Nova de Marechal Cândido Rondon. E para isto, utiliza-se uma análise longitudinal, isto é, evolutiva do crescimento urbano da cidade, entre as décadas de 1950 e 2010, respectiva fundação de Marechal Cândido Rondon e encerramento do prazo da presente pesquisa.

Por esta razão, faz-se necessário primeiramente, caracterizar a configuração inicial dos planos urbano e rural desta Cidade Nova no primeiro período de transformação morfológica, isto é, o estágio inicial da transformação da paisagem do Oeste do Paraná com a fundação da cidade em 1951.

No aspecto da **escala territorial**, o critério de análise do **modo de crescimento** - crescimento contínuo e descontínuo – ainda não pode ser aferido, uma vez que se trata do primeiro período de transformação morfológica, no entanto, este plano inicial da Vila será um segmento de conexão dos novos loteamentos executados nas décadas seguintes. Com relação ao aspecto da **forma urbana**, analisa-se na sequência a sua lógica geométrica, transição entre urbano e rural, a relação com o parcelamento original e dimensão da área urbana.

O verbete “forma urbana” pode ser definido como a configuração socioeconômica e espacial do espaço ou paisagem urbana, considerando uma abordagem a partir de suas características configurativas (COSTA; NETTO, 2015). Quanto a sua lógica geométrica, o principal aspecto visível é justamente a sua regularidade, e conforme a planta urbana de 1951 apresentada acima verifica-se a existência de um traçado regular e geométrico com área de 2625100m<sup>2</sup>, cuja transição para o plano rural era caracterizado pela existência das chácaras com 2,5 hectares cada<sup>52</sup>, destinadas à produção de hortifrutigranjeiros e posteriormente à expansão da cidade. No que tange à relação

---

<sup>52</sup> No início da colonização, esboçado em 1946, foram estabelecidos, de início, unidades fundiárias abrangentes, em círculos concêntricos, do campo aos subúrbios e aos núcleos populacionais. No início da colonização no sul do Brasil, as colônias mediam 78 alqueires, depois passaram a medir 48 alqueires, mas a partir de 1870, o padrão de colonização passou a utilizar lotes coloniais em torno de 25 alqueires (Gregory, 2002, p. 115).

com o parcelamento original, ainda não é possível estabelecer uma conclusão pois trata-se do período inicial de transformação. Para tanto, compreende-se que tanto o tecido urbano quanto o rural deste período serão a base para a sobreposição do futuro tecido, que terá formatos e distribuições análogas conforme será visto no próximo capítulo.

O terceiro critério de análise da escala territorial são justamente as **linhas de crescimento** – naturais, artificiais e barreiras de crescimento. Mesmo se tratando do primeiro período de transformação morfológica, são válidas algumas considerações sobre este critério de análise que será observado nos períodos subsequentes. A principal via identificada, com cerca de 30 metros de largura, é a Avenida Rio Grande do Sul. Trata-se da via assentada sobre a estrada Tronco do Meio que conectava a sede Toledo ao Porto Britânia<sup>53</sup>, ainda em funcionamento no período. Inscrita na linha de cumeada, a avenida determina a parte mais alta da cidade de Marechal Cândido Rondon, e será a principal linha de crescimento da cidade nas décadas seguintes.

Apesar de se tratar de um terreno com topografia relativamente plana, as barreiras de crescimento identificadas nos períodos seguintes serão justamente as bacias hidrográficas no entorno da área urbana. Neste momento, não se tinha previsão de como seria o crescimento da cidade, porém, os córregos e sangas<sup>54</sup> utilizados como referencial de parcelamento do meio rural, foram, nas décadas seguintes, inseridos dentro do perímetro urbano e se tornaram barreiras urbanas impedindo a extensão do tecido.

Partindo de uma **dimensão urbana**, analisa-se agora o **padrão do tecido urbano**, conforme a organização da rede de vias - relação com o sítio, hierarquia e dimensão – e o **parcelamento fundiário** – dimensão/formato do lote e da quadra, homogeneidade e heterogeneidade quanto a distribuição no tecido.

Já foi mencionado anteriormente, porém é válido ressaltar a relação existente da implantação da Vila de General Rondon e a configuração natural de seu sítio. A Companhia Colonizadora tomou como ponto base a estrada regional do Tronco do Meio, na qual estabeleceu a Avenida Rio Grande do Sul<sup>55</sup> sob a linha de cumeada. A partir daí, traçaram-se o restante da rede de vias respeitando a topografia natural do sítio, que é de fato, praticamente plana.

<sup>53</sup> O Porto Britânia, conforme mencionado anteriormente, foi um porto criado pela Colonizadora Maripá em meados da década de 1940. Anteriormente, era uma área utilizada ilegalmente pelas “obrages” para escoar a produção de ervamate e madeira pelo Rio Paraná até a Argentina e Paraguai.

<sup>54</sup> Termo regionalista que indica uma lâmina d’água ou ribeiro alagado de acordo com o dicionário Michaelis.

<sup>55</sup> Esta avenida recebeu tal denominação justamente pelo fato de que seus administradores são de origem rio-grandense, e, portanto, acharam conveniente nomear a principal via da cidade de acordo com suas origens sulistas.

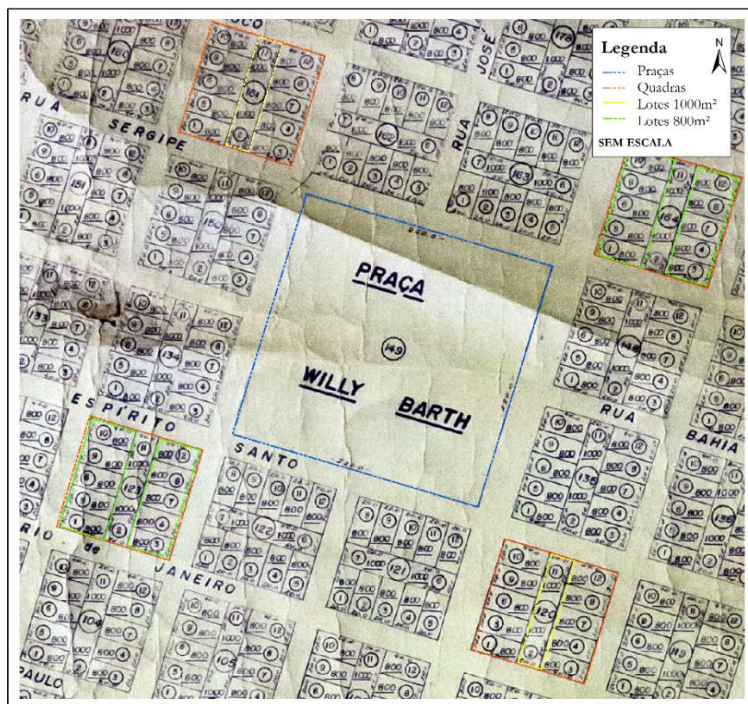


O planejamento inicial da Vila de General Rondon proposto pela Maripá em 1951 remetia a um grande tabuleiro de xadrez, sendo a área central da sede “ formada por quadras com medidas regulares de 100x100 metros, as ruas de 20 metros e avenidas de 30 metros” conforme descrevem Saatkamp (1985, p. 80), Gregory (2002, p. 117) e Niederauer (2011, p. 115). As duas grandes avenidas, Rio Grande do Sul e Maripá, perpendiculares entre si conforme ilustra o mapa da figura 9, eram as principais vias e, portanto, hierarquicamente mais largas que as demais. Quanto à continuidade das 29 vias presentes na planta, estas não eram interrompidas até o término da área urbana e o início da zona de chácaras.

Para Kostof (2009, p. 95-96), Trevisan (2010, p. 231) e Benevolo (2015, p.113), o traçado em malha, também denominado tecido hipodâmico, tem sua origem ainda no século V, quando Hipódomo de Mileto elaborou o projeto de reconstrução de algumas cidades gregas seguindo uma divisão regular da cidade. A civilização romana também adotou o plano de quadrículas dada a sua praticidade e simplicidade de execução. Por extensão, nos séculos seguintes, as demais regiões sob o domínio do Império Romano também adotaram o sistema geométrico, cartesiano e de quadrículas. Mais além, o plano quadrilátero pode ser visualizado em cidades americanas, como Santiago (1541), Buenos Aires (1580) e Nova York (1791). No Brasil, quando as circunstâncias foram favoráveis, também se utilizou este tipo de traçado (REIS, 2000, p. 131-132). Desde o período colonial, o modelo ‘tabuleiro de xadrez’ foi vastamente empregado em cidades brasileiras, e é exemplo disto a sua presença nos traçados das Cidades Novas implantadas pela Maripá no Oeste do Paraná no século XX (GREGORY, 2002, p. 117).

Neste sentido, em uma análise morfológica do parcelamento fundiário da sede em detalhe na Figura 12, constata-se a existência de um modelo de quadra (100x100m) caracterizadas por ângulos retos entre si, e totalizando 171 quadras, com 12 lotes invariavelmente. Os lotes possuem rigorosamente 800 m<sup>2</sup> ou 1000m<sup>2</sup> cada, apresentando-se de maneira homogênea em todo o tecido urbano da planta urbana de 1951.

**Figura 12:** Planta urbana da Vila de General Rondon, 1951. Em detalhe praça central e quadras do entorno.



**Fonte:** Acervo do Escritório da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá. Adaptado pela autora.

Vale ressaltar que diferentemente de todos os demais núcleos urbanos implantados pela Maripá, a Vila de General Rondon foi a única que possuía em seu plano inicial três praças. Além da possível justificativa já apresentada referente ao núcleo de General Rondon como o “concorrente de Toledo”, outra razão plausível é a questão religiosa.

Por assim dizer, de acordo com o Plano de Ação que está contido no Plano de Colonização elaborado pela Maripá (MARIPÁ, 1955, p. 6), a Companhia considerou a importância da reserva de áreas para praças, passeios públicos, igrejas, espaços de lazer, etc. Logo, no centro da planta urbana da Vila de General Rondon observa-se a reserva de uma área equivalente a quatro quadras para a construção da Praça Willy Barth, nomeada justamente em homenagem ao trabalho do colonizador Willy Barth e a própria Maripá, sendo que a existência desta praça garantia o caráter de centralidade do plano urbano.

Mais além, nas proximidades da praça central, há outras duas praças com dimensão de uma quadra cada: a Praça Acre (oeste) e Praça Guaporé (leste). A razão para a reserva destes espaços recai justamente pela existência das duas igrejas, uma católica e uma protestante, no centro da planta. A importância do edifício religioso é expressa por Gregory (2002, p. 169) e no Plano de Colonização (MARIPÁ, 1955, p. 31) quando estes retratam que a existência da igreja era instrumento de divulgação e atração de novos colonos, sendo que os nos novos núcleos urbanos a Maripá era a responsável por ceder os materiais necessários para a edificação das igrejas. Sob um

viés econômico e social, Piaia (2004, p. 162) e Schneider (2001, p. 76), afirmam que no entorno das igrejas eram construídas casas mais belas, já indicando valorização dos terrenos no entorno, onde ocorriam, invariavelmente, os encontros sociais e de lazer dos colonos. Na tabela a seguir, apresenta-se uma síntese aspectos analisado do tecido urbano da Vila de General Rondon em 1951.

**Tabela 7:** Aspectos de análise do tecido urbano da Vila de General Rondon, 1951.

<b>Aspectos de análise do tecido urbano: Vila de General Rondon, 1951</b>		
<b>Modo de crescimento</b>	Contínuo	Primeiro Período de Transformação Morfológica. Crescimento contínuo nas décadas seguintes.
	Lógica Geométrica	Regularidade
<b>Forma urbana</b>	Transição entre urbano e rural	Chácaras*
	Relação com o parcelamento original	Primeiro Período de Transformação Morfológica. Tecido urbano e rural deste período são a base para a sobreposição do futuro tecido de expansão, que terá formatos e distribuições análogas.
<b>Linhas de crescimento</b>	Dimensão da área urbana	2625100 m <sup>2</sup>
		Primeiro Período de Transformação Morfológica. Identificou-se nas décadas seguintes que a estrada regional do Tronco do Meio, na qual estabeleceu a Avenida Rio Grande do Sul, será uma das principais linhas de crescimento da cidade.
<b>Padrão do tecido urbano</b>	Relação com o sítio	Referência estrada Tronco do Meio
	Nº de vias	29
	Hierarquia de vias	Sim
	Dimensão das vias	Avenidas 30m de largura Ruas 20m de largura
	Nº de quadras	171
	Nº de praças	3
	Dimensão das quadras	100X100m
	Área das quadras	1000m <sup>2</sup>
	Nº de lotes	2001
	Dimensão dos lotes	20X40m e 20X50m
	Área dos lotes	800m <sup>2</sup> e 1000m <sup>2</sup>
	Homogeneidade e Heterogeneidade na distribuição do tecido urbano	Tecido homogêneo

\* Chácaras: transição para o plano rural, dimensionadas com cerca de 2,5 hectares cada, eram destinadas a produção de hortifrutigranjeiros e posteriormente serviram como área de expansão da cidade.

**Fonte:** Organizado pela autora.

Considerando tudo o que foi exposto neste capítulo, por meio da caracterização da Planta Urbana da Vila de General Rondon inicialmente projetada em 1951 pela Colonizadora Maripá, fundamenta-se a base para a análise dos padrões de crescimento urbano desta Cidade Nova que será apresentada na sequência. Em vista disso, segue o estudo dos períodos subsequentes de transformação morfológica de M. C. Rondon, identificando os fatores e características de sua expansão.



---

### **3 | FORMA E EXPANSÃO URBANA OS PADRÕES DE CRESCIMENTO URBANO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

---

Imagens da capa Capítulo 3: Aerofotos do centro de Marechal Cândido Rondon nas décadas 1980, 2000 e 2010 respectivamente (de cima para baixo).

Fonte: Instituto de Terra, Cartografia e Geociência do Paraná –ITCG (1980); Google Earth (2018).

### 3 | FORMA E EXPANSÃO URBANA: OS PADRÕES DE CRESCIMENTO URBANO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

*“City life is shaped by plans, policies and formal written records as well as the bubbling up of the unexpected – the spontaneous, unpredictable results created by individual elements working to their own prescribed logic”<sup>56</sup>.*  
London School of Economics and Alfred HerrhausenGesellschaft

Neste capítulo serão compiladas e apresentadas as análises referentes à forma e à expansão urbana da Cidade Nova de Marechal Cândido Rondon. Assim, faz-se importante retomar as questões que nortearam o processo investigativo desta dissertação e que culminaram na produção deste terceiro capítulo.

A partir do objeto de estudo, cuja escolha e justificativa já foram previamente explanadas na introdução deste trabalho, são firmadas as seguintes questões: quais são as características da expansão urbana da Cidade Nova de Marechal Cândido Rondon? Os padrões de ocupação dos novos loteamentos são semelhantes ao plano originalmente proposto pela colonizadora e quais foram as forças propulsoras da expansão urbana no contexto rondonense?

Quanto à hipótese inicial da dissertação, esta refere-se à aplicabilidade dos conceitos de crescimento urbano apresentados por Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 75) no contexto específico da Cidade Nova de Marechal Cândido Rondon, sendo intuito da autora confirmar ou refutar a hipótese inicial ao final das análises.

Recorda-se também que além de compreender as características dos padrões de crescimento urbano de Marechal Cândido Rondon, a presente dissertação também almeja 1) caracterizar a configuração inicial dos planos urbano e rural desta Cidade Nova (Subcapítulo 2.4 – A configuração inicial: traçado e implantação da Vila de General Rondon); 2) identificar as forças e elementos reguladores de sua expansão urbana; 3) identificar se os padrões de ocupação dos novos loteamentos assemelham-se aos do plano original proposto pela Maripá e por fim, 4) caracterizar os padrões de crescimento urbano.

---

<sup>56</sup> *Shaping cities: in an urban age* (2015, p. 18).

Quanto aos critérios e variáveis de análise já apresentadas no protocolo de pesquisa do Subcapítulo 1.3 - Método, são aplicados os instrumentos teóricos para a análise de Marechal Cândido Rondon, segundo:

A sua Escala Territorial:

Modo de crescimento: crescimento contínuo, crescimento descontínuo.

Forma urbana: lógica geométrica, transição entre urbano e rural, a relação com o parcelamento original e dimensão da área urbana.

Linhas de Crescimento: linhas de crescimento naturais, linhas de crescimento artificiais, barreiras de crescimento.

A sua Dimensão Urbana:

Padrão do Tecido Urbano: Rede de vias: relação com o sítio, hierarquia e dimensão;

Parcelamento fundiário: dimensão e formato do lote e da quadra, homogeneidade/heterogeneidade quanto a distribuição no tecido.

As análises conduzidas pela autora tiveram base documental coletada por meio da pesquisa de campo nos seguintes locais: Escritório da Colonizadora Maripá, Prefeitura de Municipal de Marechal Cândido Rondon, Museu Histórico Willy Barth de Toledo, Núcleo de Pesquisas e Documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE) além do levantamento online de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assim, o capítulo está estruturado de modo a apresentar quais foram os períodos de maior transformação morfológica (extensão do tecido urbano) e a sua intrínseca relação com a dinâmica populacional. Na sequência os subcapítulos embasam o leitor a partir da leitura por década dos planos urbanos de Marechal Cândido Rondon, indicando as forças e elementos propulsores de seu crescimento – Estado, legislações, planos desenvolvimentistas, entre outros.

Ao final desta análise longitudinal e evolutiva, há de se questionar também, quais são os prognósticos e perspectivas futuras desta cidade. Por isso, pautando-se nos dados coletados destes 60 anos, a autora apresenta um mapa com as tendências de crescimento de Marechal Cândido Rondon considerando as projeções apresentadas pelo Plano Diretor que está em elaboração.

### | 3.1 Os períodos de transformação morfológica: crescimento e dinâmica populacional.

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, a Vila de General Rondon, projetada originalmente como a primeira sede da Companhia Maripá, foi oficialmente implantada em 1951, e cerca de dois anos depois elevou-se à categoria de Distrito Administrativo de Toledo. Na data de 25 de julho de 1960, de acordo com a Lei Estadual 4.245 sancionada pelo governador em exercício Moisés Lupion, a vila recebeu o título de município, sendo desmembrada dos municípios de Toledo Foz do Iguaçu (1914) e Toledo (1946) segundo descrevem Oberg (1960, p.53) e Saatkamp (1985, p.75).

Em 02 de dezembro de 1961 o Município de Marechal Cândido Rondon possuía uma área urbana de 1047000 m<sup>2</sup>. Para Ferrari (2009, p. 59) a mudança do título General Rondon para Marechal Cândido Rondon foi de fato uma homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon<sup>57</sup>, que esteve na região Oeste do Paraná para expedições e inspeções fronteiriças.

Quanto à atual localização e dimensão do Município de Marechal Cândido Rondon, sua área compreende cerca de 748.002.000 km<sup>2</sup> e a distância em relação à Curitiba, capital do Estado do Paraná, é de 631 km. M. C. Rondon pertence à Região Geográfica Imediata de Cascavel e as Regiões Geográficas Intermediárias de Toledo e Marechal Cândido Rondon, cujas respectivas coordenadas são: latitude: 23° 25' 17" Sul, longitude: 52° 46' 10" Oeste (IBGE, 2019).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, situa-se no terceiro planalto paranaense, ao norte da Hidrelétrica de Itaipu, e à margem esquerda do Rio Paraná. Dentre os municípios limítrofes, cita-se: a leste, o município de Quatro Pontes; a sudeste, Ouro Verde do Oeste; ao Sul, São José das Palmeiras; a sudoeste, Entre Rios do Oeste e Pato Bragado; a oeste, a República do Paraguai e, a norte, o município de Mercedes.

Para Costa e Netto (2015, p. 31) e Coelho (2015, p. 20; 2002, p.85), o espaço urbano é caracterizado pelo seu dinamismo, tanto do ponto de vista social e econômico, quanto notadamente pela sua intensidade relacional no sentido urbano-rural. Assim, a dinâmica populacional de uma cidade retrata inúmeros movimentos da população, sendo alguns mecanismos

---

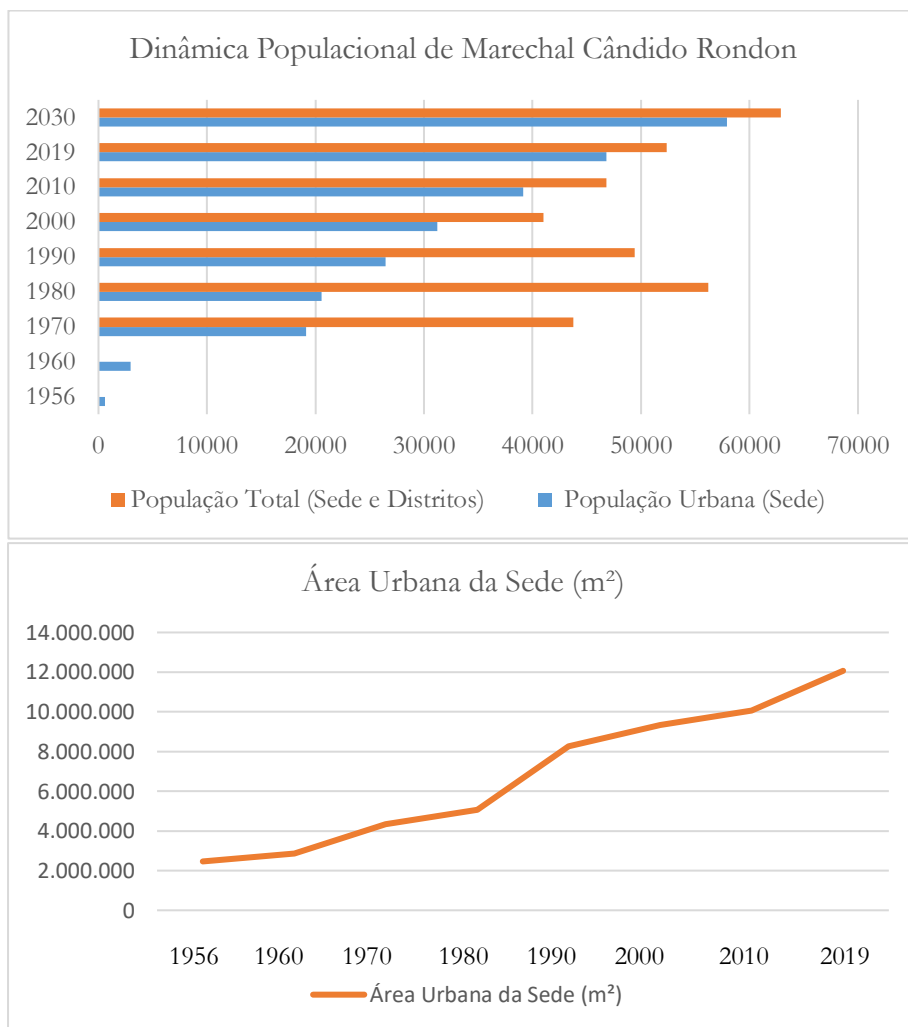
<sup>57</sup> “Em 1913, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon foi designado para organizar uma expedição para, em companhia de Theodore Roosevelt, presidente dos Estados Unidos de 1901 a 1908, percorrer os vales dos rios Paraguai e Amazonas. Roosevelt trouxe com ele naturalistas norte-americanos a fim de selecionar e coletar material para o Museu de História Natural de Nova Iorque, e Rondon convidou cientistas brasileiros para que também participassem da expedição. Iniciada em dezembro de 1913, a viagem de exploração durou até maio do ano seguinte, e foi descrita por Roosevelt no livro *Through the Brazilian wilderness*, publicado ainda em 1914” (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, 2019).



responsáveis por atrair ou promover o êxodo de pessoas. É preciso considerar que estes movimentos provocam alterações não apenas na conformação do espaço urbano, mas também na apropriação de bens e serviços, tornando a sua observação muito importante no processo de delimitação das políticas públicas dos municípios.

Com relação à dinâmica populacional de M. C. Rondon, durante estas seis décadas de estudo (1950-2010), esta é apresentada pelo Gráfico 1, que demonstra a variação demográfica entre a população da sede (azul) e a população total do município (laranja), além do fator área urbana do Município como variável nas respectivas décadas.

**Gráfico 1:** Dinâmica populacional de Marechal Cândido Rondon 1956-2030.



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon. Organizado pela autora.

A partir da análise dos dados acima, constata-se um fenômeno recorrente ocorrido entre as décadas de análise desta Cidade Nova: o crescimento urbano, isto é, a extensão do tecido urbano

sobre a área rural, quase sempre é acompanhado por um aumento demográfico significativo da população.

A exemplo disso, no ano de 1980 o total da população urbana e rural da sede de M. C. Rondon somava cerca de 24.5477 habitantes com uma área urbana de 5.060.930m<sup>2</sup>. Em comparação na década seguinte, a população total da sede foi calculada em 26.455 habitantes sendo que a área urbana foi acrescida em 63,42%, totalizando um perímetro de 8.270.681m<sup>2</sup> (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, 2019<sup>58</sup>; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Na década de 2000 o fenômeno repete-se visto que o número de habitantes aumenta para 31.247, enquanto a área urbana atinge o valor de aproximadamente 9.344.472m<sup>2</sup>.

Para Ferrari (2009, p.75), um dos fatores responsáveis pela variação demográfica do Município, sede e distritos, na década de 1990 é o desmembramento dos quatro municípios: Quatro Pontes, Mercedes, Pato Branco e Entre Rios do Oeste, que até então eram distritos de Marechal Cândido Rondon.

Além disso, outros acontecimentos de âmbito nacional também influenciaram no aumento ou decréscimo populacional e na expansão da área urbana. Por exemplo, a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu em 1982, localizada em território paraguaio e brasileiro, implicou no alagamento de 250000000m<sup>2</sup> da área total de Marechal Cândido Rondon, e também nos movimentos demográficos resultante realojamento de mais de 10.500 pessoas (RIBEIRO, 2012). Nos subcapítulos a seguir será apresentada uma análise por décadas conciliando estes fatores históricos, políticos e sociais junto à perspectiva morfológica para a análise morfológica do crescimento urbano de M. C. Rondon.

Neste sentido, as décadas foram agrupadas de maneira a separar os períodos de maior transformação morfológica, isto é, as décadas com maior extensão da área urbana. Assim, com base no Gráfico 01, as décadas de 1960 e 1970 foram reunidas e demonstram a passagem da Vila de General Rondon para a posição de cidade. Na sequência, o auge do crescimento urbano de Marechal Cândido Rondon, e, portanto, os períodos de maior transformação morfológica, compreendem as décadas de 1980, 1990 e 2000 e serão investigados no capítulo 3.3.

---

<sup>58</sup> Dados coletados a partir de pesquisa de campo na Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon.

A década de 2010 compreendem um período de crescimento positivo da população e da área urbana, porém ainda inferiores aos 30 anos anteriores. Assim, com base nas informações e expectativas apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon (2019), são traçadas perspectivas e prognósticos referentes ao crescimento populacional e urbano de M. C. Rondon sob o viés da morfologia urbana.

É importante ressaltar que o estudo acima mencionado tem como recorte de análise apenas o distrito sede de Marechal Cândido Rondon, conforme ilustrado pelo mapa da Figura 13 – Atuais distritos do Município de Marechal Cândido Rondon, visto que a proposta original do núcleo urbano implantado pela Colonizadora Maripá estava inserida nesta área. Com o processo de extensão dos demais núcleos urbanos desde a década de 1940, foi inevitável que os perímetros dos atuais municípios vizinhos se aproximassem.

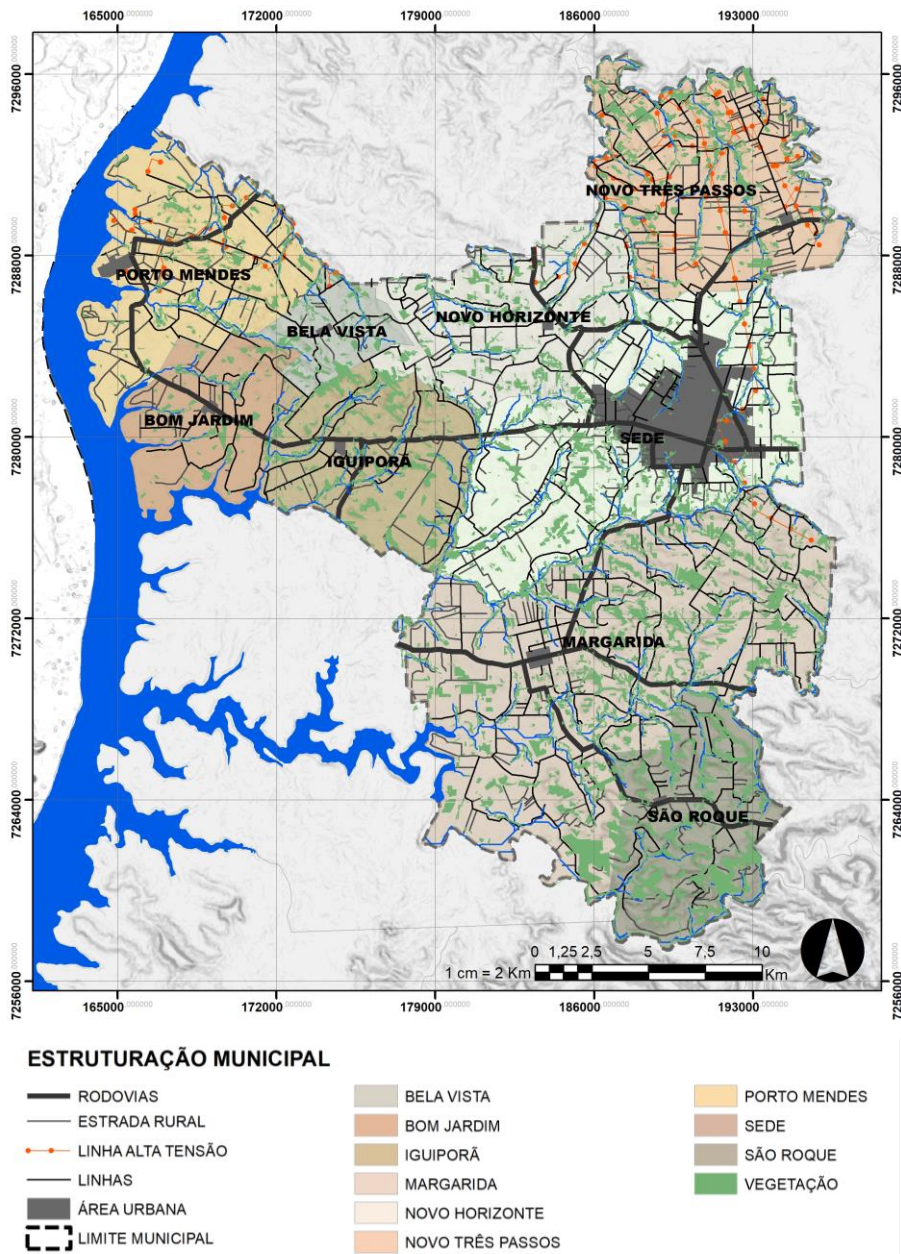
No entanto para Saatkamp (1985, p.113), nesta rede de cidades, desde a sua fundação, M. C. Rondon possui um caráter de centralidade, acumulando serviços de saúde, agroindústria, educacionais e comerciais. Portanto, o estudo leva a cabo a análise da sede demarcada em cinza escuro no mapa da próxima página.

Atualmente, conforme apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE CIDADES, 2019), o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de M. C. Rondon é de 0,829, classificado como muito alto e garantindo à cidade a oitava posição no Estado Paraná.

E, apesar de ser um município cuja a economia ainda é fortemente arraigada no setor primário, a agricultura, agropecuária e agroindústria, a maior concentração populacional, cerca de 78%, encontra-se na área urbana de Marechal Cândido Rondon. Por esta razão, conforme descreve Ferrari (2009, p. 74):

[...] pelas características da região e de sua colonização a soja teve investimento maciço (seja estatal ou privado), já que este produto é a base da exportação do agronegócio e seu preço não depende do mercado interno, por isso, a cultura da soja assume um papel importante na economia local. Se a produção é “boa” a economia local também terá um bom desempenho, caso contrário, a economia local sente os efeitos e fica estagnada por certo período (algumas vezes até uma próxima safra). Para que a expansão do território urbano ocorra, torna-se necessário que haja um mercado que ofereça as condições favoráveis, e isso só é possível com a intervenção do Estado (legalizando) e os incorporadores que executam os loteamentos (oferece a mercadoria), formando-se assim uma corrente especulativa com o solo urbano.

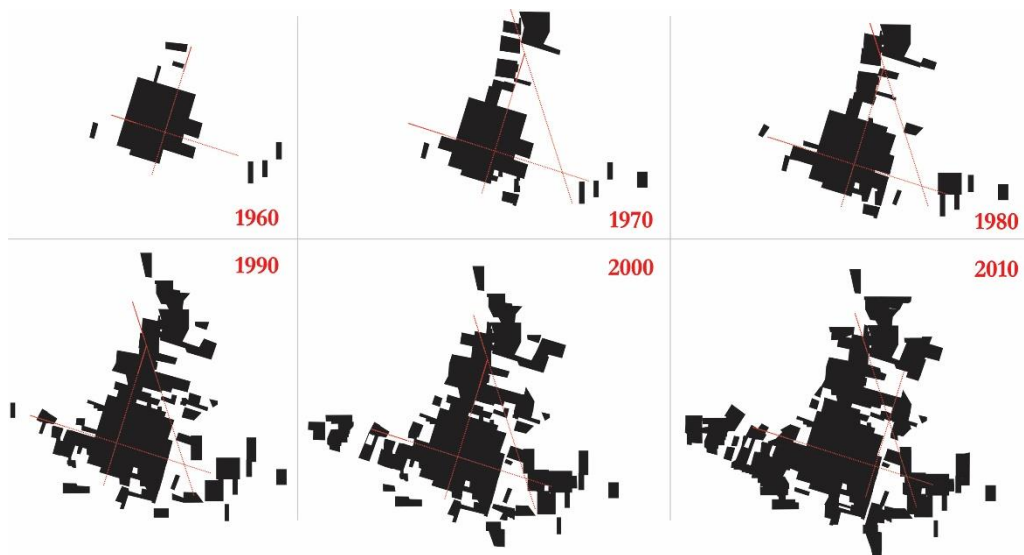
**Figura 13:** Atuais distritos do Município de Marechal Cândido Rondon.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento Urbano de M. C. Rondon. Organizado pela autora.

Considerando o que foi exposto acima, inevitavelmente, ao investigar o crescimento urbano de M. C. Rondon, a pesquisa abordará o fator “mercado”, visto que este é o principal elemento responsável por determinar o preço da terra agrícola e urbana e articular as demais atividades socioeconômicas e políticas do meio urbano. Assim, a fim de ilustrar previamente a expansão urbana de Marechal Cândido Rondon e iniciar as análises, apresenta-se um esboço da evolução de seu plano urbano, cujas forças e elementos reguladores da sua expansão serão a temática central nos subcapítulos a seguir.

**Figura 14:** Croqui explicativo: a conformação e expansão da forma urbana de Marechal Cândido Rondon 1960-2010. Em destaque na cor vermelha, os principais eixos viários das respectivas décadas.



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Prefeitura de Municipal de Marechal Cândido Rondon. Organizado pela autora.

### | 3.2 Da vila à cidade: os padrões de crescimento das décadas de 1960 e 1970.

Até meados da década de 1950 a Vila de General Rondon possuía uma população majoritariamente urbana, entretanto este aspecto se contrapunha não apenas em sua configuração econômica agrária, mas também na conformação da forma urbana, que ainda era circundado pelas chácaras de hortifrutigranjeiros implantadas pela Colonizadora Maripá uma década antes segundo descrevem Ferrari (2009, p. 73), Saatkamp (1985, p. 87) e Kirkchheim (2010, p. 63).

Conforme mencionado no Capítulo 2, é a partir de 1960 que de fato inicia-se a transformação da Vila em Cidade, sendo o evento de maior importância desta década o desmembramento de Marechal Cândido Rondon das Comunas de Toledo e Foz do Iguaçu. Em 15 de setembro de 1960, Moisés Lupion, governador em exercício na época, visita Marechal Cândido Rondon e endossa a Lei nº 4.245 com o pedido de instalação do município, processo este que é oficializado apenas em 02 de dezembro de 1961 com posse do primeiro prefeito democraticamente eleito pela população rondonense (SAATKAMP, 1985, p. 76).

Quanto ao número populacional no início da década de 1960<sup>59</sup>, considerando apenas o perímetro urbanizado da Sede da Vila, este somava cerca de 2.972 habitantes, valor este que era

<sup>59</sup> A população rural de M. C. Rondon em 1960 somava cerca de 1.472 indivíduos, totalizando assim 4,426 habitantes residentes na Vila de General Rondon.

equivalente a cinco vezes a população inicialmente estabelecida em 1956 na antiga Vila (587 habitantes).

A década de 1960 é marcada, sobretudo pela chegada e adaptação dos novos colonos ao recém emancipado Município. Assim, conforme aponta Saatkamp (1985, p. 85), há um sentimento de autonomia, a busca pela formação de uma identidade social, política e também econômica, visto são nestes anos iniciais surge um pequeno núcleo comercial urbano em torno dos principais eixos de deslocamento da cidade conforme ilustrado na Figura 15. Na fotografia identifica-se a Avenida Rio Grande do Sul, antiga estrada Tronco Norte implantada pela Maripá.

É na década de 1960 que são criados 5 novos distritos de M. C. Rondon, dentre eles Pato Bragado (1962), Porto Mendes (1967), Novo Três Paços (1967), Margarida (1968) e São roque (1968). Dentre estes, quatro eram antigas vilas ou povoados implantados pela Companhia Colonizadora Maripá conforme discorre Ferrari (2009, p. 74) e Saatkamp (1985, p. 96-98).

**Figura 15:** Avenida Rio Grande do Sul, antiga estrada Tronco do Norte. Marechal Cândido Rondon, 1960.



**Fonte:** Acervo pessoal do jornalista Harto Viteck.

Considerando o exposto, a década de 1960 apesar de não assistir a grandes acontecimentos, marca a transformação da pequena Vila de General Rondon para a Cidade de Marechal Cândido Rondon, cuja população urbana quintuplicou em uma média de quatro anos. Além disso, segundo

dados da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon (2019), entre 1960 e 1969 foram criados oito novos loteamentos fora do perímetro urbano desenhado pela Colonizadora Maripá: Loteamento Jardim M. C. Rondon (1963), Vila Bela Vista (1964), Loteamento Germano Winter (1964), Loteamento Vila Gaúcha (1964), Loteamento Jardim Oeste (1964), Loteamento Alvorada (1964), Loteamento Jardim Guaira (1964), Loteamento Jardim Bela Vista (1965) e Loteamento Konrad S. Mohr (1969). O nono loteamento Jardim Maripá (1950) surgiu a partir do antigo núcleo implantado pela Companhia em 1951<sup>60</sup>. O surgimento, a organização espacial e morfológica destes loteamentos será abordada na sequência deste subcapítulo.

Assim, ao analisar ao mapa da Figura 17, verifica-se que durante a década de 1960 houve uma expressiva expansão urbana, considerando que neste período o núcleo urbano de Marechal Cândido Rondon ainda dependia exclusivamente de sua economia e produção rural em detrimento das atividades urbanas. Com a execução dos oito novos loteamentos cujas áreas médias eram de aproximadamente 48.000 m<sup>2</sup> cada<sup>61</sup> fora do perímetro delimitado pela Companhia Maripá, a área urbana passou dos 2.462.000m<sup>2</sup> iniciais, para 2.846.442m<sup>2</sup>.

O Município Sede de Marechal Cândido Rondon adentra a década de 1970 com uma população urbana estimada em 19.130 habitantes, o que indica uma taxa de crescimento de aproximadamente 18,40% em relação à década anterior<sup>62</sup>.

No entanto, apesar o significativo aumento demográfico, houve pouco avanço no quesito da organização espacial urbana. Para Saatkamp (1985, p. 110), dentre os órgãos públicos e particulares criados nesta década, cita-se a Companhia de Desenvolvimento de Marechal Cândido Rondon – CODECAR, uma sociedade mista cuja principal responsabilidade era administrar o fundo de desenvolvimento da cidade a auxiliar em obras de infraestrutura e urbanização de M. C. Rondon. É deste mesmo período o Centro Social Urbano, implantado em 1975, a fim de administrar entidades filantrópicas de caráter comunitário e assistenciais.

Na Figura 16, imagem aérea da área central de M. C Rondon em 1978, percebe-se que a configuração do tecido urbano se manteve praticamente inalterado. Neste sentido, em uma análise

---

<sup>60</sup> Dados coletados a partir de pesquisa de campo na Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon.

<sup>61</sup> A área média dos loteamentos foi obtida a partir da soma das áreas individuais de cada um dos loteamentos dividida pelo número de loteamentos criados no período.

<sup>62</sup> Dados coletados a partir de pesquisa de campo na Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon.

morfológica do parcelamento fundiário constata-se a permanência do modelo de quadra (100x100m) caracterizadas por ângulos retos entre si. Além disso, à esquerda na foto encontra-se novamente a Avenida Rio Grande do Sul, que permaneceu como um dos principais eixos de deslocamento e concentração comercial da cidade.

**Figura 16:** Foto aérea de Marechal Cândido Rondon, 1978. À esquerda, Avenida Rio Grande do Sul.



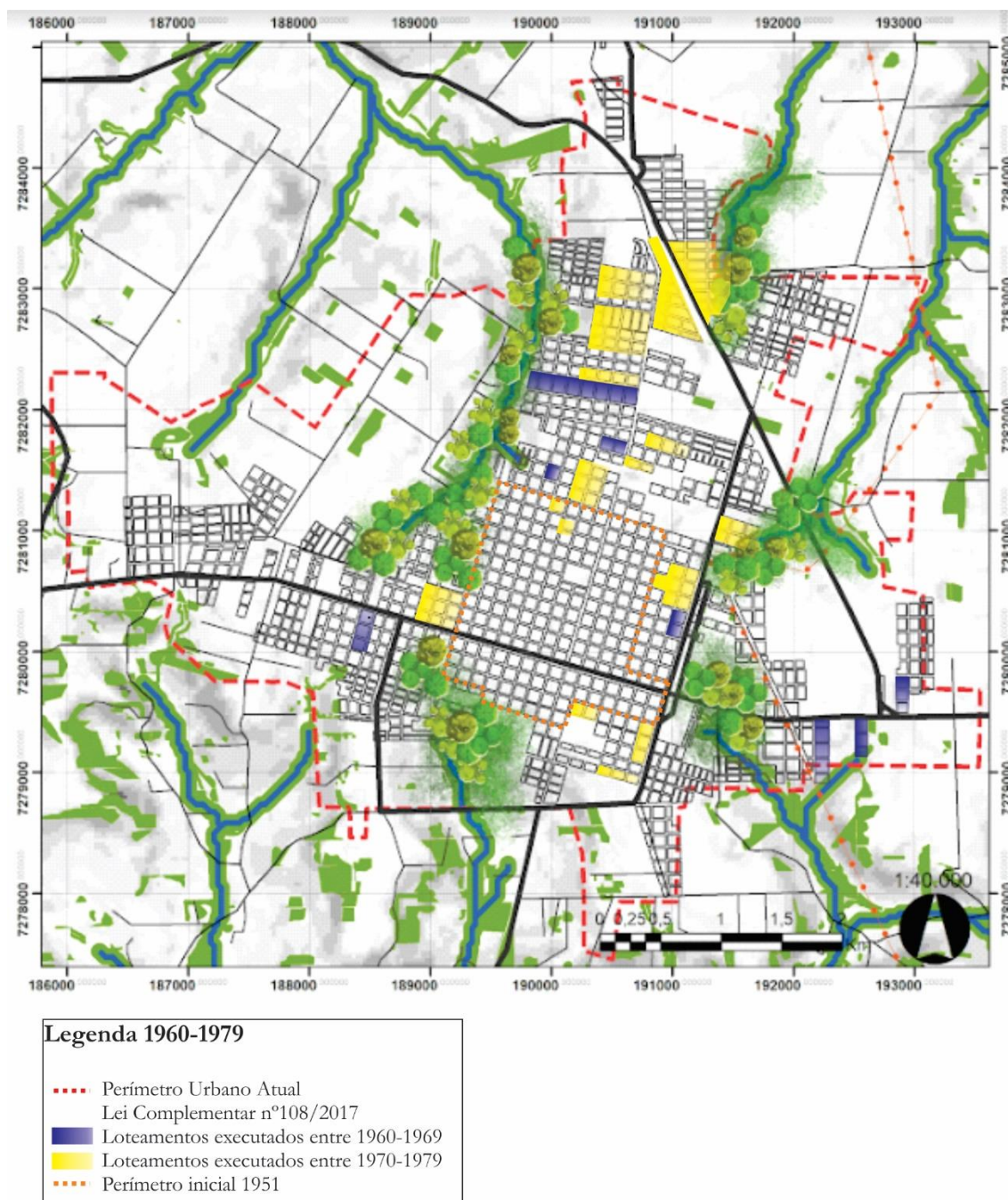
**Fonte:** Acervo pessoal do jornalista Harto Viteck.

Em comparação com a década de 1960, no entanto, foram criados 21 novos loteamentos, implicando assim em um novo aumento da área do perímetro urbano, sobretudo para a área norte da cidade conforme apresentado no mapa na sequência – Figura 17. No início da década de 1970, a área urbana de Marechal Cândido Rondon somava cerca de 2.846.442m<sup>2</sup>. Até 1979 foram criados 21 loteamentos, cuja área média variava em torno de 71.500 m<sup>2</sup> cada.

Assim, a área urbana de M. C. Rondon foi acrescida em 1.502.828 m<sup>2</sup>, totalizando cerca de 4.349.270 m<sup>2</sup> até 1979. Em se tratando de uma análise morfológica, conforme afirmam Costa e Netto (2015, p.31), Oliveira (2016, p.31) e Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 75), compreende-se que a configuração urbana é um produto físico dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos. Portanto, o aumento do perímetro urbano na década de 1970 é resultante de dois fenômenos principalmente, um de âmbito nacional e outro local.



**Figura 17:** Mapa com a expansão dos loteamentos de Marechal Cândido Rondon nas décadas de 1960 e 1970.



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon. Organizado pela autora.

Primeiramente, o intenso processo de mecanização das terras agrícolas que impulsionou o êxodo rural é reflexo das políticas nacionais de modernização, sendo que a partir da década de 1970 a população brasileira urbana (55,92%) ultrapassou a população rural pela primeira vez segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do período.

No cenário local, segundo Ferrari (2009, p. 98) a derrubada das matas virgens devido às atividades colonizadoras para a implantação dos núcleos urbanos e a comercialização da madeira pela Companhia Maripá resultou na sua escassez em meados de 1970.

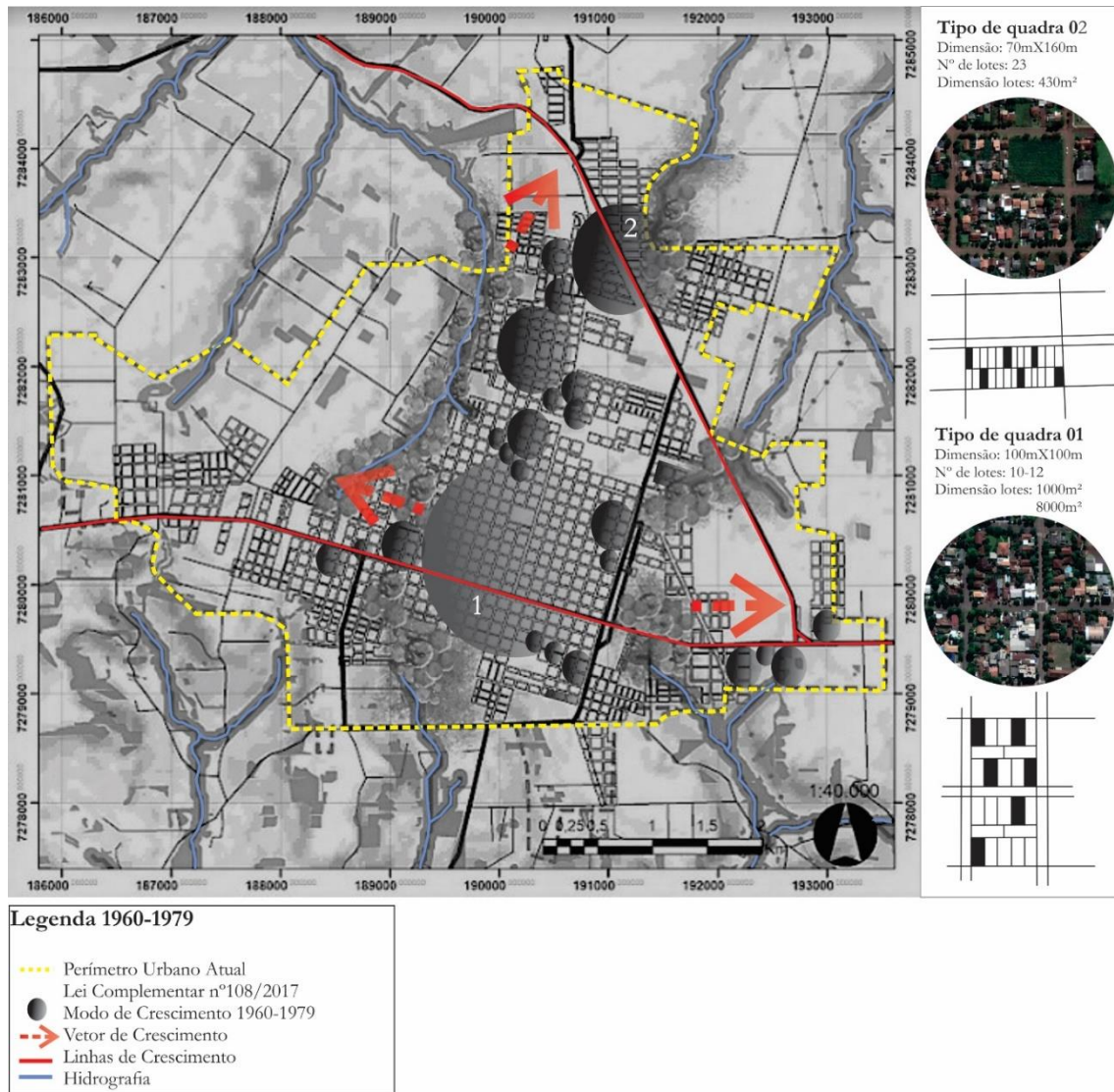
Portanto, estes dois fenômenos foram os principais responsáveis pelo êxodo rural na década mencionada, modificando visivelmente não só a área urbana, mas também a conformação da forma urbana como será apresentado a seguir no mapa da Figura 18.

Retomando os critérios de observação da pesquisa, no aspecto da **escala territorial**, o critério de análise do **modo de crescimento** – indica um crescimento contínuo visto que os 30 novos loteamentos criados durante estas duas décadas são em sua maioria vinculados ao núcleo inicial de 1950. Apesar de alguns loteamentos estarem desconectados ao plano original conforme apresentado pelos mapas das Figuras 17 e 18, ao observar a extensão da área urbana entre 1960 e 1979, o perímetro foi expandido de forma contínua no sentido Norte, Oeste e Sul.

Conforme descreve Güths (1999, p. 68), a centralização urbana de M. C. Rondon prevaleceu até o final dos anos de 1970, quando “ estação rodoviária foi deslocada para uma área até então pouco valorizada, surgindo neste novo espaço estabelecimentos comerciais, levando ao loteamento de outras chácaras adjacentes, o que provocou a valorização” da porção Sul da cidade. Além disso, a implantação da BR 163 e da Cooperativa Mista Rondon Ltda - COPAGRIL, foram dois fatores pujantes do crescimento à Norte conforme evidenciado no mapa.

No que tange o aspecto da **forma urbana**, analisa-se na sequência a sua lógica geométrica, transição entre urbano e rural, a relação com o parcelamento original e dimensão da área urbana.

Com relação à sua lógica geométrica, o principal aspecto visível ao final destas duas décadas é justamente a sua irregularidade. Com o aumento de cerca de 52% da área urbana, a forma da cidade de Marechal Cândido Rondon perdeu seu caráter regular ainda durante a década de 1960 com o surgimento dos novos loteamentos conforme demonstrado no mapa da Figura 17.

**Figura 18:** Crescimento urbano de Marechal Cândido Rondon nas décadas de 1960 e 1970

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon. Organizado pela autora.

A respeito da transição para o plano rural, na Figura 19 apresentada na sequência, percebe-se que mesmo com a expansão da área da urbana, há a permanência das chácaras com os 2,5 hectares originais nas bordas da cidade em meados da década de 1970.

No que tange a relação com o parcelamento original, neste segundo período de transformação morfológica, verifica-se que alguns loteamentos criados nestas duas décadas possuem formato análogo ao parcelamento das chácaras. Assim, em uma escala territorial, percebe-se que o parcelamento original em lotes longos foi o fator delimitador dos novos loteamentos.

**Figura 19:** Fotografia aérea de Marechal Cândido Rondon, 1975. Ao centro, Avenida Rio Grande do Sul.



**Fonte:** Acervo pessoal do jornalista Harto Viteck.

As linhas de crescimento são o terceiro critério de análise da escala territorial. Entre as décadas de 1960 e 1970, foram identificadas duas linhas de crescimento artificiais. A antiga estrada Tronco do Meio que conectava a sede Toledo ao Porto Britânia, atual Avenida Rio Grande do Sul, permaneceu como um elemento pujante na expansão Nordeste e Sul da cidade, criando espaços comerciais e a valorização dos loteamentos adjacentes. Além disso, a implantação da BR 163 na década de 1970, que fez parte Plano de Integração Nacional (PIN) do Governo Militar, também atuou como elemento atrativo para a execução dos loteamentos, formando assim uma linha de crescimento. Neste período investigado, não foi averiguada nenhuma barreira urbana que impedisse ou dificultasse a extensão urbana.

Sob o viés da **dimensão urbana**, analisou-se o **padrão do tecido urbano** durante as décadas de 1960 e 1970, conforme a organização da rede de vias - relação com o sítio, hierarquia e dimensão – e o **parcelamento fundiário** – dimensão/formato do lote e da quadra, homogeneidade e heterogeneidade quanto a distribuição no tecido.

A partir do núcleo urbano implantado pela Colonizadora Maripá, cuja rede de vias respeitou a topografia natural do sítio, que é praticamente plana, a cidade se expandiu seguindo suas linhas de crescimento durante as duas décadas sem haver restrições com relação ao sítio natural.

Em uma análise do sistema viário de Marechal Cândido Rondon em meados da década de 1970 verifica-se que as duas grandes avenidas, Rio Grande do Sul e Maripá, perpendiculares entre si e centralizadas no plano urbano da cidade, permaneceram hierarquicamente como as principais

vias de fluxo da cidade, conectando o núcleo inicial com os novos loteamentos. No que tange às demais vias criadas neste período de transformação, em especial as vias intra-loteamentos, estas possuíam 20 m de largura, com exceção dos loteamentos a norte, cujas dimensões foram reduzidas para cerca de 12 m. Ao analisar os loteamentos executados entre 1960 e 1979 segundo os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, calcula-se aproximadamente a existência de 114 vias contínuas até início da zona de chácaras.

Neste sentido, em uma análise morfológica do parcelamento fundiário da sede de Marechal Cândido Rondon até o final da década de 1970, constata-se a permanência de um modelo de quadra (100x100m) caracterizadas por sua regularidade, e totalizando 281 quadras, com 12 ou 10 lotes normalmente. Nos loteamentos próximos ao núcleo inicial, os lotes ainda possuem a metragem de 800 m<sup>2</sup> ou 1000m<sup>2</sup> cada, apresentando-se de maneira homogênea (ver croqui e detalhes no mapa da Figura 18). No entanto, nos loteamentos executados na porção Norte e Oeste, percebe-se um formato de quadra retangular (70mx160m) e 26 lotes menores (12x35m) com uma área de aproximadamente 430m<sup>2</sup>. As ruas intra-bairro passam a ser delimitadas com 12m. Esta tipologia de quadra será utilizada nas décadas seguintes nos novos loteamentos, visto que a mesma permite uma maior quantidade de lotes por quadra e também requer menor infraestrutura no entorno conforme será analisado nas décadas seguintes.

Considerando o exposto, afirma-se que no transcorrer das décadas de 1960 e 1970 a cidade de Marechal Cândido Rondon adquiriu a sua independência política e legislativa, tornando-se um município autônomo. Ademais, a cidade assistiu à instalação da primeira cooperativa agrícola do município, Cooperativa Mista Rondon Ltda. – COPAGRIL, além da execução da BR 163 a partir do Plano Nacional de Integração implementado pelo governo militar, que acabou por estimular abertura de novos loteamentos para a região Nordeste da cidade.

Vale ressaltar que o padrão de crescimento urbano apresentado por estas duas décadas assemelha-se à do início de 1950, sendo o padrão do tecido urbano dos novos loteamentos a Norte e Nordeste parcialmente distinto, conforme expresso anteriormente.

Apesar do significativo aumento populacional e da extensão de sua área urbana, Marechal Cândido Rondon ainda assistirá nas três décadas seguintes profundas transformações, desde o quesito do planejamento territorial com a aprovação de um Plano Diretor até o grande *boom* populacional da década de 1980 conforme será apresentado na sequência.

### | 3.3 Os padrões de crescimento das décadas de 1980, 1990 e 2000

As décadas de 1980, 1990 e 2000 marcam invariavelmente um período de grandes transformações no plano urbano de Marechal Cândido Rondon, não somente no que tange a sua expansão territorial, mas também na elaboração e aplicação das primeiras regras de organização do espaço urbano. Neste sentido, para Saatkamp (1985, p.94) com o intuito de promover o ordenamento territorial o poder público elabora um conjunto de leis, conhecido como Plano de Desenvolvimento, a fim de ordenar o crescimento físico de M. C. Rondon. Tal plano será esclarecido com maior profundidade na sequência.

No ano de 1980 a população total da Sede do Município de Marechal Cândido Rondon somava 24.948 habitantes. Deste total, mais de 81% da população residia em área urbana segundo estimativa do censo de 1980 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Tal dado evidencia a majoritária concentração urbana, o que já antecipava uma necessidade de regulamentação e direcionamento da expansão urbana rondonense.

No âmbito nacional, dentre os acontecimentos de maior relevância da década de 1980, ressalta-se a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 30, oficializou e atribuiu aos municípios brasileiros a jurisdição para legislar sobre aspectos de interesse municipal, além de promover o ordenamento territorial urbano e rural mediante quatro elementos: planejamento, controle do uso, parcelamento e ocupação do solo. Em contínuo, no artigo 182 do Capítulo II referente a Política Urbana, é estabelecido que:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. § 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro (BRASIL, 1988, Art. 182).

Considerando os critérios prescritos na Constituição, a cidade de Marechal Cândido Rondon colocou em prática as primeiras ações rumo a elaboração de um Plano Diretor, visando a organização de seu espaço físico. É importante ressaltar, para tanto, que a Constituição de 1988 não previu nenhum método ou conteúdo como guia para a elaboração destes planos, ficando a cargo, portanto, do poder público de cada município.

O supracitado Plano de Desenvolvimento, segundo Saatkamp (1985, p. 94) foi certamente o primeiro documento legal responsável por gerir e organizar “o espaço físico da cidade, dirigindo o crescimento físico territorial por meio de leis e regulamentos tanto na delimitação do perímetro urbano, como zoneamento, loteamentos, códigos de edificações e código de posturas”.

Pautando-se legalmente neste instrumento, em 1980 passou a vigorar a primeira legislação urbanística da cidade Marechal Cândido Rondon. Aprovada pelo poder público, a Lei nº 1.355 de 03 de julho regularizou e inseriu no perímetro urbano os loteamentos e jardins habitacionais. Por assim dizer, esta lei orientou no crescimento físico territorial da sede municipal, delimitou um perímetro urbano, instituiu um zoneamento e código de posturas além de regularizar áreas já ocupadas informalmente.

Logo na sequência, a Lei orgânica nº. 1.356 de 03 de julho, regularizou a proposta de zoneamento do Plano de Desenvolvimento de Marechal Cândido Rondon. De acordo com Saatkamp (1985, p. 94) a lei de zoneamento regimentou “o uso do solo, índice de aproveitamento, taxa de ocupação, altura e recuos obrigatórios, dimensão mínima de lotes<sup>63</sup> e desapropriações” e ainda regulamentou os processos para a criação de novos loteamentos e os desmembramentos. Outras leis regulamentadoras relacionados a legislação urbanística foram criados a partir do Plano de Desenvolvimento, como o primeiro Código de Edificações e o Código de Posturas.

Outro item presente no Plano de Desenvolvimento de 1980 é a organização do sistema viário de Marechal Cândido Rondon segundo uma hierarquia<sup>64</sup>: vias radiais, vias perimetrais, anel central, vias de ligação, vias de controle, vias locais e ciclo vias. Cada uma destas classificações recebeu funções específicas afim de organizar e conectar devidamente a cidade que se encontrava em um intenso processo de expansão conforme será visto a seguir.

Outro acréscimo à organização espacial de M. C. Rondon regulamentada pelo Plano de Desenvolvimento foram as áreas urbanas ou áreas de expansão destinadas à habitação, à indústria ou ao comércio. As chácaras loteadas a partir da aprovação da lei complementar nº. 1.494 de 13 de novembro de 1984<sup>65</sup>, deveriam obrigatoriamente, segundo o parágrafo único do Capítulo I,

---

<sup>63</sup> Dimensão mínima de testada aprovada: dez metros. Informação retirada do anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano. Disponível em: <antigo.mcr.pr.gov.br>.

<sup>64</sup> No Plano de Desenvolvimento (1980) segundo Saatkamp (1985, p. 94), o sistema viário de Marechal Cândido Rondon passa a ser classificado em: vias radiais – com fluxo de veículos do centro à área periférica-, via perimetral – acessos rodoviários-, anel central – área comercial central-, vias de ligação – elementos de conexões dentro da área urbana -, vias de controle – integram o tráfego a nível regional -, vias locais – completando a malha urbana-, ciclovias.

<sup>65</sup> A lei complementar nº. 1.494 de 13 de novembro de 1984 pode ser conferida na íntegra neste endereço eletrônico: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/marechal-candido-rondon/lei-ordinaria/1984/149/1494/lei-ordinaria-n-1494-1984-dispoe-sobre-loteamentos-e-da-outras-providencias>>.

configurar-se como uma “subdivisão de área urbana em lotes para edificações, desde que aproveitado o sistema viário da cidade, vila ou povoado e sem a abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem prolongamento ou modificações aos existentes, não sendo considerado loteamento, mas simples desmembramento”.

Considerando o exposto, ao analisar o Apêndice B que contém o histórico de loteamentos de Marechal Cândido Rondon em ordem cronológica e o mapa da Figura 20<sup>66</sup>, na década de 1980 foram executados 19 novos loteamentos, implicando em uma nova expressiva expansão urbana. A área média destes loteamentos era de aproximadamente 37.400 m<sup>2</sup>, o que no total gerou um acréscimo de 711.660m<sup>2</sup> na área urbana de Marechal Cândido Rondon até o final dos anos 1980.

Assim, em relação à década de 1970 houve uma expansão de aproximadamente 16,76% da área total do perímetro urbano, sendo este acrescido de 4.349270 m<sup>2</sup> para 5.060930 m<sup>2</sup>. Apesar desta expansão ter ocorrido em menor escala em relação à década de 1970, alguns dos acontecimentos sociais e políticos foram fatores determinantes para a organização espacial de Marechal Cândido Rondon durante a década de 1980. Em uma esfera local, segundo Ferrari (2009, p. 100) e Güths (1999, p. 74) o processo de êxodo rural continuou, a migração do campo para a cidade causada pela mecanização da agroindústria somou cerca de 56.210 residentes em Marechal Cândido Rondon (sede e distritos) ao final da década de 1980. Deste total, 55,4% eram residentes urbanos.

Além disso, segundo dados de Ribeiro, Cassuli e Frassão (2012, p. 5), a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a Itaipu Binacional, em 1982 o Município de Marechal Cândido Rondon teve 17,78% de suas terras ribeirinhas ao Rio Paraná alagadas pela formação do Lago da Itaipu Binacional, o que ocasionou invariavelmente uma migração interna para outras áreas do Município. No total, foram 15 cidades alagadas no Oeste do Paraná. Em 2012 M. C. Rondon recebeu da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, 240 mil dólares em royalties como pagamento pelas áreas afetadas.

Considerando o que foi exposto, a década de 1980 foi um período de importantes decisões. No que tange o ordenamento territorial e organização espacial da cidade, o Plano de Desenvolvimento regulamentou o perímetro urbano até 1996 que, posteriormente, conforme determinação da Constituição Federal, tornou-se obrigatório a elaboração de um Plano Diretor que delimitasse as regras para a organização e regulamentação do Município de Marechal Cândido

---

<sup>66</sup> Ver página 92.



Rondon. Assim, a elaboração de uma legislação urbana para o direcionamento da expansão física da cidade impactou significativamente no crescimento urbano conforme será verificado nas análises no decorrer do capítulo.

A década de 1990 é, se não a principal, a década de maior relevância para o presente estudo, visto que o processo de crescimento urbano até 1999 foi extremamente acelerado, quase triplicando a dimensão da área urbana em um período de dez anos. A população urbana da sede de Marechal Cândido Rondon somava cerca de 26.455 habitantes em 1991 segundo censo do IBGE.

Na década de 1990 foram executados 75 novos loteamentos, com uma área média de aproximadamente 42.000 m<sup>2</sup> cada. Utilizando-se destes dados fornecidos pelo Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, verifica-se que a área total de expansão física dos novos loteamentos soma cerca de 3.209751 m<sup>2</sup>, o que implicou em um aumento de cerca de 66% da área inicial em 1990, que era de 5.060.930 m<sup>2</sup> e atingiu 8.270.681 m<sup>2</sup> até 1999. No entanto, apesar deste significativo aumento, a cidade de M. C. Rondon perdeu população – 11.920 habitantes- e área – 571,35 m<sup>2</sup> - com a emancipação de quatro de seus distritos em 1993: Entre Rios do Oeste, Mercedes, Quatro Pontes e Pato Bragado<sup>67</sup>.

Tais dados foram obtidos comparando o Censo de 1991 aplicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com a contagem populacional realizada pela própria Prefeitura do Município em 1996.

Sob a perspectiva da morfologia urbana, o contexto urbano é essencialmente um produto das práticas sociais, políticas e econômicas, assim, no que tange estes aspectos, a década de 1990 foi marcada em uma escala local pela elaboração do primeiro Plano Diretor Participativo do Município de Marechal Cândido Rondon, e no âmbito nacional, a instabilidade econômica do período teve reflexos no ordenamento e no crescimento urbano da cidade.

Dos 75 novos loteamentos criados até 1999, um total de 63 foram aprovados e executados antes da aprovação do Plano Diretor de 1996. Tal discrepância deve-se ao fato de que após a data de aprovação da lei urbana regulamentadora, tornou-se obrigatória a execução de infra-estrutura em todos os loteamentos aprovados posteriormente ao Plano segundo Ferrari (2009, p. 103) e Kirkchheim (2010, p. 68).

---

<sup>67</sup> Ver mapa da Figura 13, página 86: Atuais distritos de Marechal Cândido Rondon.

Quanto a distribuição dos loteamentos na área urbana, diferentemente da década anterior quando os loteamentos foram direcionados a Norte, na década de 1990 estes foram distribuídos por todas as regiões e zonas urbanas sem alteração do perímetro urbano<sup>68</sup>. O eixo central da Avenida Rio Grande do Sul concentrou grande parte destes novos loteamentos, estendendo horizontalmente a malha urbana. Perpendicular a Avenida Rio Grande do Sul, a Avenida Irió Jacó Welp, no sentido Norte-Sul, também agregou parte dos loteamentos da década, principalmente pela proximidade com o Campus da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, o Parque de Exposição, Lago Municipal e a sede do Serviço Social de Comércio – SESC.

Compreende-se que a forma urbana da Cidade Nova de Marechal Cândido Rondon foi bastante influenciada pelos longos lotes ou chácaras da área rural circundante à cidade conforme demonstrado pelos mapas e fotografias de análise até o momento. Segundo Ferrari (2009, p.124), a expansão da cidade de Marechal Cândido Rondon e, conseqüentemente a sua forma urbana, está intimamente relacionada à produção do campo.

Para o autor, "os agricultores têm a prática de 'investir' na cidade comprando propriedades (principalmente lotes), sendo considerada por elas a melhor maneira de investir, já que se tem na propriedade privada da terra uma garantia". Considerando as décadas de 1980, 1990 e 2000, período de maior expansão urbana, esse fenômeno está alinhado com o comportamento instável da economia brasileira após o fracasso dos milagrosos planos econômicos. A estabilidade econômica nacional só foi retomada em meados da década de 90 com a implementação do Plano Real.

Assim, como resultado da fragilidade econômica, Ferrari (2009, p.124) aponta que "as baixas taxas de juros pagas pelos bancos em investimentos financeiros foram fatores importantes nessa expansão e, após algumas colheitas abundantes que permitiram aos agricultores capitalizar", houve um incentivo para que os mesmos investissem na compra de imóveis urbanos e terra para plantio, cujo capital tem maior rendimento e valorização. Tal fenômeno, conforme será abordado adiante, trará conseqüências negativas para o ordenamento territorial do Município, visto que implicará no surgimento de inúmeros vazios urbanos dentro do perímetro da cidade.

Com o início da década de 2000, a expansão urbana de Marechal Cândido Rondon continuou de maneira acelerada, porém em um ritmo inferior ao da década anterior. A população urbana residente no município sede e demais distritos, segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizado em 2000, era de 31.246 pessoas. A população rural somava 9.741 indivíduos,

<sup>68</sup> Cita-se aqui a já mencionada Lei nº. 1356 de 1980, referente a aprovação do Zoneamento Urbano do Plano de Desenvolvimento de Marechal Cândido Rondon.

perfazendo um total de 41.007 habitantes no município. Apenas na Sede de M. C. Rondon somavam-se 28.559 habitantes. Observa-se um decréscimo populacional em relação à década anterior no número total de habitantes no município, porém em relação à Sede de Rondon, há um acréscimo populacional de 7,95%.

Com relação à expansão da área urbana da década de 2000, foram executados 42 novos loteamentos na cidade até 2009, e a área média de cada loteamento era de aproximadamente 37.000 m<sup>2</sup>. Conclui-se assim que a área total loteada nesta década foi de 1.074.411 m<sup>2</sup>, o que gerou uma área urbana de 9.344472 m<sup>2</sup> ao final de 2009. Se comparada à década anterior, houve um acréscimo de aproximadamente 15%.

Mas quais foram os acontecimentos sociais, econômicos e políticos pujantes do crescimento urbano na década de 2000 em M. C. Rondon? Primeiramente, a instalação do frigorífico Unidade Agroindustrial Avícola – COPAGRIL, na cidade foi um dos fatores que direcionou a expansão do tecido urbano no prolongamento da Avenida Rio Grande do Sul no sentido Oeste. Da mesma maneira, a ocupação da região leste da cidade foi impulsionada com a construção do Lago Municipal de Marechal Cândido Rondon, também chamado de Parque Ecológico.

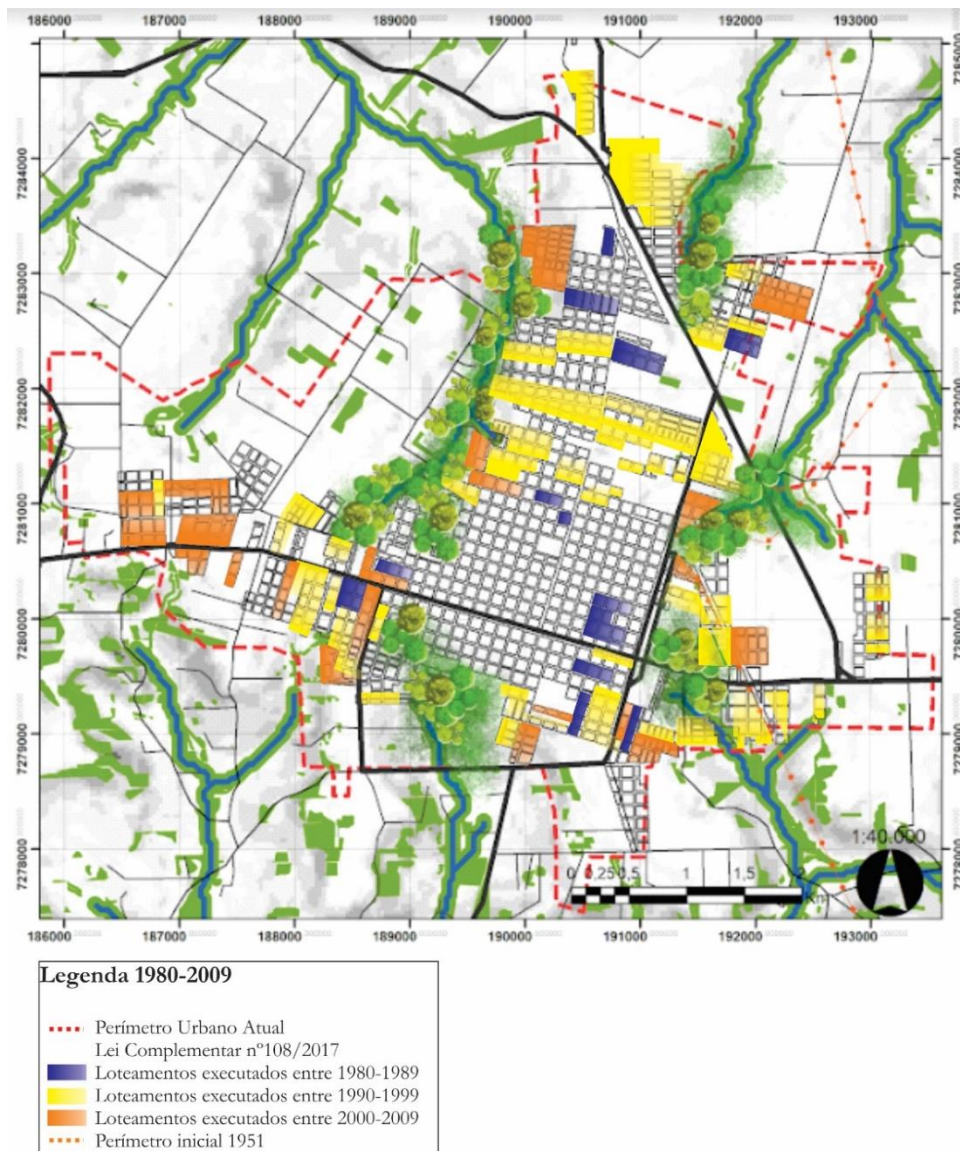
Vale ressaltar que, segundo Ferrari (2009, p. 106), houve uma “supervalorização” destas áreas loteadas à leste e a oeste na cidade de M. C. Rondon. Trata-se de um fenômeno urbano muito comum, visto que a procura por estas áreas foi grande devido à sua proximidade com importantes equipamentos urbanos – COPAGRIL, Parque Ecológico - e o bairro central da cidade.

No que tange à organização e ordenamento territorial, a década de 2000 demonstrou-se profícua com a elaboração do segundo Plano Diretor Participativo em 2008. A lei 10.257 de 3 de julho de 2001, oficialmente denominada como Estatuto das Cidades, tem como função primordial regulamentar o Capítulo da Política Urbana da Constituição Brasileira de 1988, e por isso vale pontuar três elementos extremamente relevantes na legislação urbana do período: a função social da propriedade, a gestão democrática da sociedade e a superioridade normativa e regulamentadora do Plano Diretor como documento constitucional.

Desta maneira, apesar de aprovado em 2008, o segundo Plano Diretor teve inúmeros acréscimos a partir das leis complementares. A lei complementar nº 106 de janeiro de 2017, por exemplo, veta qualquer “expansão na zona urbana do Município de Marechal Cândido Rondon antes que 90% (noventa) por cento da área do perímetro urbano seja ocupada com edificações, de acordo com o previsto na Lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo”. Tal normativa já refletia

a preocupação com os vazios urbanos da cidade, um legado da acelerada expansão urbana das décadas anteriores e que atualmente configura-se como um problema urbano. Considerando os critérios de análise estabelecidos no primeiro capítulo, no aspecto da **escala territorial**, o critério de análise do **modo de crescimento** – indica um crescimento contínuo nas décadas de 1980, 1990 e 2000, dado que os 136 novos loteamentos executados durante estas duas décadas são em sua maioria vinculados aos loteamentos criados nas décadas anteriores, formando assim uma malha urbana contínua. Além disso, quando observadas as áreas urbanas definidas pelo Plano de Desenvolvimento em 1980 e pelo Plano Diretor Participativo de 1996 nos mapas das Figuras 20 e 21, depreende-se que o perímetro não foi acrescido, e, portanto, o crescimento urbano foi contínuo dentro da área delimitado em 1980.

**Figura 20:** Mapa com a expansão dos loteamentos de Marechal Cândido Rondon nas décadas de 1980, 1990 e 2000.



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon. Organizado pela autora.

Com relação à direção desta expansão, o mapa de análise do crescimento urbano indica que na década de 1980 a expansão foi direcionada ao Sul e à Nordeste. Já na década de 1990, o crescimento ocorreu em todas as regiões da cidade, e nos anos 2000 a expansão foi principalmente a Oeste. Os acontecimentos sociais, políticos e econômicos que direcionaram esta ocupação já foram explanados anteriormente em suas respectivas décadas.

No que se refere a **forma urbana**, analisa-se na sequência a sua lógica geométrica, transição entre urbano e rural, a relação com o parcelamento original e dimensão da área urbana.

Com relação a sua lógica geométrica, o principal aspecto visível ao final da década de 2000 é justamente a sua irregularidade. Entre 1980 e 2009, a área urbana de Marechal Cândido Rondon foi acrescida em mais de 84%, e tal crescimento implicou na conformação de uma forma urbana irregular que permanece até hoje.

A respeito da transição para o plano rural, conforme previsto pela Maripá, as chácaras circundantes deram lugar a novos loteamentos, favorecendo assim a expansão urbana de Marechal Cândido Rondon. Com a regulamentação das zonas urbana e rural pelo Plano Diretor de 1996, durante a década de 1990 e 2000 várias leis complementares foram aprovadas com o intuito de agregar antigas chácaras ao perímetro urbano de M. C. Rondon.

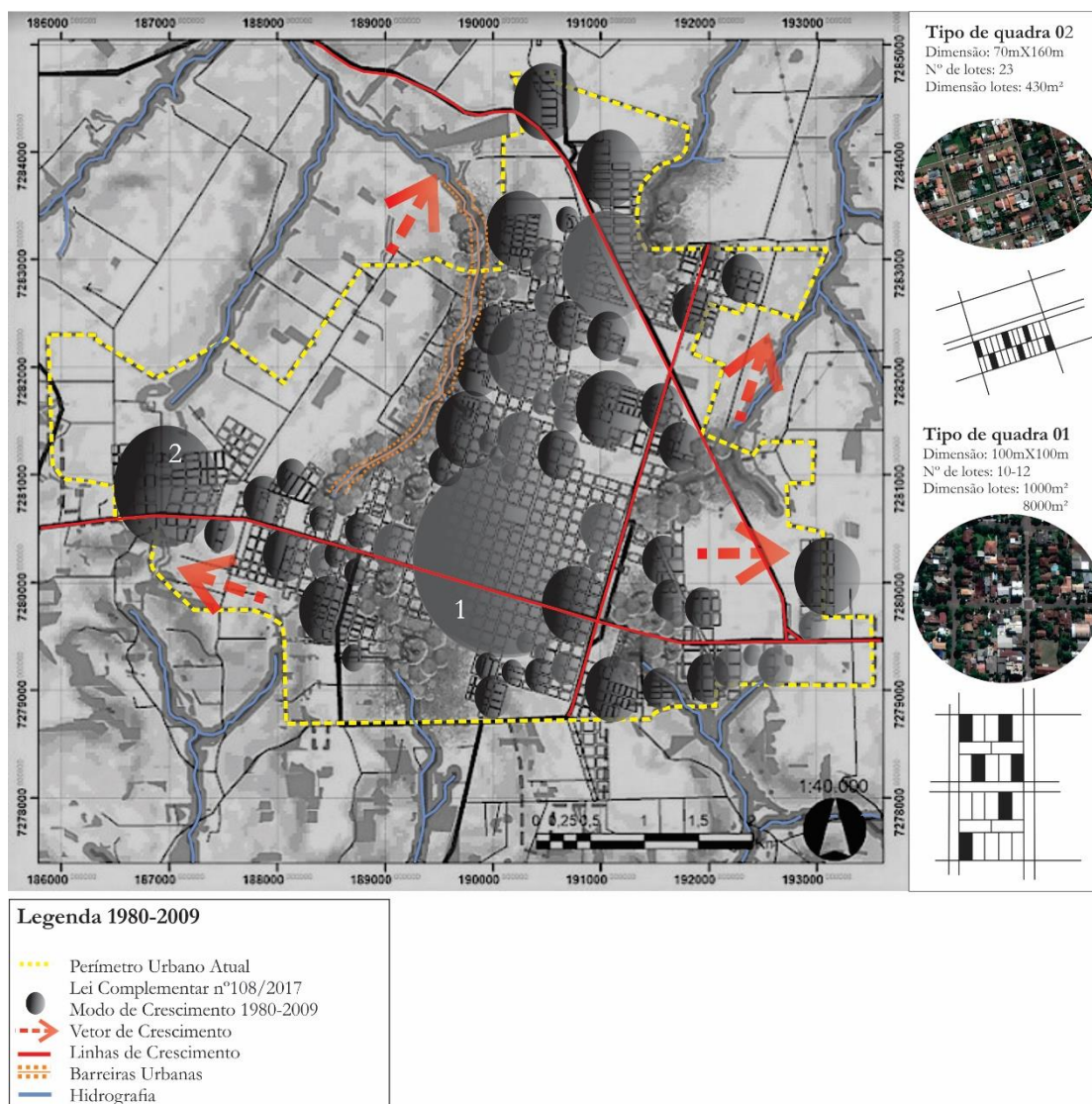
Cita-se a lei complementar n.º. 21, de 18 de outubro de 1999, que em seu artigo 1º declara como zona urbana parte de lotes rurais, e as leis n.º. 296 e 297, que regulamentou o 12º perímetro a Oeste de Marechal Cândido Rondon como área urbana, alterando assim o perímetro da sede municipal. Inclui-se também a lei complementar vigente n.º. 25, de 08 de outubro de 2002, que declarou como urbanas as chácaras<sup>69</sup> no entorno do complexo Agro Industrial Avícola da COPAGRIL também a Oeste dada a grande busca imobiliária pela região.<sup>70</sup>

---

<sup>69</sup> As chácaras declaradas propriedades urbanas com a oficialização desta lei complementar foram: números 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 372, 373, 374, 375, 377 e 378.

<sup>70</sup> A lei complementar n.º. 25, de 08 de outubro de 2002 pode ser conferida na íntegra neste endereço eletrônico: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/marechal-candido-rondon/lei-complementar/2002/3/25/lei-complementar-n-25-2002-declara-urbanas-as-chacar-as-que-especifica-alterando-o-perimetro-urbano-da-sede-municipal-e-da-outras-providencias?q=25>>.

**Figura 21:** Crescimento urbano de Marechal Cândido Rondon nas décadas de 1980, 1990 e 2000.



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon. Organizado pela autora.

Assim, considera-se que com o processo de expansão urbana percebe-se que o “cinturão” de chácaras originalmente proposto pela colonizadora foi sobreposto por novos loteamentos e conseqüentemente pelo tecido urbano.

No que tange a relação com o parcelamento original, neste terceiro período de transformação morfológica, verifica-se que grande parte dos 136 novos loteamentos criados durante as três décadas ainda possuem formato análogo ao parcelamento das chácaras. Assim, em uma escala territorial, percebe-se que o parcelamento original em lotes longos permaneceu como um fator delimitador dos loteamentos criados até 2009.

Como terceiro critério de análise da escala territorial, entre as décadas de 1980, 1990 e 2000, foram identificadas três **linhas de crescimento** artificiais. A Avenida Rio Grande do Sul permaneceu como um elemento pujante na expansão Oeste da cidade, principalmente após a construção Unidade Agroindustrial Avícola – COPAGRIL. Além disso, a implantação do Campus da UNIOESTE e do Parque Ecológico a Leste, também atuou como elemento atrativo para a execução dos loteamentos em seu entorno, formando assim segunda linha de crescimento.

Nestas três décadas de investigação, percebeu-se que bacia hidrográfica da cabeceira do córrego Guavirá, situada a Noroeste em relação ao centro urbano, a bacia hidrográfica do Guará, situada a Nordeste do centro urbano, a bacia hidrográfica do Matilde-cuê, situada a Sudeste e a bacia hidrográfica da sanga Borboleta a Sudoeste atuaram como barreiras naturais no processo de expansão de Marechal Cândido Rondon (FERNANDEZ, 2016, p. 91). Tal conclusão pode ser observada no mapa da Figura 21, visto que o tecido urbano foi interrompido pelas áreas de preservação regulamentadas pelo Plano Diretor de 1996.

Vale ressaltar, no entanto, conforme afirma Güths (1999, p. 74), que a legislação vigente durante as décadas de 1990 e 2000 não foi capaz de proteger áreas com fragilidade e de proteção ambiental, visto que desde a década de 1980 “intensificaram-se os loteamentos para os vales e encostas, para as zonas de proteção aos mananciais, inclusive na cabeceira do aeroporto municipal e, principalmente, em torno das zonas industriais”.

Em uma **dimensão urbana**, analisou-se o **padrão do tecido urbano** durante as décadas de 1980, 1990 e 2000, conforme a organização da rede de vias - relação com o sítio, hierarquia e dimensão – e o **parcelamento fundiário** – dimensão/formato do lote e da quadra, homogeneidade e heterogeneidade quanto a distribuição no tecido.

A partir da conformação urbana resultante da década de 1980, o tecido urbano de Marechal Cândido Rondon se estendeu seguindo as três linhas de crescimento acima mencionadas, e ao longo das três décadas seguintes, transformou a cidade proporcionando uma reconfiguração do espaço urbano.

Em uma análise do sistema viário de Marechal Cândido Rondon em meados da década de 2000, segundo o Plano Diretor de 1996 (MARECHAL CÂNDIDO RONDON, 2007, p. 16) verifica-se a delimitação de 5 vias arteriais para a Cidade de Marechal Cândido Rondon: a Avenida Rio Grande do Sul (Leste-Oeste), Avenida Maripá (Norte-Sul), Avenida Irio Jacob Welp (Norte-Sul), Avenida das Torres (Noroeste-Sudeste) e a BR-163, que devido à expansão urbana da cidade

foi inserida no perímetro urbano a passou a agregar grande parte do fluxo de veículos. No que tange às demais vias executadas com a criação dos novos loteamentos durante as três décadas, percebe-se a manutenção da largura de 20 m para vias coletoras e 15 m para vias locais<sup>71</sup>.

Até 2009, segundo dados da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, eram cerca 10.954 lotes urbanos. Neste sentido, em uma análise morfológica do parcelamento fundiário da sede de Marechal Cândido Rondon até o final da década de 2000, constata-se a o modelo de quadra 100x100m não se apresenta mais de maneira homogênea no tecido urbano da cidade. O formato de quadra retangular (70mx160m, 26 lotes de 12mX35m) cujas dimensões são variáveis de acordo com a área do loteamento, passam a ser utilizadas com maior frequência nos loteamentos devido a economia em infraestrutura e o conseqüente lucro final. O croqui explicativo do mapa ilustra a diferença entre os dois tipos de quadras identificados no plano urbano da cidade.

O processo de crescimento urbano verificado em Marechal Cândido Rondon durante as décadas de 1980, 1990 e 2000 redesenhou o espaço urbano da cidade, modificando os padrões do tecido urbano, barreiras, modos e linhas de crescimento.

Para tanto, mesmo com a acelerada expansão analisada ao longo deste capítulo, verifica-se que há uma alta percentagem de lotes vazios - parcelados ou não - distribuídos dentro do perímetro urbano da cidade. Trata-se de um legado das décadas de grande crescimento, visto que a execução dos novos loteamentos não significa obrigatoriamente a sua ocupação, o que alimenta, invariavelmente a especulação imobiliária sobre a terra urbana.

De acordo com Ferrari (2009, p. 108), “na elaboração do Plano Diretor de 1996, não se estabeleceu nenhum dispositivo que permitisse a cobrança de IPTU diferenciado [...] para os lotes vazios aguardando a “valorização”. Porém, com a aprovação da lei complementar nº53 de 08 de novembro de 2008, verifica-se no Capítulo II, artigo 51, a aplicação do Imposto Territorial Urbano – IPTU progressivo no tempo com o objetivo final de induzir a ocupação de áreas vazias ou subutilizadas.

---

<sup>71</sup> A lei complementar nº. 97, de 11 de junho de 2015 altera a lei complementar nº. 53 de 01 de novembro de 2008, porém foram mantidas as mesmas diretrizes referentes ao sistema viário, pode ser conferida na íntegra neste endereço eletrônico: < <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/marechal-candido-rondon/lei-complementar/2015/9/97/lei-complementar-n-97-2015-altera-a-lei-complementar-n-53-de-1-de-novembro-de-2008-plano-diretor-a-lei-complementar-n-56-de-21-de-novembro-de-2008-sistema-viario-a-lei-complementar-n-57-de-1-de-dezembro-de-2008-parcelamento-do-solo-urbano-a-lei-complementar-n-58-de-1-de-dezembro-de-2008-codigo-de-obras-e-lei-complementar-n-66-de-29-de-dezembro-de-2008-zoneamento-de-uso-e-ocupacao-do-solo-urbano-e-expansao-industrial>>.



Assim, considerando o que foi exposto neste subcapítulo, vale ressaltar que o padrão apresentado pelas décadas de 1980, 1990 e 2000 foi o crescimento máximo demonstrado pela cidade de Marechal Cândido Rondon desde a sua formação, tanto em números populacionais quanto em área urbana. A fim de concluir a análise longitudinal sobre o crescimento desta Cidade Nova, no subcapítulo final considera-se uma análise do padrão de crescimento da última década de M. C. Rondon, com as suas respectivas características morfológicas e as tendências de crescimento da cidade em uma margem de 10 anos.

### | 3.4 Padrões de crescimento: prognósticos e perspectivas

A cidade de Marechal Cândido Rondon chega à década de 2010 com uma população urbana residente no município sede de 39.147 habitantes<sup>72</sup>, segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizado no mesmo ano. A população total do município perfazia um total de 46.819 habitantes. Quando comparada à década anterior, percebe-se um crescimento populacional que será alinhado à expansão da área urbana conforme analisado na sequência.

A área urbana da sede de Marechal Cândido Rondon no início de 2010 totalizava cerca de 10070000m<sup>2</sup>. Em um comparativo anual, denota-se que o de crescimento urbano em relação a 2009 foi de cerca de 7,76%.

Em uma análise dos acontecimentos que alteraram significativamente a área e a conformação urbana da cidade de M. C. Rondon entre 2010 e novembro de 2019, a data de publicação desta pesquisa, destacam-se as transformações de ordem política e econômica, tanto em âmbito local quanto nacional.

A economia brasileira, até 2014, comportou-se de maneira positiva, com um crescimento que variou entre 7, 53% (2010) e 0,50% (2014). Em período concomitante, segundo Castelo e Bezerra (2014, p. 2) o auge dos programas habitacionais, como por exemplo o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), contribuiu para a ocupação e expansão dos tecidos urbanizados no espaço das cidades. No caso de Marechal Cândido Rondon, alguns loteamentos executados nos atuais bairros de Botafogo, Higienópolis e Primavera foram criados neste mesmo período sob as antigas subdivisões das chácaras rurais da Maripá, e ocupados na sequência com moradias financiadas por estes programas governamentais de habitação.

---

<sup>72</sup> A população rural da sede somava 7.672 indivíduos.

Entretanto, apesar do próspero desenvolvimento econômico no período, a partir de 2015 o país sofre uma recessão econômica com uma redução do Produto Interno Bruto – PIB nacional em mais de 3%. As consequências disso são vislumbradas nos mais variados setores da economia, como por exemplo o da Construção Civil.

No caso de Marechal Cândido Rondon, percebe-se uma estagnação na expansão do perímetro da cidade. Tal afirmação se confirma quando observada a legislação urbana do período, pois desde a implementação do perímetro urbano com o Plano Diretor Participativo em 2008, não houve acréscimos da área urbana até 2017 segundo a Lei Complementar nº106<sup>73</sup> de 20 de janeiro, cuja nova demarcação de perímetro pode ser observada no mapa da Figura 22 na sequência.

Outras leis complementares aprovadas no período trazem à luz a preocupação com a fragilidade ambiental da cidade, visto que o tecido urbano da cidade se estendeu por cinco zonas de proteção ambiental durante estes 50 anos. A lei nº 81 de 14 de dezembro de 2011<sup>74</sup>, por exemplo, regulamentou diretrizes para atividades de pecuária na Macrozona de Proteção de Manancial da Bacia do Arroio Fundo. Além disso, nesta mesma lei, em seu artigo primeiro, parágrafo XI, delimitou-se uma importante contribuição na perspectiva ambiental de Marechal Cândido Rondon visto que estas mesmas diretrizes correspondentes à Bacia do Arroio Fundo, deveriam na próxima revisão do Plano Diretor Participativo 2008-2018, deveriam ser ampliadas e implantadas em toda a Macrozona Rural do município.

Cita-se também a lei complementar nº 97 de 11 de junho de 2015 que alterou algumas diretrizes do sistema viário de Marechal Cândido Rondon, principalmente com a criação das chamadas “via parque”, lançada ao longo de das áreas de preservação de sangas rondonenses juntamente com a criação de um parque linear. Ressalta-se que tal proposta em 2015 ultrapassava o limite do perímetro urbano demarcado em azul no mapa da Figura 22.

<sup>73</sup> A lei complementar nº. 106, de 20 de janeiro de 2017 pode ser conferida na íntegra neste endereço eletrônico: “<<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/marechal-candido-rondon/lei-complementar/2017/10/106/lei-complementar-n-106-2017-altera-o-anexo-i-e-ix-da-lei-complementar-n-054-de-21-de-novembro-de-2008-que-define-as-areas-urbanas-de-expansao-urbana-e-rural-do-municipio-de-marechal-candido-rondon-e-altera-o-anexo-i-da-lei-complementar-n-066-de-29-de-dezembro-de-2008-que-dispoe-sobre-o-zoneamento-de-uso-e-ocupacao-do-solo-urbano-e-de-expansao-urbana-industrial-do-municipio-de-marechal-candido-rondon>>”.

<sup>74</sup> Endereço eletrônico da lei complementar nº 81 de 14 de dezembro de 2011: < <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/marechal-candido-rondon/lei-complementar/2011/9/81/lei-complementar-n-81-2011-altera-o-artigo-38-da-lei-complementar-municipal-n-053-2008-que-institui-o-plano-diretor-do-municipio-de-marechal-candido-rondon-e-das-outras-providencias>

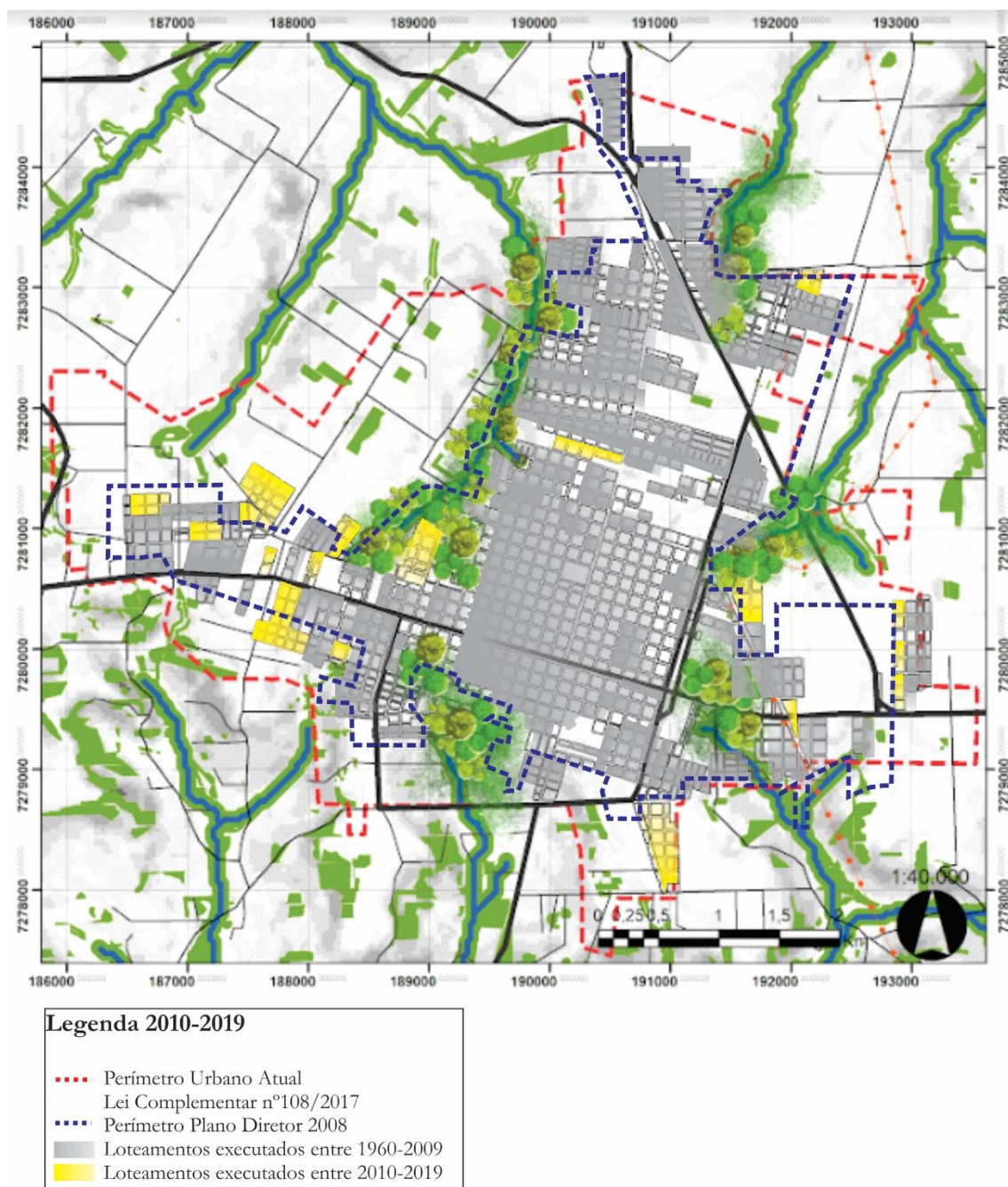
Considerando tais acontecimentos, a lei complementar de maior relevância aprovada neste período é a lei nº 106 de 20 de janeiro de 2017<sup>75</sup>, na qual alterou-se segundo seu artigo primeiro a “legislação que define o perímetro urbano e o zoneamento de uso e ocupação do solo do Município de Marechal Cândido Rondon”. Ressalta-se que até esta data, nenhum acréscimo regulamentado do perímetro urbano havia sido aprovado pela Prefeitura Municipal.

A aprovação desta lei 2017, no entanto, veio em consonância a lei federal de regularização fundiária nº 13.465 de 2017, a qual permitiu a regularização de loteamentos e condomínios nas áreas rurais, processo este que era considerado crime desde a aprovação da lei federal de parcelamento do solo nº 6.766 de 1979 (BRASIL, 2017). De acordo com o mapa da Figura 22 na sequência, observa-se a área urbana foi acrescida novamente com a criação dos novos loteamentos entre 2010 e 2019 em Marechal Cândido Rondon.

---

<sup>75</sup> Endereço eletrônico da lei complementar nº 106 de 20 de janeiro de 2017: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/marechal-candido-rondon/lei-complementar/2017/10/106/lei-complemcomplementar-n-106-2017-altera-o-anexo-i-e-ix-da-lei-complementar-n-054-de-21-de-novembro-de-2008-que-define-as-areas-urbanas-de-expansao-urbana-e-rural-do-municipio-de-marechal-candido-rondon-e-altera-o-anexo-i-da-lei-complementar-n-066-de-29-de-dezembro-de-2008-que-dispoe-sobre-o-zoneamento-de-uso-e-ocupacao-do-solo-urbano-e-de-expansao-urbana-industrial-do-municipio-de-marechal-candido-rondon>>.

**Figura 22:** Mapa com a expansão dos loteamentos de Marechal Cândido Rondon entre 2010 e 2019.



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon. Organizado pela autora.

Com relação à expansão da área urbana da década entre 2010 e novembro de 2019, foram executados 55 novos loteamentos na cidade, e a área média de cada loteamento era de cerca de 36.316,05 m<sup>2</sup>. Conclui-se assim que a área total loteada nesta década foi de 1.997.383,19 m<sup>2</sup>, o que gerou uma área urbana de 12.067.383,20 m<sup>2</sup> ao final de 2019. Se comparada à década anterior, houve um acréscimo de aproximadamente 29%.

Retomando os critérios de análise do primeiro capítulo, no aspecto da **escala territorial**, o critério de análise do **modo de crescimento** – indica um crescimento contínuo na década de 2010, considerando que os 55 novos loteamentos executados durante esta década estão vinculados aos loteamentos criados até 2009, formando assim uma malha urbana contínua inserida dentro do novo perímetro urbano delimitado em 2017, o qual foi acrescido em 8.000.000,07m<sup>2</sup>.

Com relação à direção desta expansão, o mapa de análise do crescimento urbano indica que entre 2010 e 2019 a expansão foi direcionada a Oeste principalmente. Os acontecimentos sociais, políticos e econômicos que direcionaram e atraíram a ocupação para estas áreas já foram mencionados nas décadas anteriores, justificando assim os vetores de crescimento de Marechal Cândido Rondon.

No que se refere à **forma urbana**, analisou-se na sequência a sua lógica geométrica, transição entre urbano e rural, a relação com o parcelamento original e dimensão da área urbana. Com relação a sua lógica geométrica, mantém-se o caráter irregular do perímetro da cidade desde a década de 1970. Entre 1960 e 2019, a área urbana da sede de Marechal Cândido Rondon foi acrescida em 24.008.000m<sup>2</sup>, sendo que tal crescimento implicou na conformação de uma forma urbana irregular que permanece até hoje.

Em se tratando do ordenamento territorial, a década de 2010 permaneceu sob a regência segundo Plano Diretor Participativo de 2008. Ressalta-se que se institui como norma neste mesmo documento que o Plano Diretor e demais Códigos deveriam ser atualizados em um período de 10 anos. Assim, no 2019 foram desenvolvidas oficinas e audiências para a consulta e apresentação a população das novas estratégias e visões adotadas pelo Plano em desenvolvimento, cuja previsão de finalização é dezembro de 2020.

A respeito da transição para o plano rural, observa-se no Anexo E desta dissertação que grande parte dos loteamentos criados entre 2010 e 2019 foram executados a partir das antigas chácaras. Se comparadas a numeração dos lotes rurais da Fazenda Britânica com a lista de loteamentos fica claro tal sobreposição de tecido. Além disso, conforme informação fornecida pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon, a maior frequência de alterações nas leis do Plano Diretor por leis se deu nos aspectos do parcelamento do uso do solo, no código de obras e zoneamento, o que implica em uma transformação constante do tecido da cidade. Mais uma vez, denota-se que com o processo de expansão urbana o “cinturão” de chácaras originalmente proposto pela colonizadora foi sobreposto por novos loteamentos, restando algumas áreas agrícolas denominadas como “área de transição”.

No que tange à relação com o parcelamento original, neste período de transformação morfológica que ainda se cumpre, verifica-se que grande parte dos 191 novos loteamentos criados durante as cinco décadas ainda são análogos ao parcelamento dos lotes longos. Assim, em uma escala territorial, percebe-se que o parcelamento original em lotes longos ainda é um importante delimitador da forma urbana de Marechal Cândido Rondon.

Como terceiro critério de análise da escala territorial, na década de 2010 identificou-se duas **linhas de crescimento** artificiais. A Avenida Rio Grande do Sul permanece como um elemento pujante na expansão Oeste da cidade, sendo um eixo viário, econômico e comercial da cidade. Ao Norte, a BR 163 foi uma linha de extensão da malha urbana em ambos os lados da rodovia, visto que no entorno da rodovia, zona de uso misto e produtivo – ZUM, ZUMP, concentrou-se um maior número de indústrias e empresas.

Apesar das bacias hidrográficas - cabeceira do córrego Guavirá, a Noroeste em relação ao centro urbano, bacia hidrográfica do Guará, situada a Nordeste do centro urbano, bacia hidrográfica do Matilde-cuê, situada a Sudeste e a bacia hidrográfica da sanga Borboleta a Sudoeste – ainda atuarem como barreiras naturais no processo de expansão de Marechal Cândido Rondon, percebe-se que as com a ampliação do perímetro urbano em 2017, todas as bacias, ainda que parcialmente, foram inseridas dentro do área urbana da cidade. Tal conclusão pode ser observada no mapa da Figura 22 e 23 com a demarcação da ampliação do perímetro.

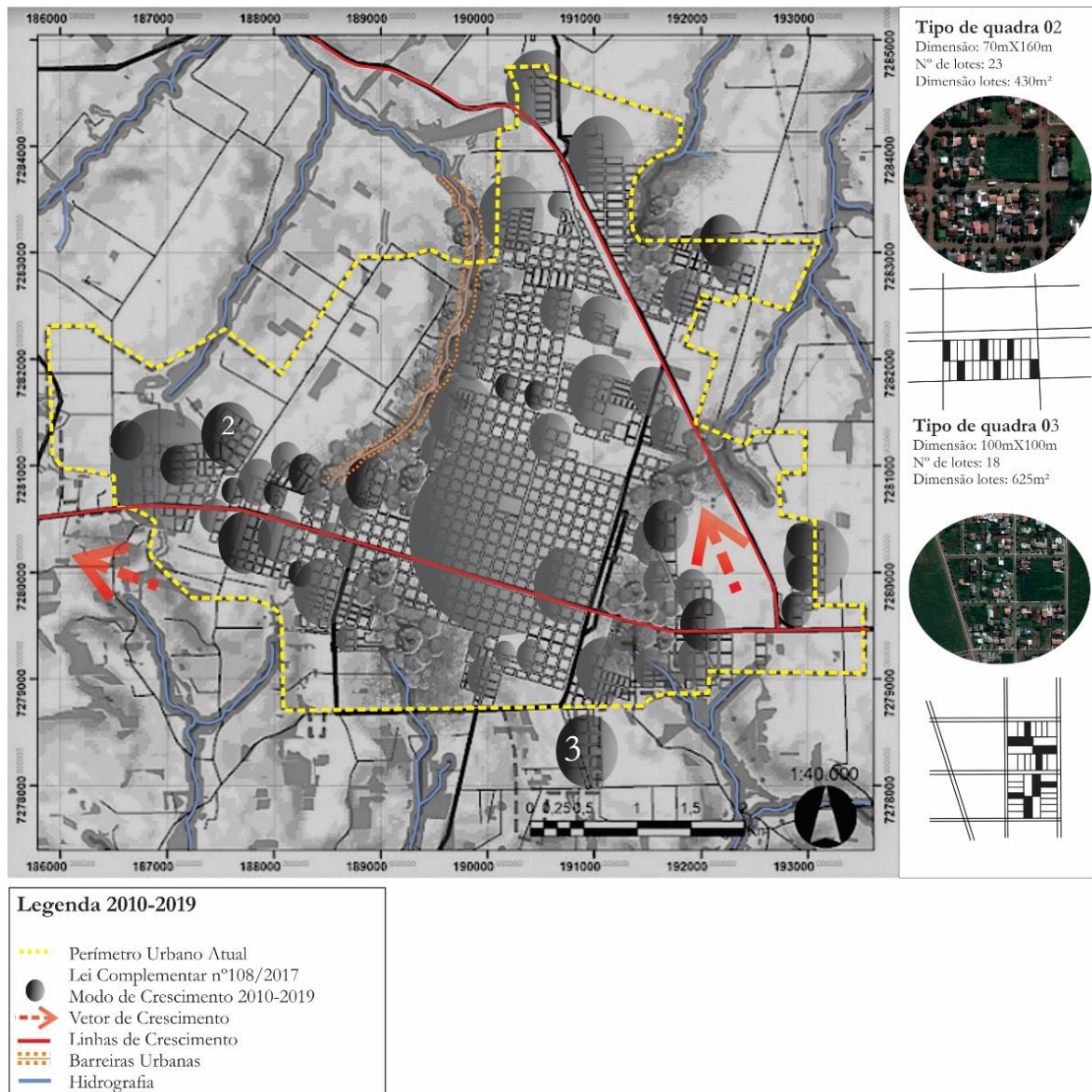
Em uma **dimensão urbana**, analisou-se o **padrão do tecido urbano** durante a década de 2010, considerando a sua organização da rede de vias - relação com o sítio, hierarquia e dimensão – e o **parcelamento fundiário** – dimensão/formato do lote e da quadra, homogeneidade e heterogeneidade quanto a distribuição no tecido. A partir da conformação urbana resultante da década de 2000, o tecido urbano de Marechal Cândido Rondon foi expandido seguindo as duas linhas de crescimento, ao Norte e à Oeste. Em uma análise do sistema viário de Marechal Cândido Rondon em meados da década de 2010, segundo o anexo da lei complementar nº97 de 2015<sup>76</sup> do Plano Diretor de 2008 verifica-se a permanência de 5 vias arteriais para a Cidade de Marechal Cândido Rondon: a Avenida Rio Grande do Sul ( Leste-Oeste), Avenida Maripá (Norte-Sul), Avenida Irio Jacob Welp (Norte-Sul), Avenida das Torres (Noroeste-Sudeste) e a BR-163, que devido à sua inserção na malha urbana da cidade passou a ser um eixo de deslocamento interno da

---

<sup>76</sup> Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/marechal-candido-rondon/leicomplementar/2015/9/97/lei-complementar-n-97-2015-altera-a-lei-complementar-n-53-de-1-de-novembro-de-2008-plano-diretor-a-lei-complementar-n-56-de-21-de-novembro-de-2008-sistema-viario-a-lei-complementar-n-57-de-1-de-dezembro-de-2008-parcelamento-do-solo-urbano-a-lei-complementar-n-58-de-1-de-dezembro-de-2008-codigo-de-obras-e-lei-complementar-n-66-de-29-de-dezembro-de-2008-zoneamento-de-uso-e-ocupacao-do-solo-urbano-e-expansao-industrial>>.

cidade. Quanto as vias executadas nos novos loteamentos durante até 2019, percebe-se a manutenção da largura de 20 m para vias coletoras e 15 m para vias locais. A diretriz Via Parque, modelo de parque linear ao longo da Sanga Guavirá foi acrescida à hierarquia viária a fim de conectar o espaço urbano com as zonas de preservação ambiental – ZPA, definidas pelo Plano Diretor.

**Figura 23:** Crescimento urbano de Marechal Cândido Rondon na década de 2010.



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon. Organizado pela autora.

Até novembro de 2019, segundo dados da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, são cerca 11.114 lotes urbanos parcelados na cidade. Neste sentido, em uma análise morfológica do parcelamento fundiário da sede de Marechal

Cândido Rondon até o final da década de 2010, constata-se dois modelos homogêneos de quadra. O primeiro, em detalhe no mapa 23, é o modelo de quadra 100x100m, principalmente no antigo núcleo urbano (centro), e retomado nas áreas de expansão urbana ao Sul da cidade. O segundo formato é a quadra retangular (70mx160m, 26 lotes de 12mX35m) cujas dimensões podem variar de acordo com a área do loteamento. Este *layout* de quadra passou a ser utilizada com frequência nos loteamentos a partir do *boom* populacional da década de 1990 com o auge do crescimento urbano de Marechal Cândido Rondon.

A análise longitudinal do crescimento urbano observado em Marechal Cândido Rondon até o final da década de 2010 permitiu a compreensão dos diferentes padrões de crescimento apresentado por esta Cidade Nova implantada por uma Frente Colonizadora no Oeste Paranaense no início da década de 1950. Nestes quase 70 anos, o espaço urbano da cidade foi redesenhado, modificando os padrões do tecido urbano, barreiras, modos, polos e linhas de crescimento.

Por meio da investigação destes padrões de crescimento entre as décadas de 1950 e 2010, estabeleceu-se uma lógica sobre o processo de conformação da forma urbana de Marechal Cândido Rondon. Desta maneira, foi possível também identificar problemas urbanos, traçar projeções e perspectivas para a cidade de Marechal Cândido Rondon seguindo este mesmo princípio conforme será exposto a seguir.

Durante o processo de redesenho dos mapas e também a sua sobreposição para a identificação das transformações entre décadas, ficou clara a existência de um significativo número de vazios urbanos existentes na cidade de Marechal Cândido Rondon. Apesar de não ser o foco desta pesquisa, trata-se de um problema urbano identificado durante o decorrer da pesquisa. A presença dos vazios urbanos impacta negativamente nas cidades uma vez que: encarece a infraestrutura e os serviços urbanos em geral, aumenta as distâncias a serem percorridos pela população, viabiliza a especulação imobiliária em algumas áreas da cidade cuja a oferta de terrenos é pequena, gera segregação espacial das populações de baixa renda e, por fim, ocasiona problemas ambientais.

O prejuízo social causado pela presença dos vazios urbanos recai, invariavelmente sobre as camadas menos abastadas da sociedade urbana. Desta maneira, por serem economicamente menos favorecidas, estas buscam terrenos em áreas mais afastadas, muitas vezes em áreas de preservação ambiental, promovendo assim ocupações irregulares e precárias, grandes deslocamentos e desgaste.



Conforme o relatório do IPTU 2018 de Marechal Cândido Rondon fornecido pela Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal, dos cerca de 11.007 lotes parcelados dentro do atual perímetro urbano da cidade, 3.263 lotes estavam desocupados, o que gera uma porcentagem de mais de 29% de desocupação em unidades parcelares no espaço urbano. Ressalta-se que os lotes contabilizados nesta somatória não incluem áreas públicas ou para conjuntos habitacionais, chácaras vazias com mais de 5 mil metros quadrados não parceladas.

Em relação à década anterior, em 2009 existiam cerca de 10.954 mil lotes parcelados dentro do atual perímetro urbano sendo que deste total, 3.420 lotes foram classificados como vazios urbanos conforme aponta Ferrari (2009, p. 118).

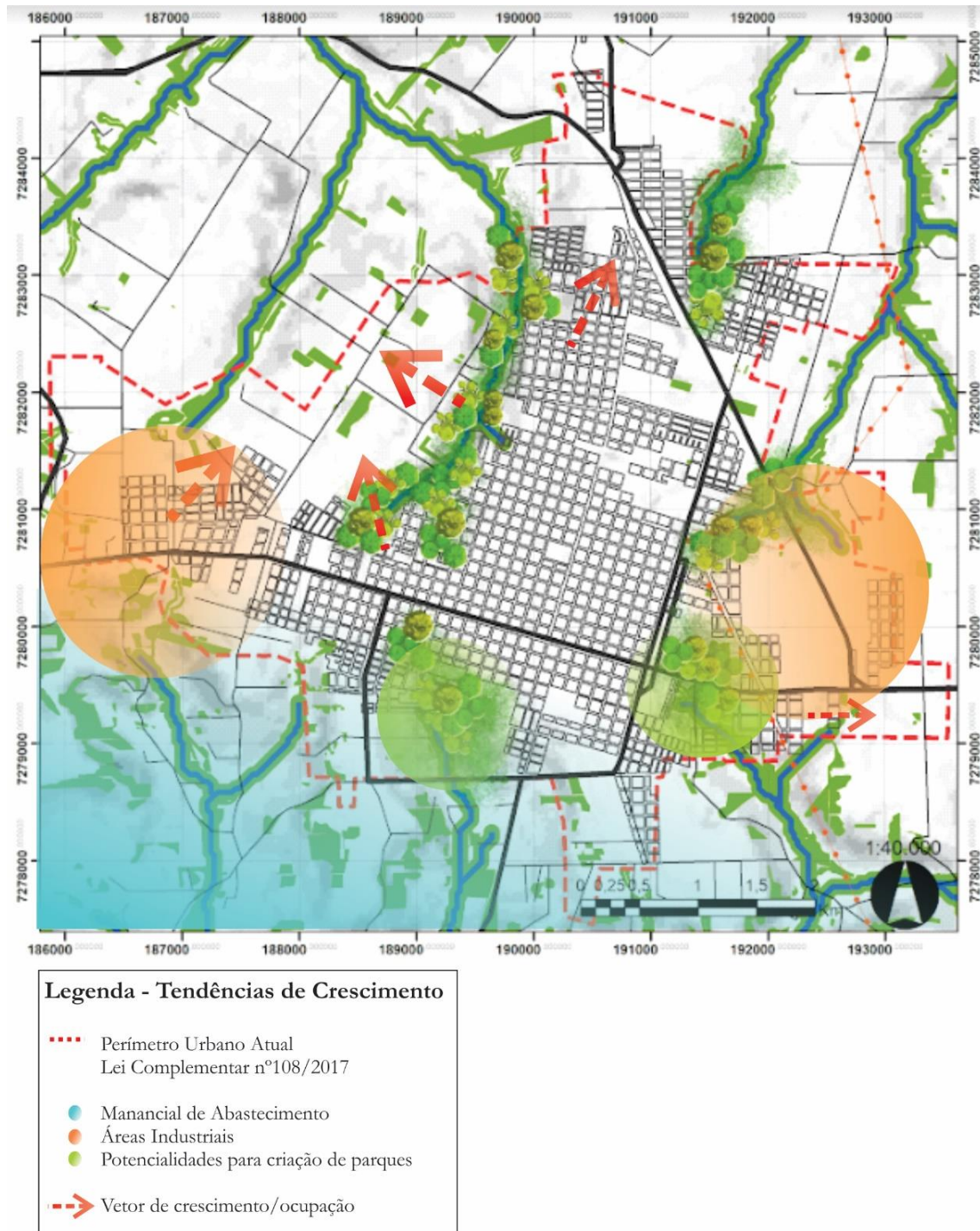
Percebe-se que houve uma queda nos valores de desocupação, o que certamente se confirma como uma tendência para as décadas seguintes, visto que nas audiências públicas para a consulta do próximo Plano Diretor Participativo a preocupação com a redução dos vazios urbanos em M. C. Rondon foi ponto de discussão. Além disso, no Plano vigente, é coibido ampliações do perímetro da cidade, visando a ocupação da área urbana.

A distribuição dos lotes vazios dentro do perímetro da cidade não possui uma lógica específica. Os vazios urbanos estão presentes em loteamentos executados recentemente e também em lotes parcelados dentro do núcleo projetado pela Colonizadora Maripá em 1951. A partir disso, questiona-se se a compra de terrenos urbanos é realmente um investimento temporário. Neste caso, estes lotes vazios acompanharam o crescimento da cidade por quase 70 anos.

No mapa da página seguinte, apresentam-se as tendências de crescimento e de ocupação para a cidade de Marechal Cândido Rondon em uma margem de 10 anos. Para a elaboração deste mapa, utilizou-se as projeções do Software *QGIS*, cuja base de dados foi alimentada com as informações obtidas nas décadas anteriores.

As estimativas populacionais de Marechal Cândido Rondon para o ano de 2030 é de cerca de 60.000 mil habitantes, o que representa um crescimento de XX% entre 2020 e 2029. Tal dado foi fornecido pela Prefeitura Municipal da cidade, e como base de cálculos utilizou-se a população estimada em 52.944 mil habitantes pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para 2019.

**Figura 24:** Tendências de crescimento urbano de Marechal Cândido Rondon para a década de 2020.



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon. Organizado pela autora.

As tendências de crescimento de Marechal Cândido Rondon, conforme o mapa acima, indicam uma tendência de ocupação da região Noroeste, Norte e Leste da cidade. Tal afirmação baseia-se em dois fatores primordiais. Primeiramente, foi adicionado ao atual perímetro urbano, visualizado na cor laranja no mapa da Figura 24, parte da cabeceira do córrego Guavirá, e o que até

então é uma barreira natural de crescimento, se tornará eventualmente no futuro um atrativo ocupacional.

Com a regularização desta área como parte do perímetro urbano, a presença de indústrias no entorno, a proximidade com o centro comercial da cidade, além do projeto de construção de um parque linear no entorno do córrego, visualiza-se uma evidente ocupação da área. Por esta razão, a Secretaria de Planejamento prevê de acordo com o Código de Uso e Ocupação do Solo que esta seja uma zona exclusivamente residencial, considerando a presença dos córregos e sangas<sup>77</sup> nas proximidades e a o potencial risco ambiental que outras ocupações conter.

No entanto, é preciso ressaltar certa preocupação com a atual proposta de ocupação da área uma vez que o corredor verde ou parque linear projetado na cabeceira do Lajeado Guavirá será invariavelmente absorvido pela malha urbana caso as projeções se confirmem. Assim, questiona-se será a viabilidade ambiental de tal empreendimento.

A Norte, as áreas que ainda não foram parceladas certamente servirão como base para a extensão do tecido urbano, em especial por se tratarem de uma zona residencial e também pela proximidade com as indústrias (Zona de Uso Misto – ZUM) e a BR-163. Assim, projeta-se uma procura por parte das empresas loteadoras para a execução e ocupação destas áreas a Norte da cidade.

Por fim, o Código de Uso e Ocupação do Solo em revisão nas audiências públicas, prevê a instalação de uma nova zona industrial na região leste da cidade conforme o mapa do Anexo F, o que certamente será um fator pujante para a ocupação desta área inserida no perímetro urbano, porém ainda ociosa.

Considerando tudo o que foi exposto, em consonância ao problema dos vazios urbanos, outra fragilidade presente na atual conformação urbana de Marechal Cândido Rondon é a sua vulnerabilidade ambiental. Devido décadas de exploração madeireira, e a sua quase extinção, tanto no plano rural quanto urbano, será um desafio para as administrações seguintes conciliar o crescimento e a extensão da malha urbana juntamente com a preservação de suas sangas e córregos, uma vez que a cidade projetada circundará estas redes hidrográficas existentes.

Assim sendo, a cidade consolidada e a cidade projetada para Marechal Cândido Rondon nos próximos dez anos necessitam essencialmente de uma estruturação ambiental cautelosa. As

---

<sup>77</sup> Termo regionalista que indica uma lâmina d'água ou ribeiro alagado de acordo com o dicionário Michaelis.

administrações seguintes devem pautar-se em planejamento estratégico para a resguarda, manutenção e a progressão das estruturas de preservação vegetal e dos recursos hídricos da cidade.



---

## | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imagens da capa Considerações Parciais: Aerofotos do centro de Marechal Cândido Rondon nas décadas 1980, 2000 e 2010 respectivamente (de cima para baixo).

Fonte: Instituto de Terra, Cartografia e Geociência do Paraná –ITCG (1980); Google Earth (2018).

## | CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“[...] a cidade tem uma origem histórica: nasce num determinado momento da história da humanidade e se constitui ao longo do processo histórico, assumindo formas e conteúdos diversos. [...]. Ela é essencialmente algo não definitivo; não pode ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico. A cidade tem uma história. A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas”<sup>78</sup>.*

*Ana Fani Alessandri Carlos*

Esta pesquisa foi construída a partir dos questionamentos referentes ao acelerado processo de crescimento urbano de Cidades Novas implantadas pela Frente Colonizadora Maripá no Oeste paranaense entre as décadas de 1950 e 2010. Apesar de muitas pesquisas retratarem o processo de colonização e migração no Oeste do Paraná, ainda há carência de trabalhos que tratem do crescimento sob uma ótica urbana, morfológica e historiográfica.

Desta maneira, à luz do Urbanismo e da Morfologia Urbana, este trabalho possui uma contribuição regional e nacional. Além de valer como suporte historiográfico, com a apresentação de uma revisão histórica sobre a formação do Oeste Paranaense no início do século XX, a pesquisa também contribuiu para o estabelecimento de uma lógica de crescimento urbano de uma Cidade Nova criada no início da década de 1950 no Oeste do Paraná por uma frente colonizadora. Os impactos das políticas nacionais em uma região cujas fronteiras foram definitivamente delineadas apenas na década de 1940, e cujas taxas de crescimento superaram os próprios índices nacionais demonstram o caráter inédito e também a sua relevância para o urbanismo brasileiro moderno.

Parte dos documentos, mapas e informações aqui apresentadas nunca haviam sido exibidas em pesquisas. A colaboração da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon e também do Escritório Técnico da Companhia Colonizadora Maripá foram primordiais para o desenvolvimento e finalização da pesquisa.

A pesquisa seguiu um enfoque qualitativo e fenomenológico. O método adequado para realização do estudo integrou as técnicas de Pesquisas Históricas conforme exposto por Groat e

<sup>78</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade:** o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano? 7. ed., São Paulo: Contexto, 2007.

Wang (2013, p.173), uma vez que o fenômeno foi analisado a partir da narrativa do seu processo evolutivo, sob uma perspectiva longitudinal. Com a elaboração de um protocolo de pesquisa, coletou-se as fontes primárias apresentadas nos Capítulos 1 e 2, cujas informações foram organizadas a partir da tática histórico-interpretativa.

Apesar de algumas ferramentas auxiliarem na construção da pesquisa – revisão bibliográfica, pesquisa documental, cartográfica e iconográfica – buscou-se na morfologia urbana o suporte para as análises do segundo e terceiro capítulos. Assim, de maneira sucinta, na primeira parte desta dissertação construiu-se o embasamento teórico cujo foco foram os aspectos de estudo da morfologia urbana, a qual prima por uma análise explicativa e cognitiva da cidade. Um panorama histórico referente as Escolas Tradicionais de Morfologia e as possíveis abordagens de análise dos elementos morfológicos também foi apresentada neste primeiro capítulo.

Ainda, em um contínuo compreender acerca dos elementos que compõe o tecido urbano, investigou-se as suas qualidades e características, elencando quais são os processos de transformação, reprodução e extensão dos tecidos da cidade. Soma-se ainda a retomada de importantes conceitos e ferramentas de análise do crescimento urbano segundo Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 52) visto que estas devem auxiliar no estabelecimento de uma lógica urbana pois, apesar das peculiaridades de cada agrupamento urbano, em todos existem fenômenos correspondentes e repetidos.

Como resultado desta revisão de literatura, entende-se que a morfologia urbana fornece o aporte necessário para a compreensão do processo de evolução das formas urbanas, em especial quando há carência de registros históricos. À vista disso, construiu-se o método de pesquisa a fim de verificar as características e padrões de crescimento urbano da Cidade Nova de Marechal Cândido Rondon.

Outro objetivo desta pesquisa foi analisar se os padrões de ocupação dos novos loteamentos são semelhantes ao plano originalmente proposto pela colonizadora e também quais foram as forças propulsoras da expansão urbana no contexto da cidade estudo de caso.

Em resposta a estes questionamentos efetuou-se a análise morfológica, urbana e espacial da cidade de Marechal Cândido Rondon entre as décadas de 1960 e 2010 conforme apresentado no Capítulo 3.

Os resultados alcançados apresentam-se em duas esferas. Em uma escala territorial verificou-se o modo de crescimento, a forma urbana e as linhas de crescimento de Marechal Cândido Rondon.

Quanto ao modo de crescimento, observou-se um modo de crescimento contínuo, sem exceções entre as décadas de 1960 e 2010. O núcleo implantado pela Colonizadora Maripá em 1951 foi a base para o acréscimo de novos tecidos urbanos, garantindo assim a expansão de M. C. Rondon. Os 191 loteamentos executados durante cada uma das décadas do processo de crescimento foram extensões do prolongamento direto de porções urbanas já construídas.

Ressalta-se que o fenômeno da sedimentação foi um elemento subjacente à expansão do tecido urbano, visto que a malha da cidade se estendeu sobre o tecido rural, e tal processo é evidenciado pelo formato análogo dos novos loteamentos e as antigas chácaras projetadas pela colonizadora. Tal processo explica a variável de análise em relação ao parcelamento original.

Com relação à forma urbana, o primeiro período de transformação morfológica (1950) foi caracterizado por uma forma regular dado ao seu tecido reticulado. No entanto, com o processo de crescimento, identificou-se um padrão irregular da forma urbana com extensões do tecido para todas as direções. A transição para o meio rural, que originalmente era caracterizada pelos cinturões de chácaras, nos segundo e terceiro períodos de transformação morfológica não se apresentam em um arranjo de elemento de transição. Atualmente muitas das chácaras foram englobadas pelo perímetro urbano da Lei Complementar nº 106 de 2017, e em breve serão parceladas.

A área urbana de Marechal Candido Rondon, quando analisados os dados de 1951 e 2019, foi acrescida em cerca de 459, 69%. A área do núcleo originalmente projetado pela Maripá somava 2.625.100 m<sup>2</sup>, já em 2019, totaliza-se 12.067.383,20 m<sup>2</sup> de área urbana.

As linhas de crescimento, as quais se configuram como forças pujantes do crescimento durante as décadas, variaram, porém quase que exclusivamente estiveram associadas a acontecimentos sociais, políticos e econômicos. Aqui, rememora-se a importância da Avenida Rio Grande do Sul desde a implantação do núcleo de Marechal Cândido Rondon, que inicialmente era elemento chave para o deslocamento na Estrada Tronco do Meio e posteriormente se tornou um eixo econômico e comercial para a cidade. Além disso, ressalta-se que as barreiras naturais do crescimento no caso de M. C. Rondon não foram questões topográficas, mas sim as redes hidrográficas existentes.

Todos estes elementos, invariavelmente em maior ou menor grau, compõe o tecido urbano, e em conjunto, transmitem uma ideia de continuidade e renovação, permanência e transformação. Portanto, em uma segunda esfera, a da dimensão urbana, verificou-se que diferentes padrões do tecido urbano entre 1951 e 2019.



Quanto a rede de vias, a proposta viária implantada em 1951 pela Colonizadora Maripá foi uma continuidade observada na atual configuração urbana de M. C. Rondon. Não apenas no que tange a dimensão das vias, mas também a sua hierarquia. A Companhia usufruiu das antigas picadas do período *obragero* para articular suas vias regionais, que no geral cortavam todos os núcleos urbanos. Em Marechal Cândido Rondon não foi diferente, e a presença da Avenida Rio Grande do Sul em ainda destaque na atual configuração urbana da cidade justifica tal conclusão.

Logicamente que em loteamento mais recentes a dimensão viária foi reduzida a fim otimizar o espaço destinado as unidades parcelares. Porém, dos critérios e variáveis de análise, esta foi a que apresentou maior semelhança desde o seu período de implantação. Com efeito, o parcelamento fundiário de Marechal Cândido Rondon reconfigurou-se entre 1951 e 2019. Da antiga retícula projetada para o núcleo inicial, identificou-se um novo formato de quadra retangular com 70m x 160m e 26 lotes de 12m X 35m. Tal modelo passou a ser utilizado com maior frequência nos loteamentos devido a economia em infraestrutura e o conseqüente lucro final. Assim, percebe-se um tecido relativamente homogêneo: em áreas mais próximas do núcleo original muitas quadras ainda possuem a metragem de 100m x 100m, e em loteamentos, mas distantes o novo tipo de quadra retangular.

Em vista de tudo o que foi exposto, confirma-se a hipótese referente a aplicabilidade dos conceitos de crescimento urbano apresentados por Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 75) no contexto específico da Cidade Nova de Marechal Cândido Rondon. O mesmo estudo pode ser conduzido em cidades de contextos semelhantes.

A presente dissertação, foi de certa maneira, uma continuação dos estudos Saatkamp (1985), Gregory (2002) e Oldoni (2016). No entanto, ao final da pesquisa ficou claro que este tema não se encerra aqui. Os limites temporais e geográficos da pesquisa demandaram um recorte específico, porém propõe-se como tema para trabalhos futuros um estudo referente aos padrões de crescimento dos outros núcleos urbanos implantados pela Colonizadora Maripá, compreendendo seus períodos de transformação morfológica e a sua evolução ao longo do tempo. Sugere-se também a aplicação dos mesmos conceitos de análise em outra rede de cidades implantadas por frentes colonizadoras, por exemplo no Norte do Paraná, a fim de comparar seus respectivos padrões de crescimento.

Ao final desta trajetória, ficou claro que não há um único padrão de crescimento urbano. A cidade é constante, mutável e a sua configuração atual é apenas um instante precário e transitório de sua evolução conforme descrevem Panerai, Depaule e Demorgon (1999, p. 54).



## | REFERÊNCIAS

---

Imagens da capa Referências: Aerofotos do centro de Marechal Cândido Rondon nas décadas 1980, 2000 e 2010 respectivamente (de cima para baixo).  
Fonte: Instituto de Terra, Cartografia e Geociência do Paraná –ITCG (1980); Google Earth (2018).

## | REFERÊNCIAS

AMADO, Ana Martinho. O tecido de sobreposição. Um processo de transformação: parcelar, simples e composto. *In*: CARLOS, Dias Coelho (coordenação). **Cadernos de Morfologia Urbana 2: o tempo e a forma**. Lisboa, Portugal: Argumentum, 2014.

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. **O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Rio de Janeiro, 2001.

AYMONINO, Carlo. **Il significato delle città**. Laterza: Saggi tascabili Laterza, 1975.

BRAUDEL, Fernand. La longue durée. *In*: **Annales**. Économies, Sociétés, Civilisations, 13ème année, p. 725-753, n.4, 1958.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 6ª. ed., São Paulo: perspectiva, 2015.

BRASIL. Gabinete da Presidência do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil Brasil**. Decretada pelo Presidente da República em 10 de novembro de 1937. Publicada no Diário Oficial da União - Seção 1 de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

BRASIL. Gabinete da Presidência do Brasil. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Publicada no Diário Oficial da União - Seção 1 05 de outubro de 1988. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>>.

BRASIL. Secretaria – Geral Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Sancionada em 11 de julho de 2017. Publicada no Diário Oficial da União - Seção 1 11 de julho de 2017. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm)>.

BRASIL. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea Fundação João Pinheiro – FJP, 2010. Disponível em: < [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt\\_m/marechal-candido-rondon\\_pr](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt_m/marechal-candido-rondon_pr)>.

CASTELO, Ana Maria; BEZERRA, Itaiguara. Importância do PAC e do Minha Casa Minha Vida para empresas. *In*: **Sondagem FVG**, vol. 12, junho 2014.

CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian Luigi; VACCARO, Paolo. Saverio Muratori e a escola Italiana de tipologia projetual. *In*: **Revista de Morfologia Urbana**, vol. 1, n.2, p. 25-36, 2014.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC *Online*. Fundação Getúlio Vargas, 2019. Disponível em:< <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/candido-mariano-da-silva-rondon>>. Acesso em: 19 de julho de 2019.

CINTRA, Anna Maria Marques; *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed., São Paulo: Polis, 2002.

COELHO, Carlos Dias. **A complexidade dos traçados**. Dissertação de doutoramento em Planeamento Urbanístico, 2002. Lisboa: Faculdade de Arquitectura e da Universidade técnica de Lisboa.

COELHO, Carlos Dias. Os tempos da cidade. Uma metamorfose imperfeita. *In*: CARLOS, Dias Coelho (coordenação). **Cadernos de Morfologia Urbana 2: o tempo e a forma**. Lisboa, Portugal: Argumentum, 2014.

COELHO, Carlos Dias. O tecido: leitura e interpretação. *In*: CARLOS, Dias Coelho (coordenação). **Cadernos de Morfologia Urbana 1: os elementos urbanos**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Argumentum, 2015.

COLODEL, José Augusto. **Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960**. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

COLONIZADORA PINHO E TERRAS LTDA. Relatório do Plano de Colonização da Pinho e Terras Ltda de 1961. Disponível no Museu Histórico Willy Barth de Toledo.

CONZEN, Michael Robert Gunter. **Alnwick, Northumberland: A study in twon plan analysis**. Inst. Br. Georg., Londres, n.27,1960.

COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Monoela Gimmler. **Fundamentos de Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

DARIN, Michael. The study of urban form in France. *In*: **Urban Morphology**, vol. 2, n.2, p. 63-76, 1998.

ELLIOT, Thomas Stearns. **Four Quartets**. Faber & Faber: London, 2009.

EMER, Ivo Oss. O Desenvolvimento Histórico do Oeste do Paraná e a Construção da Escola. Dissertação de Mestrado, 1991. Instituto de Estudos Avançados em Educação na Fundação Getúlio Vargas - FGV Rio de Janeiro.

Escritório da Industrial Colonizadora Rio Paraná - MARIPÁ, 2018.

FELDMAN, Sarah. Entre o Regional e o Metropolitano: pensamento urbanístico e metrópole no Brasil na década de 1950. *In*: **Dossiê metrópoles**, Revista USP., n. 102, p. 13-22, julho/agosto, 2014.

FERNANDES, Sérgio Padrão. Fundação e evolução dos traçados urbanos, Matrizes elementares de assentamento e derivações complexas. *In*: CARLOS, Dias Coelho (coordenação). **Cadernos de Morfologia Urbana 2: o tempo e a forma**. Lisboa, Portugal: Argumentum, 2014.

FERNANDES, Sérgio Padrão. O traçado. O sítio e a forma da cidade. *In*: CARLOS, Dias Coelho (coordenação). **Cadernos de Morfologia Urbana 1: os elementos urbanos**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Argumentum, 2015.

FERNANDEZ, Oscar Vicente Quinonez. Caracterização morfométrica das bacias hidrográficas urbanas e periurbanas de Marechal Cândido Rondon. *In*: **Geografia em Questão**, vol. 09, n. 2, p. 88-106, 2016.

FERRARI, Walter Júnior. **A expansão territorial urbana de Marechal Cândido Rondon – PR:** a produção da cidade a partir do campo. Dissertação de Mestrado, 2009. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual da Grande Dourados, MS: UFGD.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. 3. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GAUTHIER, Pierre; GILLILAND, Jason. Mapping urban morphology: a classification scheme for interpreting contributions to the study of urban form. *In: Urban Morphology*, vol. 10, n.1, p. 41-50, 2006.

GAUTHIEZ, Bernard. The history of urban Morphology. *In: Urban Morphology*, vol. 8, n.2, p. 71-89, 2004.

GOOGLE EARTH, 2019.

GREGORY, Valdir. **Capitalismo, latifúndio, migrações:** a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul – Zona Norte e Região do Grande Santa Rosa. Dissertação de Mestrado, 1988. Programa de Pós-Graduação em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial:** Migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: Edunioeste, 2002.

GROAT, Linda.; WANG, David. **Architetural Research Methods.** 2ª ed., New Jersey: Wiley, 2013.

GRONDIN, Marcelo. **O Alvorecer de Toledo:** na colonização do Oeste do Paraná, 1946-1949. Marechal Candido Rondon: Germânica, 2007.

GÜTHS, Lia Dorotéa. Do mapeamento geo-ambiental ao planejamento urbano de Marechal Cândido Rondon: estudos de caso (1950/97). Dissertação de Mestrado, 1999. Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

HEINEBERG, Heinz. German Geographical Urban Morphology in an international and interdisciplinary framework. *In: Urban Morphology*, vol.11, n.1, p. 5-24, 2006.

International Seminar on Urban Form – ISUF. **Glossary.** Disponível em: < <http://www.urbanform.org/glossary.html>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2019.

Instituto de Terra, Cartografia e Geociência do Paraná – ITCG. **Aerolevantamentos,** 1980. Disponível em: < <http://www.geo.pr.gov.br/ms4/itcg/helpfotos.html>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2019.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Regional - IPARDES. **Os vários Paranás-Oeste paranaense:** o 3º espaço relevante: especificidades e diversidades. Curitiba, IPARDES, 2008.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Regional - IPARDES. **Caderno Estatístico: município de Marechal Cândido Rondon.** Curitiba, IPARDES, 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Cidades**, 2018. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/historico>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Cidades**, 2019. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/marechal-candido-rondon/pesquisa/37/0>>. Acesso em: 02 de agosto de 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Coordenação de geografia: Cláudio Stenner. Rio de Janeiro: IBGE 2017. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/historico>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

JOANONI NETO, Vitale. O país na posse de si mesmo: primeira aproximação acerca da reconstrução da Fronteira Oeste brasileira. *In: 27 ° Simpósio Nacional de História, 2013, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal*. Anais Eletrônicos. Acesso em: 13 de março de 2019. Disponível em: < [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364482026\\_ARQUIVO\\_VitaleJoanoniNetoTextoANPUH2013.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364482026_ARQUIVO_VitaleJoanoniNetoTextoANPUH2013.pdf)>.

JORNAL ONLINE O PRESENTE. **Apidemar busca manter acesa a chama do pioneirismo rondonense**. Edição de 9 de março de 2018. p.1. Disponível em: [www.opresente.com.br/marechal-l-candido-rondon/apidemar-busca-manter-acesa-a-chama-do-pioneirismo-rondonense](http://www.opresente.com.br/marechal-l-candido-rondon/apidemar-busca-manter-acesa-a-chama-do-pioneirismo-rondonense)>.

JUSTO, Rui. O diacronismo do tecido. 100 anos do quarteirão monumental. *In: CARLOS, Dias Coelho (coordenação). Cadernos de Morfologia Urbana 2: o tempo e a forma*. Lisboa, Portugal: Argumentum, 2014.

KIRKCHHEIM, Carla Andrea Schoroeder. **Uma leitura da paisagem urbana e a migração em Marechal Cândido Rondon**. Dissertação de Mestrado. 2016. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – PGE UEM.

KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona pioneira subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café**. Maringá: Eduem, 2014.

KOHLSDORF, Maria Elena. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. *In: O espaço da cidade: contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto, 1985.

KOSTOF, Spiro. **The City Shaped: urban patterns and meanings through history**. 7. ed., London: Bulfinch, 2009.

KROPF, Karl. Urban tissue and the character of towns. *In: Urban Design International*, vol.1, n.3, p. 247-263, 1996.

LAMAS, José Manuel Rossano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 7. ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

LAVEDAN, Pierre. **Qu'est ce que l'urbanisme?** Introduction à l'histoire de l'urbanisme. Paris: Henry Laurens Éditeur, 1926.

LEITE, João Silva. A parcela. Um instrumento de leitura dos elementos lineares emergentes. *In: CARLOS, Dias Coelho (coordenação). Cadernos de Morfologia Urbana 1: os elementos*

urbanos. 2. ed. Lisboa, Portugal: Argumentum, 2015.

LÉVY STRAUSS, Claude. **Tristes Tropiques**. Paris: Terre Humaine, 1954.

LIMA, Adson Bozzi Ramatis. **Oscilando entre o ser e o nada**: a aventura urbana de Sartre. Tese de doutorado, 2010. Programa de doutorado em História e fundamentos da arquitetura e urbanismo. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

LOPES, Sérgio. **O território do Iguaçu no contexto da “Marcha para o Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACCARI, Neiva Salette Kern. **Migração e Memórias**: a colonização Oeste do Paraná. Dissertação de Mestrado, 1999. Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal - UFPR Curitiba.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **Plano Diretor Participativo de Marechal Cândido Rondon**: Fase IV - Anteprojeto de lei do zoneamento de uso e ocupação do solo urbano. Prefeitura de Municipal de Marechal Cândido Rondon, 2007.

MARIPÁ, Industrial Madeireira E Colonizadora Rio Paraná S/A. **Plano de colonização**. Porto Alegre: s/e, 1955. Texto mimeografado.

MARZOT, Nicola. The study of urban form in Italy. *In: Urban Morphology*, vol.6, n.2, p. 59-73, 2002.

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise. **Dictionnaire de L'urbanisme et de l'Aménagement**. Paris: Édition Dunod, 1988.

MOUDON, Anne Vernez. Urban Morphology as an emerging interdisciplinary field. *In: Urban Morphology*, vol.1, n.1, p. 3-11, 1997.

MULLER, Keith Gerald. **The Settlement Geography of Toledo**: A Planned Pioneer Community in South Brazil. USA: Wisconsin-Milwaukee, 1967.

MULLER, Keith Gerald. Colonização pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná. *In: Revista Brasileira de Geografia*, vol. 43, n. 1, p. 83-139, jan/mar. 1986.

Museu Histórico Willy Barth de Toledo, 2018.

NIEDERAUER, Ondy Helio. **Toledo no Paraná**: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização e seu progresso. 3. ed., Toledo: Tolegraf, 2011.

Núcleo de Pesquisas e Documentação sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL - da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon – UNIOESTE.

OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. **Toledo**: um município da fronteira Oeste do Paraná. Rio de Janeiro: Serviço Social Rural, 1960.

OJIMA, Ricardo; MONTEIRO, Felipe Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Lima do. Urbanização dispersa e mobilidade no contexto metropolitano de Natal: a dinâmica da população e a ampliação do espaço de vida. *In: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.7, n.1, p. 9-20, 2015.

OLDONI, Sirlei Maria. **Cidades Novas do Oeste do Paraná: Os traçados criados pela colonizadora Maripá.** Dissertação de Mestrado. 2016. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá - UEM e Universidade Estadual de Londrina – UEL.

OLIVEIRA, Vitor. **Urban Morphology: An Introduction to the Study of the Physical Form of Cities.** New York: Springer, 2016.

OLIVEIRA, Vitor. **Morfologia urbana: diferentes abordagens. Contributos luso-brasileiros.** Porto: Universidade do Porto, 2018.

PAIVA, Ana Sofia da Silva. **As barreiras urbanas no tecido da cidade: o processo de crescimento do Porto.** Dissertação de Mestrado, 2015. Programa de mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa, Porto.

PANERAI, Philippe; DEPAULE, Jean-Charles; DEMORGON, Marcelle. **Analyse Urbaine.** Marseille: Parenthèses, 1999.

PANERAI, Philippe; *et al.* **Urban Forms: the death and life of the urban block.** English edition and additional material by Ivor Samuels. Great Britain: Elsevier, 2004.

PANERAI, Philippe; MANGIN, David. **Projet Urbain.** 4. ed., Marseille: Parenthèses, 2009.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

PEREIRA, Renata Baesso. Tipologia arquitetônica e morfologia urbana: uma abordagem histórica de conceitos e métodos. *In: Revista Online Vitruvius*, vol. 146.04, 2012.

PIAIA, Vander. **A Ocupação do Oeste Paranaense e a Formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum.** Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2004.

PIAIA, Vander. **Terra, Sangue e Ambição: a gênese de Cascavel.** Cascavel, EDUNIOESTE, 2013.

Portal da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP, 2018. Disponível em: < <http://www.amop.org.br/municipios/dados-municipios/>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

Prefeitura de Municipal de Marechal Cândido Rondon. Marechal Cândido Rondon, 2018.

Prefeitura de Municipal de Marechal Cândido Rondon, Secretaria de Planejamento. Marechal Cândido Rondon, 2019.

PROENÇA, Sérgio Barreiros. A resistência da forma urbana. A persistência dos traços da forma urbana. *In: CARLOS, Dias Coelho (coordenação). Cadernos de Morfologia Urbana 2: o tempo e a forma.* Lisboa, Portugal: Argumentum, 2014.



QUEIROGA, Eugenio. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros.** Tese de livre docência, 2012. Área de concentração: Paisagem e ambiente. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – FAUUSP.

QUEIROGA, Eugenio. Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. *In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 58, p. 105-132, 2014.

REIS, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/1720). 2ª. ed., São Paulo: Pini, 2000.

REGO, Renato Leão. **As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná.** Londrina: humanidades, 2009.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. A respeito da morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. *In: Acta Scientiarum Technology*, vol. 33, n.2, p. 123-127, Maringá, 2011.

RIBEIRO, Vitor Hugo; CASSULI, Danieli Cristina; FRASSÃO, Adair José Frasson. Território e conflito: breve histórico sobre a implantação da Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional e seus reflexos na produção do espaço. *In: XIII Jornada do Trabalho: A irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do século XXI. Os novos desafios da geografia do trabalho.* Presidente Prudente/SP, 09 a 12 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/14.pdf>>.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000.** Tese de doutorado, 2005. Programa de doutorado em Demografia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

ROCHE, Jean **A colonização alemã e o Rio Grande do sul.** Porto Alegre: Globo, v. 1, 1969.

ROSSI, Aldo. **A Arquitectura da cidade.** Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

SAATKAMP, Venilda. **Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon.** Marechal Cândido Rondon: Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, Secretaria Municipal de Educação e de Cultura, Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon, 1985.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento científico.** 3. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, João Rafael. O tecido de adição. Transformações urbanas a partir do transporte infraestrutural. *In: CARLOS, Dias Coelho (coordenação). Cadernos de Morfologia Urbana 2: o tempo e a forma.* Lisboa, Portugal: Argumentum, 2014.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **A Integração do Prata no Sistema Colonial: colonialismo interno e missões jesuíticas do Guairá.** Toledo: Toledo, 1997.

SCHEER, Brenda Case. The epistemology of urban morphology. *In: Urban Morphology*, vol.19, n.2, p. 117-134, 2015.

SCHNEIDER, Cláercio Ivan. **Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960)**. Dissertação de Mestrado, 2001. Programa de mestrado em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SILVA, Oscar; Silva; BRAGAGNOLLO, Rubens; MACIEL, Clori Fernandes. **Toledo e sua História**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

SPERANÇA, Alceu A. **Cascavel: a História**. Curitiba: Lagarto, 1992.

TOLEDO, Prefeitura Municipal de Toledo, Paraná. **Plano Diretor Participativo: Toledo -2050**. Revisão e Atualização. Supervisão Enio Luiz Perin. Toledo: Prefeitura Municipal, 2015.

TRINDADE, Luísa. A malha. Fazer cidade no Portugal medieval: agentes, programa e execução. *In*: CARLOS, Dias Coelho (coordenação). **Cadernos de Morfologia Urbana 1: os elementos urbanos**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Argumentum, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação: O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas**. Tese de doutorado, 2009. Programa de doutorado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – UNB.

VITECK, Harto. **Imigração alemã no Paraná: 180 anos: 1829-2009**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2012.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense**. 2. ed., Curitiba: Vicentina, 1987.

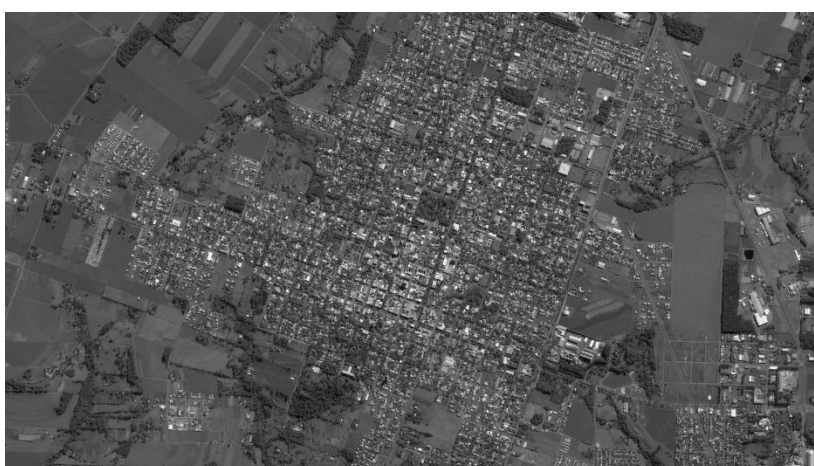
WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 2. ed., Ponta Grossa: UEPG, 2010.

WHITEHAND, Jeremy W.R. **British Urban Morphology: the Conzenian tradition**. ISUF, International Seminar on Urban Form, Proceedings. Cincinnati, vol. 1, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2.ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

YOKOO, Edson Noriyuki. **Terra de negócio: estudo da colonização no Oeste paranaense**. Dissertação de Mestrado, 2010. Programa de mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá.

ZAGO, Luciana Grespan. Fronteira e segurança nacional durante a Era Vargas: implicações no Oeste do Paraná. *In*: ASTOR, A. D. (organizador). Fascínio da História II: Textos da história do Brasil contemporâneo. Passo Fundo, Editora da Universidade de Passo Fundo, v.2, p. 44-75, 2004.



---

## | ANEXOS

Imagens da capa Anexos: Aerofotos do centro de Marechal Cândido Rondon nas décadas 1980, 2000 e 2010 respectivamente (de cima para baixo).  
Fonte: Instituto de Terra, Cartografia e Geociência do Paraná –ITCG (1980); Google Earth (2018).

## | ANEXO A

Parte do Plano de Colonização da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá, 1955.

Relatório dos Trabalhos Desenvolvidos

pela

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A.

- M A R I P Á -

Séde:  
Pôrto Alegre  
Rio G.do Sul

Filial:  
Toledo-Paraná

ao transformar 2.747.528.460 m2 de mata virgem,  
no atual

274.752,846 Ha

MUNICÍPIO E COMARCA

de

T O L E D O

O presente relatório é a projeção, em resumo, do plano de colonização empregado pela MARIPÁ, sua aplicação prática e seu desenvolvimento até a data de hoje. A aplicação dos princípios básicos constantes desta explanação, é que tornou possível o extraordinário progresso verificado em Toledo, progresso este que acaba de superar as previsões dos próprios administradores da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A.

Afim de dar a este trabalho maior clareza, foi necessário sua divisão em duas partes fundamentais: - uma teórica e outra prática. Na primeira, temos um estudo do plano de colonização, levando em conta a localização da área, propriedade do sólo, clima, agricultores, povoamento, produtos e outros aspectos influêntes dêste grande empreendimento. Na segunda parte temos o desenvolvimento prático da aplicação do plano de colonização, medições, venda de terras, contabilidade, construção de sédes, estradas, amparo ao agricultor, assistência médica, hospitalar e escolar, industrialização, desenvolvimento comercial e industrial, e outras providências indispensáveis aos desenvolvimento que culminou com o progresso do ano findo de 1954.

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A.

Esta Companhia foi fundada em abril de 1946, tendo por finalidades principais a compra e venda de terras, extração, beneficiamento e exportação de madeiras. Para a consecução de suas finalidades, foi adquirida a

FAZENDA BRITÂNIA

Situação Geográfica.-

A gleba de terras denominada FAZENDA BRITÂNIA, foi adquirida da Companhia de Maderas del Alto Paraná, uma sociedade inglesa, com sede em Buenos Aires. O Título de propriedade, em nome da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A., foi transcrito sob número 1460 a folhas 14/15 do livro número 3 no Registro Geral de Imóveis em data de 16.9.1946, na Comarca de Fóz do Iguaçu.

A FAZENDA BRITÂNIA está localizada entre os dois maiores potenciais hidráulicos da América do Sul: Fóz do Iguaçu e Guaira. Estende-se, por 43 kms. de norte a sul, ao longo do rio Paraná, (da fóz do rio Guaçu à fóz do rio São Francisco Falso), e mede, de léste a oeste, na extensão máxima, 78 kms. formando um retângulo quasi perfeito.

Naquela época, a área estava coberta, por completo, de densa mata virgem. Estradas não existiam. Junto ao rio Paraná, dentro da Fazenda Britânia, o Pôrto Mendes Gonçalves servia de pôrto de embarque de herva mate exportada pelo Estado do Mato Grosso à República / Argentina. Era, então, um povoado de quasi duzentas almas, contando os arredores. Mais ao sul, em completo abandono, encontrava-se o Pôrto Britânia, antigo pôrto utilizado pela Companhia de Maderas del Alto Paraná. Junto a êsse pôrto, encontramos uma vasta plantação de herva mate, qualidade própria para exportação. À léste da gleba, o povoado mais próximo era Cascavél (48 kms.) e do qual partia uma linha telefônica ligada ao Pôrto Mendes Gonçalves.

Situação Econômica

A aquisição déssas terras, naquela época, éra muito desaconselhada por ser imprudênte comprar tal quantidade de matas, desconhecendo o seu interior, e por se acharem localizadas em posição tão desfavorável sob o ponto de vista econômico. Não haviam meios de transporte ou de comunicações rápidas. Não existiam estradas para qualquer lado. Longe de quaisquer fontes de abastecimento e de centros consumidores para os futuros produtos.

Éstas ponderações fizeram com que o capital da Companhia mal conseguisse ultrapassar o custo da gleba "Fazenda Britânia", impondo

aos Diretores da MARIPÁ, desde o início, estudos profundos à procura de meios que lhes permitissem dar partida ao empreendimento que um dia seria considerado modelar.

A penetração na "Fazenda Britânia", teria que ser feita através de Cascavél, até serem atingidos os primeiros pinhais. Lá seria instalada uma Serraria, e dado início à construção de uma estrada de rodagem até o Pôrto Britânia, que seria, mais tarde aproveitado para exportar madeiras. Com a receita assim advinda iniciar-se-ia as medições de uma séde, onde se assentaria a administração local e os escritórios. E, assim foi empreendido o

### Desenvolvimento Inicial

Este progresso inicial, além de ser muito lento, exigia constantemente maiores immobilizações: mais serrarias, mais caminhões, camionetas, jeeps, armazens de viveres, secção de oficina mecânica, peças, tratores com lâminas, sem lâminas, moto-niveladoras, construções ruas, estradas, medições... Mas como atender a todas as solicitações sem, contudo aumentar o capital social?

Foi então, em princípios de 1950, que se esboçou o plano de ação que, sem alterações fundamentais na Companhia, trouxe um êxito muito acima do realmente esperado. Este

### PLANO DE AÇÃO

que foi tão decisivo, não passava então, de uma série de regras, estudos e combinações entre os dirigentes da MARIPÁ, e as quais resumem-se nos seguintes pontos:

a) ELEMENTO HUMANO:

Afim de t<sup>er</sup> êxito no empreendimento, povoar densamente a "Fazenda Britânia", com agricultores que mais se adaptarem à região;

b) PEQUENA PROPRIEDADE:

Proporcionar a todo o agricultor que vier residir na "Fazenda Britânia", a faculdade de se tornar proprietário, livre e independente, das terras por ele cultivadas para si e sua família. Estas terras divididas em glebas de 10 alqueires ou 25 hectares, trariam para a região, maior quantidade de gente.

c) POLICULTURA:

Garantir o perfeito equilíbrio econômico à região, dirigindo a produção agrícola, sempre que possível, no sentido da policultura;

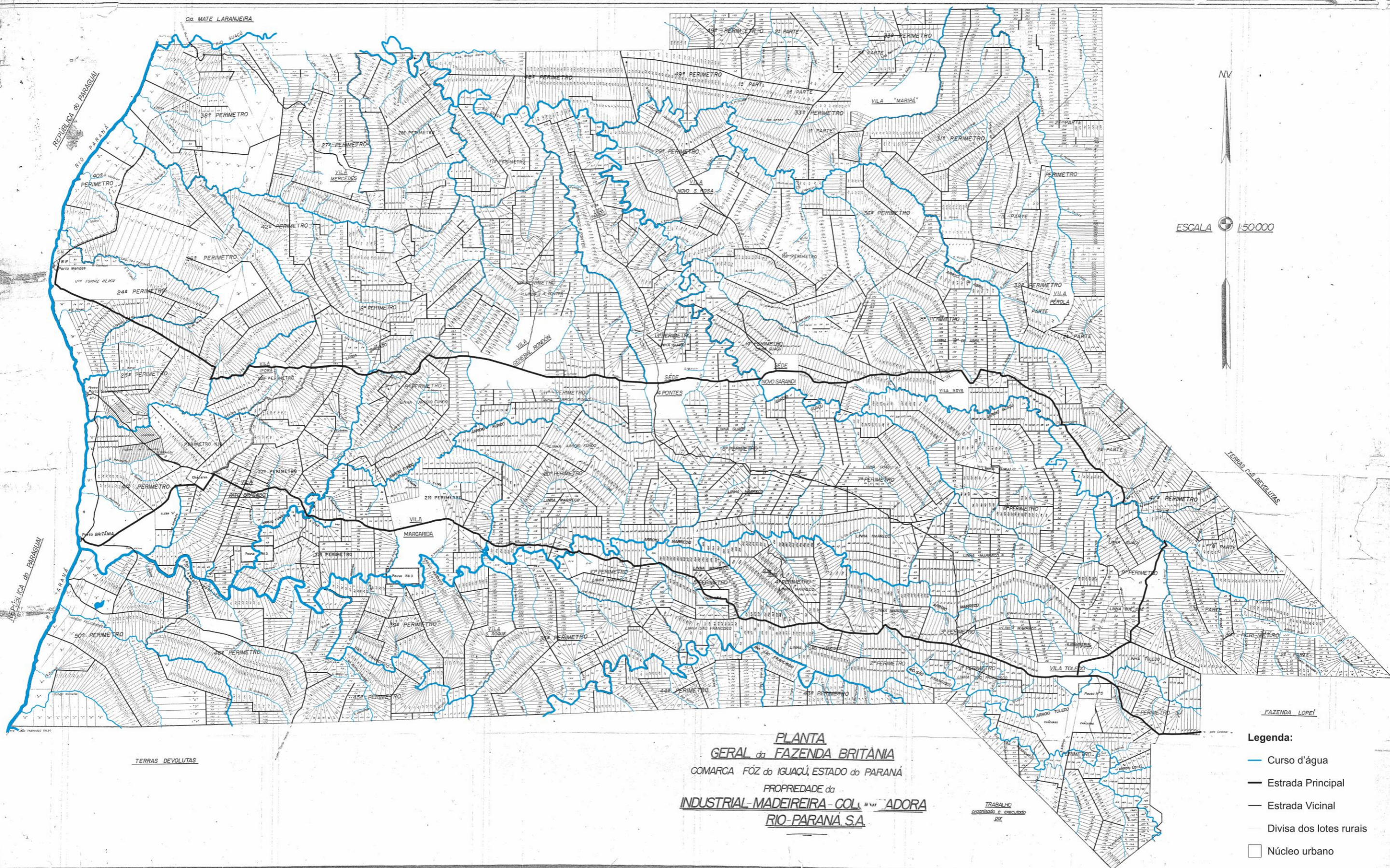
d) ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO

Na medida em que as terras fôrem sendo vendidas e cultivadas, auxiliar os agricultores na colocação de seus produtos nos grandes centros consumidores;

## | ANEXO B

Mapa Geral da Fazenda Britânia elaborado pelo Escritório Técnico da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá, 1950.





## | ANEXO C

Cópia do Protocolo com as informações referentes aos distritos de Marechal Cândido Rondon e suas respectivas datas de criação. Dados obtidos na Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon em março de 2019.

## Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio

## Variável - População residente (Pessoas)

Ano - 2010

Sexo - Total

Distrito	Situação do domicílio	
	Total	
Marechal Cândido Rondon - Marechal Cândido Rondon (PR)	Total	38.298
	Urbana	36.323
	Rural	1.975
São Roque - Marechal Cândido Rondon (PR)	Total	659
	Urbana	215
	Rural	444

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

## Notas

Para os anos de 1970 e 1980:

1 - Dados da Amostra

Para os anos de 1991, 2000 e 2010:

1 - Nem todos os municípios possuem subdistritos e bairros.

2 - A RIDE Petrolina/Juazeiro (Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA) é composta por municípios das unidades da federação **Pernambuco e Bahia**;

3 - A RIDE Grande Teresina (Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina) é composta por municípios das unidades da federação **Maranhão e Piauí**;

4 - A RIDE Distrito Federal e ent Entorno (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno) é composta por municípios das unidades da federação **Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal**.

5 - De acordo com a legislação vigente, alguns subdistritos estão contidos em mais de um distrito, conforme listado abaixo:

Município de **Fortaleza**:Subdistrito **Antonio Bezerra** faz parte dos distritos **Fortaleza** e **Antonio Bezerra**Subdistrito **Conjunto Ceará** faz parte dos distritos **Antonio Bezerra** e **Mondubim**Município de **Cuiabá**:Subdistritos **Administração Regional Centro-Leste** e **Administração Regional do****Norte** fazem parte dos distritos **Cuiabá** e **Coxipó da Ponte**Município de **Belo Horizonte**:Subdistrito **Oeste** faz parte dos distritos **Belo Horizonte** e **Barreiro**Subdistritos **Nordeste, Pampulha e Venda Nova** fazem parte dos distritos**Belo Horizonte** e **Venda Nova**

## Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio

Variável - População residente (Pessoas)

Distrito - São Roque - Marechal Cândido Rondon (PR)

Ano - 2010

Sexo - Total

Situação do domicílio	
Total	659
Urbana	215
Rural	444
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

## Notas

Para os anos de 1970 e 1980:

1 - Dados da Amostra  
Para os anos de 1991, 2000 e 2010:

1 - Nem todos os municípios possuem subdistritos e bairros.

2 - A RIDE Petrolina/Juazeiro (Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA) é composta por municípios das unidades da federação **Pernambuco e Bahia**;3 - A RIDE Grande Teresina (Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina) é composta por municípios das unidades da federação **Maranhão e Piauí**;4 - A RIDE Distrito Federal e ent Entorno (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno) é composta por municípios das unidades da federação **Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal**.

5 - De acordo com a legislação vigente, alguns subdistritos estão contidos em mais de um distrito, conforme listado abaixo:

Município de **Fortaleza**:

Subdistrito **Antonio Bezerra** faz parte dos distritos **Fortaleza e Antonio Bezerra**  
Subdistrito **Conjunto Ceará** faz parte dos distritos **Antonio Bezerra e Mondubim**

Município de **Cuiabá**:

Subdistritos **Administração Regional Centro-Leste e Administração Regional do Norte** fazem parte dos distritos **Cuiabá e Coxipó da Ponte**

Município de **Belo Horizonte**:

Subdistrito **Oeste** faz parte dos distritos **Belo Horizonte e Barreiro**  
Subdistritos **Nordeste, Pampulha e Venda Nova** fazem parte dos distritos **Belo Horizonte e Venda Nova**

6 - Dados do Universo

## Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio

Variável - População residente (Pessoas)

Distrito - **Porto Mendes** - Marechal Cândido Rondon (PR)

Ano - 2010

Sexo - Total

Situação do domicílio	
Total	1.647
Urbana	1.034
Rural	613
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

## Notas

Para os anos de 1970 e 1980:

1 - Dados da Amostra

Para os anos de 1991, 2000 e 2010:

1 - Nem todos os municípios possuem subdistritos e bairros.

2 - A **RIDE Petrolina/Juazeiro** (Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA) é composta por municípios das unidades da federação **Pernambuco e Bahia**;

3 - A **RIDE Grande Teresina** (Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina) é composta por municípios das unidades da federação **Maranhão e Piauí**;

4 - A **RIDE Distrito Federal e ent Entorno** (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno) é composta por municípios das unidades da federação **Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal**.

5 - De acordo com a legislação vigente, alguns subdistritos estão contidos em mais de um distrito, conforme listado abaixo:

Município de **Fortaleza**:Subdistrito **Antonio Bezerra** faz parte dos distritos **Fortaleza e Antonio Bezerra**Subdistrito **Conjunto Ceará** faz parte dos distritos **Antonio Bezerra e Mondubim**Município de **Cuiabá**:Subdistritos **Administração Regional Centro-Leste e Administração Regional do Norte** fazem parte dos distritos **Cuiabá e Coxipó da Ponte**Município de **Belo Horizonte**:Subdistrito **Oeste** faz parte dos distritos **Belo Horizonte e Barreiro**Subdistritos **Nordeste, Pampulha e Venda Nova** fazem parte dos distritos**Belo Horizonte e Venda Nova**

6 - Dados do Universo

## Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio

Variável - População residente (Pessoas)

Distrito - **Novo Três Passos** - Marechal Cândido Rondon (PR)

Ano - 2010

Sexo - Total

Situação do domicílio	
Total	1.072
Urbana	258
Rural	814
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

## Notas

Para os anos de 1970 e 1980:

1 - Dados da Amostra

Para os anos de 1991, 2000 e 2010:

1 - Nem todos os municípios possuem subdistritos e bairros.

2 - A **RIDE Petrolina/Juazeiro** (Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA) é composta por municípios das unidades da federação **Pernambuco e Bahia**;3 - A **RIDE Grande Teresina** (Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina) é composta por municípios das unidades da federação **Maranhão e Piauí**;4 - A **RIDE Distrito Federal e ent Entorno** (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno) é composta por municípios das unidades da federação **Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal**.

5 - De acordo com a legislação vigente, alguns subdistritos estão contidos em mais de um distrito, conforme listado abaixo:

Município de **Fortaleza**:Subdistrito **Antonio Bezerra** faz parte dos distritos **Fortaleza** e **Antonio Bezerra**Subdistrito **Conjunto Ceará** faz parte dos distritos **Antonio Bezerra** e **Mondubim**Município de **Cuiabá**:Subdistritos **Administração Regional Centro-Leste** e **Administração Regional do****Norte** fazem parte dos distritos **Cuiabá** e **Coxipó da Ponte**Município de **Belo Horizonte**:Subdistrito **Oeste** faz parte dos distritos **Belo Horizonte** e **Barreiro**Subdistritos **Nordeste, Pampulha e Venda Nova** fazem parte dos distritos**Belo Horizonte** e **Venda Nova**

6 - Dados do Universo

## Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio

Variável - População residente (Pessoas)

Distrito - **Novo Horizonte** - Marechal Cândido Rondon (PR)

Ano - 2010

Sexo - Total

Situação do domicílio	
Total	913
Urbana	232
Rural	681
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

## Notas

Para os anos de 1970 e 1980:

1 - Dados da Amostra

Para os anos de 1991, 2000 e 2010:

1 - Nem todos os municípios possuem subdistritos e bairros.

2 - A **RIDE Petrolina/Juazeiro** (Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA) é composta por municípios das unidades da federação **Pernambuco e Bahia**;

3 - A **RIDE Grande Teresina** (Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina) é composta por municípios das unidades da federação **Maranhão e Piauí**;

4 - A **RIDE Distrito Federal e ent Entorno** (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno) é composta por municípios das unidades da federação **Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal**.

5 - De acordo com a legislação vigente, alguns subdistritos estão contidos em mais de um distrito, conforme listado abaixo:

Município de **Fortaleza**:Subdistrito **Antonio Bezerra** faz parte dos distritos **Fortaleza e Antonio Bezerra**Subdistrito **Conjunto Ceará** faz parte dos distritos **Antonio Bezerra e Mondubim**Município de **Cuiabá**:Subdistritos **Administração Regional Centro-Leste e Administração Regional do Norte** fazem parte dos distritos **Cuiabá e Coxipó da Ponte**Município de **Belo Horizonte**:Subdistrito **Oeste** faz parte dos distritos **Belo Horizonte e Barreiro**Subdistritos **Nordeste, Pampulha e Venda Nova** fazem parte dos distritos**Belo Horizonte e Venda Nova**

6 - Dados do Universo

## Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio

Variável - População residente (Pessoas)

Distrito - **Margarida** - Marechal Cândido Rondon (PR)

Ano - 2010

Sexo - Total

Situação do domicílio	
Total	2.464
Urbana	465
Rural	1.999
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

## Notas

Para os anos de 1970 e 1980:

1 - Dados da Amostra

Para os anos de 1991, 2000 e 2010:

1 - Nem todos os municípios possuem subdistritos e bairros.

2 - A **RIDE Petrolina/Juazeiro** (Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA) é composta por municípios das unidades da federação **Pernambuco e Bahia**;

3 - A **RIDE Grande Teresina** (Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina) é composta por municípios das unidades da federação **Maranhão e Piauí**;

4 - A **RIDE Distrito Federal e ent Entorno** (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno) é composta por municípios das unidades da federação **Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal**.

5 - De acordo com a legislação vigente, alguns subdistritos estão contidos em mais de um distrito, conforme listado abaixo:

Município de **Fortaleza**:Subdistrito **Antonio Bezerra** faz parte dos distritos **Fortaleza** e **Antonio Bezerra**Subdistrito **Conjunto Ceará** faz parte dos distritos **Antonio Bezerra** e **Mondubim**Município de **Cuiabá**:Subdistritos **Administração Regional Centro-Leste** e **Administração Regional do Norte** fazem parte dos distritos **Cuiabá** e **Coxipó da Ponte**Município de **Belo Horizonte**:Subdistrito **Oeste** faz parte dos distritos **Belo Horizonte** e **Barreiro**Subdistritos **Nordeste, Pampulha e Venda Nova** fazem parte dos distritos**Belo Horizonte e Venda Nova**

6 - Dados do Universo



## Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio

## Variável - População residente (Pessoas)

## Distrito - Iguiporã - Marechal Cândido Rondon (PR)

Ano - 2010

Sexo - Total

Situação do domicílio	
Total	1.276
Urbana	366
Rural	910
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

## Notas

Para os anos de 1970 e 1980:

1 - Dados da Amostra  
Para os anos de 1991, 2000 e 2010:

1 - Nem todos os municípios possuem subdistritos e bairros.

2 - A RIDE Petrolina/Juazeiro (Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA) é composta por municípios das unidades da federação **Pernambuco e Bahia**;3 - A RIDE Grande Teresina (Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina) é composta por municípios das unidades da federação **Maranhão e Piauí**;4 - A RIDE Distrito Federal e ent Entorno (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno) é composta por municípios das unidades da federação **Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal**.

5 - De acordo com a legislação vigente, alguns subdistritos estão contidos em mais de um distrito, conforme listado abaixo:

Município de **Fortaleza**:Subdistrito **Antonio Bezerra** faz parte dos distritos **Fortaleza** e **Antonio Bezerra**Subdistrito **Conjunto Ceará** faz parte dos distritos **Antonio Bezerra** e **Mondubim**Município de **Cuiabá**:Subdistritos **Administração Regional Centro-Leste** e **Administração Regional do****Norte** fazem parte dos distritos **Cuiabá** e **Coxipó da Ponte**Município de **Belo Horizonte**:Subdistrito **Oeste** faz parte dos distritos **Belo Horizonte** e **Barreiro**Subdistritos **Nordeste, Pampulha e Venda Nova** fazem parte dos distritos**Belo Horizonte** e **Venda Nova**

6 - Dados do Universo

**Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio**

Variável - População residente (Pessoas)

Distrito - **Bom Jardim** - Marechal Cândido Rondon (PR)

Ano - 2010

Sexo - Total

Situação do domicílio	
Total	490
Urbana	254
Rural	236
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

**Notas**

Para os anos de 1970 e 1980:

1 - Dados da Amostra

Para os anos de 1991, 2000 e 2010:

1 - Nem todos os municípios possuem subdistritos e bairros.

2 - A **RIDE Petrolina/Juazeiro** (Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA) é composta por municípios das unidades da federação **Pernambuco e Bahia**;


3 - A **RIDE Grande Teresina** (Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina) é composta por municípios das unidades da federação **Maranhão e Piauí**;

4 - A **RIDE Distrito Federal e ent Entorno** (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno) é composta por municípios das unidades da federação **Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal**.

5 - De acordo com a legislação vigente, alguns subdistritos estão contidos em mais de um distrito, conforme listado abaixo:

Município de **Fortaleza**:Subdistrito **Antonio Bezerra** faz parte dos distritos **Fortaleza** e **Antonio Bezerra**Subdistrito **Conjunto Ceará** faz parte dos distritos **Antonio Bezerra** e **Mondubim**Município de **Cuiabá**:Subdistritos **Administração Regional Centro-Leste** e **Administração Regional do Norte** fazem parte dos distritos **Cuiabá** e **Coxipó da Ponte**Município de **Belo Horizonte**:Subdistrito **Oeste** faz parte dos distritos **Belo Horizonte** e **Barreiro**Subdistritos **Nordeste, Pampulha e Venda Nova** fazem parte dos distritos **Belo Horizonte** e **Venda Nova**

6 - Dados do Universo



# Prefeitura Municipal de Marechal C. Rondon

ESTADO DO PARANÁ

L E I Nº 31 -

DATA: 31 de julho de 1962.

SÚMULA: Cria os Distritos do Município e fixa as respectivas divisas.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte - lei:

Art. 1º - Ficam criados por força desta lei, os seguintes Distritos dentro do Município, assim classificados:

- 1º Distrito MARECHAL CÂNDIDO RONDON;
- 2º Distrito QUATRO PONTES;
- 3º Distrito VILA MERCEDES;
- 4º Distrito VILA MARGARIDA;
- 5º Distrito PORTO MENDES;
- 6º Distrito ENTRE-RIOS.

Art. 2º - As divisas dos Distritos, de que trata o artigo anterior, serão fixadas com as seguintes limitações:

- DISTRITO DA SÉDE DO MUNICÍPIO:-

Partindo da foz do Lageado Guavirá no Arroio Guaçú, sobe - pelo último até a foz do Arroio Quatro Pontes, subindo por este até a linha divisória entre os lotes rurais n.ºs. 35/36, do 12º perímetro, segue por esta linha até encontrar a divisa do lote n.º 40, continuando pela divisa deste com o lote n.º 35 até o início do travessão entre os lotes n.ºs. 31/40, acompanhando o referido até a estrada que liga Marechal Cândido Rondon a Toledo, continuando pela divisa entre os lotes rurais 37/38 do 11º perímetro, até a Sanga Encantada, desce por esta até a sua foz, seguindo o curso do Arroio Fundo até a linha divisória entre os lotes n.ºs. 35/59 do 22º perímetro da linha Arroio Fundo, seguindo por esta linha até encontrar a Sanga Biriva, subindo pela mesma até a divisa dos lotes 46/54 do 22º Perímetro da mencionada linha, segue pela mesma até a divisa dos lotes 47/48 e 50 ao SUL e 51 ao NORTE, até a Sanga Caranchan, desce por esta - até sua barra no Lageado Rio Branco, seguindo o curso deste, até a foz do Lageado Piacuê, subindo pelo último até a barra da Sanga Avaí, sobe por esta até o início do traves-

Continua fls. 2 ...



# Prefeitura Municipal de Marechal C. Rondon

ESTADO DO PARANÁ

Fls. 2 -

Continuação ...

são entre os lotes rurais n.ºs. 39/41 do 26.º perímetro, - acompanhando êste até a divisa dos perímetros 18.º e 26.º, segue pela mesma rumo SUL, até a divisa da Linha Curvado e Linha Belmont do 18.º perímetro, acompanha a mesma até a divisa dos lotes 23/24 da Linha Belmont, seguindo esta até o Lageado do mesmo nome, sobe por êste até o início do travessão entre as colônias 83/84, continuando pelo mesmo até a Sanga Sete de Setembro, sobe por esta até a sua nascente, continuando pela linha divisória dos lotes n.ºs. 120/105 ao NORTE e lote n.º 104 ao SUL, até a divisa das linhas Belmont e Guavirá do 18.º perímetro, seguindo pela mesma até a Sanga São Luiz, descendo por esta até - sua foz na Sanga Mercedes, acompanhando o curso da mesma até sua barra, continuando pelo Lageado Guavirá até sua desembocadura no Arroio Guaçu.

- DISTRITO DE QUATRO PONTES:-

Partindo da foz do Arroio Quatro Pontes, sobe pelo mesmo até a linha divisória entre os lotes 35/36 do 12.º perímetro, seguindo a divisa do Distrito da Séde Municipal até a foz da Sanga Encantada, subindo pelo Arroio Fundo e divisa dos perímetros 11.º e 20.º da Linha Arroio Fundo, até a divisa dos lotes rurais n.ºs. 7/10 do último perímetro, continuando pela divisa dos lotes n.ºs. 8/9 até o Lageado Três Voltas, descendo por êste até sua barra, seguindo a divisa inter-municipal com Toledo até a desembocadura do Arroio Quatro Pontes.

- DISTRITO DE VILA MERCEDES:-

Iniciando no Rio Paraná, sobe pelo Arroio Guaçu até a barra do Lageado Guavirá, seguindo a divisa do 1.º Distrito até encontrar a Sanga Ruiva Cuê, descendo pela mesma até sua foz, seguindo o curso do Arroio São Luiz até sua desembocadura no Rio Paraná.

- DISTRITO DE VILA MARGARIDA:-

Começa na barra do Rio São Francisco, sobe pelo mesmo até encontrar a divisa do Município de Toledo, seguindo

Continua fls. 3 ...



# Prefeitura Municipal de Marechal C. Rondon

ESTADO DO PARANÁ

Fls. 3 -

Continuação ...

pela mesma até encontrar a divisa do Distrito de Quatro Pontes, acompanha esta até a divisa do 1º Distrito, segue esta até o Lageado Rio Branco, acompanhando o curso do mesmo até sua desembocadura no Rio Paraná.

- DISTRITO DE PÔRTO MENDES:-

Partindo do Rio Paraná, pela divisa do Distrito de Vila Mercedes até encontrar a divisa do Distrito da Séde Municipal, segue a mesma rumo SUL até o Lageado Rio Branco e conseqüente limitação com o Distrito de Vila Margarida, acompanhando o mesmo até sua barra no Rio Paraná.

- DISTRITO DE ENTRE-RIOS:-

Limita-se ao NORTE pelo Rio São Francisco; ao SUL pelo Rio São Francisco Falso; a LESTE com o Município de Toledo e ao OESTE com o Rio Paraná.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, em 31 de julho de 1962.

Arlindo Alberto Lamb

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Oswing Lemke

SECRETÁRIO

L E I Nº 95

DATA: 25 de maio de 1.964.

SÚMULA: Cria o Distrito de VILA IGUIPORÃ e fixa as respectivas divisas.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal <sup>sanção</sup> a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado por força desta lei, o 8º Distrito Municipal, "VILA IGUIPORÃ", desmembrado dos Distritos da SEDE MUNICIPAL, VILA MERCEDES e PORTO MENDES.

Art. 2º - As divisas do Distrito de que trata o artigo anterior, serão fixados com as seguintes limitações:- Partindo do Arroio Fundo, na Fóz do Lageado Curvado e subindo pelo mesmo até a fóz do Lageado Santo Ângelo, sobe por êste até a divisa dos lotes rurais nºs. 30 e 31, do perímetro 18º, Linha Curvado, segue a mesma até a linha divisória das colônias nºs. 20 e 21, do 18º perímetro, Linha Belmont, segue esta até o Lageado Belmont, sobe pelo mesmo até a divisa dos lotes coloniais nºs. 83 e 84, segue por esta e pela linha divisória entre as colônias nºs. 78, 79, 80, 81 e 82 e colônia nº 85, até encontrar o Lageado 7 de setembro, segue o curso do mesmo até a divisa das colônias nºs. 74 e 137, do 18º perímetro, Linha Belmont, segue por esta e pela linha divisória dos lotes rurais nºs. 71, 72 e 73 e colônia nº 137, até a divisa das colônias nºs. 70 e 71, continuando pela mesma até o Lageado Belmont, descendo até encontrar a divisa das colônias nºs. 53 e 54, do 18º perímetro da Linha Belmont, seguindo esta até a Sanga 27 de setembro, desce até a divisa das colônias nºs. 11 e 12, do 42º perímetro, segue a mesma até a linha divisória das colônias nºs. 57 e 58, do 42º perímetro, segue por esta até a Sanga Ruiva Cuê, continuando pela divisa das colônias nºs. 97, 98 e 99, do 26º perímetro pelo Norte e colônia nº 96 do referido perímetro, pelo Sul, segue por esta até a divisa entre a colônia nº 100 e Gleba A, seguindo posteriormente pela divisa dos lotes rurais nºs. 104, 105, 107, 108 e 184 do 26º perímetro, ao Norte e Gleba D, no mesmo perímetro, ao Sul, até o Lageado São Cristóvão, desce



Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon  
ESTADO DO PARANÁ

Fls. 2

Continuação Fls. 1 ...

... até a divisa das colônias n.ºs 27 e 28, do 24.º perímetro, segue a mesma, continuando pela divisa dos lotes rurais n.ºs. 13, 14, 10 e 12 e lote n.º 9, do referido perímetro até o Lageado Apepú, continuando pela divisa das colônias n.ºs. 5 e 6 do 26.º perímetro até encontrar a estrada de rodagem, que liga Vila Iguaporã à Porto Mendes, segue a mesma em direção a Vila Iguaporã, até na divisa das colônias n.ºs 44 e 46, do 25.º perímetro, segue esta e a divisa dos lotes n.ºs 43 e 45 até a Sanga Bangú, desce pela mesma até a linha divisória das colônias n.ºs. 36 e 38, do 25.º perímetro, segue pela mesma e continua na divisa das colônias n.ºs 89 e 35 até o Lageado Rio = Branco, sobe por este até a foz da Sanga Caranchan, sobe por esta até a divisa das colônias n.ºs 50 e 51, do 22.º perímetro, da Linha Arroio Fundo, segue pela mesma até a divisa das colônias n.ºs 47 e 51, continua pela mesma até a divisa dos lotes rurais n.ºs 46 e 54, segue esta até a Sanga Biriva, desce pela mesma até sua foz no Arroio Fundo, sobe este até a foz do Lageado Curvado.

Art. 3.º - A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, em 25 de maio de 1.964.

Arlindo Alberto Lamb  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Oswino Lemke  
SECRETÁRIO



Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon  
ESTADO DO PARANÁ

L E I Nº 291  
\*\*\*\*\*

DATA: 20 DE ABRIL DE 1967.

SÚMULA: CRIA O DISTRITO ADMINISTRATIVO  
DE NÔVO TRÊS PASSOS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - FICA CRIADO POR FÔRÇA DESTA LEI, O 9º DISTRITO MUNICIPAL, "NÔVO TRÊS PASSOS", DESMEMBRADO DOS DISTRITOS DA SEDE MUNICIPAL E DE QUATRO PONTES.

ART. 2º - AS DIVISAS DO DISTRITO, DE QUE TRATA O ARTIGO ANTERIOR, SÃO FIXADAS COMA AS SEGUINTE LIMITAÇÕES: - PELA FOZ DO LAGEADO GUAVIRÁ SOBE ATÉ ENCONTRAR A SANGA MAMBUCA, QUE SEGUE ATÉ SUA NASCENTE. POR LINHA SÊCA SEGUE PELA DIVISA DO LOTE RURAL Nº 190 COM AS COLÔNIAS Nº: 221, 189, 188 E ESTA COM A 132. PELO TRAVESSÃO SEGUE ENTRE AS COLÔNIAS 143 E 142 COM AS COLÔNIAS 133, 134 E 135; AINDA EM LINHA RETA PELAS DIVISAS DAS COLÔNIAS 140 E 141 ATÉ ENCONTRAR A SANGA BONITA, QUE SEGUE ATÉ SUA FOZ NO ARROIO QUATRO PONTES, O QUAL SOBE ATÉ AS DIVISAS AGORA NO 13º PERÍMETRO, DOS LOTES RURIS NºS: 154 E 151; 153 E 152, ATÉ ENCONTRAR A SANGA CRISSIUMAL; POR ESTA SEGUE ATÉ SUA FOZ NO ARROIO GUAÇU; SEGUE PELO ARROIO GUAÇU ATÉ ENCONTRAR O FOZ DO ARROIO GUAVIRÁ.

ART. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, EM 20 DE ABRIL DE 1967.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

*Laudelino Limberger*

LAUDELINO LIMBERGER  
SECRETÁRIO

*Werner Wanderer*

WERNER WANDERER  
PREFEITO MUNICIPAL





# Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon

ESTADO DO PARANÁ

L E I Nº 456

DATA: 17 DE SETEMBRO DE 1968.

SÚMULA: CRIA O DISTRITO DE SÃO ROQUE  
E FIXA AS RESPECTIVAS DIVISAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ART. 1º - FICA CRIADO POR FÔRÇA DESTA LEI, O 9º DISTRITO MUNICIPAL, "SÃO ROQUE", DESMEMBRADO DO DISTRITO DE VILA MARGARIDA.

ART. 2º - AS DIVISAS DO DISTRITO DE QUE TRATA O ARTIGO ANTERIOR, SERÃO FIXADAS COM AS SEGUINTE LIMITAÇÕES: PARTINDO DO RIO SÃO FRANCISCO, NA FOZ DA SANGA PERDIDA, SOBE PELA MESMA ATÉ SUANASCENTE, ATRAVESSA A DIVISA SÊCA ENTRE OS LOTES RURAIS N.ºS 90 E 91 DO 35º PERÍMETRO, ATÉ ENCONTRAR A NASCENTE DA SANGA URÚ, SEGUE AMESMA ATÉ O LAGEADO BARRA BONITA, SEGUE PELO MESMO ATÉ O ARROIO MARRECO, DESCENDO PELO MESMO ATÉ O LOTE RURAL Nº 219, SOBEPOR ÊSTE ATÉ ENCONTRAR A SANGA BARREIRO, SEGUE POR ESTA ATÉ ENCONTRAR A DIVISA DO LOTE RURAL Nº 181 DO 39º PERÍMETRO, DESCENDOPELO MESMO ATÉ ENCONTRAR A DIVISA DO LOTE RURAL Nº 175 DO 39º PERÍMETRO, PASSANDO PELO TRAVESSÃO ATÉ ENCONTRAR A DIVISA DO LOTE RURAL Nº 205, DESCE PELO TRAVESSÃO ATÉ O LOTE RURAL Nº 216, SEGUINDOPELO MESMO ATÉ ENCONTRAR O RIO SÃO FRANCISCO, SUBINDO PORÊSTE ATÉ ENCONTRAR A FOZ DA SANGA PERDIDA.

ART. 3º - A PRESENTE LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVAGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON,  
EM 17 DE SETEMBRO DE 1968.

*Wanderer*

WERNER WANDERER  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

*Luersen*

RUBEN LUERSEN  
P/SECRETÁRIO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CDO. RONDON

Estado do Paraná

L E I Nº 640/70

=====

DATA: 25 de Agosto de 1.970.-

SUMULA: Cria o Distrito de Novo Horizonte e fixa as respectivas divisas.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARECHAL CÂNDIDO-RONDON, Estado do Paraná aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado por força desta Lei, o 10º Distrito Municipal, NOVO HORIZONTE, desmembrado dos Distritos da Sede, Mercedes, Pôrto Mendes e Iguaporã.

Art. 2º - As divisas do Distrito de que trata o artigo anterior, serão fixadas com as seguintes limitações: Partindo da Sanga Leopardo, passando pelas colônias 15 até 1 do 18º perímetro - Linha Lageado Guavirá, até encontrar a fôz da Sanga Horizontina, seguindo pelo Lageado Guavirá até encontrar a fôz da Sanga Mercedes, subindo a Sanga Mercedes até encontrar o travessão da colônia 25 do 28º Perímetro, subindo por este até encontrar a Sanga SÃO Luiz, subindo por esta até encontrar as colônias 84,85,113,114,125,126, e 127 do 18º perímetro; subindo pela Sanga S.Martim até encontrar a colônia 135, subindo por esta até encontrar a linha das colônias 68 e 69, descendo pela mesma até a Sanga Belmonte, passando por esta, subindo as linhas, digo, a linha das colônias 55 e 56 do 18º perímetro, passando a Sanga 7 de setembro, subindo a linha da colônia 9 e 10, continuando pela linha das colônias 58 e 59 do 42º perímetro, até encontrar a Sanga São Luiz, passando pela mesma, subindo pelo travessão da colônia 96, tomando o travessão da Gleba "a", descendo pelo travessão da colônia 201 até encontrar a colônia 69, descendo pelo travessão desta, até encontrar a Sanga Ruivo-Quê; subindo pela colônia 32 e 39, até encontrar a linha das colônias 42 e 43, descendo até a cabeceira da sanga Santo Angelo, passando pela mesma até encontrar o travessão da colônia 25, subindo pelo mesmo até encontrar a colônia nº 8, descendo até a linha divisória do perímetro e



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CDO. RONDON

Estado do Paraná

Lei nº 640 (continuação)-

por esta subindo até encontrar a Sanga Leopardo.

Art. 3º - A presente Lei entrará em vigor na data--  
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO -  
RONDON, em 25 de Agosto de 1.970.-

*Dealmo Seimiro Poersch*  
Dealmo Seimiro Poersch

PREFEITO INTERVENTOR

REGISTRE-SE E, PUBLIQUE-SE

*[Handwritten Signature]*  
Dirceu da Cruz Vianna  
SECRETÁRIO



# Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon

ESTADO DO PARANÁ

LEI nº 2.807

Data: 23 de maio de 1993.

**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DISTRITO ADMINISTRATIVO DE BOM JARDIM.

A Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Artigo 1º - Fica criado o Distrito Administrativo de Bom Jardim, a ser desmembrado dos distritos de Porto Mendes e Iguaporã.

Artigo 2º - Os limites e as confrontações do distrito de Bom Jardim passam a ser os seguintes: inicia a demarcação no marco (O.P.P.) localizado na rodovia PR 495, sentido Marechal Cândido Rondon/Porto Mendes com entroncamento da estrada de rodagem que margeia a Sanga Havai, de onde parte em direção sudoeste pela mesma estrada cortando as partes dos lotes rurais nºs 20, 19, 18, 17, 16, 14, 13 e 10 (inclusive) até os lotes rurais nºs 7, 8 e 9 (inclusive), do 25º perímetro, seguindo pelo travessão das mesmas em direção sudoeste até a poligonal envolvente do lago de Itaipu, dali margeando o lago de Itaipu pelos lotes rurais nºs 9, 8, 7, 6, 5, 4, 3, 2, 1, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 e 96, todos do 25º perímetro, até encontrar a chácara nº 16, seguindo pela linha divisória da mesma com o Lago até a chácara nº 5, seguindo pela linha reta em divisória com o Lago até o lote rural nº 95, do 25º perímetro, seguindo em direção norte margeando o Lago de Itaipu pelos lotes rurais nºs 95, 94, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 36, 45, 48, 49, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 62, 61, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 46, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, todos do 25º perímetro, continuando pelas divisas do Lago com os lotes nºs 1, 2 e 3, do 26º perímetro, seguindo em direção nordeste pela linha divisória dos lotes rurais nºs 5 (inclusive) e 4 (exclusive), continuando pela divisória dos lotes rurais nºs 5, 6, 7, 8, 9 e 27 (inclusive) e 32, 31, 30, 29 e 28 (exclusive), todos

-segue/fls. 02-



# Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon

ESTADO DO PARANÁ


(Lei nº 2.807 - fls. 02)


do 24º perímetro até o lajeado São Cristóvão, seguindo por este em direção sudoeste até encontrar o lote rural nº 3, da Gleba "B" (inclusive), seguindo pela divisória deste em direção sudoeste com lote rural nº 4 (exclusive), continuando pelos lotes rurais nºs 32, 31 e 29 (inclusive), todos do 26º perímetro, até no entroncamento da estrada de rodagem que margeia a Sanga Havaí, seguindo a mesma em direção sudoeste passando pelas partes dos lotes rurais nºs 25, 24, 21, 20, 18, 17 e 16 (inclusive), do 26º perímetro até a rodovia PR 495, onde está localizado o marco O.P.P., ponto de partida.


Artigo 3º - A instalação do Distrito Administrativo de Bom Jardim se dará imediatamente após terem sido atendidas as exigências previstas através dos incisos I, II e III, e parágrafos, do Artigo 2º e do Artigo 3º "caput", da Lei Municipal nº 2.453, de 28 de junho de 1991, obedecido o Artigo 116, da Lei Orgânica Municipal.

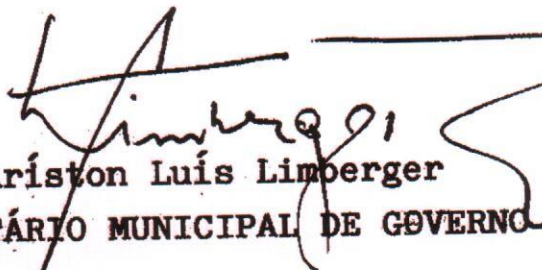
Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, em 23 de maio de 1993.

  
Vilson Leites de Oliveira  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE  
ADMINISTRAÇÃO

  
Nelson Palma  
ASSESSOR JURÍDICO

  
ADEMIR A. O. BIER  
PREFEITO MUNICIPAL

  
Aríston Luís Limberger  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

## | ANEXO D

Fotos originais dos mapas das figuras 8 e 9 obtidas no Escritório da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá, 1951.





**QUADRO de ÁREAS DEMARCADAS**

em 200 LITROS URBANO	184.000 m <sup>2</sup>
em 1 PRACA	88.400 m <sup>2</sup>
em 200 LITROS RURAL	877.200 m <sup>2</sup>
<b>ÁREA TOTAL do QUADRO URBANO</b>	<b>8.829.600 m<sup>2</sup></b>

**PLANTA**  
da ZONA URBANA da Cidade de  
**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
ESTADO DO PARANÁ  
Propriedade de  
**INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S.A.**



## | ANEXO E

Histórico de loteamentos aprovados na Sede de Marechal Cândido Rondon entre 1960 e 2019.

## HISTÓRICO DE LOTEAMENTOS DA SEDE DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Nº	ANO	LEGISLAÇÃO	LOTEAMENTO ou JARDIM	Chácara (Ch), Lote Urbano (U) ou Lote Rural R.	Área m²	Ex-Proprietário
1	1963	-	J. Marechal C. Rondon	12, 11º	63.300	Lauro Muczfeldt
2	1963	-	J. Germano Winter	Chácara Parte 25 e 26	27.600	Lauro Muczfeldt
3	1963	-	J. Alvorada	U 1, 2, 28 a 30	2374	-
4	1964	-	J. Guaíra	49, 11º	43.400	Zeno Vorpapel
5	1964	-	Oeste	R.12	21.425	Lauro Muczfeldt
6	1964	Protocolo 1.106	J. Gaúcha	2	30.617	Irineu Schier
7	1965	-	J. Bela Vista	R.81/81, 12º	40.000	Irineu Schier
8	1969	-	Schwalemborg, Mohr e Konrad	-	122.000	Schwalemborg, Mohr e Konrad
9	1974	Decreto 118	Werner e Alfredo Wanderer	Chácara R-52 e R-53	40.600	Werner e Alfredo Wanderer
10	1974	Decreto 147	Konrad, Beuter e Waldow	Chácara 294 e 296	82.081	Renê Konrah, Otmar Beuter e A.P. Waldow Ltda.
11	1975	Decreto 099	von Borstel	Ch 320, 321, 322 e 323	93.300	Edvino Reinaldo von Borstel
12	1975	Decreto 100	Walli Pallas Nilson	R.54	20.400	Walli Pallas Nilson
13	1975	Decreto 121	Metropolitana	Chácara R-25 (sudoeste)	13.800	Metropolitana - Máq. e Implem. Agríc. Ltda.
14	1975	Decreto 132	Waldi Winter – Rodoviária	Chácara R-71 e R-72	19.200	Waldi Winter
15	1975	Decreto 139	J. Social	Chácara R-50, R-51 e R-52	45.600	Werner e Alfredo Wanderer
16	1975	Decreto 140	Espigão	Chácara R-13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19	133.400	Helmuth Ernesto Roesler
17	1976	Decreto 012	BNH – Itamaraty	276, 278	81.990	Valdir I. Becker
18	1976	Decreto 099	J. Higienópolis	Chácara 268, 269 e 270; e R. 109	374.918	Org. Comercial e Imob. Trivelato Ltda.
19	1976	Decreto 130	Gramadinho (P. Kleemann)	288	41.154	Plínio Kleemann, Willi e Ottmar Lüdeke
20	1977	Decreto 083	Líder	173 a 175	93.532	Jão Limberger
21	1977	Decreto 091	J. Santa Bárbara	Chácara R-63/A	11.900	Imobiliária Bier Ltda.
22	1977	Decreto 092	J. Higienópolis II	Chácara 243 e 266	85.043	Org. Comercial e Imob. Trivelato Ltda.
23	1977		J. Waldow	296	40.995	-
24	1978	Decreto 060	J. Alegre	Chácara 256	34.560	Lot. Jardim Alegre Ltda.
25	1978	Decreto 063	P. Hab. Liberdade - 1º parte	Chácara R-63 e R-64	23.800	Hugo, Heinz, Waltraut e Edite Balko
26	1978		J. Maripá	282	40.995	-
27	1978		J. Ana Paula	127 a 130	83.999	-
28	1979	Decreto 017	J. Botafogo	Chácara 271 e 272; e parte R.109 e 110	145.282	Org. Comercial e Imob. Trivelato Ltda.
29	1979		Parque Res. Los Angeles	280	41.018	-
30	1979		Parque Industrial	R.77/A	72.600	-
31	1980		S. Krüger e G. Hiller	33/B/A	4.939	-
32	1980		Harry Pidd	R.62	28.900	-

33	1981	Decreto 136	Jardim Primavera	Chácara 230/231	60.000	Waldyr Luiz Becker
34	1982	Lei 1.428	Primavera I (COHAPAR)	230, 231/A	60.000	-
35	1984	Lei 1.496	Parque Industrial II	R.83/84/A	182.000	-
36	1985	Decreto 004	J. Britânia	Chácara R-20	18.400	Ney Nicolau Zillmer
37	1985	Decreto 182	Treze de Julho	Chácara R.55/B e R.55/C	14.000	Albino Schegoscheski
38	1986	Decreto 112	Canadá	Chácara 297	40.717	Agríc. Dall'Oglio Imp. Exp. Ltda
39	1986	Decreto 140	Nienow	Chácara R-69, R-70	31.600	Adolfo Nienow
40	1986	Decreto 172	Santa Bárbara II	Chácara R-64/A	11.900	Imobiliária Bier Ltda.
41	1986	Decreto 214	Armino Port	Chácara R-60/A	17.000	Plinio Port e outros
42	1987	Decreto 051	Freitag	Chácara 324/325/A	45.452	URPI - Urbaniz. e Proj. Imob. Ltda
43	1988	Decreto 040	J. Esmeralda	Chácara 274/B e 274/C	25.579	URPI - Urbaniz. e Proj. Imob. Ltda
44	1988	Decreto 041	Ana Neusa	Chácara 261, 262/A	75.792	Ana Neusa Port Acosta
45	1988	Decreto 151	J. Tirolesa	Chácara 319/326	25.021	URPI - Urbaniz. e Proj. Imob. Ltda
46	1988	Decreto 180	Fischer	R.68	23.800	O. Fischer
47	1989	Decreto 063	V. Res. Formato (Cj. Canadá)	253/A	4.080	Formato Construção Ltda.
48	1989	Decreto 133	J. Elizabeth	143	24.587	Edwino J. Hettwer
49	1989	Decreto 388	Aliança	316	30.726	URPI
50	1990	Decreto 029	Sauer	219	26.985	A. Sauer
51	1990	Decreto 030	Morada do Sol	284	40.950	Noeli Tischer, Ilaide Giehl
52	1990	Decreto 036	Frankfurt I e II	252/253	76.942	Formato Construção Ltda.
53	1990	Decreto 054	Mutirão I (Iguiporã)	Chácara 46-A	13.065	Pedro Rauber
54	1990	Decreto 058	Mutirão I (Porto Mendes)	R. L-B/A	16.749,10	Prefeitura de Mal. C. Rondon
55	1990	Decreto 059	Mutirão I (Margarida)	parte da Praça Cast. Branco	5.600	Prefeitura de Mal. C. Rondon
56	1990	Decreto 060	Mutirão III (fundos 5 lotes)	Chácara 177/C	1.640	COHAPAR de MCR
57	1990	Decreto 133	J. Santa Mônica	298	39.600	DONE Com. Im. Ltda.
58	1990	Decreto 134	Luciana I	293	42.600	Imob. Cucanha Ltda.
59	1990	Decreto 135	Luciana II	295	44.400	Imob. Cucanha Ltda.
60	1990	Decreto 140	Hansen – J. Alegre II	255	29.845	M. Hansen
61	1990	Decreto 169	Lohmann	R.65, R.66/B	34.000	E. Lohmann e A. D. Brandalize
62	1990	Decreto 212	Flamengo	327/A	22.001	URPI
63	1990	Decreto 213	B. Frigorífico	R.51/52/A	80.000	URPI
64	1990	Decreto 229	Natacha	Chácara R.43, R.44 e R.45	22.365	Imob. Cucanha Ltda.
65	1990	Decreto 230	das Torres	51/52/F	90.500	Imob. Cucanha Ltda.
66	1990	Decreto 231	Klitzke	R.5	20.621	Imob. Cucanha Ltda.
67	1991	Decreto 025	Bauermann	R.61	28.900	A. Bauermann e outros
68	1991	Decreto 026	Kern	R.34/A	8.000	Sadi Kern, L. Knapp e I. Diesel
69	1991	Decreto 137	Alto da Glória	R.32	18.400	Ludwig Imob. Ltda.
70	1991	Decreto 138	Primavera II	Chácara 244/A	35.752	URPI. Bier Ltda.
71	1991	Decreto 138	Primavera	Chácara244/A	35.752	URPI

72	1991	Decreto 156	Lamb	126	21.000	Elma Lamb von Borstel e outra
73	1991	Decreto 161	Toebe	Chácara 169	32.447	Wilson Frederico Toebe
74	1991	Decreto 177	Sippert	3	30.600	V. Sippert e outros
75	1992	Decreto 001	V. Industrial	R. 80 a 82, 85 A/B	101.000	Elio Winter
76	1992	Decreto 002	Henrique	Chácara 168/B	26.990	Elio Winter
77	1992	Decreto 006	Mees	Chácara 304/305/306/B	50.714	Arlindo W. Mees e outros
78	1992	Decreto 010	J. Ana Paula II	Chácara 121	20.982	Ernesto Schibichewski
79	1992	Decreto 029	Cond. Res. Guarujá	Chácara 254 e U. 2, Q. 05 (Hansen)	36.561	Cond. Res. Guarujá
80	1992	Decreto 039	Bairro Copagril	Chácara 257	35.609	Bruno Alcides Freitag
81	1992	Decreto 052	Lumara	Chácara 229	30.000	Imob. Cucanha Ltda.
82	1992	Decreto 053	Rainha	Chácara 287/289/291	131.200	Agropecuária Rainha Ltda.
83	1992	Decreto 065	J. Botânico	Chácara 331/B e 329/330/A	69.858	H. Uhry, A. Hannusch e outros
84	1992	Decreto 119	D. Amélia	Chácara 88	27.200	Imob. Cucanha Ltda.
85	1992	Decreto 120	J. Flórida	R. 53/C, 11°	54.195	Nelson Ari Roesler
86	1992	Decreto 180	L. Floresta	R. A (ant. Aeroporto)	16.800	Leonísio Hilleshein
87	1992	Decreto 181 e 217	Leblon e Parte	Chácara R.22/A	15.910	Edson William Roesler
88	1992	Decreto 202	Florianópolis	Chácara R.04/A e 04/B	10.773	Nilton Bennert
89	1992	Decreto 215	J. Ipanema	Chácara R.23	17.600	Adelar N. Lohmann e outros
90	1992		Primavera	244	40.612	URPI
91	1993	Decreto 052	Cond. Res. União	R. 296/C/B	18.500	Cond. Res. União
92	1993	Decreto 100	Cond. Res. Araucária	Chácara 115/116/A/B	27.281	Cond. Res. Araucária
93	1993	Decreto 101	Cond. Res. Grupo Amazônia	Chácara 112/113/A/A, 115/116/A	30.000	Cond. Res. Grupo Amazônia
94	1993	Lei 2792 e Decreto 102	Cond. Res. Águia Branca	Chácara 178	27.030	Cond. Res. Águia Branca
95	1993	Decreto 116	Leste	Chácara 179/180/A/B	35.213	Arlindo Biesdorf
96	1993	Decreto 133	Borboleta	Chácara 86/87/93/A	36.640	Ehrenfried Welzel
97	1994	Decreto 018	Natacha II	Chácara R. 27/R. 40	46.000	Elio E. Winter Imóveis
98	1994	Decreto 019	Cond. Res. Arco Íris	R. 296/C/B, 12°	18.500	Cond. Res. Arco Íris
99	1994	Decreto 020	Cond. Res. Independente	R. 296/C/A, 12°	18.500	Cond. Res. Independente
100	1994	Decreto 037	Vannar	Chácara R. 21	18.400	Eugênio Arturo Müller
101	1994	Decreto 054	Soc. Hab. Popular – Ceval	R. 50/A/B, 11°	24.000	COHAPAR de MCR
102	1994	Decreto 071	Reschke	Parte NE Chácara 92 e 93	12.597	Sigfredo Reschke e outros
103	1994	Decreto 081	Augusto I	R. 111/G e parte 113, 12°	301.939	Augusto Tomm e outros
104	1994	Decreto 091	Suíça	Chácara 286	41.041	Ilton J. Granich e outros
105	1995	Decreto 014	Cond. Res. Barcelona	R.119/120/A, 12° Perímetro	103.265	Cond. Res. Barcelona

106	1995	Decreto 041	Hedel	Chácara 90/A	13.600	Ingrid Hedel
107	1995	Lei 2922 e Decreto 048	Cond. R. Recanto dos Pássaros	Chácara 80/A	23.700	Cond. R. Recanto dos Pássaros
108	1995	Decreto 092	Trento Brandalize	Chácara R.66/R.67	37.400	Élio E. Winter Imóveis
109	1995	Decreto 093	Élio Winter	Chácara R.09/R.10/R.11/R.12	68.074	Élio E. Winter Imóveis
110	1995	Decreto 095	Vorpagel	Chácara 04	30.617	Silvino Vorpagel
111	1996	Decreto 019	Mutirão V - S. Lucas II - I	Chácara 153/154	6.512	COHAPAR
112	1996	Decreto 026	Cond. Res. Guarani	Chácara 376	30.953	Grupo Guarani
113	1996	Decreto 027	Cond. Res. Continental	Chácara 232	30.000	Cond. Res. Continental
114	1996	Decreto 069	Com. V. Res. Espelho das Águas	Parte NO Chácara R.7 e R.8	21.496	Lothar Neitzke e outros
115	1997	Decreto 066	Hardke	Chácara 01	30.634	Reinoldo Otto Hardke
116	1997	Decreto 084	São Lucas III	Chácara 147/152	61.800	COHAPAR
117	1997	Decreto 102	Natacha III	Chácara R.37	18.400	Imob. Waldow Ltda.
118	1997	Decreto 109	J. Paineiras	Parte SE Chácara 109 e 110	28.800	Hedo Schneider
119	1997	Decreto 122	Parque Industrial III	Chácara 78/79	99.300	Prefeitura de Mal. C. Rondon
120	1997	Lei 3.134	Condomínio Res. Palma Sol	Quadras (16 e 19) do Lot. Augusto I	23.088	-
121	1998	Decreto 001	Natacha IV	Chácara R.28	18.400	Imob. Waldow Ltda.
122	1998	Decreto 003	Augusto II	R. 111/B/113/A/B/115/B, 12°	111.432	Augusto Tomm e outros
123	1998	Decreto 017	Loteamento Florença	Chácara 334	25.609	Imob. Waldow Ltda.
124	1998	Decreto 030	Loteamento Port II	Chácara 313/315/A	32.766	Tiago Almir Port
125	1998	Decreto 046	J.Santo Amaro (Mutirão III)	-	-	-
126	1998	Decreto 060	Loteamento Ura	Chácara 117	32.996	Egon Helmut Glitz e outros
127	1998	Decreto 061	Bairro Jardim Marechal	L.Torres,B.Frigorífico,J.M.C.Rondon,Guaira e Ceval	-	-
128	1998	Decreto 066	Loteamento Noé	Chácara R.31	18.400	Décio Dario Noé e outros
129	1998	Decreto 100	Conj. Hab. São Matheus	Chácara 237	59.966	COHAPAR (Mutirão VII)
130	1999	Decreto 013	Loteamento Avenidas	L. R.88, 12°	146.812	Nelson Alois Hack
131	2000	Decreto 025	Bairro Jardim São Francisco	Lot. Jardim Bela Vista e Vila Industrial	-	-
132	2000	Decreto 068	Loteamento Pooch	Chácara 5/A	27.366	Günther Franz Pooch e outros
133	2000	Decreto 069	Loteamento Res. Flamengo	Chácara 336	12.830,50	Imob. Waldow Ltda.
134	2000	Decreto 085	Loteamento São Paulo	Chácara 318	32.176	Lira K. Turcatto e outros
135	2000	Decreto 089	Conj. Hab. São Marcos	Chácara 273/275/B	23.880,16	COHAPAR
136	2001	Decreto 053	Loteamento Santa Maria	Chácara 233	30.000	Wollstein e Ragazzan Ltda.
137	2001	Decreto 079	Lot. Res. Nova América	Chácara 273/275/A	53.291,84	Edemar Wollstein
138	2001	Decreto 090	Lot. Moradias Britânia	R. 296/D/A	38.380	COHAPAR
139	2001	Lei 3.345	Núcleo Hab. São Lourenço	Mutirões I e II do Jardim Botafogo	-	-

140	2002	Decreto 041	Loteamento Sabka	Chácara 220/221/222A e 223	80.212,48	João Luiz Sabka
141	2002	Decreto 092	Loteamento Neitzke	Chácara R-07/R08	21.496,50	Lothar Neitzke e Edemar Wollstein
142	2002	Decreto 110	Loteamento Neumeister	Chácara 111	-	Glaci Neumeister e outros
143	2002	Decreto 115	Vila Rural	R. 251/252/A	390.338,60	COHAPAR
144	2003	Decreto 009	Loteamento Port III	Chácara 341/342/343	80.135	Cacilda Spier Port
145	2003	Decreto 019	Moradias Jussara	Chácara 149	22.848,30	COHAPAR
146	2004	Decreto 016	Moradias Parque dos Ciprestes	Chácara 234/Parte 235	57.390	COHAPAR
147	2004	Decreto 017	Loteamento Joris	U. 15 a 17	15.081	Celson José Jóris
148	2004	Decreto 021	Lot. Jardim Universitário	Chácara 166/167/A	36.214,35	Elpio Emmel
149	2004	Decreto 063	Loteamento Priesnitz	Chácara 89	27.300	Ilmar Priesnitz
150	2004	Decreto 080	Lot. Res. Parque Ecológico	R. 83/84/B	204.231	Pl. de Empreendimentos Imob. Ltda
151	2004	Decreto 086	Loteamento Dorzbacher	Chácara 18	34.250	Irene Antonia Dorzbacher
152	2005	Decreto 030	Residencial Vale Verde	Chácara 348/349	48.916	Cacilda Spier Port
153	2005	Decreto 031	Residencial Alto da Boa Vista	Chácara 344/345	47.588	Cacilda Spier Port
154	2005	Decreto 032	Loteamento Jardim Paraíso	Chácara 203/204/205	93.000	Dione Huppés
155	2005	Decreto 085	Lot. São Lucas II e I (retif. 019/96)	Chácara 153/154/A	44.006	COHAPAR
156	2005	Decreto 240	Loteamento Hanusch	Chácara 310/312/314	16.875	Cristel Hanusch e outros
157	2005	Decreto126	Lot. Residencial Modelo	Chácara 137	25.200	Imobiliária Waldow Ltda.
158	2006	Decreto 80 e 26/07	Loteamento Santa Felicidade	Chácara 347/358/359	89.383,00	Irene Antonia Dorzbacher
159	2006	Lei 3.670	Loteamento Gauer	Chácara 164/B/A	9.433	Márcio Joel Prass e outros
160	2007	Decreto 028	Loteamento Laureth	Chácara 10	30.617,00	Wollstein e Cota Ltda.
161	2007	Decreto 032	Loteamento Wollstein	Chácara 372/373/375	81.046,00	Wollstein e Cota Ltda.
162	2007	Decreto 184	Loteamento Andorinha	Chácara 62/63/A	39.950,00	Pl. de Empreendimentos Imob. Ltda
163	2007	Decreto 189	Loteamento Gralha Azul	Chácara 148	30.630,00	Pl. de Empreendimentos Imob. Ltda
164	2007	Decreto 302	Loteamento Heimerdinger	Chácara 123	21.087,00	Wollstein e Cota Ltda.
165	2008	Decreto 014	Loteamento Ilha do Sol	Chácara 300/301/A	38.851,00	Edemar Wollstein
171	2008	Decreto058/2008	LoteamentoResid.Radke	Chácarar-03	10.219,00	Wollstein & Cota ltda
172	2008	Decreto124/2008	Loteamento Girassol	Chácara308a	9.180,00	Giancarlo Wondracek
173	2008	Decreto166/2008	Loteamento Luas	Chácara06	25.950,00	Wollstein & Cota ltda
174	2008	Decreto135/2008	Loteamento Indus Br 163	LR.81/D 12º Per.	20.000,00	Oldemar Rohloff
175	2008	Decreto202/2008	Loteamento Monte Carlo	Chácara11	33.817,50	Paulo Reges Kruger
176	2008	Decreto204/2008	Loteamento Gauer	Chácara164/B/A	9.433,00	Marcio joel prass
177	2008	Decreto256/2008	Loteamento Vale Do Sol	Chácara17	28.346,80	Elson dorst emmel
178	2009	Decreto147/2009	Loteamento Bem Te Vi	LR.54/55/A 11º Per.	123.020,00	Plano empreendimentos imobiliarios ltda

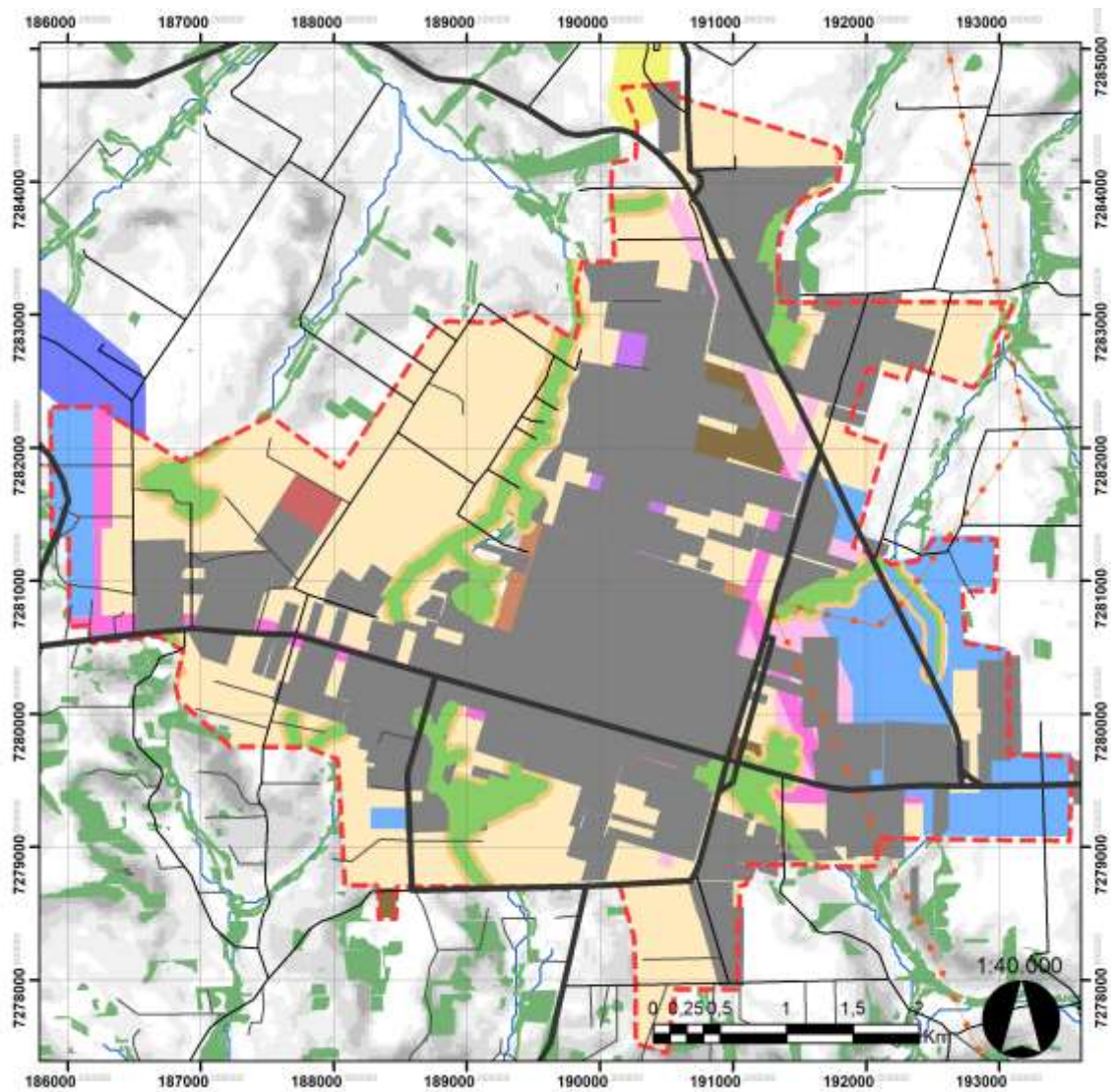
179	2009	Decreto181/2009	Loteamento Muller	Chácara309/311	32.933,00	Wollstein & cota ltda
180	2008	Decreto269/2008	Loteamento Marcopolo	Chácara9	33.662,40	Montecarlo empreendimentos imobiliarios ltda.
181	2009	Decreto212/2009	Loteamento Renascer	Chácara377	38.951,91	Irene antonia dorzbacher
182	2009	Decreto258/2009	Loteamento Imperial	Chácara283/285/A	81.200,40	Remi biehl
183	2010	Decreto026/2010	Loteamento Sabia	Chácara14	28.888,44	Plano empreendimentos imobiliarios ltda
184	2010	Decreto047/2010	Loteamento Pinz	Chácara118	37.874,06	Edemar wollstein
185	2010	Decreto082/2010	Loteamento Trentini	LR.293/A 12º Per.	56.812,59	Marize regina felizardo cota
186	2010	Decreto193/2010	Loteamento Prass	Chácara85	36.469,99	Wollstein & cota ltda
187	2010	Decreto349/2010	Loteamento Roda D'Água	Lr.56-A	42.088,00	Plano empreendimentos imobiliarios ltda
188	2011	Decreto183/2011	Loteamento Baciquetti	Chácara336/A	15.066,37	Distribuidora de bebidas baciquetti ltda
189	2011	Decreto164/2011	Loteamento Villa Flora	Chácara350	25.292,00	Elmir port
190	2012	Decreto182/2012	Loteamento Sao Francisco	Chácara79/79/A/80/B/B	127.853,07	Plano empreendimentos imobiliarios ltda
191	2012	Decreto222/2012	Loteamento Res. Caminhos Do Sol	Chácara374	37.953,19	Jailso antonio martins
192	2012	Decreto233/2012	Loteamento Ilha Verde	Chácara299	16.008,40	Wollstein & cota ltda
193	2012	Decreto103/2012	Loteamento Res. Emmel	Chácara56	49.725,00	Maxi incorporadora de imoveis ltda.
194	2012	Decreto165/2012	Loteamento Porto Seguro	Chácara	109.308,44	Montecarlo empreendimentos imobiliarios ltda.
195	2012	Decreto153/2012	Loteamento Maioli	Chácara83/84/A	68.427,17	Antonio maioli
198	2012	Decreto428/2012	Loteamento Porto Alegre	Chácara07	30.583,00	Wollstein & cota ltda
199	2012	Decreto434/2012	Loteamento Bottke	Chácara81//82/A	60.769,20	Wollstein & cota ltda
196	2012	Decreto341/2012	Loteamento Lajeado Bonito	Chácara238/A	19.000,00	Wollstein & cota ltda
197	2012	Decreto427/2012	Loteamento Berwanger	Chácara317/A	17.280,00	Lovani genz berwanger
200	2013	Decreto 061/2013	Loteamento Raquel Malhas	Chácara 58/A	42.292	Fridolino Uecker
201	2013	Decreto 124/2013	Loteamento Arno Toebe	Chácara R-73	18.000	Anita Vai Toebe Frost
202	2013	Decreto 234/2013	Loteamento Andorinha 2	Chácara 61	22.800	Plano empreendimentos imobiliarios ltda
203	2013	Decreto 235/2013	Loteamento Portobello	Chácara 55	43.254	Montecarlo empreendimentos imobiliarios ltda.
204	2013	Decreto 279/2013	Loteamento Recanto Feliz	Chácara110-B	157.360	Plano empreendimentos imobiliarios ltda
205	2013	Decreto 375/213	Loteamento Nascente	Chácara Co.296/317/319/A	23.640	AHO Empreendimentos Ltda
206	2014	Decreto 12/2014	Loteamento Guara	Chácara 172/A	19.014,44	Deoclides da Silva
207	2014	Decreto 71/2014	Loteamento Beija Flor	Chácara nº 134,135 e 136	78.808,00	Plano Empr. Imobil Ltda
	2014	Dec. 214	Lot. Recanto do Sul	Chac. 57	42.481,00	Selfredo Follmann e esposa
	2014	Dec.153	Lot. Balko	Chac. nº 138/139	44.786,00	Richardt K. Balko e Outros
208	2014	Decreto 156/2014	Loteamento Dona Ires	Chácra 338/A/B/C	22.140,00	Ires Machado Wendpap
	2014	Dec.271	Lot. Avenidas II	Lote Rural 88/C	30.744,00	Nelson A. Hack e Elly Hack
	2014	Dec. 290	Lot. Wasem	Lote Rural 293/C	47.833,33	Vera R. Wasem Renner e outros

209	2014	Decreto 407/2014	Loteamento São José	Chácara 236-A	27.119,26	Wollstein & Cota ltda
210	2015	Decreto 007/2015	Loteamento Industrial III	Chácara 78/79	99300	Nelson Strenzke
211	2015	Decreto 056/2015	Loteamento Cidade Verde	Chácara 95	27.800,00	Wollstein & Cota ltda
205	2015	Dec. 141	Lot. Bela Vista II	Lote Rural nº 296/297/A/A	29.350,00	Jailso Antonio Martins
206	2015	Dec. 204	Lot. Res. Parq. das Acácias	Lote Rural nº 293/D	21.405,74	Wollstein & Cota LTDA
207	2015	Dec. 248	Lot. São Pedro	Chác. nº 236	21.405,74	Wollstein & Cota LTDA
208	2015	Dec. 345 – Dec.165/2016 (alt)	Lot. Kruger	Chác. nº 378	36.660,00	Edis Rosmar Kruger
209	2015	Dec. 436	Lot. Muller II	Chác. nº309/311/A	23.684,78	Beatriz Lenir Muller
210	2016	Dec. 006	Lot. Ipê	Chác. nº 239/240/241/242	78.479,00	AHO Empreendimentos Imobiliários Ltda
211	2016	Dec.007	Lot. Mass	Chác. nº 91	27.217,00	BN Loteamentos Ltda
212	2016	Dec.080	Lot. Acimacar	Lote Rural nº 52/C	24.200,00	Associação Com. e Emp. de MCR
213	2016	Dec. 247/2016	Lor. Alto do Lago	Lote Rural nº 52/B	24.200,00	Incorporadora Alto do Lago Ltda
214	2016	Dec. 286/2016	Lot. Fukita	Chácara nº 80-B	23.700,00	Sra. Marize Regina Felizardo Cota...
215	2016	Dec. 292/2016	Lot. Do Lago	Lote Rural nº52/E	24.200,00	HabitabemBrasil Empreendimentos Ltda
216	2016	Dec. 340/2016 sub Dec.195/2017	Lot. Baio	Chácara nº 59/60	56.574,00	Elisa Finger
217	2016	Dec. 338/2016 sub Dec. 279/2017	Lot. Milton Beker	Chacara nº 338/2016	10.000,00	Milton Beker e Outros.
218	2016	Dec. 346/2016	Lot. Lerner	Chácara nº 235	3.681,60	Marisa Teresinha Schneider e Outros
219	2016	Dec. 375/2016	Lot. Klaumann	Chácara nº 263	27.217,30	Isolde Pedde - Eireli
215	2016	Dec. 400/2016	Lot. Beira Rio	Chac. Nº 313/315	29.400,00	Legário Gilberto Von Muhlen e Outros
221	2017	Dec. 235/2017	Lot. João de Barro	Chac. Nº 146	20.880,60	Plano Empreendimentos Imobiliários
222	2017	Dec.261/2017	Lot. Sol Nascente	Lote Rural nº 111/B/113/A/B/115/C	154.576,25	Lajeado Bonito Empreendimentos Imobiliários LTDA
223	2017	Dec. 271/2017	Lot. VIP Cataratas	Chácara nº176	38.365,00	Cataratas Empreendimentos Imobiliários Ltda
224	2017	Dec. 285/2017	Lot. Jardim das Flores	Chácara nº228	30.000,00	Jailso Antonio Martins - Loteamento
225	2018	Dec. 066/2018	Lot. Portal do Sol	Chácara nº13	29.082,00	Montecarlo empreendimentos imobiliarios ltda.



## | ANEXO F

Mapa de Zoneamento Urbano para as áreas não ocupadas da cidade. Apresentado nas audiências públicas para a revisão do Plano Diretor de 2020. .



### ZONEAMENTO DAS ÁREAS NÃO OCUPADAS

- |  |  |
|--|--|
|  Zona Comercial (ZC)                        |  Zona Residencial de Média Densidade (ZRMD) |
|  Zona Especial Aeroportuária (ZEA)          |  Zona de Proteção Ambiental (ZPA)           |
|  Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)   |  Zona de Uso Misto 1 (ZUM-1)                |
|  Zona Industrial (ZI)                       |  Zona de Uso Misto 2 (ZUM-2)                |
|  Zona Industrial do Contorno Oeste (ZICO)   |  Zona de Uso Produtivo (ZUP)                |
|  Zona Residencial (ZR)                      |  Malha Urbana                               |
|  Zona Residencial de Baixa Densidade (ZRBD) |  Perímetro Lei Complementar 106             |



---

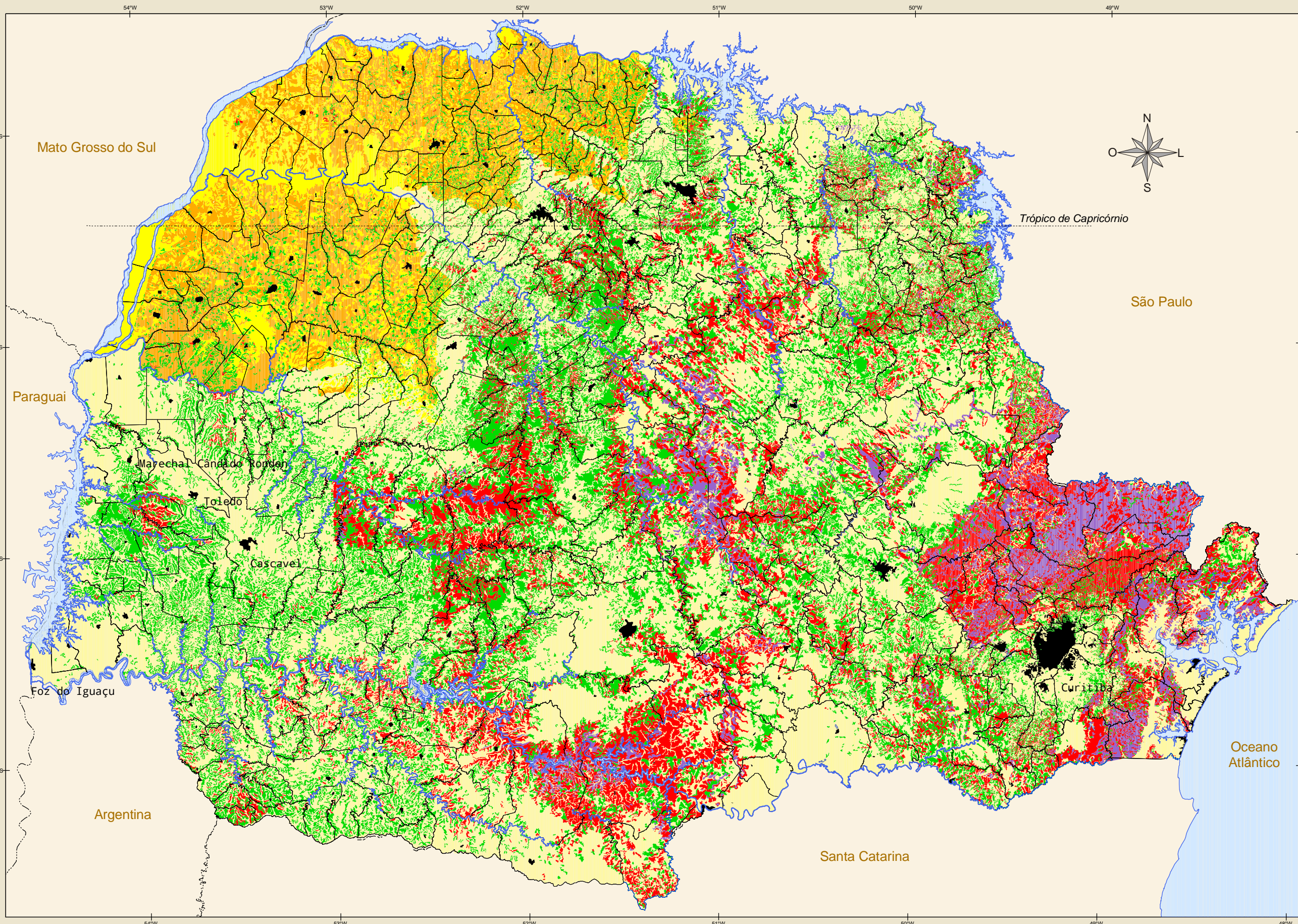
## | APÊNDICES

Imagens da capa Apêndices: Aerofotos do centro de Marechal Cândido Rondon nas décadas 1980, 2000 e 2010 respectivamente (de cima para baixo).  
Fonte: Instituto de Terra, Cartografia e Geociência do Paraná –ITCG (1980); Google Earth (2018).

## | APÊNDICE A

Mapa da declividade do Estado do Paraná elaborado pelo Instituto de Terra, Cartografia e Geociência do Paraná – ITCG, 2008. Adaptado pela autora.

# DECLIVIDADE - ESTADO DO PARANÁ



Instituto de Terras,  
Cartografia e Geociências

## INFORMAÇÕES CARTOGRÁFICAS

Sistema de Projeção UTM  
Datum Horizontal: SAD 69  
Meridiano Central: 51° W

## MAPA DE SITUAÇÃO



Escala 1:2.000.000  
0 10 20 40 60 80  
Km

## CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Áreas Urbanas
- Divisas Municipais
- Divisas Estaduais
- Divisas Internacionais
- Hidrografia

## DECLIVIDADE

- 0 a 3
- 3 a 10
- 10 a 20
- 20 a 45
- >45

FONTES:  
IPARDES  
Divisas Municipais:  
ITCG - 2006  
Hidrografia:  
Mapeamento Sistemático 1:50.000



www.itcg.pr.gov.br  
2008



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

ppU

Programa Associado de Pós-graduação  
Arquitetura e Urbanismo



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE  
MARINGÁ